UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Geociências

LIVIA DIAS DE AZEVEDO

DISCURSOS SOBRE O CLIMA DO NORDESTE BRASILEIRO A PARTIR DAS PROVAS DE GEOGRAFIA DO VESTIBULAR DA UNICAMP: EDUCAÇÃO, CONSENSOS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

CAMPINAS

2019

LIVIA DIAS DE AZEVEDO

DISCURSOS SOBRE O CLIMA DO NORDESTE BRASILEIRO A PARTIR DAS PROVAS DE GEOGRAFIA DO VESTIBULAR DA UNICAMP: EDUCAÇÃO, CONSENSOS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

TESE APRESENTADA AO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTORA EM CIÊNCIAS

ORIENTADOR: PROF. DR. EDSON ROBERTO DE SOUZA

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA LIVIA DIAS DE AZEVEDO E ORIENTADA PELO PROF. DR. EDSON ROBERTO DE SOUZA

CAMPINAS

2019

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Marta dos Santos - CRB 8/5892

Azevedo, Livia Dias, 1979-
Az25d Discursos sobre o clima do Nordeste brasileiro a partir das provas de Geografia do vestibular da Unicamp : educação, consensos e produção de sentidos / Livia Dias de Azevedo. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Edson Roberto de Souza.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Análise do discurso. 2. Universidades e faculdades - Vestibular. 3. Geografia. 4. Brasil, Nordeste - Clima. I. Souza, Edson Roberto de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Discussions on the climate of the northeast of Brazil from the Geography tests of the Unicamp entry exam : education, consensus and production of senses
Palavras-chave em inglês:
Discourse analysis
Universities and colleges - Entrance examinations
Geography
Brazil, Northeast - Climate
Área de concentração: Ensino e História de Ciências da Terra
Titulação: Doutora em Ciências
Banca examinadora:
Edson Roberto de Souza [Orientador]
Celso Dal Ré Carneiro
Daniel Ferraz Chiozzini
Cecília Maria Pinto do Nascimento
Silvia Aparecida de Sousa Fernandes
Data de defesa: 14-03-2019
Programa de Pós-Graduação: Ensino e História de Ciências da Terra

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: https://orcid.org/0000-0002-2723-1736
- Currículo Lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/1378612236712654

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

AUTORA: Livia Dias de Azevedo

DISCURSOS SOBRE O CLIMA DO NORDESTE BRASILEIRO A PARTIR DAS PROVAS DE GEOGRAFIA DO VESTIBULAR DA UNICAMP: EDUCAÇÃO, CONSENSOS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

ORIENTADOR: Prof. Dr. Edson Roberto de Souza

Aprovado em: 14 / 03 / 2019

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Edson Roberto de Souza - Presidente

Prof. Dr. Celso Dal Ré Carneiro

Prof. Dr. Daniel Ferraz Chiozzini

Profa. Dra. Cecília Maria Pinto do Nascimento

Profa. Dra. Silvia Aparecida de Sousa Fernandes

A Ata de defesa com as respectivas assinaturas dos membros, encontra-se disponível no SIGA - Sistema de Fluxo de Tese e na Secretaria de Pós-graduação do IG.

Campinas, 14 de março de 2019.

Às mulheres que me ensinaram a ser mulher
forte, resistente e resiliente
Minha mãe, Val
Minha avó, Ilza e a
Lilica, filha do coração.

AGRADECIMENTOS

A vida tem sido água
Fazendo caminhos esguios
Se abrindo em veios e vales
Na pele leito de rio

Contemple o desenho fundo
Dessas minhas jovens rugas
Conquistadas a duras penas
Entre aventuras e fugas

Observe a face turva
O olhar tentado e atento
Se essas são marcas externas
Imagine as de dentro

("Na Pele"- Pitty, na voz de Elza Soares)

Nunca tinha me percebido como nordestina até chegar a Campinas, interior de São Paulo. Estou a quatros anos pensado sobre: que identidade é essa que "estão" me impondo? O que significa para mim ser nordestina fora do Nordeste? Em que momento a construção dessa identidade foi diluída ou mesmo não construída? Em Campinas nem tanto, mas em São Paulo existem muitos nordestinos de muitas cidades e Estados. Exceto no universo da Unicamp, que poderia citar quatro nordestinos, todos os outros que conheci aqui em São Paulo estavam "atrás do balcão", servindo mesas, abrindo e fechando portões, fazendo cafés, vendendo em lojas, nas ruas. Há um lugar social para o nordestino em São Paulo. A responsabilidade de me ver diante deles é muito grande, eles estão refletidos em mim e na minha escrita. Então, esta é uma tese escrita sobre os discursos do Nordeste por uma nordestina em Campinas. Escrevo sobre o Nordeste fora, temporariamente, dele.

Não posso me reservar ao direito de contar histórias tristes, tive meus privilégios e o principal deles foi ter tido acesso a uma boa educação. Hoje eu tenho consciência que o meu processo de escolarização marcou completamente a minha vida pessoal e profissional. Eu queria muitíssimo entrar na universidade e minha mãe e minha avó me incentivaram, apoiaram-me e numa nobreza de gesto não permitiram que eu trabalhasse no período que compreendesse a preparação para o vestibular.

Hoje, percebo que quando se entra na universidade não é só a sua vida que é completamente modificada, mas toda a família se reorganiza e se movimenta com você. Eu fui a primeira da família a ter acesso a um curso universitário, nunca encarei isso com uma responsabilidade, ainda hoje também não. Penso que cada um deve fazer o seu próprio

percurso formativo. Mas, o caminho foi aberto e todos os outros mais jovens que eu seguiram...

Fui me constituindo como professora, tempo após tempo, experiência após experiência. Se fala lá em casa que eu já frequentava a escola mesmo antes de nascer, ou seja, acolhida na barriga de minha mãe ia junto com ela assistir aulas, fazer provas, enfim cumprir o ritual que o processo de ensinoaprendizagem exige. Logo, logo, iniciei minhas experimentações em ensino, em uma casa de professoras, se brinca de ensinar, mas se aprende a trabalhar ensinado. Já na adolescência fazia o que se chama na Bahia de banca, também é conhecida como reforço escolar, ensinava a tarefa de casa a estudantes que tinham alguma dificuldade em estudar sozinho.

"Dei" banca, "dei" aula, ensinei até a minha entrada na universidade, daí aprendi a ganhar dinheiro, mas a ensinar também. E fui fazer licenciatura em Geografia, curso de formação de professoras e me tornei socialmente, institucionalmente e reconhecidamente professora. Segui a profissão de minha mãe, em casa de professoras se aprende observando, escutando e refletindo o que as outras professoras fazem e dizem a respeito da docência e da vida.

Hoje, como professora do curso de formação de professoras da Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs) tenho a responsabilidade de ensinar e orientar novas professoras. Na certeza de que o curso de doutoramento me faz melhor professora e melhor humana sigo acreditando numa educação transformadora.

Quero agradecer à minha família que respeitou minhas ausências, principalmente, quando a minha presença era necessária. Minha mãe Val, minha irmã Ivana, e meu sobrinho, Ângelo, eles são os responsáveis pela minha permanência em Campinas.

Quero agradecer também ao meu orientador, o professor Dr Edson Roberto de Souza. O professor Edson me ensinou que apesar de tudo, o caminho da pesquisa pode ser feliz e isso vou levar comigo pra vida. O que apresento nesta tese foi fruto de muito, muito trabalho. Neste texto tem suor, lágrimas, dedicação, disciplina, estudo, mas tem, sobretudo, muita vontade, vontade de fazer o melhor! Não foi fácil, mas foi feliz. Agradeço também pela dedicação, paciência, por ter compreendido meus medos, dúvidas, ansiedades, incertezas, limitações e principalmente por ter acreditado em mim e ter me acolhido num momento difícil da vida. Foi o professor Edson quem me apresentou a Análise de Discurso. Até esse momento eu não tinha a mínima noção do que era esse campo de saber. E, olha, é muito mais difícil do que se imagina. A AD, como costuma ser chamada pelos mais íntimos, precisa de tempo, de maturação e maturidade de leitura. É processo de idas e vindas nas leituras e de se dar o

tempo necessário para que o diálogo com os autores aconteça. Mas, quem disse que quem faz doutorado tem esse tempo? Tudo passa muito rápido, embora não pareça. O jeito que encontrei foi mergulhar na AD, fazendo leituras diárias, cursando disciplinas, lendo revistas da área, assistindo palestras, vivendo de AD... Nesse universo estudei com professores maravilhosos como Sírio Possenti, Susy Lagazzi, Lauro Baldini, Mônica Zoppi e Fábio Barbosa. Eles, de certa forma, são responsáveis pelo percurso de leitura presente na tese. Agradeço a generosidade de Patrícia de Paula por ter apontado outras possibilidades de leitura das questões.

Do outro lado, no universo cotidiano de Campinas agradeço a Camila, Rafael, Mariana, Shirley, Luis, Helena, Fartura e Flávia. Agradeço especialmente a Mariana por ter sido minha referência de família em Campinas, pelas horas e horas de conversas, pelas viagens, cafés, risadas e "micos" compartilhados. E a Helena por ter me ensinado a perder o medo de cozinhar. No programa de Pós-graduação em Ensino e História das Ciências da Terra: Wagner, Carol, Ana Paula. Em Feira de Santana meus amigos de longa data: Ciene, Elicarlos, Vanda, Sidney, Lysie, Fabiola, Fábio, Josi, Valmir, Augusto, Carlos Augusto. No Espírito Santo: Marisa Teresinha, em Londrina no Paraná: Ana Heloisa. Quero agradecer às minhas psicólogas aqui em Campinas, Fernanda e Daniela. Agradeço aos funcionários do programa, Val, Gorete, Valdir e Bia. E aos professores Celso e Pedro pelo acolhimento. Agradeço aos meus colegas de trabalho por terem me liberado para fazer o doutoramento. Por fim, agradeço a Uefs, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil - (CAPES) – Código de Financiamento 001, a Comvest e Unicamp.

Sou muito grata a todos...

nós

Somos quem podemos ser
Sonhos que podemos ter

(“Somos quem podemos ser” - Engenheiros do Hawaii)

RESUMO

A região Nordeste do Brasil se constitui como um acontecimento discursivo. Os sentidos históricos e geográficos atribuídos a esta região giram em torno, basicamente, da falta ou escassez das chuvas e da veiculada dependência política, tecnológica, cultural, educacional e financeira dos grandes centros da região Sudeste. Esses são discursos que circulam por diferentes espaços-tempos escolares, científicos e midiáticos. À vista disso, esta tese pretende compreender os efeitos de sentidos sobre o clima da região Nordeste do Brasil produzidos a partir de um conjunto de questões dissertativas das provas de Geografia dos exames vestibulares da Unicamp de 1987 a 2016, a partir dos aportes fornecidos pela Análise de Discurso franco-brasileira. Propomos a seguinte pergunta para conduzir as análises: qual o funcionamento discursivo do tema clima do Nordeste em questões de Geografia do vestibular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)? Ou dito de outra forma: quais os efeitos de sentidos produzidos por essas questões quando relacionadas a outras textualidades? A estrutura teórico-metodológica se sustenta, basicamente, em Michel Pêcheux, Eni Orlandi, Jean Jacques Courtine, Suzy Lagazzi, dentre outros. Durval Muniz Albuquerque Júnior e Iná de Castro foram importantes interlocutores, na História e na Geografia, respectivamente. Através das análises foi possível identificar que a noção de "falta" atravessa todas as questões sobre a região Nordeste. Falta tudo ou quase tudo: água, comida, saúde, trabalho, educação, civilização, desenvolvimento, tecnologia... A noção de falta, carência, necessidade, privação produz um vantajoso apagamento das condições sócio-históricas que conduziram o Nordeste a uma situação de sensibilidade econômica e social. Esse apagamento produz um efeito de que o Nordeste "é do jeito é", "é o que é", "é assim mesmo". É possível dizer, também, que as questões revelam a existência de uma memória discursiva hegemônica que localiza o Nordeste em um lugar menor, inferior, subjugado e que produz formas materiais de discurso que informam como se deve olhar, pensar, sentir e agir sobre o Nordeste brasileiro.

Palavras-chave: Leitura, Análise de Discurso, Vestibular, Geografia, Clima do Nordeste brasileiro

ABSTRACT

The Northeast region of Brazil constitutes a discursive event. The senses historically and geographically attributed to this region revolve around, basically, either due to the lack or scarcity of rainfall, or to the political, technological, cultural, educational and financial dependence of the large centers of the Southeast region. These are discourses that circulate through different space-times school, science and media. In view of this, this thesis intends to understand the effects of senses on the climate of the Northeast region of Brazil, produced from a set of questions of the Geography tests of the of Unicamp entry exams from 1987 to 2016, based on the contributions provided by Franco-Brazilian Discourse Analysis. We propose the following question to conduct our analysis: what is the discursive functioning of the Northeast climate in Geography questions of the entry exam of the State University of Campinas (Unicamp)? Or put another way: what are the effects of the senses produced by these questions when related to other textualities? The theoretical-methodological structure is basically based on Michel Pêcheux, Eni Orlandi, Jean Jacques Courtine and Suzy Lagazzi, among others. Durval Muniz Albuquerque Júnior and Iná de Castro were important interlocutors, in History and Geography, respectively. Through the analyzes it was possible to identify that the notion of "lack" passes through all the questions about the Northeast region, lacking everything or almost everything: water, food, health, work, education, civilization, development, technology, etc. The notion of lack, deficiency, need, deprivation, produces an advantageous erasure of the socio-historical conditions that led the Northeast to a situation of economic and social sensitivity. This erasure produces an effect that the Northeast "is the way it is", "is what it is", "that's the way it is." It is also possible to say that the issues reveal the existence of a hegemonic discursive memory that locates the Northeast in a smaller, inferior, subjugated place and that produces material forms of discourse that inform how to look, think, feel and act on the Brazilian Northeast.

Keywords: Reading, Discourse Analysis, University Entry Exam, Geography, Climate of the Northeast of Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Recorte de notícia publicada no site da Comvest 25
Figura 2. Recorte do Jornal "O Estado de São Paulo". Ocorrência de reportagens sobre o clima do Nordeste do Brasil 33
Figura 3. Recorte do site Enem Virtual 34
Figura 4. Portaria 250/1986 54
Figura 5. Resolução 016/2016 54
Figura 6. Lista de conteúdos para o vestibular 2004 60
Figura 7. Lista de conteúdos para o vestibular 2016 61
Figura 8. Mapa da Divisão regional do Brasil em 1913, Delgado de Carvalho 89
Figura 9. Cena do filme "O Matador", inspirado no livro "O cabeleira" de Franklin Távora 91
Figura 10. Divisão regional do Brasil em 1940, Conselho Nacional de Estatística 93
Figura 11. Recorte do Jornal Folha de São Paulo, 19.03.1953 94
Figura 12. Recortes do Jornal "O Estado de São Paulo", 22.03.1958 95
Figura 13. Recorte do Jornal "O Estado de São Paulo", 13.05.1958 96
Figura 14. Divisão do Brasil 1960 98
Figura 15. Divisão do Brasil de 1970 99
Figura 16. Divisão atual do Brasil. 99
Figura 18. Questão 11 da prova de Geografia da 2ª fase do ano de 1987 do vestibular da Unicamp 103
Figura 19. Capa da Revista Besouro, 1878 113
Figura 20. : Primeira página da Revista Besouro 114
Figura 21. Fotografia dos flagelados da seca 114
Figura 22. Fotografia dos flagelados da seca 115
Figura 23. Fotografia dos flagelados da seca 115
Figura 24. Conjunto de charges diversas 118
Figura 25. Questão do vestibular da UFSM-RG 123
Figura 26. Estude, pois a caneta é mais leve que a pá! 131
Figura 27. Matérias do Jornal "O Estado de São Paulo" sobre as geadas na região Sul do Brasil 132
Figura 28. Questão 16 da prova de Geografia da 2ª fase do ano de 2003 da Unicamp 139
Figura 29. Questão 06 da prova de Geografia da 2ª fase do ano de 2011 da Unicamp 141
Figura 30. Recortes dos climogramas da questão 16 e 06 das provas de Geografia da Comvest 145
Figura 31. Respostas esperadas pela banca, 2003 153
Figura 32. Respostas esperadas pela banca, 2011 154
Figura 33. Exemplo de resposta acima da média 155
Figura 34. Exemplo de resposta abaixo da média 156
Figura 35. Comentários da banca elaboradora da prova de Geografia do ano de 2003 157
Figura 36. Exemplo de resposta acima da média 158
Figura 37. Exemplo de resposta abaixo da média 158
Figura 38. Comentários da Banca elaboradora do vestibular 159
Figura 39. Climograma de Goiânia 162
Figura 40. Climogramas da cidade de Goiânia em Goiás, Brasil 162
Figura 41. Tipos climáticos do Nordeste 163
Figura 42. Matéria sobre Clima e Vegetação do Nordeste 164
Figura 43. Matéria sobre Clima e Vegetação do Nordeste 165
Figura 44. Vegetação da cidade de Barra, Bahia 166
Figura 45. Capa do filme "Morte e vida Severina" de 1977 174
Figura 46. Foto do *site* Brasiliana Fotográfica – Colheita do café, Vale do Paraíba 177
Figura 47. Recortes 181
Figura 48. Diferença entre o trabalho braçal e intelectual 184
Figura 49. Sobre o trabalho braçal e intelectual no *yahoo* respostas 185
Figura 50. Imagens do trabalho braçal 186
Figura 51. Recorte do livro didático Território e sociedade: no mundo globalizado 188
Figura 52. Imagem da matéria sobre trabalho infantil do jornal Gazeta Regional 189
Figura 53. Imagem do site da Fespsp sobre trabalho infantil 190
Figura 54. Chico Bento no episódio "O sabe tudo". 191
Figura 55. Exemplo de resposta para a questão 29 de 1993, proposta pelo *site "Super Professor"*. 192
Figura 56. Questão 30 da prova de Geografia da 2ª fase do ano de 1990 da Unicamp 196
Figura 57. Recortes do Jornal O Estado de São Paulo de 1990 sobre a indústria da seca segundo os leitores-autores 199

Figura 58. Recorte do livro didático "Território e sociedade” 203
Figura 59. Lei nº 175 que estabelece a primeira delimitação do polígono das secas em 1936 204
Figura 60. Questão 21 da prova de Geografia da 2ª fase do ano de 2006 da Unicamp 205
Figura 61. Resposta esperada pela banca examinadora do vestibular 2006 206
Figura 62. Exemplo de resposta acima da média 207
Figura 63. Exemplo de resposta abaixo da média 207
Figura 64. Resposta esperada pela banca examinadora 208
Figura 65. Exemplo de resposta acima da média 209
Figura 66. Exemplo de resposta abaixo da média 209
Figura 67. Resposta esperada pela banca 210
Figura 68. Exemplo de resposta acima da média 210
Figura 69. Exemplo de resposta abaixo da média 211
Figura 70. Comentários da banca elaboradora da prova 211
Figura 71. Questão 29 da prova de Geografia da 2ª fase do ano de 1991 da Unicamp 213
Figura 72. Recortes dos mapas das questões 21 e 29 do vestibular da Unicamp 214
Figura 73. Imagem do livro didático 215
Figura 74. Recorte da HQ de Chico Bento. Na roça é diferente. 216
Figura 75. Definições do Aurélio 217
Figura 76. Recorte de livro didático: As sub-regiões do Nordeste 218
Figura 77. Mapa das Sub-regiões do Nordeste do *site* Brasil Escola 219
Figura 78. Recorte de livro didático. Breve descrição das sub-regiões do Nordeste 221
Figura 79. Exemplo de resposta para a questão 29 de 1991, proposta pelo site “Super Professor”. 222
Figura 80. Questão 17 da prova de Geografia da 2ª fase do ano de 1996 da Unicamp 224
Figura 81. Recorte de livro didático: as desigualdades sociais no espaço brasileiro 227
Figura 82. Capas da revista Veja 232
Figura 83. Capas da revista "Menino caranguejo" 233
Figura 84. Questão 08 da prova de Geografia da 2ª fase do ano de 1997 da Unicamp 235
Figura 85. Reportagem do *site* da Câmara dos Deputados sobre a crise hídrica no Sudeste 243
Figura 86. Questão 13 da prova de Geografia da 2ª fase do ano de 2009 da Unicamp 245
Figura 87. Mapa "O mundo político" 247
Figura 88. Planisfério: divisão socioeconômica - norte x sul 247
Figura 89. Peça publicitária da Renault "Os nordestinos são preguiçosos" 250
Figura 90. Mensagem virtual sobre os nordestinos nas eleições 2018 255
Figura 91. Solstício e equinócio 257
Figura 92. Resposta esperada pela banca avaliadora do vestibular 258
Figura 93. Exemplo de resposta acima da média 258
Figura 94. Comentários da banca elaboradora 259
Figura 95. Recorte de livro didático: turismo no Nordeste 268
Figura 96. Turismo na caatinga 270
Figura 97. Matéria sobre o chef do sertão 272
Figura 98. Picolé de cacto 272
Figura 99. Mapas dos polos de irrigação 274
Figura 100. Recife o Vale do Silício brasileiro 275

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Questões analisadas a partir da afinidade temática 35
Tabela 2. Regiões e Unidades Federadas. Recorte do Anuário Estatístico do IBGE, 1938 92
Tabela 3. Obras contra as secas. Recorte do Anuário Estatístico IBGE, 1970 101
Tabela 4. Poços perfurados. Recorte do Anuário Estatístico IBGE, 1970 102
Tabela 5. Grandes Regiões e Unidades da Federação. Recorte do Anuário Estatístico do IBGE – 2016 105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD.....Análise de Discurso
ANA.....Agência Nacional de Águas
CAPES..... Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAGRI.....Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas a Agricultura da Unicamp
COMVEST.....Comissão Permanente para os vestibulares da UNICAMP
CP.....Condições de Produção
ENEM.....Exame Nacional do Ensino Médio
FD.....Formação Discursiva
FI.....Formação Ideológica
FUVEST.....Fundação Universitária para o Vestibular
HQ.....História em Quadrinhos
IBGE.....Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE.....Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEMA.....Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IPHAN.....Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB.....Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC.....Ministério da Educação e Cultura
NEP.....Núcleo de Educação Popular
PCN.....Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNEM.....Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio
SUDENE.....Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UNESP..... Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquista Filho
UNICAMP.....Universidade Estadual de Campinas
USP.....Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 18

Objetivo Geral 21

Objetivos específicos 21

Justificativa 22

Arquivo da pesquisa 26

O *corpus* de análise 30

CAPÍTULO 1 38

O VESTIBULAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA 38

1.1 Contextualização do vestibular na história da educação brasileira 39

1.2 O vestibular da Unicamp 52

1.3 Consensos: clima, Geografia e vestibular 58

CAPÍTULO 2 63

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO DA ANÁLISE DE DISCURSO 63

2.1 Discurso e texto 64

2.2 As condições de produção 70

2.3 Formação Ideológica 74

2.4 Memória Discursiva 77

2.5 Efeito Leitor 81

CAPÍTULO 3 86

A CONSTRUÇÃO IMAGÉTICO-DISCURSIVA DO NORDESTE BRASILEIRO 86

3.1 Por uma estética do espaço nordestino 87

3.2 A miséria como espetáculo 110

3.3 O outro lado: a denúncia social (!?) 126

CAPÍTULO 4 135

ANÁLISES DAS QUESTÕES DE GEOGRAFIA DO VESTIBULAR DA UNICAMP (1987-2016) 135

AS ANÁLISES: DISCURSOS SOBRE O CLIMA DO NORDESTE 136

4.1 ANÁLISE 1: Faz calor e é seco: Clima e vegetação do nordeste brasileiro 138

4.2 ANÁLISE 2: Corpos resistentes: por uma estética do corpo nordestino 169

4.3 ANÁLISE 3: Na esquina: a seca do nordeste 195

4.4 ANÁLISE 4: O outono, o Nordeste e o trabalho 245

Questões analisadas: um fecho possível 261

CAPÍTULO 5 266

AVESSOS 266

5.1 Os avessos da natureza: espaço, tempo e tecnologia 267

CONSIDERAÇÕES FINAIS 279

Discursos entre espaços e tempos 279

REFERÊNCIAS 285

ANEXOS 291

INTRODUÇÃO

> A primeira exigência consiste em dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas. Uma descrição, nessa perspectiva, não é uma apreensão fenomenológica ou hermenêutica na qual descrever se torna indiscernível de interpretar: essa concepção de descrição supõe ao contrário o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua (PÊCHEUX, 2015, p. 50).

A região Nordeste do Brasil se constitui como um acontecimento discursivo. Os sentidos históricos e geográficos atribuídos a esta região giram em torno, basicamente, da falta ou escassez das chuvas e da veiculada dependência política, tecnológica, cultural, educacional e financeira dos grandes centros da região Sudeste. Esses são discursos que circulam por diferentes espaços-tempos escolares, científicos e midiáticos. Do ponto de vista da escassez das chuvas, principal motivo que torna o Nordeste um tema interessante para as mídias, é recorrente o discurso que coloca a natureza como a principal responsável pela situação de atraso, pobreza e mendicância em que vive o Nordeste e os nordestinos. Ou seja, esse é um lugar-comum sobre essa região. Porém, outros discursos irrompem e atravessam esse discurso estabilizado, introduzindo, para além de condicionantes naturais como as causas do problema, os políticos e sociais.

A proposta principal desta investigação é analisar os discursos acerca da região Nordeste, sobretudo o que se diz sobre seu clima, sob o ponto de vista da Análise de Discurso (AD). Propomos as seguintes perguntas para conduzir as análises: como a temática "clima do Nordeste" é significada dentro do processo de seleção para ingresso à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)? Ou dito de outra forma: Qual o funcionamento discursivo do tema clima do Nordeste em um conjunto de questões de Geografia do vestibular da Unicamp? Tomando como base o conjunto de questões aplicadas entre 1987 e 2016, quais os efeitos de sentido produzidos por elas? Ou, ainda: quais os efeitos de sentido produzidos por essas questões quando relacionadas a outras textualidades?

É laborioso discutir sobre clima e, em particular, o clima do Nordeste, o qual por sua vez, carrega uma memória social bastante conhecida: via de regra, falar sobre clima do Nordeste é falar sobre calor, seca, caatinga, falta de chuvas, terra rachada, cinzenta, diminuição dos leitos dos rios, perda da produção agropecuária, dentre outras faltas e perdas. É falar também de um sujeito sofrido, mas que resiste às intempéries da natureza, visto que é quase também um "elemento" da natureza. Desta forma, o Nordeste se situa entre extremos:

excesso (seca, calor, sol) e falta (de chuvas e de água). As relações entre homem, espaço e natureza são marcadamente presentes nesta região. Contudo, essa produção imagético-discursiva só faz sentido pela força das condições de produção que criam, sustentam e atualizam os discursos em torno do Nordeste brasileiro.

Os constructos discursivos que determinam o tema "clima do Nordeste" o instauram como acontecimento discursivo, entendido por Pêcheux (1999, 2015) como um processo que envolve certa improbabilidade, tem memória, repercussão e circula por espaços-tempos diferentes. O acontecimento, ainda, não se dá como um fato, um ato em si, do ponto de vista discursivo. Ele acontece já antes, produz novas discursividades e abre espaço para novas formas de repetição, permitindo que um processo discursivo se produza.

O acontecimento está voltado ao processo de circulação, em espaços-tempos diversos, com diferentes efeitos de sentidos produzidos na tensão entre memória e atualidade. Embora tenham memória e se atualizem no contexto em que aparecem, precisam ser registrados, comprovados, legitimados, oficializados por instituições, e por elas se fazem circular. Assim, os discursos sobre a seca do nordeste circulam por espaços-tempos heterogêneos: escolas, universidades, agências do estado, agências de pesquisa, documentos oficiais, anuários, artes, literatura, fotografia, música, jornais, novelas, cinema, internet.

Os constructos sobre o clima, do ponto de vista discursivo, só podem ser pensados na sua relação com as condições de produção, ideologia, formação discursiva e a memória discursiva, domínios pelos quais o gesto de leitura percorrerá. Posteriormente, discutiremos os funcionamentos de cada um desses termos.

A memória aqui é uma noção importante e sustenta todo dizer das páginas a seguir. É através dela que o fio do discurso se desenrola. Nesse sentido, a memória é entendida como um jogo de poder que deriva de um processo histórico complexo e contraditório, ela é estruturalmente organizada pelo esquecimento, com um funcionamento que lhe é próprio. É principalmente por essas questões que a memória tem uma dominância e tem um lugar social.

Desse modo, entendemos que a AD se estabelece como um importante dispositivo de leitura do mundo, de atos de fala cotidiana, acontecimentos, evidências já estabelecidas pela força da repetição e insurreições que desorganizam essa ordem. Logo, interessa-nos, a respeito do clima da região Nordeste, dar a ver o caráter complexo e contraditório presente nos discursos acerca das relações do clima com a sociedade e as instituições, e como sua apresentação hegemônica cria uma memória social sobre um espaço tão múltiplo, multifacetado e heterogêneo.

Assim como a Linguística, Semiótica, Gestalt, Fonoaudiologia, Psicologia, a AD é uma perspectiva dentro de um amplo conjunto de áreas de conhecimento que se dedicam ao estudo da linguagem e seus desdobramentos. Segundo Orlandi (2015), a AD está no entremeio da Linguagem, História e Ideologia. E por ela adentramos o campo disciplinar da Geografia, porque não há relação social que se realize fora do espaço: esta é condição e substância para a vida em sociedade. O espaço determina as condições de produção de um discurso. Já à história, cabe desnaturalizar os acontecimentos e fenômenos sociais, compreendê-los dentro de suas dimensões espaciais, políticas, artísticas, culturais, simbólicas, econômicas, dentre muitas outras.

À vista disso, utilizamos os aportes teórico-metodológicos da AD nos trabalhos desenvolvidos por Pêcheux (1999, 2014), Gadet e Hak (2014), Courtine (1999, 2009), Maldidier (2003), Orlandi (1995, 1996, 1997, 2005, 2007, 2012, 2014, 2015), Lagazzi (2015) Possenti (2009), Brandão (2012) e outros, que se constituem como principais referenciais dessa pesquisa.

A presente tese está organizada, além desta introdução, em cinco capítulos: o primeiro contextualiza o vestibular na história da educação brasileira; o segundo reflete sobre a construção imagético-discursiva dos discursos sobre o Nordeste brasileiro; o terceiro apresenta e discute o referencial teórico e metodológico da Análise de Discurso; o quarto se dedica as análises das questões de Geografia dos vestibulares da Unicamp; o quinto aborda as relações dos avessos da natureza, do clima e da tecnologia do Nordeste e para efeito de fechamento, as conclusões finais. O gesto de leitura construído é atravessado em todos os seus momentos pelos dispositivos teóricos e metodológicos da AD.

Objetivo Geral

A presente pesquisa pretende compreender os efeitos de sentidos sobre o clima da região Nordeste do Brasil produzidos a partir de um conjunto de questões dissertativas das provas de Geografia dos exames vestibulares da Unicamp, de 1987 a 2016, a partir dos aportes fornecidos pela Análise de Discurso franco-brasileira.

Objetivos específicos

- Identificar e analisar, nessas provas, os efeitos de sentidos sobre o clima do Nordeste;
- Analisar as relações de sentido entre as questões e outras textualidades que circulam por diferentes mídias, suportes e veículos, dentre as quais: fotografias, filmes, músicas, jornais, livros didáticos, charges, histórias em quadrinhos e outras;
- Ler e interpretar as questões sob a perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso.

A presente investigação buscou responder às seguintes questões específicas:

- Quais efeitos de sentido são possíveis a partir da análise das provas de Geografia de segunda fase do vestibular da Unicamp, entre os anos de 1987 a 2016?
- Quais discursos sobre o clima do Nordeste às provas de Geografia de segunda fase da Unicamp fazem circular?
- Quais intertextualidades são possíveis a partir da relação imagem-texto nas provas de Geografia do vestibular da Unicamp, que têm o clima como tema central?
- Quais as possíveis contribuições da análise de discurso para leitura e intepretação das provas de Geografia da Unicamp?

- Não seria possível dar voz a outros discursos sobre o clima do Nordeste, além do discurso hegemônico que existe sobre o tema? Quais poderes funcionam para a manutenção desse discurso dominante? Quais outros discursos são impedidos de emergir?

Justificativa

Muitas são as dissertações e teses que se ocupam no estudo sobre os processos seletivos para ingresso ao ensino superior no Brasil, seja o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que seleciona estudantes para as Universidades Federais, seja os demais vestibulares. Em contrapartida, poucos são os estudos que analisam o vestibular do ponto de vista discursivo. E quando isso acontece, eles são voltados às redações dos vestibulandos, ou seja, estão relacionados diretamente às Ciências da Linguagem (como a Língua Portuguesa/ Letras e a Linguística).

Em Geografia, após buscas no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como nas bibliotecas das universidades públicas paulistas que têm a AD como linha de pesquisa na pós-graduação, foi possível identificar apenas uma dissertação de mestrado que tratava especificamente da relação AD e Geografia. Nesta, a autora buscava compreender a constituição de sentidos políticos no discurso político em livros didáticos de Geografia. Há também outros trabalhos que possuem no título o lexema "discurso", contudo ao ler o resumo e consultar a bibliografia, observamos que "discurso" não se apresentava como campo de saber, mas como exposição de ideias, ou seja, a AD não se constituía como referencial teórico-metodológico. Dois grandes trabalhos de circulação nacional que associam discurso e Nordeste também estão no texto tese, são eles: na Geografia, as pesquisas de Iná Elias de Castro e na História, Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

Dessa forma, esta pesquisa traz uma contribuição original, porque deriva da relação entre a AD e a Geografia em questões do vestibular da Unicamp, sendo proposta pelo olhar e leitura de uma professora de Geografia, e tendo como referência os pressupostos da AD. Assim, esta pesquisa surge no momento em que se confrontam os discursos, em que se busca sair das evidências, descontruir sentidos naturalizados e estabilizados. E isso só pode ser compreendido se tomarmos a língua como materialidade simbólica do discurso e o discurso como materialidade da ideologia, o que se constitui um novo desafio para a Geografia.

O vestibular da Unicamp é um dos maiores do Brasil, estando entre os seis mais concorridos do país. Este processo seletivo possui uma abrangência nacional pela representação da instituição e pela distribuição dos locais de provas no território brasileiro. As questões desse vestibular se espalham pelas escolas e cursos pré-vestibulares em todo Brasil. Elas estão nas provas do ensino médio, nas simulações de vestibulares, nos módulos e apostilas preparadas pelas escolas ou por empresas educacionais e também em diversos sites e canais do YouTube voltados à educação escolar. Em 2018, por exemplo, a Unicamp implanta o seu primeiro vestibular voltado exclusivamente para a comunidade indígena, com provas nas cidades de Campinas (SP), Dourados (MS), Manaus (AM), Recife (PE) e São Gabriel da Cachoeira (AM). Essa informação só corrobora o argumento de que as provas do vestibular da Unicamp estão distribuídas pelo espaço brasileiro tanto pela realização do próprio vestibular quanto virtualmente através das simulações propostas pelas escolas e centros de ensino.

A partir disso, é possível supor que o vestibular, em certa medida, intervém de forma indireta, mas sensível, no currículo das escolas, indicando leituras, temas, assuntos e maneiras de significar um conteúdo geográfico. Essa é uma relação interessante, porque o vestibular deve se basear, além dos documentos[1] oficiais governamentais, no currículo escolar oficial, mas, paralelamente, ele modifica esse currículo à medida que determinados conteúdos são exigidos com mais frequência nos exames. Existem temas escolares que deixam de ser ensinados e/ou enfatizados em sala de aula pela falta ou pouca presença em questões de vestibular. Assim, o currículo escolar parametriza a organização do conteúdo do vestibular e ao mesmo tempo o vestibular influencia o que se ensina na escola.

Portanto, a pesquisa se justifica pela abrangência e influência do vestibular da Unicamp no Brasil, que embora seja localizado em um espaço específico, seu raio de ação chega a espaços-tempos de muitos Estados brasileiros. Ou seja, o vestibular como um processo complexo articula universidade e escola propondo, adequando e implicando os currículos das escolas. Na maioria das vezes, o estudante só tem contato com o universo do ensino universitário através da perspectiva de participar do processo seletivo, e nesses casos, o vestibular é o primeiro contato, o cartão de visitas, o cartão postal da universidade.

A mediação primeira entre estudante e universidade é conduzida, via de regra, pela escola, que faz as primeiras apresentações, cria expectativas e aí já inicia a construção dos desejos e perspectivas dos estudantes, sobretudo do ensino médio. O olhar que os professores têm a respeito de algumas universidades é construído pelos sentidos

[1] Tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM).

compartilhados coletivamente. As mídias de uma forma geral, e a internet também, são fortemente responsáveis pela divulgação e prestígio das universidades brasileiras, divulgando suas pesquisas ou solicitando dos professores-pesquisadores opiniões a respeito de assuntos específicos e em que estejam em discussão no momento.

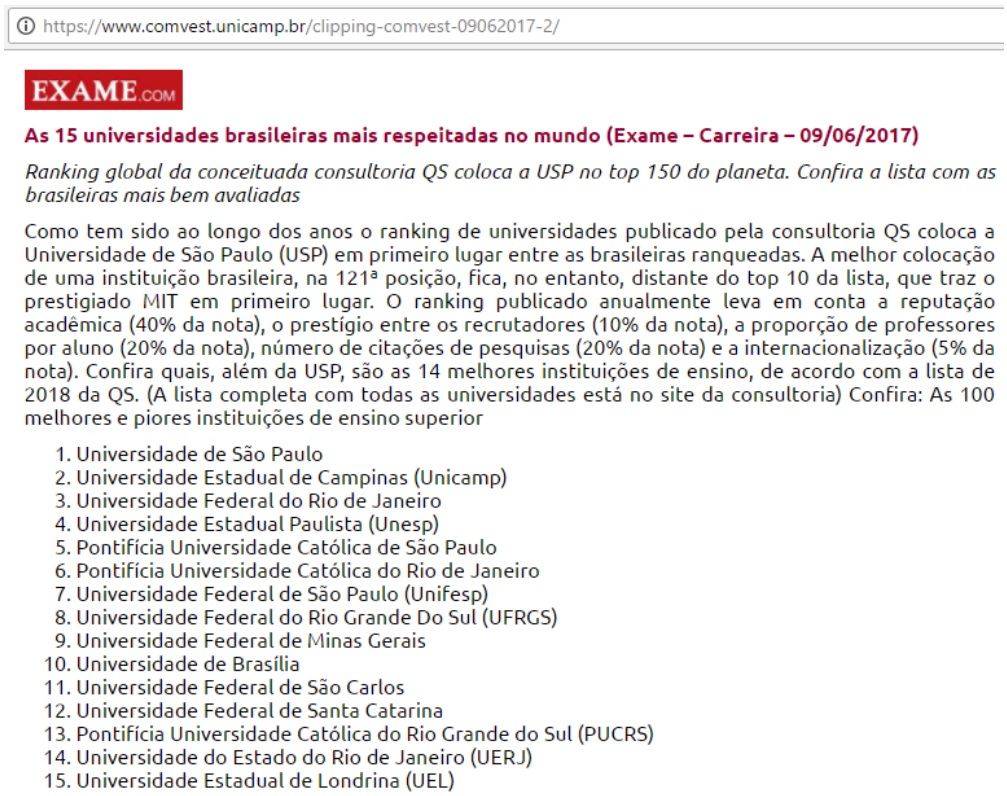
Já a implicação ao currículo só acontece se a instituição é socialmente confiável e referendável e isso sugere à produção de efeitos de sentidos voltados a qualidade, eficiência, produção acadêmica e de pesquisa. Uma universidade socialmente referendada se torna "modelo" para a sociedade e para outras instituições, tanto internamente, quanto fora do Brasil. Um exemplo disso são os projetos e programas de internacionalização desenvolvidos por algumas universidades. A Unicamp, em particular, recebe todos os anos dezenas de estudantes de outros países, assim como envia seus estudantes para fazer intercâmbio institucional em universidades de diversos lugares do mundo.

Esses sentidos circulam facilmente pelas mídias. A esse respeito, a Comissão Permanente para os vestibulares (Comvest)[2] divulgou em seu *site* a seguinte nota extraída da revista Exame[3], na qual a Unicamp aparece como a segunda melhor universidade do Brasil:

[2] É o órgão responsável por toda elaboração, organização e logística do vestibular da Unicamp. Falaremos mais dele adiante.

[3] Vale dizer que a revista Exame é do grupo Abril, um dos maiores grupos de comunicação do Brasil, de circulação nacional têm um conjunto variado de revistas e *sites*.

Figura 1. Recorte de notícia publicada no site da Comvest



https://www.comvest.unicamp.br/clipping-comvest-09062017-2/

EXAME.COM

As 15 universidades brasileiras mais respeitadas no mundo (Exame – Carreira – 09/06/2017)

Ranking global da conceituada consultoria QS coloca a USP no top 150 do planeta. Confira a lista com as brasileiras mais bem avaliadas

Como tem sido ao longo dos anos o ranking de universidades publicado pela consultoria QS coloca a Universidade de São Paulo (USP) em primeiro lugar entre as brasileiras ranqueadas. A melhor colocação de uma instituição brasileira, na 121ª posição, fica, no entanto, distante do top 10 da lista, que traz o prestigiado MIT em primeiro lugar. O ranking publicado anualmente leva em conta a reputação acadêmica (40% da nota), o prestígio entre os recrutadores (10% da nota), a proporção de professores por aluno (20% da nota), número de citações de pesquisas (20% da nota) e a internacionalização (5% da nota). Confira quais, além da USP, são as 14 melhores instituições de ensino, de acordo com a lista de 2018 da QS. (A lista completa com todas as universidades está no site da consultoria) Confira: As 100 melhores e piores instituições de ensino superior

1. Universidade de São Paulo
2. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
3. Universidade Federal do Rio de Janeiro
4. Universidade Estadual Paulista (Unesp)
5. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
6. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
7. Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
8. Universidade Federal do Rio Grande Do Sul (UFRGS)
9. Universidade Federal de Minas Gerais
10. Universidade de Brasília
11. Universidade Federal de São Carlos
12. Universidade Federal de Santa Catarina
13. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
14. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
15. Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Disponível em: https://www.comvest.Unicamp.br/clipping-comvest-09062017-2/

A revista publica um ranking de instituições que estariam em posição de destaque nacional segundo avaliação da *QS consultoria*[4]. Dentre os elementos da avaliação, aquele com maior nota é justamente a reputação acadêmica, que abarca 40% da nota, seguida do prestígio da instituição. Observe que esses dois elementos são construídos socialmente e estabelecidos ao longo do tempo. A reputação e o prestígio estão diretamente relacionados à produção de sentidos sociais.

Ainda é possível observar que nenhuma universidade do Nordeste aparece nesse ranking, das quinze instituições, sendo seis localizadas em São Paulo. Ou seja, quase metade do total. Exceto a Universidade de Brasília todas as outras se distribuem entre as regiões Sudeste e Sul do Brasil.

O vestibular é também pauta constante nas discussões das políticas de acesso ao ensino universitário através dos grupos sociais organizados, dos movimentos sociais, dos pesquisadores em educação e do Governo Federal (por meio de seus órgãos específicos como o Ministério da Educação (MEC)).

[4] É importante dizer que a *QS consultoria* é uma empresa que classifica universidades nos cinco continentes do mundo. Isso é um indício de que sua metodologia de avaliação deve ser bastante ampla para agregar instituições de perfis tão distintos.

Aceitando a conceituação do discurso como materialidade e de que são as instituições produtoras, reprodutoras e legitimadoras de discursos, entendemos que este trabalho se encontra em lugar especial, de contato entre a universidade e a escola. As instituições são oficializadoras, são elas que dão sustentação, validade e circulação aos discursos. Logo, é na instituição que os discursos ganham materialidade, forma, uso, ações e práticas.

Instituições, tais como as universidades, são revestidas de autoridade para legitimar determinadas maneiras de significar em detrimento a tantas outras. Tal autoridade lhe é concedida pelo discurso, que ela ajuda a construir, sobre si mesma, o qual acaba reverberando nas escolas, igrejas, partidos políticos, movimentos sociais e no Estado. As instituições são grandes compartilhadoras de discursos. Portanto, estudar os discursos institucionais é importante, entre outras coisas, porque nos ajuda a refletir como a sociedade pensa a si mesma, e pensa sobre o outro que lhe é distinto, como no caso na análise das provas da Unicamp sobre o clima Nordestino.

Arquivo da pesquisa

O conjunto de documentos analisados nesta tese corresponde justamente à noção de arquivo desenvolvida por Pêcheux (2014, p. 59), para o qual o arquivo é "entendido, no sentido amplo, de campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão". O arquivo é, então, um grupo de documentos relacionado a um tema, o qual está disponível, acessível e inteligível, porque já passou por certa seleção e organização.

Dias (2015, p. 973) explica que para os analistas do discurso

> ao falarmos de arquivo, não o consideramos como acúmulo de documentos organizados e chancelados por uma instituição ou área de conhecimento. Não se trata do arquivo como absoluto de materiais ou campo de documentos pertinentes sobre uma questão. Falamos, sim, da "materialidade do arquivo", que segundo Guilhaumou e Maldidier (1994, p. 92), "impõe sua própria lei à descrição". Isso porque considerar o arquivo em sua materialidade implica encontrar na prática de análise de discurso o momento da interpretação, em relação ao da descrição, num batimento entre um e outro (Pêcheux 2008, p. 54).

O arquivo, então, só pode ser pensado a partir da sua materialidade, que na prática de análise está no batimento entre descrição e interpretação, lugar privilegiado da AD. O arquivo sobre o Nordeste, o seu clima e o nordestino é bastante amplo e variado e está disponível em diferentes áreas e formatos: na literatura, no cinema, na ciência, nos livros didáticos, em questões de vestibulares, nas imagens disponíveis na internet, no desenho, nas

histórias em quadrinhos, entre outros. Como se pode ver, trata-se de um arquivo constituído por outros arquivos. O que se fez aqui foi organizar esse amplo arquivo no entorno de um olhar, de uma leitura pautada numa evidência de sentido sobre o Nordeste brasileiro. Por outro lado, esse arquivo foi também utilizado para um outro gesto de leitura, que contemplasse os processos discursivos que constroem os efeitos de evidências sobre o Nordeste. Nesse sentido, Dias (2015, p. 973) a partir de Orlandi e Pêcheux explica que

> Desse modo, ao constituir um determinado *corpus* a respeito de uma questão, ou em torno de um acontecimento, o fizemos por meio da construção de uma "unidade discursiva" (ORLANDI, 1984) ou recorte de formulações feitas em certas condições de produção, que levam em conta a linguagem e a situação.
> É nesse ponto que podemos trazer a questão da leitura como constitutiva daquela do arquivo. Em geral, como adverte Pêcheux (1981), quando se trata do arquivo, contornamos a questão a leitura, questão esta cara à Análise de Discurso. Mas não se trata tampouco da leitura literal, trata-se, ao contrário, de "adicionar sistematicamente a leitura à fragmentação espontânea das sequências para liberar completamente a matéria verbal [ou não verbal] dos restos de sentido que ainda a aderem [...]" (PÊCHEUX, 1981, p. 16). Em outros termos, trata-se de tirar a leitura de qualquer relação com a evidência (DIAS, 2015, p. 973).

Essa talvez seja a maior contribuição desta tese: identificar que existe um amplo arquivo sobre o Nordeste, o qual converge para sentidos comuns e forja/produz efeitos de evidências científicas, mas que a partir da fragmentação e associação dos enunciados, permitidos pela AD, desloca, questiona e provoca essas evidências, fazendo emergir sentidos-outros, nas falhas do sentido estabilizado, dominante, hegemônico e coletiva e institucionalmente aceito. É este espaço de conflito que Pêcheux chama de *espaço polêmico das maneiras de ler,* maneiras diferentes e mesmo contraditórias de ler o arquivo. Dessa forma, para Pêcheux (2014, p. 59) se

> mergulhando a "leitura literal" (enquanto apreensão-do-documento) numa "leitura" interpretativa – que já é uma escritura. Assim começaria a se constituir *um espaço polêmico das maneiras de ler*, uma descrição do "trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele-mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma.

A questão da leitura inclusive é uma importante chave para entender o arquivo. Segundo Pêcheux (2014), não há uma *única* forma de ler, mas *diferentes possibilidades* de leitura do arquivo. Em contrapartida, o autor chama atenção para as formas institucionalizadas de leitura o que fomenta hierarquizações nas formas de ler. Nestas

> (...) trata-se desse enorme trabalho anônimo, fastidioso, mas necessário, através do qual os aparelhos do poder de nossas sociedades gerem a memória coletiva. Desde a Idade Média a divisão começou no meio dos clérigos, entre alguns deles, autorizados a ler, falar e escrever em seus nomes (logo, portadores de uma leitura e de uma obra própria) e o conjunto de todos os outros, cujos gestos incansavelmente repetidos (de cópia, transcrição, extração, classificação, indexação, codificação etc.) constituem também uma leitura, mas uma leitura impondo ao sujeito-leitor seu apagamento atrás da instituição que o emprega: o grande número de escrivãs, copistas e "contínuos", particulares e públicos, constituiu-se através da Era Clássica e até nossos dias, sobre esta renúncia a toda pretensão de "originalidade", sobre este apagamento de si na prática silenciosa de uma leitura consagrada ao serviço de uma Igreja, de um rei, de um Estado, ou de uma empresa (PÊCHEUX, 2014, p.59-60).

A essa hierarquia da leitura e da escrita, temos aqui três funcionamentos que nos interessam de perto: o primeiro deles diz respeito aos discursos que são construídos pelas instituições e que colocam o Nordeste em um lugar de sombra, de margem e de efeitos de evidência. O segundo é o discurso dos professores que constituem a banca elaboradora[5] do vestibular, um discurso institucional da Comvest, visto que as provas passam por avaliação coletiva e são validadas por um grupo. E o terceiro é justamente esse apagamento do leitor-estudante-vestibulando, esse sujeito-leitor que para ser bem sucedido nos exames precisa reproduzir a leitura institucional exigida.

Há uma pirâmide hierárquica que informa quem pode produzir e circular os discursos, quem está autorizado a falar, a ler e escrever e os que devem reproduzir os discursos produzidos. Esses, na maioria das vezes, são chancelados pela prática ou pelas instituições, e no caso dos exames vestibulares, são as instituições as responsáveis por essa fragmentação e é a memória histórica a responsável por alinhavar todo esse funcionamento.

Dias (2015, p. 973) nos ajuda a compreender que a materialidade descritível do arquivo é marcada pela relação com a memória histórica,

> Assim, a "materialidade descritível" do arquivo: uma palavra, um enunciado, uma imagem, um gesto, uma letra, uma cor, etc. "coloca em jogo o discurso-outro como espaço virtual de leitura" (PÊCHEUX, 2008, p. 55), marcando, do interior da materialidade, a relação com a memória histórica. Se a descrição instala o real da língua (equívoco, falha, elipse, etc.), a interpretação instala o real da história (contradição), um alternando-se ao outro na própria complexidade do arquivo, tomado em redes de memória, pondo assim em relação língua e história.

[5] A banca elaboradora das questões do vestibular da Comvest/Unicamp é formada por professores da própria instituição de seus variados institutos.

Nesse momento de percurso do texto da tese, já deve estar fortalecida a ideia de que a AD não trabalha ou não se interessa em descobrir ou revelar verdades e evidências, já que para a AD os processos discursivos, os funcionamentos do discurso, são o fio condutor do gesto de leitura, porque são justamente esses processos que cuidam de apresentar um elemento, uma situação e ao mesmo tempo esconder, sombrear e apagar outro. É nesse jogo que a AD se localiza. Por exemplo, considerando os efeitos de evidencia construídos e que circulam por diferentes espaços-tempos o que se deixa de dizer, falar, mostrar a respeito do Nordeste? Questiona-se aqui a própria estabilidade dos sentidos postos em circulação e atualizados pela memória histórica.

A história fazendo a língua funcionar de diferentes formas, produzindo efeitos de sentido correspondentes às formações discursivas por onde transitam. Segundo Pêcheux (2014, p. 66), é nesta "relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo". Sobre o Nordeste existe uma história e uma memória que autorizam o dizer, por isso circulam pelos arquivos. Na noção de arquivo é importante considerar como ele ordena, classifica e constrói, por meio de documentos, um discurso comum, hegemônico e aderente ao discurso historiográfico.

É importante deixar registrado que a AD é uma disciplina de interpretação e é pelo gesto do analista que as análises são feitas. É pelo olhar do analista que os recortes, as sequências, o arquivo e o *corpus*, cuja discussão se dará na sequência, são organizados, sendo que as etapas da pesquisa ocorrem, inclusive, coladas às condições de produção e já nesse momento se inicia a construção do gesto de leitura. Dessa forma, ao ligar um texto a outros textos (movimento feito nesta tese), as relações de sentidos vão sendo construídas e validadas socialmente, e no movimento contrário essas relações vão construindo brechas, fissuras e possibilidades de leituras, que podem aparecer nos discursos regulados pela força da repetição e da evidência ideológica: o Nordeste é assim! O Nordeste é do jeito que é! Os sentidos só vão mudar quando o Nordeste mudar!

O *corpus* de análise

A constituição e organização do *corpus* é etapa importante de qualquer trabalho investigativo, tendo em AD destacada relevância. Para a AD, o c*orpus* é constituído por um conjunto de materiais, documentos, textos, imagens que servem de base e substância para descrição e interpretação de um fenômeno discursivo, podendo ser reorganizado e revisto não apenas antes, mas durante todo o trabalho e percurso da escrita e pesquisa. Charaudeau e Maingueneau (2008) entendem que o *corpus* define a própria pesquisa:

> Em Análise do discurso, no entanto, como em outras ciências sociais, geralmente é o *corpus* que de fato define o objeto de pesquisa, pois ele não lhe preexiste. Mais precisamente, é o ponto de vista que constrói um *corpus*, que não é um conjunto pronto para ser transcrito. (CHARAUDEAU E MAINGUENEAU, 2008, p. 138)

Ou seja, trata-se de um conjunto que é construído, havendo inevitavelmente uma intenção em selecionar, juntar, retirar e organizar os materiais. O que Orlandi (2015) considera montagens discursivas, dada a natureza diversa dos materiais selecionados. Portanto, os materiais constitutivos da investigação não são escolhidos aleatoriamente, embora, na trajetória da pesquisa eles possam ser modificados e a eles acrescidos ou retiradas informações. Se o *corpus* é uma construção, logo não é um conjunto pronto, acabado e fechado disponível para a descrição e análise. Pelo contrário, ele é um conjunto aberto a possibilidades de relações diversas, conflitantes, contraditórias ou consensuais. Desse modo, ele pode, assim, ser composto por múltiplas textualidades/materialidades, a depender das disponibilidades dos textos, documentos e materiais diversos e partir das decisões do pesquisador, das necessidades e dos desejos que lhe movem.

Nesse sentido, Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 140), utilizando as ideias de Guilhaumou e Maldidier (1979). esclarecem que “posicionamentos sociais aparecem como uma consequência da montagem do *corpus*, o qual se fundamenta inteiramente sobre um procedimento prévio.”. O lugar social, a formação social, acadêmica, religiosa, política... enfim, o lugar de onde fala o pesquisador interfere na seleção, composição, disposição, descrição e análise dos materiais. É do lugar social que o pesquisador ocupa que parte, também, a sua interpretação dos fatos, dos fenômenos, dos acontecimentos e do mundo. Ainda para Charaudeau e Maingueneau (2008, p.140)

> Destacou-se também a implicação do receptor tanto na construção quanto na interpretação do *corpus*, o que abre o texto para o contexto no qual trabalha o intérprete. Enfim, a reflexão sobre a historicidade dos discursos colocou em primeiro plano o lado constitutivo da intertextualidade (Bakhtin e Volochinov, 1977) ou do interdiscurso (Pêcheux, 1975).

A intertextualidade, na AD, só pode ser tomada na relação entre os textos possíveis, considerando-se o interdiscurso (enquanto memória discursiva), que é uma noção central para esta tese, na medida em que este articula diferentes textos (diferentes materialidades discursivas) e seu funcionamento discursivo, sobretudo na constituição e circulação de discursos hegemônicos. Vale a pena ressaltar que dentro desta análise, entende-se o conceito de "materialidades" como desenvolvido por Suzy Lagazzi (2010, p. 173):

> A partir da definição de discurso como "a relação entre a língua e a história", proposta por Orlandi (1996), busquei a possibilidade de ampliar seu escopo analítico, referindo o discurso como a relação entre a materialidade significante e a história. Pude, assim, concernir o trabalho com as diferentes materialidades e reiterar a importância de tomarmos o sentido como efeito de um trabalho simbólico sobre a cadeia significante, na história, compreendendo a materialidade como o modo significante pelo qual o sentido se formula.

É preciso considerar ainda as CP em que está inserido o interprete do conjunto de materiais da pesquisa, igualmente é necessário considerar a historicidade do discurso e dos textos que o compõe. Um discurso sempre contém outros discursos, assim como um texto, contém outros textos. É uma rede que se forma de dados, documentos e materiais que constituem, afirmam e mantém um discurso em circulação.

A noção de dado se aproxima da descrita por Orlandi (1995, p. 115)

> A noção que resulta mais clara, na observação do encontro dessas ordens na análise da linguagem, é a noção de fato que, por sua vez, deriva de um deslocamento produzido sobre a noção de dado (E. ORLANDI, 1992). O dado tem sua organização, o fato se produz como um objeto da ordem do discurso (lingüístico-histórico).

As ordens de que trata a autora são: da língua e da história, e a ordem discursiva aparece justamente no entremeio/na fricção da relação das ordens anteriores. Como se vê, os dados em AD não tem uma conotação de coleta, mas de produção, edição e recorte. Já o fato é a produção de um objeto linguístico-histórico, e por isso discursivo. Dessa forma, o fato se constitui como objeto simbólico e observá-lo é considerar como ele *funciona*.

Dessa forma, o *corpus* da presente pesquisa foi constituído a partir de um conjunto de provas de Geografia da segunda fase do vestibular da Unicamp, sendo sua seleção pautada por alguns critérios, desenvolvidos ao longo da análise das provas.

Geografia, formação acadêmica da autora,[6] foi o critério determinante para que a seleção do material central das análises fosse o conjunto de questões dessa disciplina nos exames da Unicamp desde 1987, ano em que a Unicamp pela primeira vez elaborou, organizou e realizou seu vestibular, até o ano de 2016, fechando assim, um ciclo de trinta (30) anos de processo seletivo. Isso significa dizer que foram consultadas quarenta e seis (46) questões de primeira fase e trezentos e sessenta e oito (368) de segunda fase, num total de quatrocentas e quatorze (414) questões divididas em itens (a) e (b) ou (a), (b) e (c). Ou seja, dependendo do ano duplicava-se ou triplicava-se o número de perguntas.

Outro fator determinante para a montagem do *corpus* da investigação foi a necessidade de analisar especificamente as questões dissertativas das provas, uma vez que a partir de 2011 o exame da primeira fase passou a ser no formato de múltipla escolha. Entendemos que seria incoerente analisar questões dissertativas e objetivas em um mesmo conjunto, dada à natureza dos enunciados, das respostas e do formato das questões.

A partir da definição do tipo de questões que seriam analisadas, fizemos um levantamento estatístico das temáticas abordadas, sendo o clima o tema mais recorrente. Tendo em vista a diversidade de possibilidades de discussão do tema, buscamos recortá-lo a partir do próprio material e identificamos um grupo significativo de questões que tratavam do clima da região Nordeste do Brasil. Posteriormente, identificamos, a partir dos levantamentos em dois dos maiores jornais de circulação nacional e de maior citação nas provas do vestibular de Geografia da Unicamp "A Folha do Estado de São Paulo" e "O Estado de São Paulo", a maior ocorrência de reportagens sobre o Nordeste nos anos de 1970,1980, 1990 e 2000, o que coincide com os anos das questões aqui analisadas, sobretudo as décadas de 1990 e 2000. A seguir, gráfico divulgado no *site* do jornal "O Estado de São Paulo":

[6] Licenciatura em Geografia.

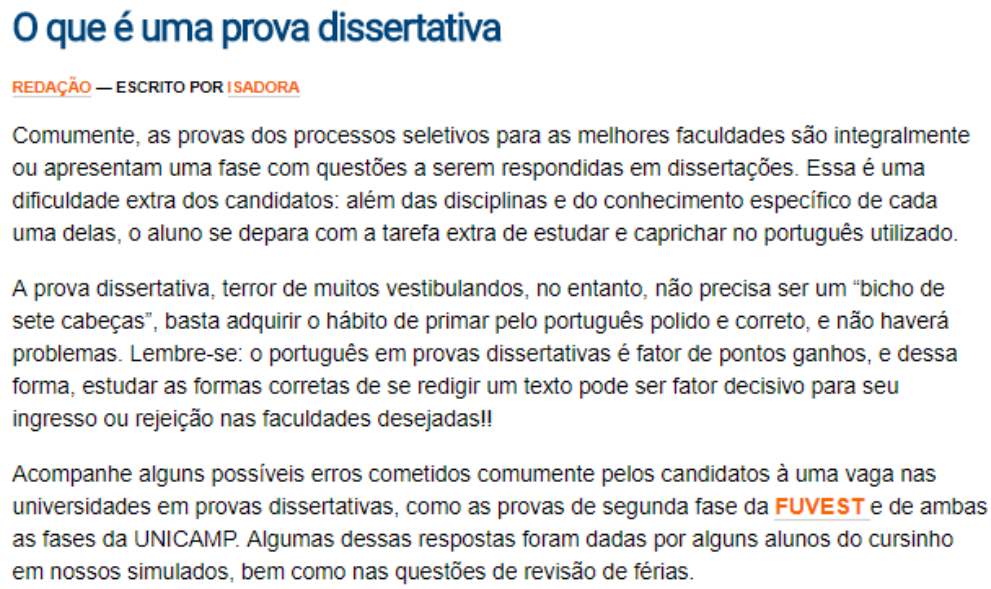
Figura 2. Recorte do Jornal "O Estado de São Paulo". Ocorrência de reportagens sobre o clima do Nordeste do Brasil

Disponível em: http://acervo.estadao.com.br/procura/#!/clima+nordeste+brasil/Acervo/acervo. Acesso em 07.04.2016.

Já a partir de 2011, as provas de primeira fase se tornam de múltipla escolha[7], como dito anteriormente. É uma importante mudança na estrutura das provas porque outros saberes são solicitados para responder uma ou outra questão. Os enunciados das questões também precisaram se adequar ao tipo de resposta exigido. Vale pontuar que em 2010, ano do último vestibular com questões dissertativas em primeira e segunda fase, o número de inscritos chegou a cinquenta e um mil e duzentos e vinte e dois (51.222), já em 2011 o primeiro vestibular com questões de múltipla escolha obteve cinquenta e dois mil e novecentos e trinta e nove (52.939) inscritos. Em relação a outras universidades do sudeste e do Brasil essa mudança nas provas da Unicamp é relativamente recente. Talvez, por isso, o vestibular da Unicamp seja conhecido nacionalmente por sua tradição nesse tipo de provas, como no exemplo da matéria abaixo:

[7] Segundo informações da Comvest, as provas de primeira fase deixam de ser discursivas e passam a múltipla escolha em decorrência do grande número de inscritos nos vestibulares ao longo do tempo. O número de vagas e a expansão dos *campi* aliado ao reconhecimento social da instituição aumenta consideravelmente o número de inscritos no vestibular Comvest/Unicamp.

Figura 3. Recorte do site Enem Virtual



O que é uma prova dissertativa

REDAÇÃO — ESCRITO POR ISADORA

Comumente, as provas dos processos seletivos para as melhores faculdades são integralmente ou apresentam uma fase com questões a serem respondidas em dissertações. Essa é uma dificuldade extra dos candidatos: além das disciplinas e do conhecimento específico de cada uma delas, o aluno se depara com a tarefa extra de estudar e caprichar no português utilizado.

A prova dissertativa, terror de muitos vestibulandos, no entanto, não precisa ser um "bicho de sete cabeças", basta adquirir o hábito de primar pelo português polido e correto, e não haverá problemas. Lembre-se: o português em provas dissertativas é fator de pontos ganhos, e dessa forma, estudar as formas corretas de se redigir um texto pode ser fator decisivo para seu ingresso ou rejeição nas faculdades desejadas!!

Acompanhe alguns possíveis erros cometidos comumente pelos candidatos à uma vaga nas universidades em provas dissertativas, como as provas de segunda fase da FUVEST e de ambas as fases da UNICAMP. Algumas dessas respostas foram dadas por alguns alunos do cursinho em nossos simulados, bem como nas questões de revisão de férias.

Disponível em: http://www.enemvirtual.com.br/o-que-e-uma-prova-dissertativa/. Acesso em 07.04.2016.

Para além do que é proposto pelo recorte, de que para responder uma questão dissertativa precise apenas de um português correto, é possível observar que as provas dissertativas estão associadas às melhores universidades, "desejo" de muitos vestibulandos brasileiros.

Em resumo: foram consultadas todas as provas de Geografia de primeira e segunda fase que tinham o formato de questões dissertativas, sendo selecionadas, dentro desse universo, nove questões cuja temática central é o clima da região Nordeste do Brasil. As análises demonstram de modo minucioso que existe uma regularidade discursiva sobre o tema investigado.

Outro material que foi considerado nas análises diz respeito aos comentários da banca avaliadora do vestibular e as respostas dos vestibulandos acima e abaixo da média escolhidos pela mesma banca. Vale destacar que desde 1998, após cada exame, a Comvest[8] divulga comentários da banca e exemplos de respostas dos estudantes para todas as questões. Essas informações, assim como as provas, estão disponíveis no *site* da Comvest na página da Unicamp. Tendo em vista que o grupo de questões que foram analisadas nesta investigação compuseram os exames dos anos de 1990, 1991, 1993, 1996, 1997, 2003, 2006, 2009 e 2011, nem todas contaram com esses comentários da banca, uma vez que algumas são anteriores a 1998. Porém, entendemos que se trata de um material rico para compreendermos como a

[8] https://www.comvest.unicamp.br/

banca elaboradora projeta as respostas esperadas e consequentemente o tipo de leitor ideal para as questões propostas.

A seguir, a tabela 1 sintetiza as questões que serão analisadas nesta tese, bem como as relaciona aos seus respectivos anos e afinidade temática, ou seja, um recorte menor para fins de organização da análise, que aqui só faz sentido para fins metodológicos, visto que um tema adentra o outro e são constitutivamente incompletos. Lagazzi (2009), a partir de Orlandi (1984), explica que o recorte é um procedimento analítico em AD, a ser praticado nas diferentes materialidades no batimento entre descrição e interpretação. Dessa forma, "recortar é selecionar significantes significativos do funcionamento discursivo, é estabelecer relações significativas entre elementos significantes em diferentes materialidades" (LAGAZZI, 2009, p. 25).

Tabela 1. Questões analisadas a partir da afinidade temática

Análise	Tema	Questão	Ano
1	Faz calor e é seco: Clima e vegetação do nordeste brasileiro	16	2003
		06	2011
2	Corpos resistentes: por uma estética do corpo nordestino	29	1993
3	Na esquina: a seca do nordeste	30	1990
		21	2006
		29	1991
		17	1996
		08	1997
4	O outono, o Nordeste e o trabalho	13	2009

Elaboração da autora

Além das provas de Geografia, outros materiais foram utilizados para a análise, tais como publicações da própria Comvest, livros didáticos de Geografia do ensino fundamental e médio, textos de *site*s para estudantes escolares e preparatórios para o vestibular, cenas de filmes, livros de literatura, histórias em quadrinhos, músicas e imagens disponíveis na internet, teses, dissertações e documentos oficiais. Materiais pelos quais o fio do discurso alinhava seus sentidos.

Nesta tese, essas diversas textualidades são colocadas em relação e foram selecionadas a partir dos seguintes critérios: o primeiro, o uso dos jornais que são utilizados como fontes para elaboração ou inspiração do enunciado das questões, como os jornais "Folha de São Paulo" e "O Estado de São Paulo", citados nas questões pesquisadas. Já o livro didático, as histórias em quadrinhos, e os livros de literatura são fontes presentes, recorrentes e, em alguns casos, obrigatórias no processo de ensino em nível secundário e médio, e também presentes nos exames vestibulares, sobretudo as HQs e os livros de literatura.

Os livros de literatura além de localizarem os discursos produzidos por nordestinos e não-nordestinos, constam na lista das leituras obrigatórias para o exame vestibular em muitos vestibulares do Brasil. As matérias da internet estão de alguma forma voltadas aos sites de conteúdo escolar, hoje, uma das principais fontes de estudo e pesquisa de estudantes e vestibulandos/candidatos aos vestibulares. A intenção na seleção e escolha dessas outras materialidades discursivas, para além das provas do vestibular da Unicamp, é mostrar como um discurso circula por diferentes meios, espaços e tempos, e como essa circulação constrói modos de ver prevalentes e hegemônicos. É, contudo, através dessa relação com outras textualidades que é possível estudar o funcionamento discursivo das provas de Geografia de segunda fase da Comvest.

O olhar dos professores elaboradores da prova do vestibular, aqui representados institucionalmente pela Comvest, é atravessado pelo discurso que, embora não seja produzido por eles, representa um imaginário social coletivo, alimentando a memória coletiva por essas diferentes materialidades discursivas. Ou seja, a "visão" da Comvest faz parte de um conjunto de significantes compartilhados socialmente sobre o Nordeste. O arquivo desta pesquisa é amplo e complexo, tem como *corpus* as provas de Geografia de segunda fase do vestibular da Unicamp, mas para contemplar a formulação, circulação e constituição do discurso aqui analisado, as provas serão analisadas sempre em relação a outras textualidades/discursividades (Imagens, desenhos, literatura, estudos científicos, livros didáticos, matérias de jornal, filmes, histórias em quadrinhos) no tenso e complexo batimento entre descrição e interpretação.

Para identificar e analisar o processo discursivo é preciso colocar os textos em relação, sejam eles escritos ou imagéticos, e relacioná-los as condições de produção do discurso. É nesse jogo de linguagens que esta pesquisa pretende se localizar.

Todas as questões analisadas nesta tese versam sobre a região Nordeste do Brasil. O tema que as une é a seca nesta região. Algumas questões tratam a seca de forma mais explícita e outras menos. Para analisar as questões do vestibular utilizamos os seguintes procedimentos de análise:

1. Quais interpretações as questões permitem quando postas em relação a outras textualidades/materialidades?
2. Em que medida o texto que introduz determinada questão contribui para sua leitura e interpretação? São fornecidas as fontes desses textos? Qual é o perfil dessas fontes (livros didáticos, matérias de jornais, livros científicos, revistas especializadas, *sites* de internet)?
3. As imagens são nítidas? As imagens são de boa qualidade?
4. As imagens mantém articulação com as perguntas? De que maneira as imagens contribuem ou dificultam a leitura das questões propostas?
5. São fornecidas as fontes das imagens? Qual é o perfil dessas fontes (livros didáticos, matérias de jornais, livros científicos, revistas especializadas, *sites* de internet)?
6. Nas questões, a seca no nordeste está associada a aspectos políticos, econômicos, sociais, naturais? Ou a apenas a um desses?
7. Quais são as associações possíveis entre água e seca?
8. A seca está associada a quais elementos nas questões?
9. Como os nordestinos aparecem nas questões?
10. Quais sentidos sobre a seca no nordeste as questões fazem aparecer?
11. Quais sentidos sobre a seca são possíveis?
12. Em que medida as questões retomam o perfil de aluno exigido pela Unicamp?
13. De que maneira as questões (re)produzem o Efeito leitor?

CAPÍTULO 1

O VESTIBULAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

1.1 Contextualização do vestibular na história da educação brasileira

A educação formal está presente na constituição das Nações, ou dos Estados-nações, de uma forma geral, e do Brasil de modo particular. A escolarização tem um papel importante no ideário de nação que se deseja construir. A construção de escolas e universidades, sua distribuição no espaço, e mais, o acesso a estas instituições são indicadores consideráveis do desenvolvimento dos Estados. No Brasil, inicialmente, a educação era oferecida pelos jesuítas com o objetivo de se aproximar dos indígenas e ensinar a língua para produzir uma prática interpretativa[9] a respeito da religião, do trabalho e do Novo e Velho mundo. Nesse momento era importante essa prática ideológico-interpretativa porque, por ela, o controle era mais efetivo. Se recorrermos rapidamente a história da educação no Brasil observaremos que o acesso à educação foi discriminatório e excludente ora do ponto de vista político e econômico, ora do social e geográfico.

Os jesuítas e a educação que eles promoveram tiveram uma importante contribuição no processo de escolarização brasileira, uma vez que construíram uma base sólida de formação, tão marcante, que ressoa até hoje nas escolas e universidades católicas, espraiadas pelo território brasileiro. É preciso considerar que a coroa portuguesa não tinha interesse em investir em educação na então colônia brasileira. Isso fica evidente primeiro pela baixa expansão de escolas primárias, secundárias e superiores, e segundo pelo indeferimento de várias solicitações para abertura de escolas.

Desde a Reforma do ensino, impetrada pelo Marquês de Pombal (primeiro ministro da corte portuguesa entre 1750-1777), o Brasil passa por um processo de contínuas reformas. Essa cartografia observada de cima, numa visão vertical, revela que as reformas no mundo da educação coincidem com as movimentações econômicas de um país em formação, ou seja, as reformas na educação pública ou privada atendem as necessidades do sistema econômico vigente. Por exemplo, a primeira grande reforma na educação brasileira, conhecida como Reforma Educacional Pombalina ou reforma Pombalina, em meados do século XVIII, ainda no período colonial, destituiu os jesuítas do controle da educação e implementou a primeira reforma educacional no Brasil (SECO; AMARAL, 2006). Seco e

[9] José Horta Nunes (1992, p. 210) explica que "enquanto prática catequética, o discurso de conversão não tem por finalidade a aquisição de uma língua, mas sim de uma posição interpretativa. Trata-se mais de uma prática discursiva do que lingüística. Enfatizamos isso para dizer que o leitor brasileiro não se constitui a partir da aquisição de uma escrita, de uma língua, de um conhecimento viabilizado pela catequese. Essa prática faz emergir, na verdade, o confronto com a história das leituras européias e a contradição que marca a gênese do leitor brasileiro".

Amaral explicam o afastamento dos jesuítas e a necessidade de passar para as mãos do Estado, em que o sistema de educação se operacionaliza por objetivos bem delineados.

> Tais reformas visavam transformar Portugal numa metrópole capitalista, seguindo o exemplo da Inglaterra, além de adaptar sua maior colônia o Brasil a fim de acomodá-la a nova ordem pretendida em Portugal. A idéia de pôr o reinado português em condições econômicas tais que lhe permitissem competir com as nações estrangeiras era talvez a mais forte razão das reformas pombalinas (SECO; AMARAL, 2006, p. 03).

Às colônias de Portugal restava apenas o papel de subsidiadoras do pretenso crescimento econômico almejado pela metrópole. Assim, Pombal implementou várias reformas no comércio, mineração e produção agrícola brasileira com fins de canalizar a produção para abastecer a metrópole de matérias primas e impostos. Pombal extinguiu a escravidão indígena e expulsou os jesuítas da fronteira espanhola, bem como do domínio da educação.

Para Seco e Amaral (2006, p. 02) "Não foi por espírito libertador e igualitário que Pombal empreendeu a reforma educacional por meio de mestres e professores seculares, mas pela necessidade, além de preencher o extenso vazio deixado pela expulsão dos jesuítas, de preparar homens suficientemente capazes para assumir postos de comando no Estado absolutista." Visualizamos nesse panorama, que aí se instala, um duplo processo de exclusão: a educação pelo gênero, classe econômica e política. Se a educação era voltada a formação de homens para ocupar cargos de comando, não era qualquer homem que podia estar à frente do poder, mas homens que representavam a coroa portuguesa e sua nobreza. Dessa forma, a seleção ao acesso à educação se dava pelo lugar social ocupado pelos homens na sociedade.

As referidas autoras explicam que após a saída dos jesuítas, o Estado se responsabilizou pelo sistema de educação, sendo, pela primeira vez, canalizados impostos para provimento do ensino na colônia. O subsídio literário, diz as autoras, constitui imposto sobre a carne, vinho e cachaça destinados ao financiamento do ensino público pelo Estado e para o Estado. Assim a escola deixa de servir a religião, para servir ao Estado.

Seco e Amaral explicam que

> dessa forma, foi implantado o novo sistema educacional que deveria substituir o sistema jesuítico. Aberto que estava à modernidade européia, incorporou partes dos discursos sobre a ação do Estado na educação e passou a empregá-lo para ocupar o vácuo que foi deixado com a saída dos jesuítas, pelo menos no que diz respeito ao controle e gestão administrativa do sistema escolar. (SECO; AMARAL, 2006, p. 07)

A coroa portuguesa rompe com o ensino jesuítico a partir da reforma pombalina. Neste momento a educação, ou instrução conforme identificamos nos decretos, passa às mãos do Estado, a princípio por uma questão territorial, já que os jesuítas ocupavam a linha divisória que demarcava os territórios português e espanhol e depois, como uma maneira de formar as elites políticas locais. No início do século XVIII, era interessante para a coroa manter o controle da instrução pública, já que um dos propósitos da reforma pombalina era modernizar as relações de trabalho. É possível inferir que a partir desse momento a educação/instrução pública se coloca como peça de uma engrenagem política, econômica e cultural a serviço do Estado.

Segundo as autoras citadas acima

> As transformações no nível secundário não afetaram o fundamental, que permaneceu desvinculado da realidade, e buscando o modelo de exterior "civilizado". Quem tinha condições de cursar o ensino superior enfrentava os perigos das viagens, para freqüentar a Universidade de Coimbra ou outros centros europeus. Como as "Reformas Pombalinas" visavam transformar Portugal numa metrópole como a Inglaterra, a elite masculina deveria buscar respaldo fora, para poder servir melhor na sua função de articuladora dos interesses da camada dominante (SECO; AMARAL, 2006, p. 09).

Dessa forma, as reformas pombalinas não promoveram mudanças na qualidade da educação, visto que o ensino continuou desvinculado não só da realidade, mas entre as áreas do saber, já que as aulas régias avulsas do período pombalino não eram articuladas entre si. O ensino superior[10] era inexistente, ao contrário de outras colônias[11] como a Argentina, onde já havia a educação superior.

No Brasil colonial ainda não havia universidades, visto que a coroa portuguesa não autorizava a implantação desse ensino na colônia. Para dar continuidade aos estudos era necessário atravessar o atlântico para estudar nas universidades portuguesas, a divisão se dava pelo poder econômico, já que estudar em Portugal custava caro, ou seja, era um ensino altamente excludente. Nesse período, havia uma forte tendência para que a educação se ocupasse na formação e reprodução das elites locais, uma vez que eram as elites políticas e econômicas que detinham o privilégio de estudar e dar continuidade aos seus estudos fora do Brasil. Paralelo a este cenário, a coroa portuguesa, em uma manobra de não incentivar a

[10] Embora não concordemos com o termo "ensino superior", porque ela denotaria uma posição de superioridade em relação ao ensino médio e fundamental, ou seja, ao ensino da escola, adotamos temporariamente em parte da tese visto que a literatura referente ao ensino acadêmico e universitário no Brasil usa reiteradas vezes o termo.

[11] A Argentina foi colônia espanhola, assim como o México e o Chile que também tiveram universidades anteriores ao Brasil.

criação de instituições de ensino superior, concedia bolsas de estudos a alguns filhos de colonos, como explica Cunha (2003, p. 152)

> Diferentemente da Espanha, que instalou universidades em suas colônias americanas já no século XVI, Portugal não só desincentivou como também proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil. No seu lugar, a metrópole concedia bolsas para que um certo número de filhos de colonos fossem estudar em Coimbra, assim como permitia que estabelecimentos escolares jesuítas oferecessem cursos superiores de Filosofia e Teologia.

Santos e Cerqueira (2009, p. 02) esclarecem a respeito do desenvolvimento do ensino superior nas Américas que

> diferentemente do que ocorreu no Brasil, colonizado pelos portugueses, em suas colônias, os espanhóis transplantaram para o Caribe, já no início do século XVI, "a primeira universidade (Santo Domingo, 1538) inspirada no modelo de Salamanca e até fins do século XVII se constituiu uma rede de mais de uma dezena de instituições 'públicas e católicas'" (TRINDADE 2000 apud 2 DURHAM, 1998).

Cunha (2003) explica ainda que a coroa via no ensino superior uma sombra de ameaça ao sistema monárquico português, principalmente a partir do movimento iluminista do início do século XVIII. Ou seja, o entendimento de que a educação poderia se constituir em uma ferramenta de controle social, político e cultural. Na medida em que existe uma interdição da educação superior (não jesuítica, pelo menos) no Brasil, assim como certa comodidade das elites locais, se efetiva o jogo de poder para a manutenção do *status quo* político e econômico da época. De acordo com Cunha (2003, p. 152) "Com a proibição da criação de universidades na colônia, Portugal pretendia impedir que os estudos universitários operassem como coadjuvantes de movimentos independentistas, especialmente a partir do século XVIII, quando o potencial revolucionário do Iluminismo fez-se sentir em vários pontos da América."

Por outro lado, o autor citado acima, considera que a diferença entre as colônias de Portugal e Espanha estão, também, no número de docentes presentes nas duas colônias. Ele chama atenção para o fato de existir em Portugal somente uma grande universidade, a de Coimbra, seguida depois por Évora, sendo essa bem menor. Já na Espanha, existiam pelo menos oito importantes universidades de destaque na Europa, tais como a Universidade de Barcelona, a Universidade Complutense de Madri e a Universidade de Salamanca. Isso quer dizer que o sistema de ensino superior na Espanha era muito mais desenvolvido e maior que

em Portugal no período colonial. Dessa forma, têm-se duas hipóteses do tardio[12] desenvolvimento do ensino superior no Brasil: primeira, a educação como ameaça a organização política, e a segunda, o pouco desenvolvimento do ensino superior em Portugal.

O ensino superior no Brasil, organizado em universidades, data do período da República. Existia no período colonial, ensino superior desenvolvido por cátedras isoladas, e mais tarde sob a forma de faculdades, escolas e cursos superiores de educação especializada, como a escola de cirurgia na Bahia, a academia de Marinha no Rio de Janeiro e a faculdade de Direto em Recife[13]. Medicina, Engenharia e Direito foram os cursos que dominaram por muito tempo o ensino superior no Brasil.

No período, os exames preparatórios eram realizados na própria instituição de ensino de desejo do candidato. Segundo Cunha (2003, p. 155) "a admissão dos candidatos às escolas superiores estava condicionada, desde 1808, à aprovação nos chamados "exames de estudos preparatórios" (ou, simplesmente, "exames preparatórios"), prestados no estabelecimento de ensino procurado por cada candidato". Mais tarde, a partir de 1837, os concluintes do curso secundário do recém-criado Colégio Pedro II passaram a ter "o privilégio de matrícula, sem exames, em qualquer escola superior do Império".

Ainda de acordo com Cunha (2003, p. 155)

> As contínuas e crescentes pressões das elites regionais, no sentido da facilitação do ingresso no ensino superior, assim como a integração dessas elites no e pelo Estado centralizado, fizeram com que fossem tomadas numerosas medidas tendentes a diminuir os obstáculos representados pelos "exames preparatórios". Eles passaram a ser realizados perante juntas especiais, no Rio de Janeiro, depois nas capitais das províncias; o prazo de validade da aprovação passou de instantânea para permanente; os exames foram parcelados, permitindo-se realizar as provas de cada matéria no tempo e no lugar mais convenientes para os candidatos.

É possível observar que existia uma marcante concentração espacial da escolarização neste período, sobretudo do ensino superior. Os exames preparatórios, ou exames de admissão, aparecem como uma necessidade de democratizar o ingresso no ensino superior no Brasil. Contudo, essa democratização se destinava a um grupo social específico, na medida em que havia um número demasiado de pobres e escravos analfabetos que detinham muito pouco, ou nenhum, acesso a escolarização formal. Esta, por sua vez, era oferecida a grupos sociais abastados economicamente ou que mantinham poder político na

[12] Embora haja autores que questionam do uso do termo "tardio", como Florestan Fernandes, por exemplo. Alguns autores, pesquisadores ponderam que para considerar o ensino superior no Brasil e sua constituição e organização em sistemas universitários é preciso levar em conta a especificidade política, econômica, cultural e colonial brasileira, principalmente, em relação aos países vizinhos colonizados pela coroa espanhola.

[13] Dados retirados de Morosini (2006).

sociedade imperial brasileira. Havia, dessa forma, uma concentração econômica e espacial das instituições de ensino, o que limitava muito seu acesso.

Após a Reforma Pombalina, a próxima grande reforma na educação brasileira coincide justamente com a Proclamação da república em 1889. No ano seguinte, 1890, sob a tutela do então Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos Benjamin Constant Botelho de Carvalho Guimarães, a primeira significativa reforma da educação na nova república, conhecida como Reforma Benjamin Constant. A Reforma de Instrução Pública refletia as mudanças de transição da Monarquia para a República. É nesse entremeio de mudanças sociais que a reforma se institui com o objetivo de formar novos cidadãos para a nova realidade política brasileira (SEKI, MACHADO, 2008). Benjamin Constant promoveu mudanças não apenas em prédios escolares, mas principalmente nos currículos das novas escolas. Ou seja, a nova escola deveria acompanhar a nova forma de organização do trabalho e do Estado.

A reforma Benjamin Constant registra um período de profundas mudanças no bojo da sociedade brasileira, visto que está na transição entre a monarquia e a república. Esse período marca importantes mudanças sociais e econômicas, na medida em que há, inicialmente, a lei do ventre livre, depois o fim da escravidão e em seguida a mudança na forma de governo, o que estabelece novas formas de gestão política, econômica, social e cultural. Havia, dessa forma, uma nova organização social brasileira. Era preciso preparar trabalhadores para as novas demandas sociais e as novas formas de trabalho pós-escravidão. A instrução pública é pensada justamente para esta nova demanda, isto é, para as novas formas de organização social.

A república representava os novos tempos e estabelecia o ideário da modernização, logo o trabalho compulsório, escravo e o analfabetismo não combinavam com os ares da modernização brasileira. O novo mercado de trabalho também exigia outro tipo de trabalhador, aquele com pelo menos instrução mínima, porque na república há o desenvolvimento do comércio e da indústria, atividades que exigiam trabalhadores com formação, embora a economia brasileira ainda fosse sustentada pela agricultura, sobretudo a agroexportadora derivada do café, cacau, borracha e açúcar (SEKI, MACHADO, 2008, p. 05).

Benjamin Constant, amparado pelas ideias do positivismo de Augusto Comte, introduz as reformas na educação com a perspectiva de oferecer um cunho mais científico ao ensino. Esta reforma tinha dois pilares: o primeiro de formação de trabalhadores para atender ao mercado e o segundo, de efetivamente instruir modos de viver em sociedade republicana.

Havia ainda uma grande população vivendo no espaço rural. O contexto era de uma sociedade rural, analfabeta e escrava, ou recente pós-escrava.

Durante a monarquia a instrução era responsabilidade das províncias e havia pouco desenvolvimento do ensino primário, possivelmente em função do forte controle político e financeiro desse sistema de governo. Com a república as províncias se tornam Estados e houve uma significativa autonomia política, financeira e administrativa, o que também favoreceu a abertura de escolas em várias cidades brasileiras.

Possivelmente, uma das resoluções mais importantes da Reforma Benjamin Constant foi a instituição da gratuidade do ensino e seu acesso para ambos os sexos. A Escola Normal foi um marco na formação de professores para atender às escolas de primeiro e segundo graus, mas não se confunde com as escolas superiores, visto que estas escolas ofereciam cursos públicos de nível secundário (ensino médio, hoje).

As Escolas Normais foram tão importantes para a formação do magistério que, enquanto instituição, tiveram seu funcionamento em diversas cidades brasileiras desde um pouco antes da República (1880) até sua substituição pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1971. A LDB transformou a escola Normal em escolas específicas de magistério e, posteriormente, em Escolas Normais Superiores e Institutos Superiores de Educação. A Escola Normal significava também a manifestação da modernidade perpetrada pelos ares republicanos, na medida em que foi um modelo importado da Europa, Paris e Alemanha.

Para Seki e Machado (2008, p. 06)

> No campo educacional, a Escola Normal da Corte, foi efetivada por meio do Decreto nº 7.684, de 6 de março de 1880, que teve Benjamin Constant, como o primeiro Diretor da instituição, funcionando inicialmente no espaço cedido pelo Colégio Pedro II. Em 1888, a Escola Normal tinha como seu principal objetivo preparar os professores primários de 1º e 2º graus, tendo como base o ensino gratuito para ambos os sexos.

Martins (2009, p. 04) considera ainda que

> As Escolas Normais começaram a aparecer no cenário sócio-cultural brasileiro a partir da terceira década do século XIX. Em 1835 em Niterói, em 1836 na Bahia, em 1845 no Ceará e, em 1846 em São Paulo. Até então, uma das principais mazelas da educação era a existência de professores improvisados, com péssima formação e mal remunerados. Não existiam projetos consistentes visando a ampliação da escolaridade elementar e, conseqüentemente, não havia uma proposta de qualificação do professor.

As Escolas Normais cumprem um duplo papel no contexto brasileiro de instituição pública de acesso a escolaridade e de formação de profissionais para desenvolvimento da educação. Ainda não sendo instituições de ensino superior, aí foi gestada a infraestrutura física e humana necessária para torná-las, mais tarde, Escolas Superiores de Educação, especializadas, sobretudo, na formação docente.

A educação no Brasil, após destituição dos jesuítas, só teve impulso com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808. A corte percebeu que faltavam pessoas qualificadas para os serviços públicos, exigindo do Estado formação de pessoal para atender às demandas emergentes. As instituições de ensino superior ficaram limitadas a cursos que poderiam servir a Família Real, como medicina, direito e engenharia. Do período jesuítico, 1549, até o monárquico, 1808, isto é, só quase três séculos depois, o Brasil fez funcionar a primeira instituição de ensino superior. Para nível de comparação, o México, colônia espanhola, em 1553 já tinha sua primeira universidade. A respeito desse período, Cunha (2003, p.153) esclarece que as "Instituições econômico-financeiras, administrativas e culturais, até então proibidas, foram criadas assim como foram abertos os portos ao comércio das nações amigas e incentivadas as manufaturas."

No bojo das mudanças educacionais no Brasil, talvez a mais significativa, do ponto de vista dos processos seletivos que produziram o vestibular como ele se apresenta hoje, seja a Reforma Rivadávia, ou seja, reforma que torna obrigatório o exame de seleção para ingresso no ensino superior, através da Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República, pelo decreto 8659 de 5/5/1911, que dá forma de lei ao exame de admissão no ensino superior, bem como estabelece critérios de seleção, banca examinadora, taxas de inscrição, constituição do corpo docente, período letivo, taxas de matrícula e frequência por cursos, dentre outras questões concernentes aos institutos de ensino superior. É preciso destacar que nesse momento ainda não existia no Brasil universidades, ou instituições universitárias, mas sim institutos e faculdades de ensino superior.

Rivadávia Cunha Corrêa foi jurista e ministro da justiça (1911-1915) e a reforma que ganha o seu nome ficou conhecida como a reforma da desoficialização do ensino, visto que retirou das instituições de ensino secundário e superior o seu *status* oficial, transferindo a responsabilidade da emissão e validação oficial de diplomas e certificados para estas instituições. Cury (2009) explica que o ensino oficial é aquele criado e mantido pelos poderes públicos, aos quais cabe a chancela dos diplomas e certificados.

Cury (2009, p. 719-720) explica ainda que

> O debate na Constituinte trouxe à tona alguns parlamentares identificados com o *positivismo*, para quem o ensino *oficial* como ensino outorgado pelo Estado corre o risco de se constituir em uma religião oficial, já que *as forças intelectuais* ou *poder espiritual* devem fazer circular o conhecimento científico a partir da sociedade civil, irrigando as *forças materiais* ou *poder material.* Daí a defesa da *desoficialização,* sobretudo no ensino secundário e superior.

Nesse sentido, a ideia inicial era afastar o Estado das entidades de ensino secundário e superior, dando-lhes autonomia de ensino. O ensino oficial, comparado à religião, envolve conotação negativa de doutrinação, submissão, controle pela palavra, pelo convencimento, o que, para positivistas como Rivadávia, não era adequado a uma sociedade. Era importante que circulasse pelas entidades de ensino o conhecimento científico. Nesse contexto, há uma desqualificação da própria ideia de religião, marcada pelo termo religião oficial, o que garante o caráter obrigatório e compulsório de um tipo de religião e ensino, imposto pelo Estado.

A primeira iniciativa de organização do ensino superior no Brasil chega junto a vinda da Família Real, às suas necessidades e ao bloqueio imposto por Napoleão Bonaparte, em 1806. As instituições de ensino superior eram concentradas no espaço, mais especificamente no Rio de Janeiro e São Paulo, e centrava-se num mesmo curso, com as Faculdades de Direito e Medicina. Embora haja uma discordância quanto as primeiras instituições de ensino superior no Brasil, de acordo com Jonildo Bacelar[14], é possível considerar os colégios jesuítas como instituições de ensino superior, dada a sua infraestrutura física e curricular. Outros autores argumentam que não se pode considerar os colégios jesuítas como instituições de nível superior por não haver conhecimento do Estado para este fim. Polêmicas à parte, não nos interessa aqui o ano de fundação do ensino superior, mas os processos de admissão que dão forma ao que hoje convencionamos chamar de vestibular.

As informações sobre o ensino no Brasil, desde o período jesuíta, servem para descrever as condições de produção que levaram a instituição dos exames para ingresso nas universidades brasileiras. Essa contextualização é necessária para que possam aparecer as condições de emergência das instituições de ensino superior e seus exames de ingresso.

A primeira universidade brasileira só aparece em 1912, a partir das reuniões dos cursos da Politécnica, Faculdades de Direito e Medicina. De acordo com Cunha (2003), as instituições de ensino superior no Brasil não decorrem da tradição jesuítica, mas das instituições criadas no início do século XIX.

A Lei nº 2. 356 de 31 de dezembro de 1910, artigo 3º inciso 2, informa:

[14] A respeito da Companhia de Jesus: disponível em http://www.historia-brasil.com/colonia/jesuitas.htm. Acesso em 25.01.2018.

> II – A reformar a instrução superior e secundária mantida pela União, dando, sob conveniente fiscalização, sem privilégio de qualquer espécie:
> Aos institutos de ensino superior: a) personalidade jurídica e competência para administrar os seus patrimônios, lançar taxas de matrícula e de exame e mais emolumentos por diplomas e certidões, arrecadando todas as quantias para provimento de sua economia, não podendo também sem anuência do Governo Federal alienar bens; b) completa liberdade na organização dos programas dos respectivos cursos, nas condições de matrícula, exigindo o exame de admissão para o ingresso em seus cursos, no regime de exames e disciplina escolar.
> Aos institutos de ensino secundário: a) a faculdade conferida letra a anterior aos institutos de ensino superior; b) ao seu ensino um caráter prático, libertando-o da condição subalterna de curso preparatório do ensino superior; c) autonomia em sua disciplina.

Observa-se a exigência dos exames de admissão para acesso ao ensino superior, bem como é possível entender que a vinculação do ensino secundário ao superior é de longa data. Nesta parte da lei, já há o desejo de "libertar" o ensino secundário, de preparatório para o superior. Se havia essa pretensão é porque havia também forte relação hierárquica entre os ensinos (principalmente, no período descrito acima, quando os estudantes do colégio Pedro II, tinham acesso direto ao ensino superior).

Ainda hoje é possível observar a forte vinculação do ensino fundamental e médio ao ensino superior, pois, salvo as exceções, o ensino básico tem a preocupação de preparar os estudantes para os vestibulares de várias universidades do Brasil. Essa preocupação acontece, sobretudo, nas escolas privadas brasileiras, que, inclusive, produzem seu *marketing* educacional com base nas suas aprovações nas melhores instituições de ensino superior.

É preciso considerar que essa vinculação diz respeito a preparação para os exames vestibulares, ou pelo menos não é explícita a preparação para além desse exame, como por exemplo, para a continuidade dos estudos na universidade. O que queremos dizer com isso é que, pelo que tudo indica, não há uma preparação dos estudantes do ensino básico para o ensino universitário, a preocupação é mesmo o exame vestibular.

O decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911 institui que

> Art. 65. Para concessão da matricula, o candidato passará por exame que habilite a um juizo de conjuncto sobre o seu desenvolvimento intellectual e capacidade para emprehender efficazmente o estudo das materias que constituem o ensino da faculdade.
> § I. O exame de admissão a que se refere este artigo constará de prova escripta em vernaculo, que revele a cultura mental que se quer verificar e de uma prova oral sobre línguas e sciencias;

A partir desse fragmento do decreto é possível identificarmos que o vestibular oficializa-se entre 1910 - 1911, identifica-se também as bases do modelo de vestibular no Brasil, uma vez que o decreto prevê que seja comprovado o desenvolvimento intelectual e a capacidade do estudante em cursar o ensino superior, o que sugere que nem todos são capazes e por isso mesmo o exame se justificaria. O decreto prevê ainda que o exame de admissão contará com prova escrita e prova oral, as quais revelariam a cultura do estudante. Na Unicamp, por exemplo, desde 1987, ano do seu primeiro vestibular separado da Fuvest/Usp, as provas de primeira e segunda fases eram escritas, ou seja, dissertativas. Esse modelo perdurou até 2010, a partir deste ano as provas dissertativas passaram a ser aplicadas somente na segunda fase. As provas escritas, dissertativas, estão presentes em muitos vestibulares no Brasil, através das redações ou de respostas a questões.

Em 1925 com a reforma Rocha Vaz, cria-se o excedente, ou seja, não havia apenas a preocupação com os ingressos, mas com aqueles que ficariam de fora das vagas efetivas. Era preciso selecionar os melhores estudantes, nas palavras de Barros (2014, p. 1067-1068)

> Com a Reforma Rocha Vaz, esse mecanismo de seleção se tornou ainda mais excludente, uma vez que não bastava ser aprovado para ter direito à matrícula no curso superior, era preciso também se classificar entre o número de vagas estabelecido por cada instituição (VALLE; BARRICHELLO; TOMASI, 2010).
> Na prática, a adoção do critério *numerus clausus* evitava que todos os candidatos que atingissem a nota mínima nos exames pudessem efetivar matrícula, assim como antes ocorria. Contudo, era criada a figura do "aprovado não classificado", ou seja, o "excedente", conforme ressaltou Cunha (1982, p. 11).

A ideia de qualidade no acesso à educação, a pública sobretudo, vem então pela via contrária, pela exclusão, e a Lei Rocha Vaz só oficializa esse mecanismo, que já acontecia nos exames admissionais desde 1911. A criação do excedente coloca de lado a habilitação mínima para acesso à universidade. Nesse momento era necessário atingir certa pontuação para estar entre o número de vagas disponíveis.

Barros (2014, p. 1068) explica ainda que

> O vestibular foi utilizado como instrumento de fechamento das oportunidades de acesso ao Ensino Superior até a queda do Estado Novo, em 1945. Segundo Luiz Antônio Cunha (1982), a expansão das matrículas nesse nível de escolaridade foi retomada, após esse período, devido "a combinação de processos econômicos (dependência/monopolização), induzindo a demanda e processos políticos (populismo e depois a busca de base política para o regimento autoritário) induzindo a oferta" (p. 14).

Na década de 1960, com a expansão e/ou consolidação da industrialização em diferentes Estados do país, mais uma vez era necessário escolarizar a população para atender às novas demandas sociais e econômicas. A industrialização solicitava uma especialização do trabalhador em nível médio, mas também em nível acadêmico. Nesse período há a publicação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a qual, para Barros (2014), oportunizou a democratização do acesso à educação superior:

> De acordo com Sérgio da Costa Ribeiro (1982), a partir da Lei 4.024/61 – a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – os egressos de qualquer curso médio tiveram mais possibilidades de ingresso no Ensino Superior, haja vista que o exame vestibular muito se assemelhou a um concurso de habilitações. Em concordância, Adolpho Ribeiro Neto (1985) ressaltou que esta LDB foi responsável pela ampliação das oportunidades de ingresso na universidade, uma vez que estabeleceu o princípio de equivalência entre os cursos: secundário tradicional, normal, comercial, industrial e agrícola. (BARROS, 2014, p. 1068)

Barros (2014), amparada em Cunha (1982), lista uma série de medidas que contribuíram para o vestibular se tornar um instrumento de distribuição dos candidatos. Para nossa discussão, destacamos duas: a instituição do "vestibular classificatório" [Decreto-lei 68.908/71] e a racionalização técnica do processo seletivo que permitiu a utilização de provas de múltipla escolha e o registro das repostas diretamente em cartões de computador, pelos próprios candidatos.

Se em 1961 a LDB democratizava o acesso ao ensino universitário, dentre outras, pela equivalência dos cursos de ensino médio, em 1996, dava autonomia às instituições para que elas desenvolvessem seus próprios processos seletivos. Esse percurso histórico é acompanhado pelas inovações tecnológicas que foram sendo agregadas ao vestibular, seja através da leitura ótica das respostas, seja pela identificação de fraudes eletrônicas.

De acordo com Cunha (2003), as universidades públicas brasileiras não constituem um segmento homogêneo. "Muitos estados mantêm universidades, entre as quais se destacam as três do estado de São Paulo por sua excepcional qualidade no panorama nacional (CUNHA, 2003, p. 151)". São elas: a Universidade de São Paulo (Usp), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquista Filho (Unesp).

É preciso considerar as condições históricas, geográficas, econômicas, culturais e sociais que deram início ao processo de seleção para ingresso incialmente nas escolas superiores, faculdades e, posteriormente, nas universidades brasileiras. Todas as vezes que no acesso ao ensino se esboçou a perspectiva da democratização, esbouçou-se também a

preocupação na qualidade do ensino, sobretudo, nas universidades de mais prestígio. Isso indica que as políticas de acesso à universidade tem viés político, econômico e sobretudo, ideológico.

Diante da discussão estendida acima, é possível perceber que o acesso à universidade pública não é apenas excludente, mas historicamente e geograficamente excludente. O meio foi modificado ao longo do tempo, mas a separação daqueles que podiam ter acesso dos que deveriam ficar de fora da universidade era ainda mais evidente nos séculos passados. De modo objetivo, a educação formal não chegou e não chega a todos de forma igualitária.

É preciso considerar que as discussões apresentadas são colocadas como as condições de produção que viabilizam a implementação do vestibular como um dos acessos ao ensino universitário, talvez o mais importante das últimas décadas. Sendo assim, as reformas na educação só podem ser pensadas inseridas dentro de seus contextos políticos, sociais, econômicos, culturais, temporais e geográficos, nos quais foram gestadas e implementadas como políticas de educação. Isso quer dizer que as reformas relativas ao século XVIII só podem ser pensadas dentro do conjunto situacional deste século. O que propomos é uma possibilidade de reflexão amparada no percurso histórico do acesso ao ensino universitário.

Podemos dizer ainda, inspirados em José Horta Nunes (1992), que junto a história do ensino público no Brasil está também a história do leitor brasileiro. Todas essas experiências na educação escolar, formal, institucional forjam gestos de leitura e interpretação do leitor brasileiro. São padrões de visualidade, modos ver, de estudar e de refletir sobre a realidade. O vestibular, o Enem, enfim, os sistemas de seleção para ingresso a universidade têm papel importante na produção desses gestos de interpretação na medida em que são respeitáveis, mediadores entre a escola e a universidade.

1.2 O vestibular da Unicamp

Em 1965 o Conselho Estadual de Educação designou a comissão para organizar e instalar a Universidade Estadual de Campinas, à frente da qual estava, Zeferino Vaz, que naquele momento era o presidente da comissão, e, em 1966, tornou-se reitor da recém criada universidade. Incialmente, o vestibular para ingresso à Unicamp era realizado junto ao da Universidade de São Paulo (Usp), pela Fundação Universitária para o Vestibular da Universidade de São Paulo (Fuvest)[15].

Desde 1987 a Unicamp tem um sistema próprio de seleção dos estudantes para ingresso na instituição e possui um órgão responsável para elaborar as provas, bem como para organizar e avaliar o seu vestibular anual. A Comissão permanente de vestibulares da Unicamp (Comvest), setor agregado à Pró-reitoria de Graduação e responsável pela elaboração, correção e realização dos vestibulares da Unicamp. A Comvest não cuida apenas da logística de organização dos vestibulares, mas conta também com uma equipe de professores da própria instituição que se encarregam da elaboração e correção dos exames.

As provas abrangem as diversas áreas do conhecimento escolar, como Geografia, História, Física, Química, Língua Inglesa, Matemática, Língua e Literatura Portuguesas, Redação e Biologia. Essas provas são elaboradas por equipes de professores dos institutos em que cada área está alocada (por exemplo, as provas de Geografia são elaboradas por professores deste curso). Portanto, são docentes universitários que pensam e elaboram os exames a serem realizados pelos estudantes das escolas básicas de diversos Estados brasileiros.

Esse recorte temporal, como justificado anteriormente, está relacionado ao tempo de autonomia da Unicamp como elaboradora e corretora de seu próprio processo seletivo. A Comvest foi fundada em 1986, ano do primeiro vestibular separado da Fuvest-Usp. Segundo dados da universidade o desligamento da Fuvest se dá pela necessidade de buscar estudantes que fossem capazes de organizar ideias e estabelecer relações (ver figura 4). Portanto, a Unicamp desejava um outro perfil de estudante ingressante.

Segundo a Comvest, em 1970 a Unicamp foi incluída no vestibular da Fuvest, naquela época adotavam "um modelo de seleção baseado em provas com questões de múltipla escolha, formuladas a partir do conteúdo curricular das disciplinas do Ensino Médio" (2016, p. 11). Desde já a Unicamp se colocava como uma instituição capaz de influenciar o ensino anterior à universidade, "a percepção era a de que ele [o vestibular integrado

[15] Dados retirados do *site* da Unicamp: http://www.50anos.unicamp.br/linha-do-tempo.

Fuvest/Unicamp] exercia uma influência negativa sobre as etapas anteriores à Educação Superior, além de enfatizar aspectos não fundamentais para o perfil de aluno desejado pela Unicamp" (2016, p.11). Os sentidos produzidos ai podem sugerir que as escolas devem se adequar ao perfil de aluno exigido pela Unicamp e que a universidade e a escola estariam em posições hierárquicas de conhecimento.

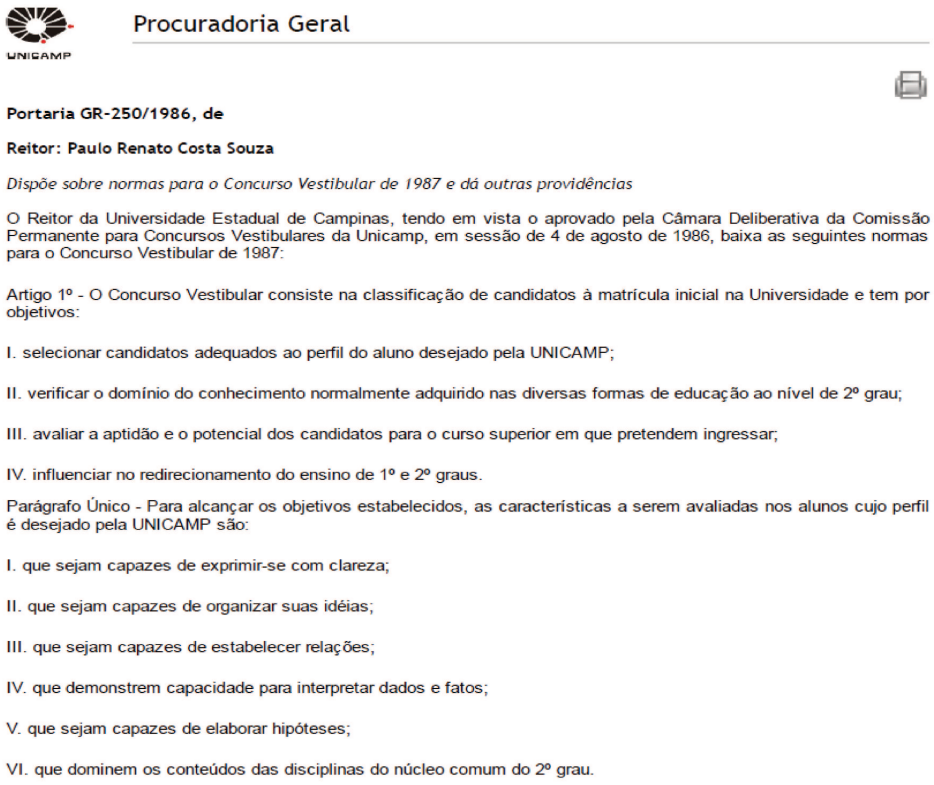
Em ofício enviado por Rubens Alves ao então reitor José Pinotti em 1985, dentre outras, consta a seguinte questão

> Os exames vestibulares, longe de serem simples exames de entrada, são fatores que têm determinado, em grande medida, as linhas de desenvolvimento da nossa educação, nos 1ºs e 2ºs graus, cristalizando e institucionalizando uma série de deformações que vão desde o estreitamento do interesse dos jovens e o desperdício da inteligência até a injusta seleção preliminar que elimina as classes menos favorecidas. (COMVEST, 2016, p. 12)

Para Rubens Alves, a forma que o vestibular era realizado podia desestimular os estudantes em relação à educação, uma vez que existe uma grande desigualdade social em nosso país. Como levar em consideração o mérito e as classes menos favorecidas ao mesmo tempo? Haja vista que as classes menos favorecidas economicamente, são também as menos favorecidas de oportunidades diversas como educação de qualidade, acesso a diversidade cultural e a fontes dispersas de estudo. E ainda, como mensurar as inteligências? Desde o início da autonomia do vestibular da Unicamp, parece haver um movimento aceito de que o vestibular intervém de forma direta nos currículos da escola básica, instituindo e institucionalizando práticas adequadas ao exame.

Na figura 4, tem-se a primeira portaria que estabelece as normas para o primeiro Concurso vestibular da Unicamp em 1987, na qual está descrito, além das normas, os objetivos desejados para seus futuros estudantes.

Figura 4. Portaria 250/1986



Procuradoria Geral

UNICAMP

Portaria GR-250/1986, de

Reitor: Paulo Renato Costa Souza

Dispõe sobre normas para o Concurso Vestibular de 1987 e dá outras providências

O Reitor da Universidade Estadual de Campinas, tendo em vista o aprovado pela Câmara Deliberativa da Comissão Permanente para Concursos Vestibulares da Unicamp, em sessão de 4 de agosto de 1986, baixa as seguintes normas para o Concurso Vestibular de 1987:

Artigo 1º - O Concurso Vestibular consiste na classificação de candidatos à matrícula inicial na Universidade e tem por objetivos:

I. selecionar candidatos adequados ao perfil do aluno desejado pela UNICAMP;

II. verificar o domínio do conhecimento normalmente adquirido nas diversas formas de educação ao nível de 2º grau;

III. avaliar a aptidão e o potencial dos candidatos para o curso superior em que pretendem ingressar;

IV. influenciar no redirecionamento do ensino de 1º e 2º graus.

Parágrafo Único - Para alcançar os objetivos estabelecidos, as características a serem avaliadas nos alunos cujo perfil é desejado pela UNICAMP são:

I. que sejam capazes de exprimir-se com clareza;

II. que sejam capazes de organizar suas idéias;

III. que sejam capazes de estabelecer relações;

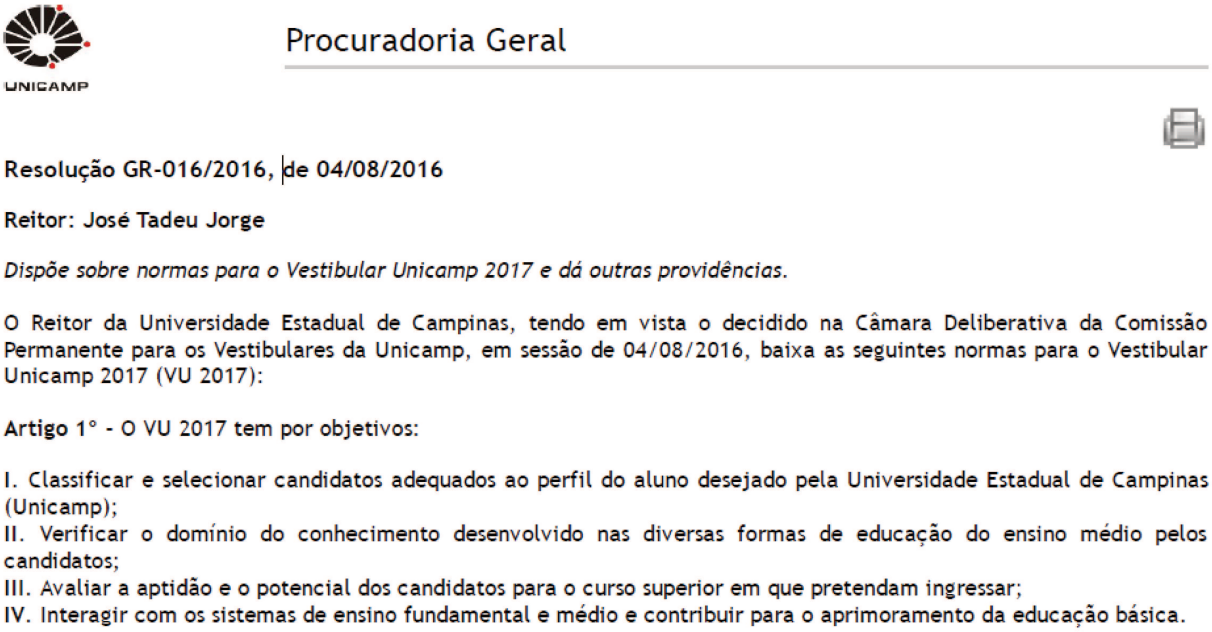
IV. que demonstrem capacidade para interpretar dados e fatos;

V. que sejam capazes de elaborar hipóteses;

VI. que dominem os conteúdos das disciplinas do núcleo comum do 2º grau.

Fonte: http://www.pg.Unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=504. Acesso em 20.04.2016.

Figura 5. Resolução 016/2016



Procuradoria Geral

UNICAMP

Resolução GR-016/2016, de 04/08/2016

Reitor: José Tadeu Jorge

Dispõe sobre normas para o Vestibular Unicamp 2017 e dá outras providências.

O Reitor da Universidade Estadual de Campinas, tendo em vista o decidido na Câmara Deliberativa da Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp, em sessão de 04/08/2016, baixa as seguintes normas para o Vestibular Unicamp 2017 (VU 2017):

Artigo 1° - O VU 2017 tem por objetivos:

I. Classificar e selecionar candidatos adequados ao perfil do aluno desejado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp);
II. Verificar o domínio do conhecimento desenvolvido nas diversas formas de educação do ensino médio pelos candidatos;
III. Avaliar a aptidão e o potencial dos candidatos para o curso superior em que pretendam ingressar;
IV. Interagir com os sistemas de ensino fundamental e médio e contribuir para o aprimoramento da educação básica.

Disponível em: http://www.pg.Unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=4980. Acesso em 07. 04.2016.

Através das normas e resoluções, percebe-se que havia uma preocupação em selecionar estudantes que atendessem ao perfil desejado pela Unicamp. Este estudante não pode ser qualquer um, mas sim aquele que cumpre uma série de objetivos e cujo potencial demostrado nas provas se repercuta na universidade. Assim, é necessário identificar se o aluno tem condições de cursar o ensino superior oferecido pela instituição, que se pretende diferenciado, distante das outras, por articular fortemente ensino e pesquisa, desenvolver forte política de internacionalização e primar por estudantes que estejam alinhados a uma universidade de vanguarda[16].

Nesse conjunto de objetivos a universidade se identifica, (des)identifica com outras instituições de ensino e seleciona os estudantes segundo o perfil por ela desejado. Está claro que tal perfil está em consonância com o tipo de universidade que a Unicamp deseja ser. Nesse processo de seleção, de identificação do que caracteriza o modelo de universidade pretendida, são elaboradas questões que revelam em seu discurso o tipo de leitor por ela esperado (Efeito leitor). É preciso deixar claro que não defendemos aqui que qualquer sentido seja aceito na resposta das provas, mas cabe a reflexão de que podem haver outros sentidos plausíveis, porém distintos, daqueles que a Universidade estabelece na grade de correção de suas questões.

Para Orlandi (2012), no Efeito leitor é preciso considerar que há um leitor virtual inscrito no texto, um leitor imaginário e imaginado pelo autor no momento da escrita. O autor não escreve para si mesmo, mas para um outro da leitura. Nas palavras de Orlandi (2012, p. 10)

> Um leitor que é constituído no próprio ato da escrita. Em termos do que denominamos "formações imaginárias" em análise de discurso, trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para ele se dirige. Tanto pode ser um seu "cúmplice" quanto um seu "adversário".
> Assim, quando o leitor real, aquele que lê o texto, se apropria do mesmo, já encontra um leitor aí constituído com o qual ele tem de se relacionar necessariamente.

Os professores que fazem parte da banca elaboradora das questões das provas do vestibular da Unicamp imaginam esse leitor virtual, para selecionar as questões, gráficos, mapas, tabelas que constituem as provas. Imaginam e esperaram um tipo de estudante-leitor e antecipam as suas respostas, seja nas questões de múltipla escolha ou nas questões dissertativas, e nessa segunda, talvez, de forma intensa, visto que é necessário que além de ler e interpretar é preciso também escrever o texto da resposta. Aqui já se esboça qual perfil de estudante-leitor a Unicamp deseja como estudante-ingresso (ver as figuras 4 e 5, acima).

[16] Termo usado no livro publicado pela Comvest, 2016.

Orlandi (2012) reconhece que toda leitura é uma produção e para ler é preciso considerar as condições de produção da leitura. Uma série de condições extra-linguísticas contribuem de forma direta na leitura de texto, imagem, texto-imagem[17]. Leitor e texto interagem no momento da leitura e a memória discursiva é central nesse processo, pois é ela que permite a leitura, que disponibiliza uma rede de significados, ou seja, é através do trabalho da memória discursiva que o leitor dá significado ao texto-imagem.

Para a AD, a memória não é uma mera lembrança, recordação. É aquilo que já foi dito antes, em outro lugar e é retomado em outros momentos, sem que haja uma consciência de estar acessando uma memória que já existe, o já dito se ressignifica em espaços-tempos distintos, num movimento constante de retorno e atualização. Contudo, Orlandi (2012) explica que são leitor e autor que interagem no momento da leitura, o texto é o objeto da mediação, dessa forma, são posições-sujeito que se relacionam na atualidade da leitura.

A respeito da posição sujeito-leitor, sujeito historicamente produzido, é resultado dos

> modos de assujeitamento em relação ao texto mudam profundamente no curso da História, do singular (à letra) para o plural (às letras): a maneira como o juridicismo se apresenta hoje no sujeito-leitor é a do efeito da livre determinação do(s) sentido(s) pelo sujeito da leitura. No entanto, ambiguamente, há uma espécie de imposição exercida de fora para que ele atribua vários (mas apenas alguns) sentidos e não outros (ORLANDI, 2012, p. 67).

Neste texto temos duas questões importantes e contraditórias a considerar. A primeira diz do assujeitamento do sujeito-leitor em relação ao próprio texto. Pela AD sabemos que há diferentes maneiras de significar determinadas textualizações, porém o vestibular restringe drasticamente tais possibilidades, direcionando o sentido que o leitor deve dar aos enunciados propostos. Assim, para o exame há uma forma de ler, modos e práticas de leitura que são impostas ao leitor, ao mesmo tempo que se forja a ilusão de que o sujeito-leitor é dono da sua interpretação e do sentido que dá ao texto. No jogo do sentido, alguns são dizíveis e outros indizíveis. Os sentidos passam por filtros e por algum mecanismo de controle. A Unicamp, enquanto formuladora de questões, recorta, por exemplo, o sentido que deseja que seus sujeitos-leitores expressem nas respostas e aqueles que mais se aproximam da leitura pretendida estarão mais próximos do ingresso à universidade.

[17] Fotografia, cinema, música, teatro, dança, pintura, desenho.

Assim, a leitura será sempre incompleta. Além da memória discursiva, Orlandi (2012) admite ainda que a leitura e sua incompletude deriva também da relação com outros textos, a intertextualidade. “Quando se lê, considera-se não apenas o que está dito, mas também o que está implícito: aquilo que não está dito e que também está significando” (ORLANDI, 2012, p. 13). Entre o dito e o não dito, a Unicamp produz um sentido no que apresenta nas suas provas e sobre si mesma, como instituição de pesquisa e ensino.

Em livro recém lançado pela Unicamp, sobre os seus 30 anos de vestibular, já na apresentação, observa-se a necessidade de distanciamento em relação a outros processos seletivos e o reconhecimento da qualidade das provas e dos estudantes. O coordenador avalia: “com o passar do tempo, a Unicamp conseguiu construir um Vestibular único e de sucesso, respeitado e reconhecido em todo país como um dos melhores processos de seleção de estudantes no nível de Educação Superior” (COMISSÃO PERMANENTE PARA OS VESTIBULARES DA UNICAMP, 2016, p. 9). É um discurso que se aproxima das ideias do início do século XX, sobre competência, capacidade, habilidade, qualidade e eficiência que deve ter os cursos superiores no Brasil.

Nesse livro estão descritas a possibilidade de diversidade de temas e fontes, bem como a relação do vestibular com as problemáticas atuais,

> São comuns, então, questões elaboradas a partir de temas gerais ou problemáticas da atualidade – muitas vezes valendo-se de notícias de jornal ou de meios de expressão alternativos, como as histórias em quadrinhos e as charges -, bem como o recurso a situações corriqueiras e do cotidiano nas quais são aplicados princípios ou processos científicos (COMISSÃO PERMANENTE PARA OS VESTIBULARES DA UNICAMP, 2016, p. 67).

Essa abertura da Comvest para a diversidade de fontes de informações que as suas provas utilizam, exige, inclusive, o amplo e complexo arquivo desta tese, o qual é constituído de jornais, histórias em quadrinhos, charges, livros didáticos, científicos e de literatura, filmes e imagens, todos de alguma forma ligados às provas do vestibular da Unicamp. Por exemplo, os recortes de jornais “O Estado de São Paulo” e “Folha de São Paulo”, utilizados no texto da tese, foram identificados como os jornais mais utilizados na elaboração das questões do vestibular Unicamp, esse critério se estendeu para o uso das outras fontes, documentos e materiais que compõe o arquivo desta tese.

Entre as décadas de 1987 a 2016 o processo seletivo da Unicamp passou por diversas mudanças. O processo ficou maior e mais complexo e isso provocou a necessidade de reiteradas vezes a Unicamp rever as normas estabelecidas para seus exames, bem como

aspectos de seu órgão gestor, a Comvest. Para se ter uma ideia do desenvolvimento operacional, em 1987 o vestibular contava com 13.260 inscritos para ocuparem 1.380 vagas e as provas eram aplicadas em nove (9) cidades do Estado de São Paulo. Já em 2016 houve 77.760 inscritos para 3.320 vagas, com provas aplicadas em vinte e cinco (25) cidades do Estado de São Paulo, mais Brasília no Distrito Federal. Estes 77 mil inscritos são um número maior que a população de cidades do interior de São Paulo e da região metropolitana de Campinas, como Vinhedo, Registro, Paulínia, Amparo e outras.

Mas, o vestibular da Unicamp já foi nacional, com provas aplicadas nas regiões Sudeste, Sul, Nordeste e Centro-Oeste. Desde 2013, as cidades do eixo Norte-Nordeste não constavam como locais de vestibular, contudo em 2017, Fortaleza retorna como local de provas, única cidade daquele eixo. O vestibular da Unicamp se destaca nacionalmente pelo cuidado, logística, qualidade e a complexidade do seu processo seletivo.

1.3 Consensos: clima, Geografia e vestibular

O clima é um dos conteúdos mais relevantes dentro do escopo dos conhecimentos geográficos. Embora haja uma área específica que estuda os fenômenos climáticos, a Climatologia, o clima se apresenta como um conteúdo que, além da Geografia, atravessa outras áreas do conhecimento, tais como: a Biologia, a Meteorologia, a Oceanografia, as Geociências, a Geologia, as Ciências da Saúde, a Arquitetura e Urbanismo, a Engenharia Civil e outras. Logo, o clima e seus fenômenos correlatos fazem parte de uma rede de conhecimentos interdisciplinares.

Como conhecimento basilar da Geografia escolar e científica, o clima está presente, respectivamente, no currículo dessa disciplina no ensino básico, em nível fundamental e médio e no ensino universitário e isso reflete em sua presença nos livros didáticos e nos PCN's de Geografia. A relação entre Geografia e clima vem de longa data. Sendo aceita a definição de que a Geografia é a relação entre sociedade e natureza, o clima corrobora com a definição própria da Geografia, uma vez que é constitutivo da natureza e dos fenômenos naturais. Para Santos (1977, p. 82), "Natureza e Espaço são sinônimos, desde que se considere a Natureza como uma natureza transformada, uma Segunda Natureza, como Marx a chamou". E a respeito da Geografia, reflete:

> Na sua Geografia, Estrabão já aconselhava a levar em consideração os atributos de um lugar que são devidos à natureza, porque, pensava ele, «são permanentes, enquanto os atributos superpostos conhecem mudanças (they are permanent, where ass the adventicus attributes undrergo chages)»; de fato, podemos hoje corrigir: os dois são destinados a mudar. Mas também, acrescenta ele, está claro que é preciso levar em conta os atributos não-naturais que são destinados a permanecer e que transformam o trabalho (SANTOS, 1977, p. 89)

Aceitando os argumentos anteriores de que o clima é um dos temas centrais da Geografia (física, sobretudo) e que este tema circula tanto pela escola quanto pela universidade, e que os fenômenos climáticos repercutem de forma direta na vida e no cotidiano das pessoas, tem-se ai uma importante temática de estudo.

Em uma consulta aos PCN's observamos que o clima faz parte dos conteúdos centrais de desenvolvimento dos conceitos, procedimentos e atitudes orientados para as Ciências da Natureza, Geografia e Meio Ambiente. Segundo o documento em questão, "sempre que tratar dos mecanismos do clima, vegetação, dos solos e do relevo, deverá estar comprometido com uma visão metodológica do significado de todos esses processos naturais, com suas leis específicas, com suas diferentes formas de apropriação pela sociedade" (BRASIL, 1998, p.57). Considerando este fragmento de texto é possível observar que o PCN traz uma visão mais extensa das relações do clima com a sociedade, não apenas na medida em que ele associa as duas dimensões da vida, mas, sobretudo, porque chama atenção para o significado que os processos naturais têm ou deveriam ter.

Para pensar o clima como conteúdo de ensino da Geografia é preciso considerar como o clima (re)constrói e (re)organiza o espaço geográfico, assim como considerar os períodos de ocorrência dos fenômenos climáticos. Dessa forma, explica o PCN:

> [...] quando se tratar de relacionar os temas e conteúdos dos fenômenos naturais e sociais e analisá-los, deve-se sempre ter o cuidado de relativizar essas temporalidades. Para explicar o papel do clima na construção do espaço geográfico, deve-se sempre lembrar que existem fenômenos que ocorrem em períodos de curta ou longa duração. Por exemplo, a distribuição dos fenômenos de precipitação atmosférica, como chuva, neve, geada, que se sucedem com as estações do ano. E aqueles de longa duração, como as grandes mudanças climáticas, com a mudança de climas úmidos para secos ou vice-versa (BRASIL, 1998, p. 57).

Por ser tema central no currículo escolar da disciplina de Geografia, é coerente que o clima, seus fenômenos, tipos e manifestações também façam parte do conjunto de conteúdos exigidos nas provas de ingresso às universidades brasileiras. Desse modo, as provas de ingresso a Unicamp não fogem a essa regra. Observando as listas de conteúdos disponíveis no *site* da Comvest, publicadas no Manual do Candidato para o vestibular, é

possível ver que os fenômenos climáticos aparecem em, pelo menos, três conjuntos de conteúdo. Aparece também os processos de regionalização brasileira, pano de fundo dessa pesquisa. É preciso destacar que só são divulgados na internet os manuais a partir do ano de 2004, neles constam a lista dos conteúdos que os estudantes devem estudar para prestar os exames vestibulares. A seguir, o programa para o ano de 2004 e 2016, respectivamente, é possível identificar a recorrência dos temas aqui em estudo:

Figura 6. Lista de conteúdos para o vestibular 2004

I. A produção do espaço mundial: as transformações na divisão sócio-espacial do trabalho e a atual regionalização do mundo
1. O espaço geográfico e sua representação cartográfica.
1.1. as escalas cartográficas; as projeções cartográficas, as coordenadas geográficas e os fusos horários.
2. A dinâmica do espaço geográfico no mundo contemporâneo
2.1. o desenvolvimento sócio-econômico e as transformações do espaço geográfico a partir das mudanças de significado (da importância) dos setores de atividades econômicas;
2.2. o processo de industrialização e a redefinição da atividade industrial na dinâmica sócio-espacial
2.2.1 a urbanização, a terceirização e as condições de vida na cidade;
2.3. a relação cidade-campo e as suas transformações;
2.3.1. a atividade agrária: persistência das atividades de subsistência e as atividades agro-pastoris mais avançadas;
2.3.2. as atividades extrativas: tradição e mudanças;
2.3.3. o processo de permanência, de exclusão ou de incorporação dos povos e economias tradicionais às economias modernas;
3. As transformações do mundo contemporâneo:
3.1. O desenvolvimento tecnológico e as novas territorialidades, meios de transporte e comunicação;
3.1.1. A "globalização" da economia: as relações entre as escalas local, nacional e global.
3.2. As transformações políticas e as novas territorialidades;
3.2.1. as relações entre os diferentes grupos de países: as alianças e disputas entre as grandes potências;
3.2.2. interdependência e desigualdade nas relações entre as grandes potências e os demais países;
3.2.3. conflitos territoriais, religiosos e por recursos naturais contemporâneos.
4 Sociedade e natureza no mundo contemporâneo:
4.1. o processo de desenvolvimento e transformação da natureza;
4.2. a zonalidade morfoclimática ;
4.3. os recursos naturais e as especificidades na sua distribuição;
4.4. as políticas para o aproveitamento dos recursos naturais;
4.5. recursos naturais, novas tecnologias e mercado;
4.6. os dilemas do mundo contemporâneo:
• as desigualdades sociais;
• produção alimentar e economia de mercado;
• os resultados das intervenções da sociedade na natureza;
• a dilapidação dos recursos e as conseqüências sócio-espaciais.

II - Processo de ocupação e valorização territorial do Brasil, apropriação e produção do espaço
1. O Brasil atual: suas desigualdades e sua inserção no mundo
2. A estruturação do espaço geográfico brasileiro:
2.1. a atuação do capital privado e o papel do Estado nas políticas territoriais;
2.2. a dinâmica sócio-espacial - regionalização, metropolização, urbanização: interdependência e complementaridade;
2.3. o processo de industrialização e a redefinição da atividade industrial na dinâmica sócio-espacial;
2.3.1. urbanização, terciarização e as condições de vida;
2.4. as transformações nas relações cidade-campo;
2.5. a atividade agro-pastoril: das atividades de subsistência à modernização agro-pastoril;
2.6. as atividades extrativas: formas tradicionais e modernas;
2.7. o processo de incorporação dos povos indígenas: assimilação e/ou extermínio.
3. Sociedade e natureza no espaço brasileiro:
3.1. o quadro natural brasileiro: geologia, clima, relevo, formações vegetais e hidrografia;
3.2. os domínios morfoclimáticos;
3.3 os recursos naturais e as especificidades na sua distribuição;
3.4. as políticas para o aproveitamento dos recursos naturais;
3.5. as conseqüências das intervenções da sociedade na natureza;
3.6. o uso dos recursos e do patrimônio natural e as conseqüências sócio-espaciais;
3.7. a dinâmica da natureza e a questão ambiental;
3.8. o meio ambiente urbano.

Obs.: na elaboração das questões serão consideradas as áreas e os países onde os temas relacionados a este roteiro tenham maior relevância.

Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest2004/manual.pdf. Acesso em 10.11.2016

Figura 7. Lista de conteúdos para o vestibular 2016

Programa

- Projeções Cartográficas
- Fuso Horário
- Escala
- Cartografia e novas tecnologias (sensoriamento remoto)
- Dinâmicas geológica, geomorfológica e pedológica
- Dinâmica atmosférica, a zonalidade climática e os tipos de tempo associados
- Oceanos e mares
- Domínios morfoclimáticos
- Bacias hidrográficas
- Domínios da vegetação
- Recursos naturais
- Riscos ambientais
- Interferência do Homem na dinâmica dos processos naturais
- Áreas de risco e ocupação humana
- Gestão pública dos recursos naturais
- A inserção do Brasil no diálogo internacional sobre meio ambiente
- As escalas de análise geográficas e sua articulação
- A organização político- territorial em escala mundial
- Globalização e regionalização mundial (África, América, Ásia, Europa, Oceania)
- Geopolítica e geoeconomia mundial: poder estatal, militar e econômico
- Conflitos territoriais, étnicos, militares, ambientais e econômicos
- Evolução das trocas internacionais e especialização do comércio internacional
- Organizações multilaterais, regionais e a ONGs internacionais
- A população no mundo: conceitos e evolução demográfica, movimentos populacionais e estrutura populacional
- A urbanização mundial, as cidades globais e megacidades: condições de vida nas cidades e estruturação urbana
- Os circuitos da produção mundial: indústria e agropecuária
- Globalização financeira e produtiva e a divisão territorial do trabalho e da produção
- Movimentos sociais mundiais e as populações tradicionais
- A dimensão cultural na globalização
- Geografia das redes: fluxos materiais e imateriais na globalização
- O meio ambiente e os recursos naturais nas relações internacionais
- Apropriação, ocupação e produção territorial do Brasil: gênese, consolidação e dinâmica territorial
- Conceitos chaves: território, espaço, paisagem, região e lugar
- O Brasil e sua inserção no sistema-mundo
- A organização político territorial do Brasil e políticas territoriais

- Divisão regional no Brasil
- A população brasileira
- Economia e território: industrialização e terciarização
- Produção agropecuária e questão agrária no Brasil
- Urbanização e estrutura urbana: redes, hierarquias e análise intra-urbana
- Infra-estrutura produtiva: energia, telecomunicações, transportes
- Movimentos sociais no campo e nas cidades
- Política externa brasileira e a inserção do Estado brasileiro em organizações supranacionais
- Questão ambiental no Brasil
- O homem como ser social.
- A inserção em grupos sociais: família, escola, vizinhança, trabalho.
- Relações e interações sociais.
- Etnias; classes sociais; gênero; geração.
- A população brasileira: diversidade nacional e regional.
- O estrangeiro do ponto de vista sociológico.
- Migração, emigração e imigração; aculturação e assimilação.
- Diversidade e identidade cultural no Brasil
- Cultura e comunicação de massa: música, televisão, internet, cinema, artes, literatura.
- Desenvolvimento, mercado de trabalho, emprego e renda
- Divisão social do trabalho.
- Processo de trabalho e relações de trabalho.
- Transformações no mundo do trabalho.
- Emprego e desemprego na atualidade.
- Segregação socioespacial e violência no Brasil
- Violências simbólicas, físicas e psicológicas.
- Reprodução da violência e da desigualdade social.
- Razões para a violência.
- Sociedade no Brasil: cidadania e democracia
- Direitos civis, direitos políticos, direitos sociais e direitos humanos.
- Formas de participação popular na história do Brasil.
- Movimentos sociais contemporâneos
- Estado e governo.
- Sistemas de governo.
- Organização dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.
- Eleições e partidos políticos.

Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest2016/download/manual2016.pdf. Acesso em 10.11.2016.

CAPÍTULO 2

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO DA ANÁLISE DE DISCURSO

2.1 Discurso e texto

Neste capítulo apresentamos as noções teóricas e metodológicas em Análise de Discurso que orientam as análises e alinhavam todo o texto da tese. A discussão a seguir busca aproximar o leitor dos principais conceitos teóricos da AD, assim como informar qual o olhar direcionado para as questões de Geografia do vestibular da Unicamp e as outras materialidades discursivas quem compõem esta tese.

Dessa forma, é possível dizer que o termo "discurso" é de uso corrente no cotidiano das pessoas, utilizado, basicamente, para designar uma fala, intenção, argumentação, enfim, uma necessidade de convencimento. Evidentemente, para os autores e pesquisadores da AD, o discurso é definido de forma mais complexa, mas não se nega o uso comum do termo, talvez ao contrário, utiliza-se de fragmentos desse uso comum, afinal é na língua que o discurso ganha materialidade (POSSENTI, 2009; ORLANDI, 2015).

A língua é a principal materialidade do discurso, mas não é a única. Se pensarmos na linguagem como um sistema mais amplo, complexo e incompleto, podemos alargar o seu conceito e pensar que a materialidade se constitui de várias formas de linguagem, como, por exemplo, a própria língua, fotografias, gráficos, pinturas, músicas, danças, ou seja, uma série de linguagens não-verbais, mas que não por isso deixam de ser carregadas de discursividade em suas manifestações materiais.

O que estamos propondo aqui é que a linguagem seja considerada em sua dimensão verbal (falada e escrita) e não-verbal, aquela que não usa a fala e a escrita como principal forma de expressão, mas apresenta-se em imagens, gráficos, pinturas, figuras, fotografias, mapas, desenhos, arquitetura, dentre outras. A respeito das diferentes materialidades, Suzy Lagazzi nos ajuda a compreender que os discursos se manifestam em diferentes materialidades significantes, um componente de uma cadeia estruturante exposto à significação. No dizer da autora:

> Para trabalhar o recorte na incompletude, fui ao conceito 'significante', entendido não mais como imagem acústica, referida ao signo em determinada leitura Saussuriana, mas como componente de uma cadeia estruturante falha, cuja materialidade específica (verbal, visual, sonora, gestual...) fica exposta à produção de significações. Lembramos que entra aí a noção de valor, magistralmente discutida por Gadet e Pêcheux na Língua Inatingível, e que permite ao analista buscar sempre uma relação de movimento, de estabelecimento de relações a_. Temos, portanto, o movimento como constitutivo da materialidade (LAGAZZI, 2008, p.01).

A noção de materialidade tal como propõe Lagazzi (2008) abarca a linguagem, mas a extrapola. O que está em jogo ai é a produção das significações produzidas na relação com outras materialidades significantes.

De acordo com Cavalcanti e Custódio Filho (2010), a linguagem tem por meta tratar da temática dos sentidos, e isso pode indicar que a produção dos sentidos passa pelo uso da linguagem. Nesse ponto, consideram que

> A produção de linguagem [verbal e não verbal] constitui atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos que se realiza, evidentemente, com base nos elementos [linguísticos] presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução e a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal (CAVALCANTE e CUSTÓDIO FILHO, 2010, p. 64, grifo dos autores).

Orlandi (2005) esclarece que Pêcheux considera a linguagem como um sistema capaz de ambiguidade e define a discursividade como a inserção dos efeitos materiais da língua na história, incluindo a análise do imaginário na relação dos sujeitos com a linguagem. De acordo com Pêcheux, o linguístico é pressuposto de todo processo discursivo. Portanto, o que torna a linguagem objeto discursivo é a sua relação com a história; aqui, no entanto, nos propomos a considerar também a sua relação com a Geografia.

A respeito das determinações linguísticas Orlandi explica que:

> O objeto da Linguística é a língua (...); o objeto da AD é o discurso, que supõe uma autonomia apenas relativa do linguístico (...), já que ele postula que a linguagem tem uma relação necessária com a exterioridade e a possibilidade de encontrar regularidades no discurso se vincula ao fato de referi-lo às suas condições de produção (ORLANDI, 1994, p. 295).

O analista do discurso reconhece a língua como um sistema de suas próprias ordens, mas vai além. Entende a língua na relação indissociável entre o social e o histórico. A língua faz sentido, para o analista do discurso, na sua relação com a exterioridade, ou seja, com as condições que produz sentidos a partir do jogo histórico, ideológico e social. A língua é concebida como materialidade linguística no seu movimento, na sua incompletude, nos seus deslizamentos, nos seus equívocos, na sua opacidade, nas suas brechas, nas suas falhas e nas suas rupturas. Todos esses "desvios" são para Pêcheux fatos estruturais, constitutivos, incontornáveis e próprios da língua. São os espaços privilegiados para a deriva de sentidos.

Os sentidos da língua estão exatamente nas brechas, nas dobras, nas fissuras que permitem irromper possibilidades outras de significar. Para entender a língua na perspectiva discursiva é preciso pensar para além das normas, sistemas e estruturas e considerá-la inscrita na história, atravessada por múltiplas determinações ideológicas na relação do sujeito com o mundo. Se para o linguista a língua é da ordem da técnica, para o analista do discurso é da ordem do simbólico. Na ordem do equívoco da língua.

O discurso é definido por Pêcheux como um efeito de sentidos entre locutores, um objeto sócio-histórico, em que o sujeito não está na origem do seu dizer, mas é atravessado por outros discursos e ideologias, e dessa forma é uma crítica a evidência e a transparência do sentido (PÊCHEUX, 2014).

Para Possenti (2009, p. 16), o discurso é um tipo de sentido, "um efeito de sentido, uma posição, uma ideologia – que se materializa na língua, embora não mantenha uma relação biunívoca com recursos de expressão da língua". Ou seja, é através do texto falado, escrito e imagético que o discurso toma forma, conteúdo e posição. Os textos (falado, escrito e imagético) materializam discursos que são formados dentro de formações distintas. Os efeitos de sentidos produzidos pelos discursos estão colados à posição do sujeito (locutor e ouvinte) e às condições de produção do próprio discurso.

Quanto à natureza, simbólica e heterogênea do texto, Orlandi (1995, p. 115) elenca:

> 1. Quanto à natureza dos diferentes materiais simbólicos: imagem, grafia, som, etc.
> 2. Quanto à natureza das linguagens: oral, escrita, científica, literária, narrativa, descrição, etc.
> 3. Quanto às posições do sujeito.
> 4. Além disso, podemos trabalhar essas diferenças em termos de formações discursivas (FD). Nesse caso, temos um princípio importante que é o de que um texto não corresponde a uma só FD, dada a heterogeneidade que o constitui, lembrando que toda FD é heterogênea em relação a si mesma (COURTINE, 1982).

Dessa forma, um discurso dispõe de diversos e diferentes textos, uns em relação aos outros, que dão materialidade ao processo discursivo. A autora ainda chama atenção para a relação entre texto e formação discursiva (FD), explica que um mesmo texto pode corresponder a várias FD e esta convivência produz diferentes efeitos de sentido.

Orlandi (1995) explicita que o texto é a unidade primeira, uma peça de linguagem, materialidade histórica. Para a autora, as palavras não significam em si mesmas, é o texto que significa e, para ser texto, é preciso ter textualidade, a qual, por sua vez, "é a função da relação do texto consigo mesmo e com a exterioridade" (ORLANDI, 1995, p. 111). É o discurso que sustenta e significa o texto. É esse movimento que o torna textualidade. Por

exterioridade, entende-se o interdiscurso, memória discursiva e as condições de produção que constituem e são constituídas pela cultura, economia, política e situações sócio-históricas e geográficas; logo, é na relação do texto com as condições de produção e com o interdiscurso, que se produz a textualidade.

Para Orlandi (1995, p. 112), "o texto, visto na perspectiva do discurso, não é uma unidade fechada — embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira — pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários)". É neste jogo que a exterioridade se manifesta, quando o texto é posto em relação a outros textos. Isso indica que a exterioridade é constitutiva do próprio texto, porque sempre contém ou é atravessado por outros textos.

Orlandi (1995, p.113) explica ainda que:

> Não se parte da história para o texto —avatar da análise de conteúdo— se parte do texto enquanto materialidade histórica. A temporalidade (na relação sujeito/sentido) é a temporalidade do texto.
> Não se trata assim de trabalhar a historicidade (refletida) no texto, mas a historicidade do texto, isto é, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentidos.
> São, pois, os meandros do texto, o seu acontecimento como discurso, a sua mise-en-oeuvre, como dizem os franceses, ou como podemos dizer, o trabalho dos sentidos nele, que chamamos historicidade.

A respeito do texto, Indursky (2015), a partir de Guespin, aponta que "um olhar lançado sobre um texto, do ponto de vista de sua estruturação em 'língua' faz dele um enunciado; um estudo linguístico das condições de produção deste texto o transforma em um discurso" (GUESPIN, 1976 apud INDURSKY, 2015, p. 75). Dessa forma, o texto do campo disciplinar da Geografia precisa ser pensado em relação às condições de produção (CP) (precisa relacionar-se às CP) para ser tomado como discurso e, para isso, é preciso atravessar os elementos internos ao texto e considerá-lo inscrito na história.

Indursky (2015) apresenta ainda, que as CP de um texto relaciona esse texto a sujeitos históricos, ou seja, a sujeitos sociais, afetados pelo inconsciente e pela ideologia, que agem sob a ilusão de estarem na origem do seu dizer. É o sujeito descentrado, que precisa acessar a memória discursiva, o interdiscurso, aquele que lhe permite o seu dizer. Neste, está ancorado o repetível, outros textos e discursos. Para que este sujeito historicamente produzido possa dizer, é necessário imergir na memória discursiva, lugar de múltiplos sentidos, fazendo emergir outros textos e discursos ditos em outros lugares e independentemente. É possível considerar que memória e sentido não são datados, não têm um marco fundador. O recorte temporal, portanto, é definido pelo analista.

Ainda nessa relação entre linguagem e discurso, ou especificamente linguagem como materialidade discursiva, Brandão (2012, p. 09) admite que, como "sistema de significação da realidade, a linguagem é um distanciamento entre a coisa representada e o signo que a representa. E é nessa distância, no interstício entre a coisa e sua representação sígnica, que reside o ideológico". O ideológico aí, aparece justamente na mediação entre nós e o mundo, o olhar sobre a realidade é ideológico e é assim que significamos a nós mesmos e ao mundo.

Para Brandão (2012, p.11)

> a linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia.

A linguagem vista como materialização do discurso é prática social, surge como pressuposto, relação e processo de significação permanente. A linguagem, assim, é lugar de conflito, confronto, disputa. Mas é também lugar da identificação, de reconhecimento, de significação.

Dessa forma, o sujeito que (re)produz um discurso o faz a partir de certa posição (social, política, científica, econômica, religiosa, dentre outras), ou ainda, da formação discursiva (FD) e formação ideológica (FI) da qual faz parte. Esta é uma relação de mão-dupla: posição do sujeito e FD: uma é constitutiva da outra. Nas provas de seleção de ingresso à universidade, nos sistemas de vestibular, essa relação ideológica-discursiva se reproduz, justamente, pela memória discursiva. O professor elaborador de questões da prova mobiliza sua memória discursiva no momento em que constrói os enunciados. Vale dizer que esse mesmo processo ocorre com o vestibulando, leitor da prova.

De acordo com Pêcheux (1999, p. 50) "a memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da "memória individual", mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída pelo historiador". A memória individual se inscreve em um conjunto de memórias sociais, construídas pelos diversos sujeitos. Por exemplo, a memória de escola de um sujeito está ancorada em um conjunto de ideias que já se tem de escola, unida ao conjunto de experiências que este sujeito vivenciou ao longo da sua trajetória de estudante escolar, e essas experiências nunca são apenas individuais, são coletivas e sociais.

Entende-se memória coletiva na perspectiva de Maurice Halbwachs (1990), a partir da relação memória e sociedade, centro do seu pensamento:

> não é o indivíduo em si nem nenhuma entidade social que se recorda; mas que ninguém pode lembrar-se efetivamente, senão da sociedade, pela presença ou evocação e, portanto, pela assistência dos outros ou de suas obras; nossas primeiras lembranças e, por conseguinte, a trama de todas as outras, não são trazidas e conservadas pela família? (HALBWACHS, 1990, p.23).

Isso quer dizer que a memória individual está atrelada à memória coletiva/social, seja pela presença física das pessoas nos fenômenos memorados, seja pela evocação a pessoas ou a um grupo. Dessa forma, as lembranças sempre se remetem a uma pessoa ou a um grupo de pessoas: na cena da memória, nunca se está sozinho. Em linhas gerais, as memórias coletivas/sociais são memórias que estão inseridas dentro de um conjunto de condições de produção, compostas por fatos, fenômenos, eventos, momentos vivenciados por um ou por vários grupos sociais. A posição do sujeito em relação a sua classe social cria memórias possíveis dentro do seu universo social. A classe social também é um importante demarcador de memórias.

Nesse sentido, Orlandi (2015, p. 13-14) esclarece que a AD não trabalha a linguagem como sistema abstrato, mas com a língua enquanto materialidade simbólica, "com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade." Considerar a materialidade simbólica do discurso implica considerar a memória discursiva que é construída pelas diversas formas de discurso. Noção importante, sobretudo quando se trata das questões concernentes ao clima e a vegetação da região Nordeste do Brasil. Existe, nesses discursos, uma representação simbólica hegemônica que caracteriza esta região.

Pêcheux (1999) explica que

> a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer os "implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

A memória discursiva se estabelece e se impõe pela sua ausência, ou seja, é o que já está lá, faz parte da nossa história, mas só a acessamos quando somos afetados por alguma necessidade. Ou, como esclarece Orlandi (2006), a memória discursiva é constituída pelo

esquecimento. Portanto, a memória discursiva é também uma construção histórico-social. É justamente a memória discursiva que nos permite ler um acontecimento. Um geógrafo só consegue ler um fenômeno geográfico porque existe uma memória discursiva que permite a ele fazer as relações necessárias para a leitura do fenômeno. Para fazer uma leitura sobre o clima do Nordeste, por exemplo, é necessário acessar uma série de imagens, concepções, ideias, conceitos. Uma série de pré-construídos, de implícitos que constroem e organizam a nossa memória discursiva sobre este clima.

Segundo Pêcheux (1999), memória discursiva é o já-dito que torna possível todo dizer. Há um significado anterior. O sentido, então, passa pela memória discursiva, e essa relação é mediada pela ideologia e pelo inconsciente.

Courtine (1999), por sua vez, nos convida a fazer uma reflexão que cabe para este texto: é quando diz da relação memória história e memória política. Para esse autor, o funcionamento do discurso político possibilita e organiza a materialização da memória histórico-discursiva-política.

2.2 As condições de produção

As Condições de Produção (CP) constituem um dos conceitos chave dos estudos em AD. É a partir delas que os discursos emergem e circulam por diversos lugares e tempos. Aliás, é dessa relação espaço-tempo-sociedade que as CP surgem. Brandão (2012, p. 44) explica que "foi Pêcheux (1969) quem tentou fazer a primeira definição empírica geral da noção de CP." A contribuição de Pechêux, segundo Brandão, "está no fato de ver nos protagonistas do discurso não a presença física de "organismos humanos individuais", mas a representação de "lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos característicos pode ser descrito pela sociologia."

Para Pêcheux (2014) esses lugares são representações imaginárias que o sujeito faz de si e do outro e é a partir dela que os sujeitos se relacionam com o mundo. Os lugares ocupados pelos sujeitos serão sempre sociais, na tensão dos jogos de força e das lutas de classe. Essa noção é interessante para pensarmos as representações imaginárias que o Nordeste faz de si mesmo e como o outro o vê. Existe uma relação de poder ai, de embates de uma representação hegemônica que parte desse outro e que, por vezes, irrompe do próprio Nordeste.

Assim, segundo Pêcheux e Fuchs (2014, p. 182) as CP

> Pode[m] apresentar certas ambiguidades: parece, efetivamente, à luz do que precede, que se pode entender por isso, sejam as determinações que caracterizam um processo discursivo, sejam as características múltiplas de uma "situação concreta" que conduz à "produção", no sentido linguístico ou psicolinguístico deste termo na superfície linguística de um discurso empírico concreto.

Dessa maneira, as CP abrangem as situações concretas, das condições mais imediatas às de longo alcance. É preciso considerar o processo histórico e as condições reais (culturais, econômicas, tecnológicas, científicas) no processo de produção dos discursos. Estes, por sua vez, funcionam a partir de condições históricas de produção, por isso que não são contextuais. Os contextos só interessam a AD se forem decorrentes de processos históricos, ou seja, inseridos dentro de uma história em trânsito, e que nesse sentido, são considerados condições de produção do discurso.

Nesse sentido, Courtine assinala que:

> essas formulações ("características individuais de um enunciado", "situações interpessoais") designam o que a Linguística conhece como sujeito da enunciação e situação de enunciação. [...] Quanto ao trabalho de Harris, talvez tivesse sido melhor caracterizá-lo como origem "espontânea" ou "involuntária" da noção de CP, no sentido em que a representação do exterior do objeto linguístico inscreve-se "espontaneamente" na caracterização psicossocial de uma situação de comunicação (COURTINE, 2009, p. 47).

Isso quer dizer que as condições externas, ou extralinguísticas, interessam à AD na medida em que explicam a emergência dos enunciados e a posição social do sujeito da enunciação. As condições de produção produzem discursos que mantêm relação com determinadas formações ideológicas. Essas condições de produção estão situadas em um tempo e espaço específicos, sobretudo porque a história não se realiza no vazio, as relações sociais se dão sobre o espaço e são por ele influenciadas, condicionadas. Vale destacar que as condições de produção sempre são condições históricas de formulação do discurso: é o caminhar histórico que constrói as condições de produção. Para Brandão (2012, p. 45), Courtine "postula uma redefinição da noção de CP alinhada à análise histórica das contradições ideológicas presentes na materialidade dos discursos e articulada teoricamente com o conceito de formação discursiva".

Na esteira de Courtine, Orlandi (2015, p. 28-29) compreende as condições de produção como os sujeitos e a situação, "também a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória aciona faz valer as condições de produção [...] em sentido estrito temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato [...] em sentido amplo [...] incluem o contexto sócio-histórico, ideológico", ou ainda, o geográfico.

Ainda de acordo com Orlandi (1996, p. 158)

> falar em discurso é falar em condições de produção e, em relação a essas condições gostaríamos de destacar que, como exposto por Pêcheux (1979), são formulações imaginárias, e nessas formações contam a relação de forças (os lugares sociais dos interlocutores e sua posição relativa ao discurso), a relação de sentido (o coro de vozes, a intertextualidade, a relação que existe entre um discurso e outros) e a antecipação (a maneira como o locutor representa as representações de seus interlocutores e vice-versa).

As relações de forças fazem com que algumas interpretações sejam legitimadas e aceitas como representativas e outras sejam silenciadas, apagadas ou esquecidas. Porque no jogo de forças o lugar social legitima interpretações, que, por vezes, se tornam hegemônicas. É um duplo espelhado jogo imaginário na interlocução. A imagem que temos de nós mesmos, a que o outro tem de nós, a imagem que o outro tem dele e a que nós fazemos do outro, todas elas interagem no momento da interlocução. E essas representações estão atreladas ao lugar social do qual ocupamos e a validade da nossa fala condiz com o status ou o não-status de nosso lugar social.

A respeito das CP, Foucault (2005) explica que são situações únicas que produzem discursos únicos e que essas muito dificilmente poderão se repetir. Para Foucault (2005) são porosidades, rupturas na história linear, cronológica, que produzem acontecimentos de diversas escalas espaciais, temporais e de múltiplas capacidades para produzir efeitos de sentidos. Nessa perspectiva, a respeito dos acontecimentos, diz Foucault (2005)

> A história serial permite de qualquer forma fazer aparecer diferentes estratos de acontecimentos dos quais uns são visíveis, imediatamente conhecidos até pelos contemporâneos, e em seguida, debaixo desses acontecimentos que são de qualquer forma a espuma da história, há outros acontecimentos invisíveis, imperceptíveis para os contemporâneos, e que são de um tipo completamente diferente [...]. Por baixo desse estrato de acontecimentos, existe outro tipo de acontecimentos um pouco mais difusos (FOUCAULT, 2005, p. 291).

Foucault nos explica que existem muitos e variados tipos de acontecimentos – há camadas de acontecimentos, uns visíveis, outros invisíveis – mas que esses só são apreendidos com a consulta aos arquivos, às coleções, enfim, aos documentos históricos, sendo esses os que dão conta de nos informar sobre os acontecimentos. Talvez seja importante dizer que os acontecimentos, embora postos sobre camadas, não possuem uma linearidade, ao contrário, são descontínuos e difusos. Daí decorre, também, a multiplicidade de enlaces possíveis, e o pesquisador, seja historiador, linguista ou analista do discurso, é quem decide quais acontecimentos pode unir, conectar, para realizar suas análises e reflexões. É esse processo de transformação que possibilita o aparecimento dos discursos, a partir do aparecimento das camadas de acontecimentos vindo à tona, segundo Foucault, pela consulta aos arquivos e documentos históricos que permitem identificar e relacionar as condições sociais, culturais, econômicas, religiosas, científicas, históricas e geográficas que possibilitam a emergência dos discursos.

No caso dessa pesquisa, o lugar social e institucional do qual a banca fala é, de fato, privilegiado, basicamente por três motivos: 1) pela banca ser formada por professores universitários; 2) pela formação acadêmica dos professores (doutores) e 3) por representarem diretamente a instituição "Unicamp". São textos, dessa forma, validados e chancelados pela sociedade. Por outro lado há, também, o lugar social que a região Nordeste ocupa no contexto sócio-histórico brasileiro.

As condições de produção são um conjunto muito mais complexo e interconectado que uma ou outra variável contextual. Podem dizer de um sentido que foi produzido em um tempo distante, mas que resistiu e se atualizou em condições outras. Assim acontece com as imagens que costumeiramente as pessoas têm do Nordeste brasileiro. Esta imagem tem uma força que se atualiza permanentemente, segundo Muniz Albuquerque Júnior (2011), desde 1940.

É um complexo emaranhando, uma rede de significados que o vestibulando acessa no momento da prova para responder dada questão. As CP neste momento são múltiplas e se constituem da situação imediata de pressão de fazer um dos vestibulares mais concorridos do Brasil, da família que espera um resultado positivo, da escola ou pré-vestibular que também espera esse resultado, para em alguns casos fazer disso um *slogan* de propaganda, do próprio vestibulando que deseja um bom desempenho, enfim, uma série de condições que envolvem diretamente a situação do fazer a prova.

Associado a isso, mas, talvez, não tanto de forma explícita, está toda situação historicamente precedente, que envolve a estrutura da educação pública e privada ao longo do tempo, a história do processo seletivo para as universidades, a valorização dos cursos e diplomas universitários, a história da Unicamp como instituição de educação universitária, a seleção dos conteúdos que estarão na prova, a importância desses conteúdos no contexto escolar e social. Intrinsecamente articulada a essa trajetória histórica, estão a Economia, Sociologia, Antropologia, Cultura, Política, Geografia, a Arte no movimento da própria vida. As condições de produção, então, envolvem os contextos imediatos e os contextos precedentes, reconstruídos ao longo do tempo, pelo movimento social.

A respeito da relação linguagem, posição social e CP, Brandão (2012) entende que a linguagem, enquanto discurso, é relação entre sujeitos e, dessa forma, produção social. Segundo Brandão (2012, p. 11), "a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade [...]. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção". As CP indicam o contexto situacional de produção dos discursos, mas são as formações discursivas que definem de que lugar, de que posição social, o sujeito fala.

Assim, Brandão (2012, p. 44) esclarece que Courtine propõe uma redefinição de CP "alinhada à análise histórica das contradições ideológicas presentes na materialidade dos discursos e articulada teoricamente com o conceito de formação discursiva". Esse entrecruzamento, entre as noções e conceitos, é uma necessidade que a AD reconfigura e atualiza, nos impondo uma forma de análise altamente complexa e articulada.

2.3 Formação Ideológica

A AD trabalha com funcionamentos de conceitos de maneira muito própria, os conceitos se articulam de forma intensa, na qual os limites de um e outro se dão apenas pela via didática e analítica. As CP se alinham às formações discursivas (FD), que se alinham às formações ideológicas (FI), que tem como sustentação as formações sociais, e as linhas divisórias que separam esses campos são porosas e flexíveis.

Brandão (2012, p. 46) explica que

> o discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, isto é, um dos aspectos materiais da "existência material" das ideologias. Ao analisarmos a articulação da ideologia com o discurso, dois conceitos já tradicionais em AD devem ser colocados: o de formação ideológica (que abreviaremos aqui FI) e o de formação discursiva (FD).

É, dessa forma, no discurso que a dimensão material da ideologia se manifesta. Brandão (2012) explica ainda, que a noção de FI desenvolvida por Pêcheux recebe grande influência do trabalho do filósofo Louis Althusser sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, que embora desejem reproduzir uma ideologia dominante e por isso aparentem ser homogêneos, não são e não reproduzem apenas a ideologia dominante. Os aparelhos são constitutivos de tensões, contradições e conflitos. Isso nos assegura dizer que a teoria do discurso desenvolvida principalmente por Pêcheux tem suas bases epistemológicas na leitura materialista de Althusser.

Dito isso, explica Pêcheux

> Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' nem 'universais' mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras (2014, p. 166).

Assim, a ideologia é uma força material que intervém no processo histórico, produz subjetividades conduzindo modos de ver, sentir e ouvir. Em uma formação social, diversas formações ideológicas estão em disputa e a ideologia dominante é a que se manifestará com mais força nos aparelhos ideológicos.

Cada formação ideológica compartilha um "conjunto complexo de atitudes e representações[18]," na disputa ideológica, no caso específico da região nordeste do Brasil, a ideologia dominante produz uma série de representações que a associam a pobreza, doenças, analfabetismo, prostituição, subdesenvolvimento, a um sistema econômico e político conservador, ultrapassado, atrasado. Essa mesma ideologia dominante nos induz a pensar que a solução para os problemas do Nordeste devem vir sempre "de fora". E essa ideologia é reproduzida pela escola, pela universidade, pelas agências de fomento a pesquisas e tantos outros aparelhos ideológicos.

[18] Pêcheux e Fuchs, 2014, p. 166.

Para entender como o processo de produção de sentidos se realiza é preciso considerar como as FI são produzidas e se manifestam nos discursos. Para Pêcheux, a ideologia manifesta sua materialidade no discurso e o seu funcionamento coincide com o funcionamento das CP e das FD. Pêcheux (2014, p. 167) afirma ainda que "as formações discursivas intervém nas formações ideológicas enquanto componentes." Uma formação discursiva funciona a partir de uma formação ideológica que a identifica e sustenta.

Para Pêcheux (2014)

> "a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos": esta lei constitutiva da Ideologia nunca se realiza "em geral", mas sempre através de um conjunto complexo determinado de formações ideológicas que desempenham no interior deste conjunto, em cada fase histórica da luta de classes, um papel necessariamente desigual na reprodução e na transformação das relações de produção, e isto, em razão de suas características "regionais" (o Direito, a Moral, o Conhecimento, Deus etc....) e, ao mesmo tempo, de suas características de classe. (2014, p.167)

Pêcheux explica que é através da ideologia que o sujeito se constitui como sujeito social, assumindo um lugar dentro de uma dada formação social. Ou seja, o sujeito só é sujeito porque é interpelado pela ideologia, que o faz acreditar que os sentidos partem dele mesmo, ou que age sob sua própria vontade. A ideologia nos atravessa e nos constitui, somos todos capturados por ela. Como diz Pêcheux, a ideologia se realiza em determinadas condições históricas e como intervém no processo histórico se (re)produz a partir de novas/outras condições de produção.

Nesse sentido, Brandão (2012), com base nos trabalhos de Pêcheux, concorda que os discursos são orientados pela FI, formação que opera e funciona em qualquer relação discursiva. A autora ao relacionar a ideologia ao sujeito esclarece que a instância ideológica funciona na

> interpelação ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico". Essa interpelação ideológica consiste em fazer com que cada indivíduo (sem que ele tome consciência disso, mas ao contrário, tenha a impressão de que é senhor de sua própria vontade) seja levado a ocupar seu lugar em um dos grupos ou classes de uma determinada formação social. As classes sociais, assim constituídas, mantêm relações que são reproduzidas continuamente e garantidas materialmente pelo que Althusser denominou AIE[19]. (BRANDÃO, 2012, p. 46-47)

O sujeito ideológico é o sujeito interpelado, assujeitado, capturado pela ideologia que o (re)coloca em um lugar social. Não há sujeito que não seja ideológico, e é de seu lugar social que o sujeito fala e pensa o mundo. É importante dizer que esses lugares estão associados às classes sociais, que, por sua vez, (re)produzem, mantêm e preservam a

[19] Aparelhos Ideológicos de Estado.

ideologia. Mas, essas relações entre as classes sociais não se dão sem embates, lutas, disputas, dominações e resistências. É um jogo político, ideológico e, por isso mesmo, discursivo.

As FI contém uma, ou um conjunto de, FD, ou seja, há uma relação de correspondência e interdependência entre as formações discursivas e ideológicas. São essas últimas que se dedicam a mudar ou conservar os sentidos das palavras, expressões, ideias, proposições, imagens e/ou noções.

Não existe sujeito que não seja ideológico, que não ocupe um lugar social do qual emana seus dizeres. A ideologia relevada através das FD indica aos sujeitos quem pode falar e o que se pode falar e em qual situação. As classes sociais dizem quem são os sujeitos que podem falar. Assim, consideramos: Quem pode falar sobre o Nordeste? E o que pode ser dito sobre ele?

Para a AD a ideologia é mais que visão de mundo. É quando, como e através de qual lente é possível o olhar, e este será condicionado por CP específicas e FD que permitem um olhar outro. É um mecanismo de funcionamento discursivo que suscita efeitos de evidência nas falas dos sujeitos. Esta é (re)afirmada pela filiação dos sujeitos às formações discursivas, sociais e ideológicas. Os efeitos de evidência sobre a região Nordeste se manifestam de diversas formas: imagens, gráficos, tabelas, categorizações científicas, literatura, arte. Há um conjunto de materiais e documentos que cuidam de dar a ver as evidências sobre esta região.

2.4 Memória Discursiva

A memória discursiva é um dos termos estruturantes da tese. É ela que, no fio da história, dá sentido aos discursos sobre o Nordeste Brasileiro. A memória é os discursos anteriores, os já ditos que ancoram todo dizer. Assim, a memória discursiva em nada se aproxima da memória biológica, neurológica, fisiológica, psicológica. Ela é, para a AD, de natureza eminentemente social[20], política e histórica e, porque não dizer, geográfica. Nos discursos sobre o Nordeste, como vimos anteriormente, existe uma memória marcadamente geográfica, espacial. Aqui estamos admitindo que é possível falar em uma Geografia do sentido e também uma Geografia da memória. Para Pêcheux (2015), o funcionamento da memória se dá por meio da repetição de enunciados, ou seja, se constitui como uma regularidade discursiva. Ela é o suporte de significação que possibilita a um discurso se

[20] James Fentress e Chris Wickham, Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Michel Polak nos ensinam através de seus trabalhos que a memória é eminentemente social.

manter e se atualizar. É também o lugar da estabilização, da possibilidade de repetição do discurso. A esse respeito, Pêcheux (1999, p. 52) explica que a "memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita". Ou seja, é através da memória, dos implícitos, dos pré-construídos, que um texto pode ser lido e interpretado pelos sujeitos. Esse é um funcionamento de que o sujeito não se dá conta, pois não são gavetinhas de memória que o sujeito acessa de forma consciente A memória irrompe a partir de todas as experiências e repertórios anteriores. Os efeitos da memória são percebidos quando somos "chamados" a significar.

A memória se localiza num permanente passado/presente, presença/ausência. Embora construída num passado, atualiza-se e se alimenta na sua atualização no presente, ou seja, é no presente que ela emerge com força e potência como memória. Como passado/presente/presença/ausência é lugar de naturalização, permanência, estabilidade, mas é também lugar do deslocamento, do deslize, da deriva. E, por isso, é o lugar privilegiado do jogo político. A esse respeito explana Courtine (1999) através do chapéu de Clémentis: em fevereiro de 1948 o dirigente comunista Klement Gottwald, acompanhado de seus companheiros políticos, subiu a varanda do palácio para falar aos cidadãos de Praga na República Checa. Era inverno, nevava e fazia frio quando Clémentis, que estava próximo, pegou o seu chapéu de pele e colocou na cabeça de Gottwald. Esse momento foi fotografado, registrado e amplamente divulgado com Gottwald cercado dos seus companheiros. Anos mais tarde, Clémentis foi acusado de traição e literalmente desapareceu dessas fotos[21] que registravam esse importante momento histórico e político. Clémentis, ao ser apagado das fotos é também apagado da história e da memória de Praga.

Embora possamos considerar que há um apagamento de Clémentis, ele está presente através do seu chapéu colocado na cabeça de Gottwald, presença/ausência, memória e esquecimento funcionando em um mesmo acontecimento. Vemos no chapéu de Clémentis que a história é, em certa medida, gerida pela memória. É ela que vai informar como e o que deve ser lembrado, rememorado, registrado, comemorado ou esquecido, seja pela presença ou ausência. A memória reconstitui o passado, mas pode também apagar o processo histórico que produz os sentidos. Aí temos a ideia de naturalização, como se tudo já estivesse dado e como se os acontecimentos fossem autoexplicativos. Memória e acontecimento estão sempre em tensão, na medida que a memória é a estabilização, e o acontecimento é a desestabilização dos

[21] As fotos de Klement Gottwald com e sem a presença de Clémentis estão no anexo desta tese.

sentidos já postos. É um círculo: o acontecimento produz novas discursividades que serão repetidas e que construirão uma memória.

Courtine (1999), também nos ajuda a entender a memória discursiva quando lembra

> aos lingüistas que consideram o sujeito falante como sujeito-origem, pleno e sem memória, as teses sobre a existência histórica e material das ideologias lembravam a eles que "há sempre já um discurso", ou seja, que o enunciável é exterior ao sujeito enunciador. (COURTINE 1999, p.18)

A memória é esse "há sempre já um discurso" que é enunciável, mas exterior ao sujeito; nela não há nem início, nem fim, nutre-se pelos movimentos de estabilização/desestabilização, presença/ausência, visibilidade/invisibilidade, silêncios, apagamentos... a memória estabiliza o sentido a partir de um processo discursivo anterior. Pensando assim, todo discurso é memória atualizada, porque todo discurso contém outros discursos em um movimento contínuo de passado/presente/futuro e memória/esquecimento. É próprio do funcionamento da memória, o esquecimento. Produzir sentido não é só um trabalho da memória, mas também do esquecimento. Assim, esquecer é constitutivo e igualmente necessário. A respeito da memória e do esquecimento trazemos como metáfora a história de Ireneo Funes, narrada por Jorge Luis Borges em seu livro de contos publicado em 1944.

Ireneo Funes, el memorioso, é um uruguaio da pequena cidade de Fray Bentos que não conseguia esquecer, ele vivia preso às suas lembranças e à angústia de nada, absolutamente nada, esquecer. Todas as memórias visuais, todas as sensações, eram lembradas por ele. Funes, amargava o não-esquecimento. No funcionamento da memória discursiva, essa possibilidade não é possível, porque estão em jogo posições sociais que estão o tempo todo em tensão. Essas posições produzem memórias de um mesmo acontecimento de maneiras e sentidos diferentes, justamente porque experienciam o mundo de diferentes lugares.

Funes, vivia pequenos "ontens" em um mesmo dia em decorrência da sua capacidade de lembrar de tudo o tempo todo, tantas memórias que ele não conseguia organizar, reorganizar, relacionar, desarrumar. Na narrativa de Borges é possível identificar que o esquecimento é um funcionamento necessário para pensar, articular, selecionar, esquecer diferenças e generalizar, assim:

> De fato, Funes não apenas recordava cada folha de cada árvore de cada monte, mas também cada uma das vezes que a havia percebido ou imaginado. Resolveu reduzir cada uma de suas jornadas pretéritas a umas setenta mil lembranças, que definiria logo por cifras. Dissuadiram-no duas considerações: a consciência de que a tarefa era interminável, a consciência de que era inútil. Pensou que na hora da morte não havia acabado ainda de classificar todas as lembranças da infância.
> Havia aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Suspeito, contudo, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No mundo abarrotado de Funes não havia senão detalhes, quase imediatos (BORGES[22], 1999, p. 57)

Funes tinha uma memória saturada, abarrotada de lembranças que em nada lhe servia, a não ser pra mantê-lo preso à angústia de nunca esquecer.

A memória é um espaço privilegiado de disputa política, social, cultural, e dessa disputa existem acontecimentos que devem ser lembrados e outros esquecidos da memória social. A memória dominante, comumente apaga, silencia, invisibiliza, sombreia tantas outras memórias possíveis. A memória dominante é a voz do discurso dominante, que está sempre relacionada a grupos políticos e sociais, que têm uma posição de dominância no conjunto social. Um exemplo pode ser o apagamento do chapéu na fotografia de que fala Coutirne (1999), ou ainda o discurso da pobreza e da miséria do Nordeste, que apaga discursos de desenvolvimento econômico regional. Não é que não haja discursos contrários aos dominantes, é que estes ficam silenciados da cena social. Isso nos coloca diante da constatação de que a memória é marcadamente ideológica. O Nordeste tem uma memória cheia, uma memória saturada[23] de sentidos que apontam para uma mesma direção e que em decorrência dessa saturação apaga todo processo histórico e naturaliza os sentidos sobre o Nordeste brasileiro.

O que deve ser lembrado de um grupo? De uma sociedade? De uma região? É a relação de poderes, de forças, de posições e de ideologias que disputam o que vai ser rememorado, lembrado, comemorado, recordado e registrado como memória "oficial" de uma sociedade. A memória oficial é um dos funcionamentos mais efetivos de apagamento das forças em disputa, porque o oficial aparece como de todos, por todos, para todos.

Assim como o discurso, a memória discursiva não tem um início e um fim, se início e fim são demarcados no texto, isso se deve diretamente a necessidade metodológica de organização do corpus e das análises, essas temporalidades se transmutam em marcas de tempo sempre temporárias, flexíveis e porosas.

---

[22] Funes, el memorioso, foi publicado originalmente em espanhol em 1944, a versão citada está escrita em português e publicada em 1999.

[23] Memória cheia, saturada são termos usados por Courtine em "O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político".

2.5 Efeito Leitor

O vestibular da Unicamp é conhecido nacionalmente pela sua credibilidade. É coerente que para analisar o discurso sobre o clima do Nordeste, a partir das provas de Geografia, se trabalhe a noção de efeito-leitor ou de antecipação, já que, para cada questão elaborada, existe uma resposta esperada, de modo que a prova é formulada para um leitor imaginário/ideal/virtual.

Embora o contrário também aconteça, os estudantes-vestibulandos e os professores da escola básica e pré-vestibulares imaginam um autor para as questões, isso quer dizer que os professores significam ao escrever/elaborar as questões, assim como os estudantes significam no momento da leitura e da resposta. Esse jogo de significações se dá em determinadas condições sócio-históricas.

As provas de Geografia da Unicamp preveem um leitor capaz de interpretar enunciados, e que, a partir do domínio de um conjunto de habilidades, seja competente o suficiente para responder "adequadamente" as questões propostas.

Segundo as resoluções e portarias da própria Unicamp, exposta em capítulo anterior, existe um vestibulando, um estudante e, por consequência, um leitor para suas provas. Assim, as escolas públicas e privadas e os cursos preparatórios para o vestibular, os conhecidos pré-vestibulares de todo o Brasil, precisam preparar seus alunos-vestibulandos para responder às perguntas das provas, ou seja, há a produção de um sujeito leitor, espaço vazio, espaço socialmente marcado pelas formações discursivas e ideológicas, porque delas emanam seu dizer.

Já para explicar o efeito-leitor, Orlandi (2015) usa a metáfora também usada por Michel Pêcheux do jogo de xadrez, no qual é melhor jogador aquele que mais e melhor se aproximar do mecanismo de leitura e antecipação do seu oponente. Esse é o mecanismo do efeito leitor à antecipação da leitura de um outro sujeito. A produção do efeito leitor se dá sempre em condições de produção balizadas, e, por isso mesmo, sua leitura e interpretação não podem ser qualquer uma, visto que também estão sob condições de controle. A leitura, aqui, é entendida, conforme nos indica Orlandi (2012), como um processo de produção de efeitos de sentido, dessa forma a prática de leitura é marcada pela historicidade.

A respeito do efeito-leitor ideal, virtual e o leitor real, Orlandi (2012) explica que

> Há um leitor virtual inscrito no texto. Um leitor que é constituído no próprio ato da escrita [...] trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige. Tanto pode ser um seu "cúmplice" quanto um seu "adversário" e o leitor real, aquele que lê o texto [...] (ORLANDI, 2012, p. 9).

O leitor virtual é justamente o leitor antecipado, aquele projetado pelo autor do texto para o qual projeta também um sentido. Já o leitor real é aquele que efetivamente vai ler o texto, e no momento da leitura mobiliza sua memória discursiva e seu repertório social, cultural para interpretá-lo. No vestibular o leitor virtual, antecipado, projetado é aquele imaginado pela banca elaboradora das questões, o leitor real é o estudante que efetivamente faz o vestibular e lê as provas.

Com frequência se ensaia o ritual do vestibular nos espaços de preparação, escola, pré-vestibular, com os dias de aplicação do também conhecido: simulado. Essa é uma forma de inserir o estudante-vestibulando-leitor numa prática, numa performance que o produza enquanto vestibulando. É uma produção não apenas intelectual do leitor, mas que exige do seu corpo um certo condicionamento e uma vestimenta adequada para o dia do exame. Atualmente os simulados também têm como objetivo preparar psicologicamente os estudantes para que consigam permanecer algumas horas separados de seus aparelhos celulares.

Mas, há também o ritual realizado pela banca e os corretores do vestibular da Comvest. Antes da correção do maior volume de provas, a banca examinadora e os corretores corrigem uma amostra de provas, a fim de adequar e\ou validar a grade de correção inicialmente proposta. Dessa forma, com certa frequência as grades de correção são modificadas, a partir de respostas corretas não previstas pela banca examinadora, aqui fica compreensível que os gestos de leitura, interpretação e o dizer são diversos.

Em algumas questões analisadas haverá exemplos de respostas dos vestibulandos acima e abaixo da média[24] esperada pelos corretores. Essas respostas foram escolhidas pela banca elaboradora das provas e um elemento chama atenção, o fato das respostas estarem manuscritas[25] com erros ortográficos, rasuras, borrados, identificando que aquele texto foi escrito por um estudante em prova, mas não há qualquer identificação individual, apenas o tipo de letra e a resposta que só poderiam ser reconhecidas pelo seu próprio autor. Essas respostas têm como referente a resposta produzida pela banca elaboradora das questões,

[24] A Comvest só disponibiliza esses exemplos de respostas acima e abaixo da média a partir de 1998, isso quer dizer que as questões aqui analisadas, anterior a esse período não terão o exemplo de respostas dos estudantes.
[25] Esses manuscritos foram convertidos em imagem via escâner ou fotografia.

assim, é possível inferir que essas respostas são derivadas de construções histórico-sociais, bem como devem compartilhar de um mesmo alinhamento ideológico.

Com base na discussão anterior, podemos notar que há um conflito que se estabelece quando os olhares da banca e os olhares do vestibulando não coincidem, visto que são posições sujeitos que podem transitar por formações discursivas diferentes. Nesse caso, há um apagamento do sentido produzido pela formação discursiva que se contrapõe a da banca elaboradora, esse movimento é comum e constitutivo de qualquer exame vestibular, ou mesmo, de qualquer exame de avaliação. Sempre haverá uma resposta esperada para um leitor idealizado, ou seja, há um sentido dominante, uma hierarquia de sentidos.

A esse respeito Orlandi (2012) nos informa que para a AD

> o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas tiram seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. [...] Uma palavra recebe seu sentido na relação com as outras da mesma formação discursiva e o sujeito-falante aí se reconhece (ORLANDI, 2012, p. 58).

Mas, é ainda possível considerar que o efeito-leitor é constituído, sobretudo, pela incompletude; como leitor virtual, idealizado, nunca se realiza de maneira plena, porque o sujeito-leitor participa de formações discursivas distintas e possui condições de leituras particulares.

Na leitura das questões, estão em jogo a imagem que o estudante faz de si mesmo e a imagem que ele faz da banca (o que ele acha que a banca espera dele). O mesmo acontece com os professores elaboradores da questão, a imagem que os professores fazem de si mesmos e a imagem do leitor ideal para suas questões (o que a banca espera desses leitores). Esse é o jogo das formações imaginárias que constituem a base do conceito de discurso: efeito de sentido entre locutores, todo dizer demanda uma interpretação.

De acordo com Pêcheux (2014, p. 155) os efeitos de identificação são "'a evidência' da identidade oculta que esta resulta de uma identificação-interpelação do sujeito" com o "pré-construído", de forma que o sujeito é produzido sócio-historicamente com "aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer, esperar, etc. É por essa via (...) que o sujeito se 'reconhece' a si mesmo (em si mesmo e em outros sujeitos)" (p. 161-162). Isso nos indica que os sujeitos são constituídos historicamente, à medida que se constitui o sentido. Uma evidência só aparece como evidência porque existe um pré-construído que a sustenta. Um sujeito só é capaz de compreender aquilo que lhe apresenta como evidência e como

reconhecimento porque lhe é permitido a ver pela constituição histórica. Os sentidos, assim, são determinados historicamente.

Logo, as questões sobre o clima do Nordeste nas provas de Geografia da Unicamp só são possíveis porque existe uma memória discursiva (discussão aprofundada no capítulo anterior) que assegura o dizer. O pré-construído oferece ao estudante um reconhecimento do tema e também do que deve ser respondido para ser considerado correto pela banca avaliadora, ou seja, existe uma previsibilidade, uma antecipação, nas respostas às questões. Talvez, esse seja um dos motivos da recorrência nas formas de enunciar sobre o clima do Nordeste.

Contudo, para Pêcheux (2014, p. 53) "todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente)". Embora, conforme Pêcheux, um enunciado possa deslocar-se do seu sentido "original" para produzir outros sentidos e sujeitos, quando há uma regulação explícita a interpretação tende a mover-se pelo lugar-comum, do logicamente estável.

Esse é o movimento que acontece com o vestibular, as respostas às questões do vestibular estão justamente nesse lugar comum, estável discursivamente, provocado, inclusive pela dificuldade de abrir para avaliação respostas que levassem em conta uma variedade de sentidos possíveis, ou, dito de outra forma, como avaliar centenas de respostas às questões considerando a diversidade dos sentidos possíveis para um único enunciado? Controlar o sentido das respostas é também colocar o vestibular num lugar seguro, para quem elabora as questões e para quem responde, já que o sentido é compartilhado socialmente.

O vestibular de forma geral não é para um leitor iniciante, mas para um leitor que já tenha uma trajetória, um percurso de leitura e uma considerável formação escolar, de pelo menos 12 anos de escolarização.

É importante se considerar que o vestibular é um processo complexo como o é também o processo de produção de sentidos. Isso nos induz a pensar que existe dentro do processo seletivo, um outro processo seletivo, de temas, de questões, de professores elaboradores e de corretores e a escolha se dá pela ideologia que a Comvest compartilha. Não é qualquer tema que aparece nas questões, como não é qualquer questão que chega até o caderno de provas. Essas são escolhas institucionais. Há uma mobilização das subjetividades na elaboração das questões e nas respostas.

Poderíamos dizer ainda, que esse jogo de formações imaginárias se relaciona diretamente às posições sujeito, lugar vazio em que qualquer pessoa ou indivíduo poderia ocupar, desse modo, quando falamos de professor elaborador, estudante vestibulando estamos nos referindo a posições sujeito do discurso, que no dizer de Courtine (1999) são

> [...] posições de sujeito que regulam o próprio ato da enunciação: o interdiscurso, sabe-se, fornece, sob a forma de citação, recitação ou preconstruído, os objetos do discurso em que a enunciação se sustenta ao mesmo tempo que organiza a identificação enunciativa (através do regramento das marcas pessoais, dos tempos, dos aspectos, das modalidades...) constitutiva da produção da formulação por um sujeito enunciador (COURTINE, 1999, p. 20, grifos do autor).

Segundo Courtine (1999), a posição sujeito regula o ato da enunciação. Um sujeito, em determinada posição não pode falar qualquer coisa, a qualquer pessoa em qualquer lugar; as posições sujeito, podem ser consideradas, em última instância, em posições hierárquicas dentro de uma relação social mediada pelos poderes. Há uma relação de poder entre a posição sujeito professor elaborador da prova do vestibular e a posição do estudante vestibulando, na qual a primeira regula os dizeres da segunda.

CAPÍTULO 3

A CONSTRUÇÃO IMAGÉTICO-DISCURSIVA DO NORDESTE BRASILEIRO

3.1 Por uma estética[26] do espaço nordestino

> Mudemos de canal, à procura do noticiário. Está havendo seca no Nordeste. Quem bom, temos a terra gretada para mostrar, a caatinga seca com seus espinhos e crianças brincando com ossinhos, como se fossem bois, chorando de fome, dá até para o repórter chorar também e quem sabe promover mais uma campanha eletrônica de solidariedade (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p 30).

A Região Nordeste do Brasil é um espaço de múltiplos discursos e imagens, que despertam uma série de sentimentos contraditórios: ora de solidariedade, comoção, ora de repulsão, animosidade. Quando se ouve, fala, pensa e escreve sobre o Nordeste se mobiliza uma série de imagens, músicas, literaturas, filmes que dão conta de inscrevê-lo no imaginário social. Não há tempo para uma reflexão mais cuidadosa porque somos tomados de sentidos prontos. O Nordeste está saturado de sentidos cristalizados.

A ideia de Nordeste como constituição de um espaço homogêneo é relativamente recente. A primeira regionalização do território brasileiro foi realizada no século XV a partir da Bula papal *Inter Caetera* que dividiu o "novo mundo" entre Portugal e Espanha, através de um meridiano situado a 370 léguas a oeste do arquipélago do Cabo Verde: o que estivesse a oeste do meridiano seria espanhol, e o que estivesse a leste, português. Esta bula tinha efeito de doação, concessão e dotação perpétua aos reis e seus herdeiros e sucessores para as terras conhecidas e desconhecidas. A bula desagradou aos portugueses que no ano seguinte 1494 negociou o tradado de Tordesilhas.

No Tratado de Tordesilhas mais uma vez se negociou pelas coroas Portuguesa e Castela terras descobertas e a por descobrir fora da Europa. Esse tratado se dá em decorrência da chegada ao "Novo Mundo" resultante das navegações empreendidas por Cristóvão Colombo.

A delimitação espacial das capitanias hereditárias, grandes áreas territoriais concedidas pela Coroa Portuguesa a um conjunto de portugueses que faziam parte da aristocracia da época, com o intuito de ocupar o espaço e fazer a terra produzir acontece XVI.

[26] O termo estética aqui se inspira em Marc Jimenez (1999, 2004) para o qual a estética também se funda no reconhecimento das identidades, particularismos e diferenças culturais. Entendemos que a estética possibilita formas de ver que regula pensamentos e comportamentos, por isso é experiência coletiva. Jimenez explica que para além da questão artística, a estética é essencialmente política. Acreditamos que a estética nordestina marca semelhanças, cria homogeneizações artísticas, culturais, espaciais, mas, sobretudo, políticas. A estética define regras que orientam pensamentos e comportamentos definidores de olhares. Mas, para além dessa estética homogeneizadora, é possível pensar em uma estética da resistência e/ou da ruptura.

Nesse sistema o Brasil foi dividido "ao meio" por um acordo entre Portugal e Espanha. Havia aí uma tensão política, administrativa e econômica que demandava a necessidade de dividir o espaço em territórios.

Mas o sistema de capitânias não se mostrou muito eficiente na produção e administração desses territórios, pelos baixos recursos financeiros, pela administração e pelos ataques indígenas. Das treze (13) capitânias, apenas duas (2) foram bem sucedidas: Pernambuco[27] e São Vicente[28]. O sistema contou ainda com um outro, as sesmarias, que eram divisões dentro da capitânia, com o objetivo de manejar a terra. Esse modelo de dividir, administrar e produzir deu origem as *plantations,* um sistema agrícola baseado na monocultura para exportação e que utilizava trabalho escravo. A respeito do Nordeste açucareiro, Josué de Castro afirma que

> Com seu revestimento vivo quase que completamente arrasado e substituído por um outro inteiramente diferente: a região de floresta tropical, transformada pelo homem em região de campos abertos, teve o Nordeste a vida do seu solo, de suas águas, de suas plantas e do seu próprio clima, tudo mudado pela ação desequilibrante e intempestiva do colonizador, quase cego às consequências de seus atos, pela paixão desvairada que dele se apoderou de plantar sempre mais cana e de produzir sempre mais açúcar (CASTRO, 1959, p. 99).

Para o autor, o colonizador tinha apenas a preocupação de produzir para atender ao mercado externo. Nessa época não havia uma preocupação com a produção de alimentos e parte da floresta tropical foi desmatada para a produção de cana-de-açúcar, influenciando, segundo ao autor, no clima local. Essa, inclusive, é uma das características da colônia de exploração: explorar, extrair, espoliar e exaurir todas as possibilidades de produzir lucro através da expropriação da natureza e das pessoas. É preciso falar que as terras brasileiras eram doadas pela coroa portuguesa, desconsiderando a existência e o direto de posse dos indígenas. É a origem da concentração de terras no Brasil.

Esse modelo de produção e ocupação da terra vigorou até 1822[29], quando as sesmarias se transformaram em províncias e, em 1889, as províncias se tornaram Estados brasileiros. É possível dizer que nesta época tem início um processo de relação política, administrativa e econômica com a terra que antes da colonização não existia. A relação que os índios mantinham com a terra não era mediada por relações de troca de mercadoria por

[27] Hoje, essa capitania corresponderia à cidade de Recife e Olinda.
[28] Hoje, essa capitania corresponderia à cidade São Vicente, Santos e São Paulo.
[29] Mesmo de forma breve, é preciso mencionar a Lei 601 de 1850, conhecida como Lei de Terras, que estabelecia que a posse de terra só seria possível por meio da compra. Ou seja, excluiu milhares de famílias pobres e negras do acesso a terra, consolidando a concentração fundiária brasileira.

dinheiro. Nesse contexto, cria-se também uma relação de corporeidade com a terra a partir da inserção de instrumentos nas práticas de manejo, como, por exemplo, cortar e prensar a cana.

Já em fins do século XVIII, a regionalização do território brasileiro ficou conhecida como os "cinco brasis". Nesta, como o próprio nome indica, havia a divisão em cinco brasis, a saber: Setentrional, Norte oriental, Central, Oriental e Meridional. Observe que o sema[30] Nordeste não aparece. Nessa divisão o critério para agrupar os Estados numa mesma espacialização se dava a partir de critérios físicos, eram os elementos ligados à natureza como o clima, vegetação e relevo, os definidores dessa configuração. Neste período ainda não se considerava a concepção de regionalização tal como entendemos hoje, por isso o Brasil foi dividido em pequenos brasis. A seguir o mapa da divisão do Brasil em cinco brasis[31], de Delgado de Carvalho, publicado inicialmente em seu primeiro livro didático em 1913 e, posteriormente, adotado pelo IBGE como uma das divisões regionais do Brasil:

Figura 8. Mapa da Divisão regional do Brasil em 1913, Delgado de Carvalho

Adaptado de:
:https://www.google.com.br/search?q=divis%C3%A3o+regional+do+brasil+delgado+de+carvalho&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjqzPnesPHXAhUFfZAKHRKEDs4Q_AUICigB&biw=1366&bih=637#imgrc=VSokJetj6vZxmM: Acesso em 30.01.2017.

[30] Unidade de significação.
[31] Essa divisão proposta por Delgado de Carvalho retoma a divisão de Said Ali das regiões geográficas brasileiras de 1905.

O brasil Setentrional agregava o Acre, Amazonas e Pará. Goiás e Mato Grosso formavam o Central. O Meridional reunia São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O que mais tarde se chamará de região Nordeste, está distribuída entre dois brasis, o Norte oriental e Oriental. O primeiro era formado por Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Já o segundo era composto por Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro (onde ficava a sede do governo) e Minas Gerais.

Albuquerque Júnior (2017) a respeito da construção de um campo discursivo, literário e figurativo do Norte no final do século XIX explica que:

> Tanto no texto do romance, como no texto da carta que lhe serve de prefácio, Távora arrola algumas imagens, algumas figuras que (...) deveriam figurar como imagens e figuras icônicas, como uma espécie de balizas e marcos figurativos que serviriam para desenhar esse espaço literário específico e que deveriam, portanto, se fazer presentes nos textos que viessem a pretender ocupar esse espaço conceitual. ALBUQUERQUE JÚNIOR (2017, p. 229)

Havia, nesse sentido, um desejo em agregar um conjunto imagético-discursivo que orbitasse em torno da literatura que daria a ver o Norte brasileiro. Para que este campo literário ganhasse força, era necessário afinar o discurso desse/neste espaço-tempo Norte. Existia um projeto político empreendido, inicialmente por Franklin Távora, escritor cearense, para formulação, seleção e difusão de imagens e narrativas sobre o Ceará e o Norte.

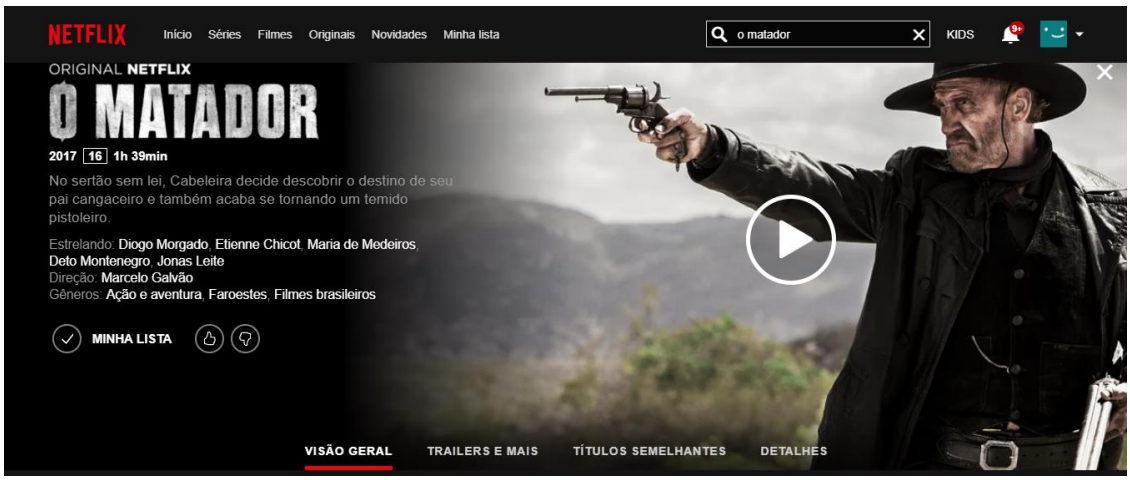
De acordo com Albuquerque Júnior, a literatura de Távora se encontra num lugar fronteiriço entre o campo da memória, do testemunho e do documento. Essa literatura é interessante porque ganha respeito social e na medida em que transforma os arquivos em registros, Távora afasta o caráter ficcional, fantasioso e imaginativo dos seus textos, ou seja, os tornam registros "reais" de uma realidade sofrida. O mais conhecido romance de Távora, "O Cabeleira" foi adaptado para a linguagem fílmica pela Netflix[32], em 2017, disponível em sua plataforma digital com o título de "O matador" (figura 09). O filme, inclusive, reforça o sentido de violência, selvageria, agressividade e animalidade que os homens expostos ao sertão desenvolvem, ou são tão "naturais" (não civilizados) que esses seriam impulsos próprios do homem[33] sertanejo. Isso nos motiva a pensar que as histórias sobre o sertão nordestino, sobretudo as chamadas literaturas regionalistas e as literaturas da seca, ainda têm

[32] Netflix é uma empresa que disponibiliza e produz filmes e séries via streaming. Com milhares de assinantes sua plataforma digital pode ser acessada no Brasil e no mundo pela internet.

[33] Existem dois tipos de homem sertanejo na literatura regionalista: o homem pacato, sossegado, tranquilo, conformado, acomodado, resignado e aquele violento, agressivo, hostil, afrontoso, incivilizado. O primeiro, ligado ao trabalho com a terra, o segundo, normalmente ligado ao cangaço, como no caso do Cabeleira ou Matador.

força na memória social brasileira e se atualizam como representantes de um recorte social historicamente e discursivamente (re)construído.

Figura 9. Cena do filme "O Matador", inspirado no livro "O cabeleira" de Franklin Távora



Disponível em: https://www.netflix.com/search?q=o%20matador&jbv=80127990&jbp=0&jbr=0. Acesso em 30.01.2017.

Já em 1878 aparece a disputa política entre as províncias do Norte e do Sul, é nesse jogo que o que se chamará de regionalismo se esboça.

> Realizado no ano de 1878, onde discursos com tons claramente separatistas vão se fazer ouvir. Embora diga que Norte e Sul são irmãos, Távora não deixa de afirmar que eles são dois, procurando marcar as suas diferenças, diferenças essas fundamentais para recortar esse espaço, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista literário. Nessas imagens que servem para instituir um recorte entre os dois espaços, algumas servirão de tema e permitirão figurar literariamente, por muito tempo, esse espaço do Norte, depois o espaço do Nordeste. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2017, p. 231)

Essa divisão dos brasis, conforme é possível perceber, acontece próxima a proclamação da República (1889), período de emergência do Estado-Nação. Logo, deveria ser uma preocupação estatal a construção de uma imagem nacional e agregadora dos Estados brasileiros. Esse intervalo temporal coincide também com a emergência dos exames vestibulares, em 1911. Nesse momento já existia a preocupação de selecionar os melhores estudantes para manter ou elevar os altos níveis da educação superior no Brasil, ou seja, é um momento de reformas também no campo da educação.

Esses brasis serviram de base para a próxima divisão que acontece já no final da década 1930. Entre 1913 e 1930, muitas divisões foram propostas, mas o Estado precisava selecionar uma divisão para compor um documento oficial, o Anuário Estatístico do Brasil,

afinal um Estado em formação precisava de documentos para compor seu arquivo, ou melhor, sua memória oficial. Na divisão adotada pelo Ministério da Agricultura, em 1938, aparece o Norte, Nordeste, Sul, Este e Central se torna Centro, como é identificado na tabela 02, abaixo:

Tabela 2. Regiões e Unidades Federadas. Recorte do Anuário Estatístico do IBGE, 1938

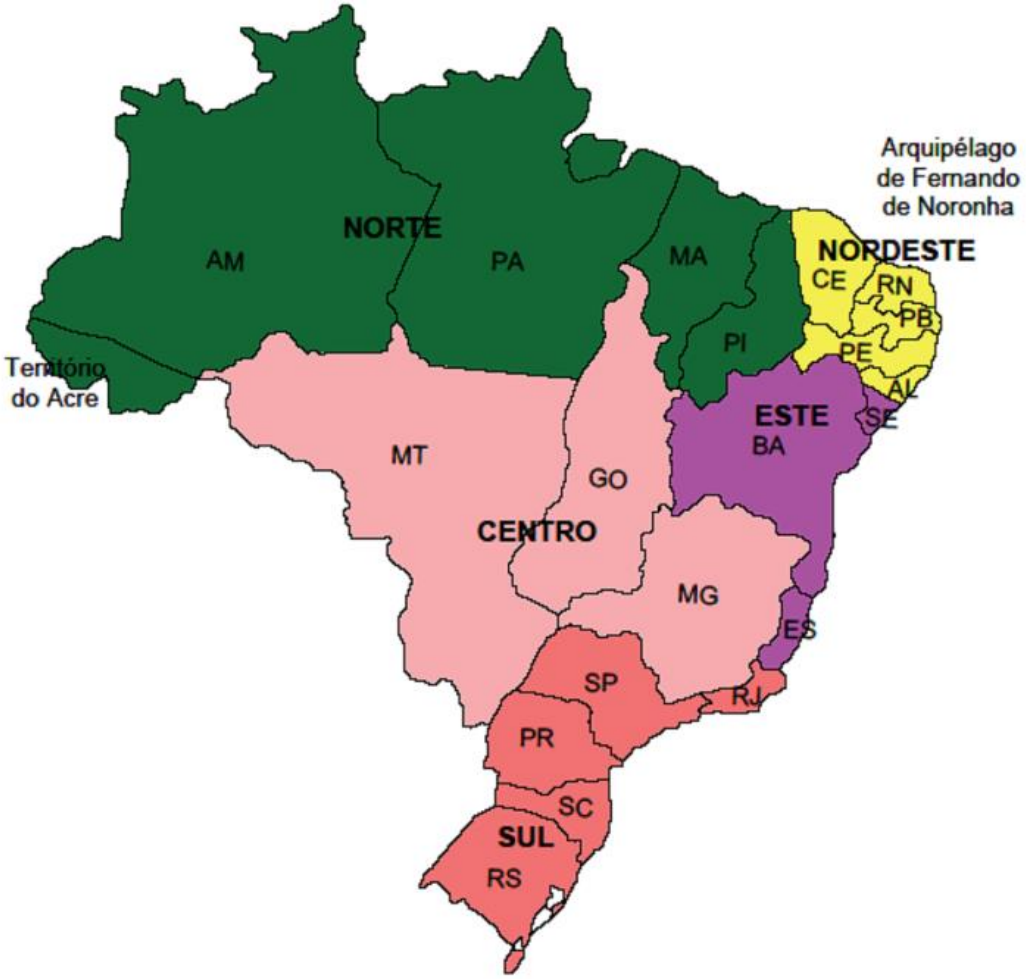
3. DISCRIMINAÇÃO COMPARATIVA COM AS ÁREAS DOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS E AS MÉDIAS GERAIS DAS ÁREAS MUNICIPAIS - 1937 (31-XII)

UNIDADES FEDERADAS	ÁREA TOTAL		DIVISÃO MUNICIPAL			MUNICÍPIO DA CAPITAL		
	Km² (a)	%	Número de municípios	ÁREA MÉDIA Km² (b)	100b/a	Designição	ÁREA Km² Km² (c)	100c/a
Norte								
Acre	148.027	1,74	5	29.605	20,00	Rio Branco	24.408	16,49
Amazonas	1.825.997	21,45	28	65.214	3,57	Manaus	47.874	2,62
Pará	1.362.966	16,01	51	26.725	1,96	Belém	4.374	0,32
Maranhão	346.217	4,07	65	5.326	1,54	São Luiz	1.188	0,34
Piauí	245.582	2,88	44	5.581	2,27	Teresina	2.422	0,99
Total	3.928.789	46,15	193	20.356	0,52	-	-	-
Nordeste								
Ceará	148.591	1,75	79	1.881	1,27	Fortaleza	457	0,31
Rio Grande do Norte	52.411	0,62	42	1.248	2,38	Natal	262	0,50
Paraída	55.920	0,66	40	1.398	2,50	João Pessoa	870	1,56
Pernambuco	99.254	1,17	84	1.182	1,19	Recife	180	0,18
Alagoas	28.571	0,34	36	794	2,78	Maceió	367	1,28
Total	384.747	4,54	281	1.369	0,36	-	-	-
Este								
Sergipe	21.552	0,25	41	526	2,44	Aracajú	440	2,04
Baía	529.379	6,22	151	3.506	0,66	Salvador	550	0,10
Espírito Santo	44.684	0,52	32	1.396	3,12	Vitória	213	0,48
Total	595.615	6,99	224	2.659	0,45	-	-	-
Sul								
Rio de Janeiro	42.404	0,50	49	865	2,04	Niterói	71	0,17
Distrito Federal	1.167	0,01	1	1.167	100,00	Rio de Janeiro	1.167	100,00
São Paulo	247.239	2,90	260	951	0,38	São Paulo	1.455	0,59
Paraná	199.897	2,35	55	3.634	1,82	Curitiba	485	0,24
Santa Catarina	94.998	1,12	44	2.159	2,27	Florianópolis	352	0,37
Rio Grande do Sul	285.289	3,35	86	3.317	1,16	Porto Alegre	470	0,16
Total	870.994	10,23	495	1.760	0,20	-	-	-
Centro								
Mato Grosso	1.477.041	17,35	26	56.809	3,85	Cuiabá	215.500	14,59
Goiás	660.193	7,76	55	12.004	1,82	Goiânia	9.648	1,46
Minas Gerais	593.810	6,98	215	2.762	0,47	Belo Horizonte	363	0,06
Total	2.731.044	32,09	296	71.575	0,34	-	-	-
BRASIL	8.511.189	100,00	1489	5.716	0,07	-	-	-

Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1938.pdf. Acesso em 30.01.2017.

Entre as décadas de 30 e 40, aparece a palavra Nordeste, como parte da porção leste do Brasil. Nesse período há um amplo debate sobre a construção da nacionalidade, sobre uma memória patrimonial social. Nessa conjuntura política, cultural e econômica, tem-se dois processos que acontecem concomitantemente: junto à divisão física, material e espacial, é forjada também uma divisão ideológica dos espaços, em especial, o do Nordeste.

Figura 10. Divisão regional do Brasil em 1940, Conselho Nacional de Estatística



Adaptado de: http://www.Geografiaparatodos.com.br/index.php?pag=sl26. Acesso em 30.01.2017.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística[34] (IBGE) sugere que a divisão adotada seja essa, até que em 1942, em outra divisão, o Arquipélago de Fernando de Noronha é transformado em território e anexado ao Nordeste. De 1943 a 1945, Estados foram formados e incluídos em outras regiões. Em 1946 alguns Estados foram extintos e em 1960 Brasília foi construída e inserida na região Centro-Oeste. Em 1970 se reconfigura a divisão territorial do Brasil para aquela que conhecemos hoje. Vale destacar os Estado de Sergipe e Bahia, os quais entre 1941 e 1945 não apareciam na região Nordeste e sim na Leste, junto a Minas Gerais, Serra dos Aimorés, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

[34] O IBGE foi fundado em 1934, sob o governo ditatorial de Getúlio Vargas e se chamava Instituto Nacional de Estatística. Com sede no Rio de Janeiro, é um órgão ligado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal. Em 1938 tem seu nome alterado para Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com os objetivos principais de: planejamento territorial e integração nacional.

Ainda na década de 50-60 era comum, como foi identificado, em levantamento realizado de jornais como O Estado de São Paulo - Estadão e a Folha do Estado de São Paulo, matérias como a seguinte:

Figura 11. Recorte do Jornal Folha de São Paulo, 19.03.1953

FOLHA DA MANHÃ

ANO XXVIII — Assuntos Gerais — São Paulo — Quinta-feira, 19 de março de 1953 — N.º 8.888

IMEDIATA AQUISIÇÃO DE GENEROS, MEDICAMENTOS E ROUPAS PARA OS FLAGELADOS DO NORDESTE

As FOLHAS entregam ao governador a importancia de um milhão de cruzeiros, oferecida pelo povo

COLABORACAO DE PRESIDENTES DE SEÇÕES ELEITORAIS NA CAMPANHA

Espetaculo circense em prol da Campanha

CONCESSIONARIOS DE AUTOMOVEIS ADEREM A CAMPANHA

Fonte: Acervo do Jornal Folha de São Paulo (19.03.1953)

Na figura 11, do recorte de jornal da Folha de São Paulo de 1953, há uma matéria sobre a entrega de doação da Folha para a aquisição de medicamentos e roupas para os flagelados do Nordeste. Esse sema, "flagelados", circulou pelos jornais da época quando se referia a população da região Nordeste, associado à temas como desnutrição, fome, miséria, epidemias, doenças. Havia uma mobilização nacional para ajudar a população flagelada nordestina, embora o Nordeste como Nordeste tivesse pouco tempo de formação.

Nesse sentido, Regina Duarte, ao revisitar a obra "Nordeste" de 1937, de Gilberto Freyre[35], descreve que

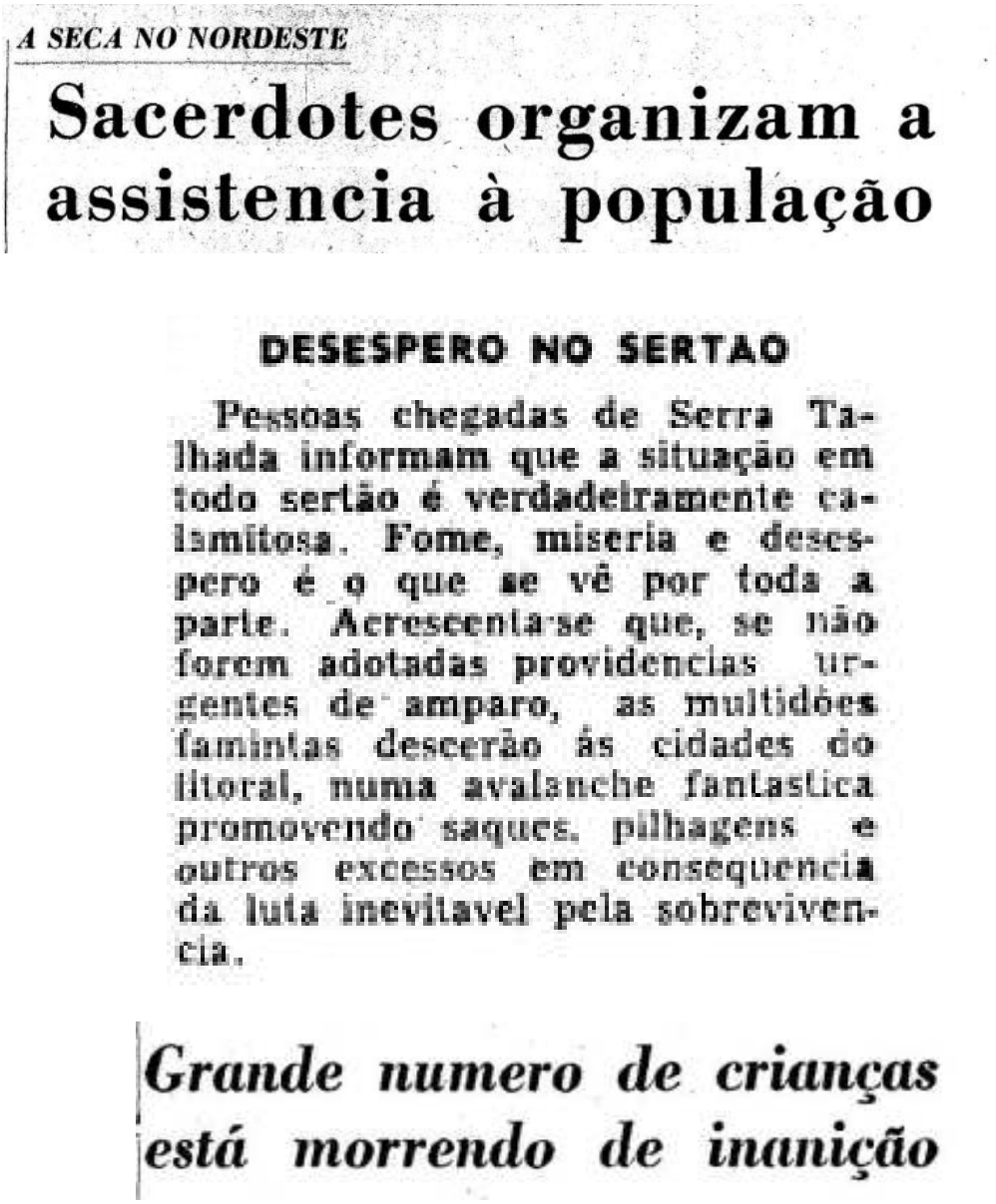
> A referência aos gregos não é certamente aleatória ou pouco importante nas páginas de Nordeste. É ao vigor da civilização helênica que Freyre compara a força da nordestina. Convida o leitor a levantar a vista dos pobres canaviais do Nordeste patriarcal para as oliveiras das terras onde se desenvolveu uma sociedade "também mórbida segundo os padrões de saúde social em vigor entre os modernos" e, entretanto, "estranhamente criadora de valores (...) muito mais criadora desses valores do que as civilizações mais saudáveis que ainda se utilizam da herança grega" (DUARTE, 2004, p. 129-130).

Este recorte de texto mescla a fala da autora e a de Freyre. É possível perceber significações que estão presentes no discurso sobre o Nordeste, tais como a força nordestina, o patriarcado e o que nos interessa mais de perto, os padrões de saúde, como sociedade

[35] Segundo Freyre, ele queria fazer ver um outro Nordeste, a partir da relação do homem com a natureza, e assim gerar afeição, afeto por esse Nordeste.

mórbida. A sociedade nordestina é mórbida. Esta palavra tem uma conotação bastante negativa, porque sugere doença, insalubridade, patologia e debilidade. Freyre contrapõe a doença à criação de valores, e associa a morbidade nordestina a uma sociedade não civilizada, contraditoriamente comparada à civilização helênica, reconhecida pela difusão da cultura grega pelo mediterrâneo, parte da Europa, Ásia e Oriente. Nos recortes a seguir, do jornal "O Estado de São Paulo" de 1958, palavras como assistência, ajuda, desespero, fome, inanição, miséria, epidemia e sobrevivência são destaques por informarem um conjunto de sentidos atribuídos e fixados sobre a região Nordeste.

Figura 12. Recortes do Jornal "O Estado de São Paulo", 22.03.1958



A SECA NO NORDESTE

Sacerdotes organizam a assistencia à população

DESESPERO NO SERTAO

Pessoas chegadas de Serra Talhada informam que a situação em todo sertão é verdadeiramente calamitosa. Fome, miseria e desespero é o que se vê por toda a parte. Acrescenta-se que, se não forem adotadas providencias urgentes de amparo, as multidões famintas descerão ás cidades do litoral, numa avalanche fantastica promovendo saques, pilhagens e outros excessos em consequencia da luta inevitavel pela sobrevivencia.

Grande numero de crianças está morrendo de inanição

Disponível em: http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19580322-25425-nac-0042-999-42-not/busca/industria+seca. Acesso em 05.02.2017.

Figura 13. Recorte do Jornal "O Estado de São Paulo", 13.05.1958

BIOLOGIA E MEDICINA

CONSIDERADO SATISFATORIO O TRABALHO PROFILATICO CONTRA EPIDEMIAS QUE SE REALIZA ENTRE OS FLAGELADOS PELAS SECAS

Reveste-se de aspectos mais graves o problema da alimentação — Declarações do prof. Mauricio de Medeiros — Trabalhos das Unidades Sanitarias Aereas

Disponível em: http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19580513-25467-nac-0001-999-1-not. Acesso em 05.02.2017.

Nesse outro recorte de jornal, de 1958, observamos que era uma preocupação controlar as epidemias dos flagelados pela seca. Chama atenção o caráter de limpeza que é evocado, profilático. Epidemia, flagelado, seca, mal alimentados parecem identificar a região no cenário nacional. Corrobora a esta discussão, a ampla pesquisa de Iná Elias de Castro[36] (1991) sobre os discursos políticos de parlamentares nordestinos a respeito da seca no Nordeste. O trecho do discurso a seguir nos indica como as formulações a respeito do Nordeste são coincidentes e que a abrangência da circulação se dá por diferentes espaços e tempos:

> O pronunciamento do Deputado Furtado Leite do Ceará é ilustrativo. Ele denunciou: "estado de calamidade pública no interior do Ceará onde multidões (...) estão invadindo cidades; trens são assaltados por flagelados (...). como consequência da estiagem. (...) os agricultores lamentam a destruição parcial de suas lavouras e há ainda o perigo iminente do extermínio total do gado daquela Região se não ocorrerem chuvas o quanto antes". (CASTRO, 1991, p. 67)

Calamidade, multidão, invasão, flagelado, lamento são significantes que reiteradamente estão colados a esta região e evocam efeitos de sentidos tanto por nordestinos quanto por não nordestinos. Mas essa imagem, como nos conta Albuquerque Júnior (2017), é muito anterior à década de 50-60, e remonta a meados do século XVIII.

O referido autor, a respeito da narrativa de Rodolfo Teófilo, escritor de "A fome", explica que "Entre 1878-1879, Rodolfo Teófilo assistira impotente atrás do balcão de sua farmácia a verdadeira hecatombe provocada pela varíola, que descreve em traços bastante

[36] Iná Elias de Castro (1991, 1996 e 2001) faz uma contextualização histórica e geográfica da produção no Nordeste e traz uma série de discursos políticos de parlamentares, "discursos capazes de expressar o modo pelo qual um fenômeno da natureza pode impor-se ao imaginário social e político, tornando-se ele mesmo uma questão central para a sociedade" (CASTRO, 2001, p. 103).

fortes" (Neto, 1999). Teófilo "o farmacêutico que, à revelia da ajuda dos poderes públicos, da desconfiança e perseguição dos poderosos da província, se dedicaria, no início da República, após a publicação de seu romance, em 1890, à vacinação da população de retirantes acometidos pela epidemia de varíola na seca de 1902" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2017, p. 245). Já que a vacinação poderia controlar a epidemia e imunizar os ainda sadios, duas questões se sobressaem: Por que o poder público não apoiava a vacinação dos retirantes? E por que os poderosos o perseguiam por isso?

Dessa forma, se "inicia" um processo de construção da imagem e memória da região Nordeste de quando o Nordeste sequer era Nordeste, mais ainda fragmentado entre o Norte e o Oriental. O Nordeste "nasce" e se organiza já inserido numa ordem imagético-discursiva que impõe a ele um sentido social.

É, ainda, interessante destacar que as epidemias são processos recorrentes na história brasileira. Os ciclos de diferentes doenças ajudam a contar a história da medicina, da saúde pública, da biologia e de tantas áreas que se dedicam diretamente, ou de forma transversal, ao estudo desses eventos epidemiológicos. As doenças e epidemias não são exclusivas da região Nordeste, como, às vezes, quer se fazer pensar. Campinas, por exemplo, por volta de 1889, período em que o "Nordeste" vivia sua grande seca, passou por uma grave epidemia de febre amarela, afetando, sobretudo, ex-escravos, pobres e imigrantes, mesmo porque em períodos como este os ricos tem a possibilidade de migrar, de sair para lugares mais "seguros". Além desse, houve outros ciclos de febre amarela na cidade.

Em meio a esse processo de construção da imagem do Nordeste, a década 1960 é marcada pela construção de Brasília, na região Centro-Oeste, nova centralidade da migração brasileira e nordestina. Os processos de migração nordestina são apresentados por uma série de filmes, mapas, narrativas de viagem, fotografias que compõem o imaginário social desses deslocamentos. O livro "Morte e vida Severina", do escritor pernambucano João Cabral de Melo Neto de 1956, posteriormente adaptado para o teatro[37] (1965), e depois para outras linguagens como cinema (1977), série de tevê[38] (1981), desenho animado (2009) e, com certa frequência, está nas listas de obras literárias que os estudantes precisam ler para prestar os exames vestibulares, é um clássico nacional das questões concernentes ao clima, a terra, a política e a migração nordestina. Abaixo o mapa mostra a regionalização do Brasil da década de 1960 já com a delimitação do Distrito Federal:

[37] Premiada no Festival de Nancy e em outros internacionais. http://www.teatrodacidade.com.br/morte-e-vida-severina/.
[38] Premiada pelo Emmy Internacional em 1982. http://gshow.globo.com/tv/noticia/2016/11/emmy-internacional-2016-relembre-quem-ja-ganhou-o-premio-pela-tv-globo.html.

Figura 14. Divisão do Brasil 1960

Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/3ee63778c4cfdcbbe4684937273d15e2.pdf. Acesso em 10.01.2019.

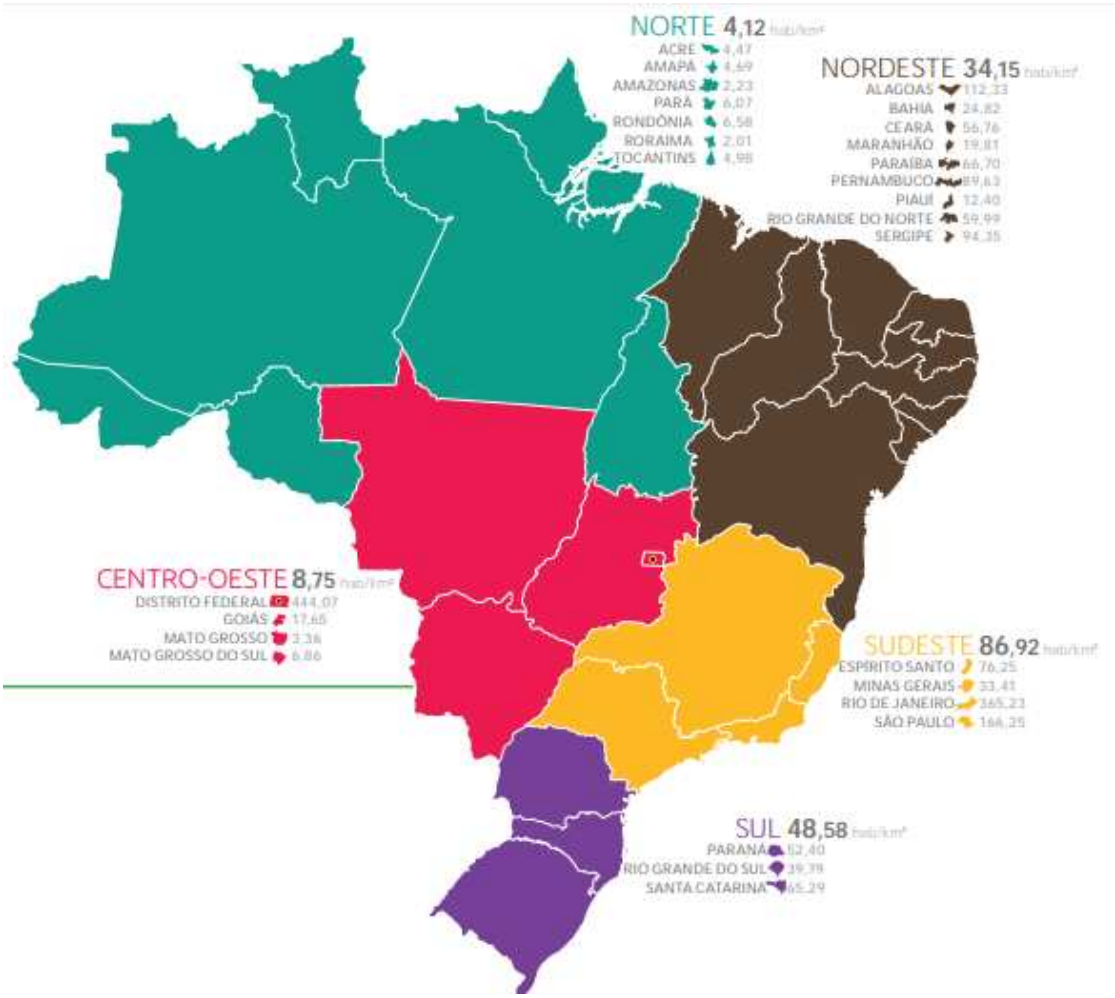
Em seguida, o mapa da década de 1970 ainda sem a delimitação do Estado do Tocantins, que só acontece na década seguinte:

Figura 15. Divisão do Brasil de 1970

Disponível em:
https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/3ee63778c4cfdcbbe4684937273d15e2.pdf.
Acesso em 10.01.2019.

E, por fim, a configuração espacial atual da regionalização brasileira:

Figura 16. Divisão atual do Brasil.



Disponível em:
https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/3ee63778c4cfdcbbe4684937273d15e2.pdf.
Acesso em 10.01.2019.

É importante destacar que nessas divisões houve processos de inclusão e retirada, criação e extinção de Estados, e isso se deu num intervalo de 70 anos, e que a última reconfiguração é bastante recente, como dito anteriormente, data de 1970. É relevante destacar que essas divisões se transformavam em conteúdo de ensino para estudantes de escolas de ensino fundamental e médio em todo Brasil e eram informações e dados que compunham o Anuário Estatístico produzido pelo IBGE. Era uma preocupação do Estado brasileiro se consolidar como Estado-Nação e uma forma de integrá-lo na sua diversidade e extensão se realizava pela divisão em regiões que, segundo os critérios fisiográficos inicialmente, e, posteriormente, sociais, assemelhavam-se. Esse foi um movimento de fragmentar para integrar o país. Era, também, necessário produzir conhecimento sobre o

território e ensinar o Brasil aos brasileiros. Até a década de 60 Bahia e Sergipe, faziam parte da região Leste junto com Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Guanabara. Somente em 1970, Bahia e Sergipe foram incorporados ao Nordeste e Guanabara incorporado ao Rio de Janeiro.

Entre as décadas de 60 e 70, aparece no Anuário Estatístico do IBGE dados sobre obras estruturais de combate à seca, inclusive com o número de poços perfurados. Assim, a seca já se constituía como acontecimento discursivo. Vejamos:

Tabela 3. Obras contra as secas. Recorte do Anuário Estatístico IBGE, 1970

SITUAÇÃO FÍSICA

1.1.4 - ÁREAS ESPECIAIS

1.1.4.1 - Obras contra as sêcas - 1967-69

a) Número e capacidade dos açudes existentes, por Unidades da Federação

ESPECIFICAÇÃO	ANOS	AÇUDES EXISTENTES EM 31-12									
		TOTAL	Segundo as Unidades da Federação								
			Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernam-buco	Alagoas	Sergipe	Bahia	Minas Gerais
		NÚMERO									
Públicos	1967	243	12	57	44	37	31	22	10	26	4
	1968	244	12	57	44	37	31	23	10	26	4
	1969	249	12	57	44	38	31	24	11	28	4
Particulares	1967	596	...	433	63	66	13	...	1	20	...
	1968	597	...	434	63	66	13	...	1	20	...
	1969	597	...	434	63	66	13	...	1	20	...
TOTAL	**1967**	**839**	**12**	**490**	**107**	**103**	**44**	**22**	**11**	**46**	**4**
	1968	**841**	**12**	**491**	**107**	**103**	**44**	**23**	**11**	**46**	**4**
	1969	**846**	**12**	**491**	**107**	**104**	**44**	**24**	**12**	**48**	**4**
		CAPACIDADE (1.000.000 m³)									
Públicos	1967	11.255	173	6.876	512	2.432	731	55	11	386	79
	1968	11.256	173	6.876	512	2.432	731	56	11	386	79
	1969	11.295	173	6.876	512	2.446	731	59	19	400	79
Particulares	1967	1.228	...	954	96	102	51	...	1	24	...
	1968	1.229	...	955	96	102	51	...	1	24	...
	1969	1.229	...	955	96	102	51	...	1	24	...
TOTAL	**1967**	**12.483**	**173**	**7.830**	**608**	**2.534**	**782**	**55**	**12**	**410**	**79**
	1968	**12.485**	**173**	**7.831**	**608**	**2.534**	**782**	**56**	**12**	**410**	**79**
	1969	**12.524**	**173**	**7.831**	**608**	**2.548**	**782**	**59**	**20**	**424**	**79**

FONTE - Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas

Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1970.pdf. Acesso em 28.02.2017.

Tabela 4. Poços perfurados. Recorte do Anuário Estatístico IBGE, 1970

b) Poços tubulares perfurados, por Unidades da Federação

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS	POÇOS PERFURADOS						
		Total			Aproveitados			
		Número	Profundidade (metros)		Números		Capacidade de vazão horária (litros)	
			Total	Média por poço	Absolutos	%	Total	Média por poço
Piauí	1967	122	12.946	106	108	89	971.394	8.994
	1968	83	8.869	107	73	88	433.855	5.943
	1969	96	8.327	86	84	87	695.980	8.285
Ceará	1967	109	5.638	52	93	85	322.700	3.470
	1968	79	5.588	71	65	82	199.450	3.068
	1969	59	3.237	55	54	91	228.500	4.231
Rio Grande do Norte	1967	29	2.583	89	28	97	...	...
	1968	19	...	...	16	84	72.100	4.506
	1969	10	1.126	112	10	100	39.100	3.910
Paraíba	1967	61	4.723	77	53	87	410.090	7.738
	1968	29	2.306	80	29	100	92.350	3.184
	1969	21	1.568	74	20	95	263.150	13.157
Pernambuco	1967	33	2.725	83	28	85	...	...
	1968	27	...	...	25	95	132.900	5.111
	1969	16	1.228	76	16	100	60.250	4.328
Alagoas	1967	14	634	45	14	100	...	...
	1968	9	...	...	8	89	22.100	2.762
	1969	4	204	51	4	100	23.600	5.900
Sergipe	1967	27	1.184	44	21	78	...	...
	1968	10	327	33	9	90	31.100	3.456
	1969	7	259	37	6	85	26.000	4.333
Bahia	1967	28	1.926	69	22	79	...	...
	1968	14	1.021	73	10	71	57.600	5.760
	1969	21	1.580	75	13	61	105.600	8.123
Minas Gerais	1967	69	5.933	86	62	90	...	...
	1968	55	4.780	87	55	100	387.360	7.013
	1969	41	3.051	74	38	92	308.769	8.125
BRASIL	1967	492	38.292	78	429	87	...	...
	1968	325	...	...	291	89	1.428.615	4.910
	1969	275	20.580	74	245	89	1.759.949	7.183

FONTE - Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas

Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1970.pdf. Acesso em 28.02.2017.

Entre 1908 a 1970 houve muitas mudanças no desenho da regionalização brasileira, optamos por destacar as temporalidades descritas acima como estratégia para nos ajudar a pensar a construção histórico-imagético-discursiva do Nordeste enquanto região. Esse processo envolveu tão logo a constituição e emergência das outras quatro (Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) regiões que formam o território brasileiro. É um processo que se realiza ao longo de um espaço-tempo da Geografia e História do Brasil. É importante pontuar que várias propostas alternativas às regionalizações oficiais do IBGE foram dispostas e discutidas por autores e pesquisadores brasileiros. Já em 1980, Goiás ainda não havia sido dividido, o que só aconteceu 1988, com a criação do Estado do Tocantins, sendo incorporado à região Norte.

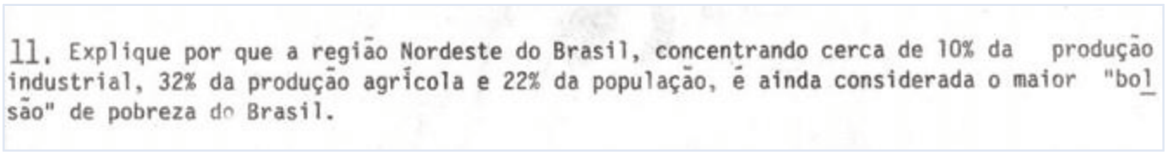
Palavras como "combate" e "ações contra a seca", como descritas nas tabelas 06 e 07, fazem parte de um conjunto de significação que diz como a seca é vista pelos órgãos governamentais. A seca e os fenômenos naturais, via de regra, são vistos como inimigos, como alguma coisa que precisa ser combatida. Mas não há guerra, porque a natureza tem sua dinâmica própria que independe do ser humano. A seca como fenômeno climático natural é

recorrente pelo próprio ciclo da natureza, dessa forma, não haveria combate, mas ações de convivência, de adaptação, de melhoramento científico e tecnológico. É possível conviver produzindo nas áreas mais secas, tendo em vista a experiência da Califórnia nos Estados Unidos e Israel no Oriente Médio. O clima árido e semiárido não pode ser sinônimo de subdesenvolvimento, esses países são exemplos do uso da tecnologia a favor do clima.

A questão da migração nordestina é muito forte nos livros didáticos, nos programas de tevê e nas músicas, mas se esquece e se silencia que os fluxos migratórios no Brasil acontecem em diversas direções e não somente do Nordeste para o sudeste. O contrário também acontece, assim como do sul para o Nordeste, como as migrações para o Oeste da Bahia, para o trabalho com a plantação da soja, na década de 1980. Esta década foi especialmente importante nas mudanças dos movimentos migratórios no Brasil, seja pela expansão ou consolidação da indústria em outros Estados e regiões, seja pela abertura de novas fronteiras agrícolas.

Quanto ao Nordeste, parece que há uma seleção de alguns elementos da sua organização social para construir uma imagem da região. Um exemplo dessa produção discursiva está na prova de Geografia do primeiro vestibular realizado pela Unicamp, em 1987:

Figura 17. Questão 11 da prova de Geografia da 2ª fase do ano de 1987 do vestibular da Unicamp



11. Explique por que a região Nordeste do Brasil, concentrando cerca de 10% da produção industrial, 32% da produção agrícola e 22% da população, é ainda considerada o maior "bolsão" de pobreza do Brasil.

Disponível em: http://www.comvest.Unicamp.br/vest_anteriores/1987/download/GEO_QUI.pdf. 28.02.2017.

Observemos que a questão 11, figura 14, não enfoca os aspectos “positivos”, como a produção industrial ou agrícola, e sim o bolsão de pobreza. É como se toda produção ficasse apagada diante da pobreza, que seria maior e mais interessante de ser discutida. A palavra “bolsão”, também dá relevo e contorno à pobreza no Brasil. E o Nordeste se sobressai como um espaço recortado pela pobreza, sendo esta inclusive, a causa da migração. Outras questões das décadas de 1980 e 1990 destacam a pobreza, a subnutrição e o analfabetismo dessa região. Nesse sentido, podemos dizer que a Unicamp, a Comvest e os elaboradores das provas compartilham da mesma formação discursiva, a qual considera a região Nordeste do Brasil de forma tradicionalmente significada como pobre, miserável, problemática. Para nos

ajudar a compreender esse funcionamento discursivo trazemos à discussão Pêcheux, Haroche, Henry (2011) para quem a formação discursiva pode ser compreendida da seguinte forma:

> o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam […] as palavras "mudam de sentido" ao passar de uma formação discursiva a outra. (PÊCHEUX, HAROCHE, HENRY, 2011, p.27-28)

Isso quer dizer, em linhas gerais, que não é a palavra em si que é regularmente utilizada pelos elaboradores da prova que define em qual formação discursiva operam, mas o sentido utilizado, o sentido inferido e a memória discursiva que sustenta esse dizer. Porque a pobreza em outra formação discursiva pode ser utilizada justamente para criticar esse discurso hegemônico instituído. Inclusive, operando noutra formação discursiva, a pobreza poderia ser questionada para identificar toda uma região tão complexa. Ou seja, as formações discursivas jogam com a linguagem, e partir de seu uso, ancoram-se em sentidos, os quais estão colados a uma memória discursiva, que neste caso também é hegemônica. Diante disso, Pêcheux (2014) também nos ajuda e esclarece que é

> próprio de toda formação discursiva dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que "algo fala" sempre "antes, em outro lugar e independentemente", isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. (2014, p. 150)

Desse modo, a formação discursiva dissimula a transparência do sentido e o discurso imprime uma identidade ao Nordeste. É como se a Comvest, através de seus professores-elaboradores das provas, dissesse: é obvio, é claro, é evidente que o Nordeste é uma região pobre, subdesenvolvida e dependente economicamente, politicamente, culturalmente e tecnologicamente. Há aí a operação de três funcionamentos diferentes, mas combinados entre si, a formação discursiva, a formação ideológica e a memória discursiva que dissimulam padrões de transparência dos sentidos.

Abaixo, na tabela 05, está o atual desenho das Regiões brasileiras:

Tabela 5. Grandes Regiões e Unidades da Federação. Recorte do Anuário Estatístico do IBGE – 2016

TABELA 1.1.2.1 - ÁREA TOTAL, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 2015

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ÁREA TOTAL		
	ABSOLUTA (km²)	RELATIVA (%)	
		BRASIL	REGIÕES
BRASIL	**8.515.767,049**	**100,00**	...
Norte	**3.853.843,713**	**45,26**	**100,00**
Rondônia	237.765,376	2,79	6,17
Acre	164.123,712	1,93	4,26
Amazonas	1.559.149,074	18,31	40,46
Roraima	224.301,080	2,63	5,82
Pará	1.247.955,381	14,65	32,38
Amapá	142.828,523	1,68	3,71
Tocantins	277.720,567	3,26	7,21
Nordeste	**1.554.291,313**	**18,25**	**100,00**
Maranhão	331.936,955	3,898	21,36
Piauí	251.611,934	2,955	16,19
Ceará	148.887,632	1,748	9,58
Rio Grande do Norte	52.811,110	0,620	3,40
Paraíba	56.468,427	0,663	3,63
Pernambuco	98.076,001	1,152	6,31
Alagoas	27.848,158	0,327	1,79
Sergipe	21.918,454	0,257	1,41
Bahia	564.732,642	6,63	36,33
Sudeste	**924.614,187**	**10,86**	**100,00**
Minas Gerais	586.521,235	6,89	63,43
Espírito Santo	46.089,390	0,54	4,98
Rio de Janeiro	43.781,566	0,51	4,74
São Paulo	248.221,996	2,91	26,85
Sul	**576.783,827**	**6,77**	**100,00**
Paraná	199.307,985	2,34	34,56
Santa Catarina	95.737,895	1,12	16,60
Rio Grande do Sul	281.737,947	3,31	48,85
Centro-Oeste	**1.606.234,009**	**18,86**	**100,00**
Mato Grosso do Sul	357.145,534	4,19	22,23
Mato Grosso	903.198,091	10,61	56,23
Goiás	340.110,385	3,99	21,17
Distrito Federal	5.779,999	0,07	0,36

FONTE: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Estruturas Territoriais, Malha Municipal 2015.

Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2016.pdf. 28.03.2017.

É possível observar na tabela acima que as regiões Norte e Nordeste juntas somam mais da metade do território total, em contrapartida são as regiões de menos visibilidade no cenário brasileiro ou essa visibilidade é injusta, tendenciosa e exclusiva.

Essas divisões do território brasileiro não acontecem apenas para fins teóricos, metodológicos, administrativos e institucionais. São muito mais políticas que físicas e culturais, por exemplo. Nesse jogo de poder, que inclui a História e a Geografia, era preciso unir o país, a partir de sua fragmentação, sob a ideia de unidades regionais. Nesse jogo são forjados discursos sobre as regiões e o Brasil. Regionalizar é construir, sob o fundamento teórico, imagético e discursivo, uma região.

Foucault (1979), em resposta a reflexão de Hérodote sobre Geografia, ideologia e estratégias do espaço, explica que as determinações ou condicionantes espaciais são formas estratégicas de política e poder para disfarçar os discursos. Os discursos assim são produzidos à sombra da fabricação, publicação, divulgação e ensino do/sobre o espaço.

> Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos. Existe uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam pelo saber e que naturalmente, quando se quer descrevê-las, remetem àquelas formas de dominação a que se referem noções como campo, posição, região, território. E o termo político-estratégico indica como o militar e o administrativo efetivamente se inscrevem em um solo ou em formas de discurso. (FOUCAULT, 1979, p. 90)

Nesse sentido, Albuquerque Júnior (2011, p. 25), na esteira de Foucault, analisa a região da seguinte forma:

> Ela nos põe diante de uma política de saber, de um recorte espacial das relações de poder. Pode-se dizer que ela é um ponto de concentração de relações que procuram traçar uma linha divisória entre elas e o vasto campo do diagrama de forças operantes num dado espaço. Historicamente, as regiões podem ser pensadas como a emergência de diferenças internas à nação, no tocante ao exercício do poder, como recortes espaciais que surgem dos enfrentamentos que se dão entre os diferentes grupos sociais, no interior da nação. A regionalização das relações de poder pode vir acompanhada de outros processos de regionalização, como o de produção, o das relações de trabalho e o das práticas culturais, mas estas não determinam sua emergência. A região é produto de uma batalha, é uma segmentação surgida no espaço dos litigantes. As regiões são aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço.

É preciso considerar que a região não é definida naturalmente, ou seja, que o espaço já estaria, a priori, dividido pela natureza. Ao contrário, a região é uma produção social diretamente associada às relações de poder, políticas e ideológicas.

Pêcheux (2010) nos ajuda a entender que para além da administração do saber e do poder há "a divisão social do trabalho de leitura" que institui divisões na sociedade de quem está autorizado a ler e qual tipo de leitura. Dentro de uma sociedade dividida em classes, ler e interpretar também é poder e aquele que pode interpretar administra também o saber e o poder dizer:

> não é um simples acidente: [...] recobre (mascarando essa leitura de arquivo) uma divisão social do trabalho de leitura, inscrevendo-se numa relação de dominação política: a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo "interpretações", constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e sustentar, pelos gestos anônimos de tratamento "literal" dos documentos, as ditas "interpretações" [...] (PÊCHEUX, [1994] 2010, p. 52, grifos do autor).

Dessa forma, existe uma hierarquia do trabalho de leitura, na qual a alguns é permitido o gesto de interpretação e a outros se reserva o lugar da repetição, de um gesto de leitura quase mecânico. Nesse jogo, há uma forma de ler o Nordeste e os nordestinos, como há também um forma de ler a natureza e os sujeitos a ela ligados.

Os discursos relacionados à natureza no Brasil sempre foram sensíveis. Desde 1500 a natureza e os sujeitos vinculados a ela foram destaque para pensar estratégias de controle, poder, gestão e organização do espaço. Albuquerque Júnior (2011, p. 53) pondera que "no Brasil, a guerra[39] vai contribuir para a ruína progressiva da sensibilidade da *belle époque*[40], que olhava para o espaço brasileiro como natureza e tropicalidade exótica e que colocava o meio ao lado da raça, como fatores determinantes para o atrás da sociedade e da cultura brasileira." Embora, o autor se remeta ao Brasil de modo geral, é possível pensar, de forma particular, que tradicionalmente o Nordeste do Brasil tem sido entendido nessa articulação natureza, homem e atraso. É como se a natureza fosse a responsável pelo atraso e a falta de civilidade da região. Aí se tem um apagamento de dispositivos que são essenciais para pensar o Nordeste, a política, a História, a Geografia e o poder. Em certa medida a natureza teve um funcionamento nas discussões sobre o Brasil, semelhante ao que tem em relação ao Nordeste.

Ainda segundo esse autor

> o antigo regionalismo, inscrito no interior da formação discursiva naturalista, considerava as diferenças entre os espaços do país como um reflexo imediato da natureza, do meio e da raça. As variações de clima, de vegetação, de composição racial da população explicavam as diferenças de costumes, hábitos, práticas sociais e políticas. Explicavam a psicologia, enfim, dos diferentes tipos regionais (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 53).

[39] O autor se refere à Primeira Guerra Mundial, 1914-1918.
[40] Período de efervescência cultural, intelectual, artística, tecnológica, econômica na Europa, sobretudo, na França em fins do século XIX e durou até a Primeira Guerra Mundial.

Duarte (2004, p.129) em reflexão semelhante, explica:

> Em *Nordeste*, o estudo da natureza se mescla ao estudo da vida, da cultura e da História humana, em análises que investigam relações regionais de espaço e de alimentação. Nem fisicista, nem naturalista, Freyre afirma o desejo de privilegiar inter-relações: natureza que é expressão cultural, homem que é também natureza; região que traz no solo, na vegetação e na vida animal a marca do povo que a habita, sociedade que se constrói adaptando-se à região sempre transformada.

Se observa a partir dos dois recortes de textos que os fenômenos naturais, ou a própria natureza, mantém uma relação de constituição do sujeito nordestino, cabendo a este sucessivos períodos de adaptação, porque dela depende a vida. A vida do homem nordestino é determinada pela natureza, pelos ciclos naturais, é como se fosse seu próprio ciclo. O homem é quase objetificado na sua relação com a natureza, que daí resultaria, inclusive, seu estado de incivilizado. Parece romântico, poético, bucólico, mas a questão é: quais as implicações políticas, sociais e econômicas que estão presentes nessa imagem do sujeito nordestino? Afinal, "o nordestino, é antes de tudo, um forte[41]"! Os sentidos que cabem em "forte" são muitos: povo sofrido, mas que transforma a dor em esperança, a fome em força, a tristeza em esperança, a desilusão em resiliência, o sofrimento em fé.

A nominação "Nordeste" produz diferentes efeitos de sentidos, que são definidos pelo contexto que é informado, e significa de diferentes formas de acordo ao seu uso, ao suporte utilizado e por onde circula.

A construção do Nordeste, seja física, espacial, imaginária, discursiva e imagética, parece que sempre esteve associada ao clima e seus fenômenos correlatos: a estiagem, a seca, as altas temperaturas, a vegetação de caatinga. O clima é tomado como causa fundante, primeira e última do flagelo, da falta, do atraso, é ele quem maltrata o corpo que o faz definhar, sofrer, secar. O corpo seca, tão qual a terra. É a natureza a causadora de tudo isso, e o clima o seu instrumento, quanto a um e outro não há como recorrer.

Por outro lado, o Nordeste também é conhecido pela sua natureza abundante e bela, pelas praias de águas mornas e cristalinas de areia branca e fina, que compõem um cenário de paraíso tropical. Aí o sol, as altas temperaturas não maltratam o corpo, pelo contrário, dão cor, vitalidade, saúde, traz bem estar, os rostos são felizes, vivos, avermelhados. A vegetação exuberante, verde, serve de pausa, de pouso. Nesse Nordeste a natureza é generosa, dadivosa, sensível, abundante, bondosa, farta, fértil. O Nordeste do

[41] Essa é uma adaptação da conhecida frase de Euclides da Cunha em "Os sertões": "O sertanejo é, antes de tudo, um forte". Nessa formação discursiva, nordestino é sinônimo de sertanejo, porque se fala de um espaço definido dentro do nordeste brasileiro.

turismo é o da mercadoria, da geração de emprego e renda, é vendável; o outro da seca é o gasto, do prejuízo. O clima é saudado, reverenciado, sagrado, nada se aproxima da feiura é só beleza e paz. O espaço mais uma vez se divide, agora entre o sertão e o litoral. São outros Nordestes, outros efeitos de sentido.

Os jornais, a literatura, a música, as telenovelas, o cinema, a fotografia, as figuras, o fotojornalismo, o telejornalismo, a tevê, a internet, os livros didáticos ajudam a forjar um imaginário social do Brasil e do Nordeste que vão fazer parte do pensamento nacional. Esses veículos tem grande representatividade no cenário nacional. Existem duas imagens de Nordeste, que embora contraditórias, não são excludentes. Esses Nordestes marcam uma diferença social, política, econômica, imagética, histórica, cultural e espacial entre o sertão e o litoral, ambos fortemente marcados pelo clima e seus fenômenos correlatos.

3.2 A miséria como espetáculo

> A fome com o cortejo de dores não pudera apagar os traços daquela carnação. A musculatura estava reduzida, mesmo assim ninguém duvidava que os braços daquele homem pudessem suster um touro pelos cornos. A caixa torácica bastante larga e bem conformada guardava os órgãos mais importantes da vida são e vigorosos. (TEÓFILO, 1979, p. 4).
> Rodolfo Teófilo e tantos outros "nos apresentaram em páginas de intenso realismo o excruciante espetáculo de fome e de miséria" (CASTRO, 1959, p. 204).

De acordo com Albuquerque Júnior (2017) em 1791, período da grande seca no Ceará, um conjunto de imagens circularam, no Brasil e no exterior, dando a ver o cenário cearense. Nesse período era seca do Ceará, não havia ainda a organização da região que viria a se chamar Nordeste.

A partir das suas pesquisas o autor identifica que

> A primeira referência que se faz à seca remete à calamidade natural que teria assolado a província de Pernambuco no ano de 1776, que por ter sucedido uma epidemia de bexigas, teria sido mais letal para a população, do que a seca posterior, ocorrida entre 1791 e 1793, e que teria ficado conhecida no Ceará como "seca grande" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2017, p. 223).

Observemos que há uma recorrência da seca como fenômeno climático. Antes da "grande seca" uma anterior foi registrada, o que acontece até hoje, nesse intervalo de 300 anos. Isso indica que a historiografia da seca se confunde e se constitui com a própria história do Brasil. Pensar a formação do Estado-nação brasileiro é considerar os arranjos políticos e espaciais definidos também pelo clima; e no caso particular do Nordeste, a seca.

Se sustentando na literatura de Franklin Távora, José do Patrocínio e outros para compor uma narratividade da seca, Albuquerque Júnior (2017) a compara a via-crúcis percorrida por Jesus Cristo. Para o autor, há sobreposição das narrativas bíblicas sobre as narrativas das secas, que formulam e fazem circular sentidos, sobretudo sentidos de sofrimento, flagelação e degradação do corpo, assim como sentidos de percurso, trajetória e peregrinação. A respeito das narrativas das retiradas diz o autor:

> Uma delas narra a peregrinação incerta e cheia de percalços pelo deserto, imagem que será inúmeras vezes utilizada para descrever o sertão calcinado pela seca, guiada apenas pelas promessas de um profeta e amparada precariamente na crença em um Deus que deve, nessa travessia, submeter à prova o seu rebanho e poder, assim, ao final do percurso, separar aqueles que realmente lhe seriam fiéis e aqueles que dele haviam desertado, se perdido na travessia. A outra, uma trajetória feita de um conjunto de estações, marcadas cada uma delas por um evento doloroso, de flagelação do corpo de Cristo, de humilhação e demonstração de fragilidade daquele homem que se dizia filho de Deus (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2017, p. 238).

Esses são sentidos que fazem parte da memória social brasileira, que vão ser retomados e atualizados "quase" todas as vezes em que o Nordeste se torna ponto de pauta, foco e fonte de discussões.

Orlandi (2014) corrobora com a discussão a partir da noção de narratividade que propõe. Para a autora a narratividade é processo, processo de construção de identidades, modos de ver que são ancorados em uma memória que se deseja instituir, nesse caso convida a pensar a narratividade

> como a maneira pela qual uma memória se diz, em processos identitários, apoiados em modos de individualização do sujeito, afirmando/vinculando (seu "pertencimento") sua existência a espaços de interpretação determinados, consoantes a específicas práticas discursivas [...] narratividade enquanto processo e não como "gênero" como usualmente é definida (ORLANDI, 2014, p. 79).

Então, tendo por base essa noção, é possível dizer que existe uma narratividade sobre a região Nordeste ancorada em uma memória dominante que produz subjetivações dentro e fora desta região. O modo como a memória diz a si mesma produz uma série de textualidades que afirmam modos de identificação ou (des)identificação. É comum, por exemplo, o nordestino se identificar com o Nordeste a partir de uma memória que ele mesmo não reconhece como "sua". Esse é um efeito da memória e de como ela é posta a circular através do que produz como textualidade/materialidade.

Já no século XIX, a seca de 1877-1878 ficou conhecida como a "grande seca", responsável por milhares de flagelados que perambulavam pelo espaço em busca de condições mínimas de sobrevivência. Parte das imagens a que remete o autor[42], as quais inauguram uma estética e poética do Nordeste, foram publicadas inicialmente na revista Besouro, na edição de 1878, as imagens estão também disponíveis no *site "*Brasiliana Fotográfica" e no *site* da Biblioteca nacional.

[42] Embora o autor relacione parte do seu texto a esse conjunto de imagens sobre a seca do Ceará, no seu texto, não constam as imagens, mas não foi difícil encontrá-las no *site* Brasiliana Fotográfica e da Biblioteca Nacional.

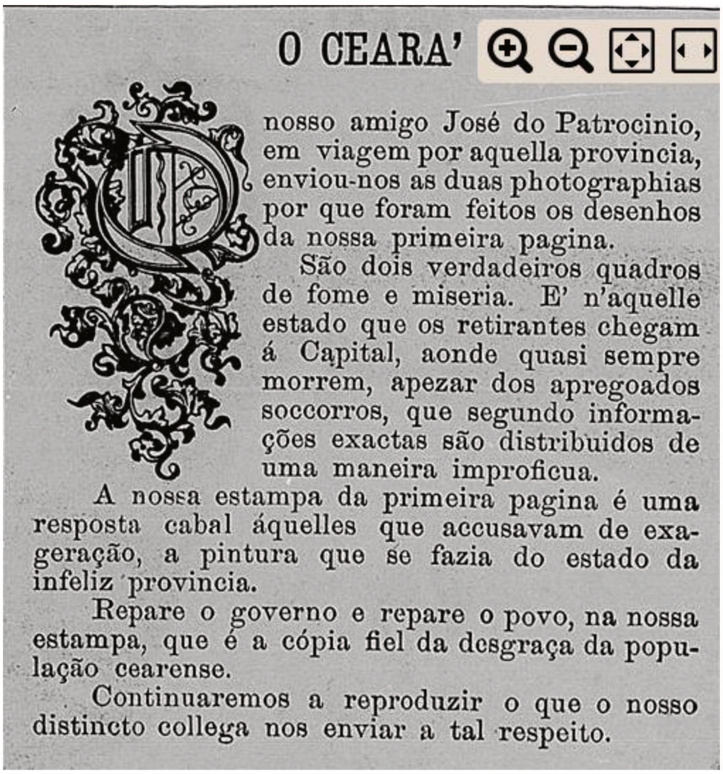
Na primeira página da revista Besouro[43] há o enunciado: “Paginas tristes. Scenas e aspectos do Ceará. (Para S. Magestade, o Sr. Governo e os Srs. Fornecedores verem) Copias fidelissimas de fotografias que nos foram remetidas pelo nosso amigo e colega José do Patrocinio” que antecede as duas fotografias que compõem a capa. As duas fotos da capa (ver figura 19), fazem parte de um conjunto de fotografias sobre os flagelados e retirantes da seca do Ceará de 1878. Essas fotos foram enviadas a revista Besouro e desenhadas pelo ilustrador da revista. No conjunto de fotografias que seguem, primeiro a capa da revista Besouro e em seguida uma série de fotografias dos flagelados da seca.

[43] A revista Besouro foi uma publicação carioca lançada em abril de 1878.

Figura 18. Capa da Revista Besouro, 1878

Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749915&PagFis=175&Pesq=

Figura 19. : Primeira página da Revista Besouro



O CEARA'

nosso amigo José do Patrocinio, em viagem por aquella provincia, enviou-nos as duas photographias por que foram feitos os desenhos da nossa primeira pagina.

São dois verdadeiros quadros de fome e miseria. E' n'aquelle estado que os retirantes chegam á Capital, aonde quasi sempre morrem, apezar dos apregoados soccorros, que segundo informações exactas são distribuidos de uma maneira improficua.

A nossa estampa da primeira pagina é uma resposta cabal áquelles que accusavam de exageração, a pintura que se fazia do estado da infeliz provincia.

Repare o governo e repare o povo, na nossa estampa, que é a cópia fiel da desgraça da população cearense.

Continuaremos a reproduzir o que o nosso distincto collega nos enviar a tal respeito.

Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749915&PagFis=175&Pesq=

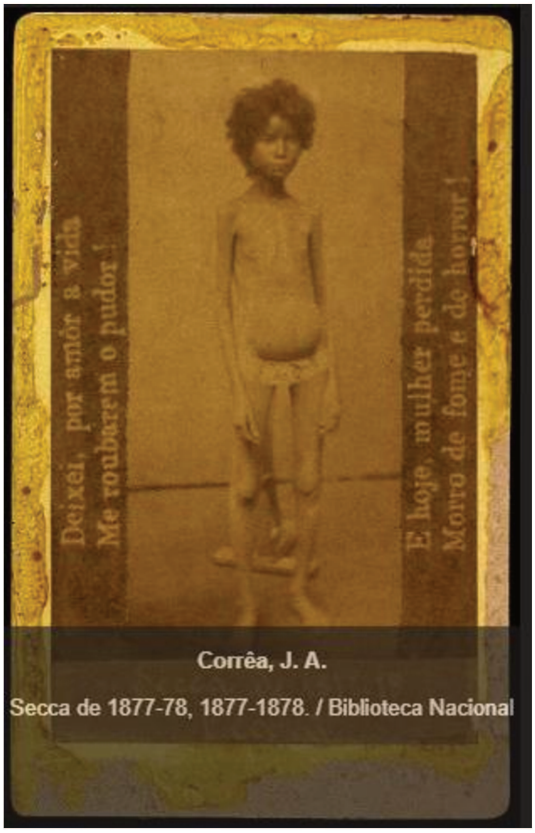
Figura 20. Fotografia dos flagelados da seca

Texto que compõe a imagem: *"Tenho fome! Triste fome que já não me posso erguer!"*

Figura 21. Fotografia dos flagelados da seca

Texto de compõe a imagem: "*Desgraçado! Assim creança. Pai, mãe e irmãos perdi! A miséria a mim se avança. Abre as garras e sorri!*"

Figura 22. Fotografia dos flagelados da seca



Texto que compõe a imagem: "*Deixei, por amor a vida. Me roubaram o pudor! E hoje, mulher perdida. Morro de fome e de horror!*"

É possível observar que existe a repetição de um desenho do corpo que daria identidade aos flagelados e retirantes da seca. A extrema magreza prevalece. Nas imagens homens, mulheres e crianças, exibem seus ossos, os ossos das articulações como ombros e joelhos são salientes e arredondados. Os das costelas parecem sustentar um corpo exausto pela fome, pelas más condições de vida e pela peregrinação. Dada a extrema magreza os ossos dos braços e das pernas, que parecem maiores, mais longos, talvez porque falte os músculos e a gordura para dar volume a pele.

A barriga projetada, ou barriga d'água[44], causa um certo estranhamento quando se percebe o corpo como um todo, é como se essa barriga estivesse divergindo, discordando com a magreza excessiva, talvez até resistindo a um corpo que se esvai. A magreza com essa barriga elevada é uma magreza específica, não é qualquer uma. Não é, por exemplo, a magreza excessiva de pessoas que têm transtornos alimentares. Os homens, mulheres e crianças representados nas fotografias estão seminus, pedaços de panos sujos e rasgados cobrem apenas as genitálias. A respeito dessas imagens que criaram uma visibilidade do corpo retirante, Albuquerque Júnior (2017, p. 234) explica:

> Antes mesmo de publicar o livro que intitulou de *Os Retirantes* (Patrocínio, 1973), no último ano da seca que devastou parte das províncias do Norte do Império, a série de artigos que escreveu com o título de "Viagem ao Norte", acompanhadas das imagens fotográficas que envia para ilustrarem o seu texto, causam profundo impacto entre as elites letradas do país, notadamente da capital do Império. As imagens que constrói através de sua prosa, são reforçadas, quando não dramatizadas pelas cenas e corpos que escolhe para fotografar. A longínqua e abstrata materialidade do que era designado pelo conceito seca do Ceará, ganha nas imagens de seus textos jornalísticos e nas fotografias que os acompanha, uma figurabilidade, uma encarnação, uma dizibilidade e uma visibilidade, que serão decisivas para a construção do agregado sensível e significativo chamado seca.

Para o autor, a seca de 1878 constrói uma série de textos e imagens que instauram uma discursividade e um modelo de narrar e mostrar as repercussões da seca. As imagens dão uma materialidade outra, que o texto escrito não conseguiria alcançar. Para o autor as imagens produzem uma figurabilidade, uma encarnação, uma dizibilidade e uma visibilidade para o que ficou marcadamente conhecido como seca. Albuquerque Júnior (2017) explica que algumas dessas fotografias foram feitas em estúdio, o que indica que elas foram tiradas para serem vistas. Elas estão quase num formato de cartão postal, ou cartão de visitas, porque junto à fotografia existem pequenas frases escritas em primeira pessoa, o que sugere que é dito pelo

[44] A barriga d'água é muito comum em homens e mulheres pobres, mas, sobretudo em crianças, pela má nutrição, pela falta de higiene do corpo e do ambiente e pela falta de tratamento da água e alimentos, exceto por doenças mais graves e um quadro de verminose crônica.

sujeito fotografado, embora possamos intuir que essas frases são a descrição de um cenário trágico, ou seja, são uma montagem para circular entre a sociedade regional e nacional. É uma apresentação do espaço, da seca e do corpo cearense, que deveria compor um arquivo de memória nacional.

A respeito da alimentação "exótica" do sertanejo e do seu corpo forjado pela seca; Castro (1959, p. 213) descreve: Homens, mulheres e crianças, todos esqueléticos, "deformados pelas perturbações tróficas, com a pele enegrecida colada às longas ossaturas, desfibrados e fétidos pelo efeito da autofagia". Para o autor, na ausência de alimento, o corpo do sertanejo, para sobreviver ao cortejo do flagelo, come a si mesmo, numa última tentativa de manter-se ainda vivo,

> assim esgotadas as suas esperanças e reservas alimentares de toda ordem, iniciam os sertanejos a retirada, despejados do sertão pelo flagelo implacável. Sem estradas poeirentas e pedregosas ondulam as intermináveis filas dos retirantes "como se fossem uma centopeia humana" (CASTRO, 1959, p. 213).

Em outro trecho o autor descreve mais detidamente como a fome desenha o corpo dos sertanejos,

> fome qualitativa se traduz de logo pela magreza aterradora, exibindo todos fáceis chupados, secos, mirrados, com olhos embutidos dentro de órbitas funda, as bochechas sumidas e as ossaturas desenhadas em alto-relevo por baixo da pele adelgaçada e enegrecida (...) Mas, não se vêem apenas estas esqueléticas figuras, magras e chupadas pela fome, vêem-se também as vitimas das terríveis carências específicas nas suas mais grotescas e trágicas variedades (CASTRO, 1959, p. 213).

Castro (1959) pondera que nas épocas de seca os sertanejos perdem até 50% do seu peso, que segundo ele já é um corpo "enxuto", pela alimentação rica em proteínas (carnes de boi, cabra e carneiro, leite, queijo) e pobre em açúcares (neste caso, a rapadura). Existe um conjunto linguístico que se cola e se adere a uma imagem do corpo nordestino: esqueléticos, deformados, enegrecido, desfibrados, fétidos, chupados, secos, mirrados que informam como esse corpo deve ser visto, sentido e considerado.

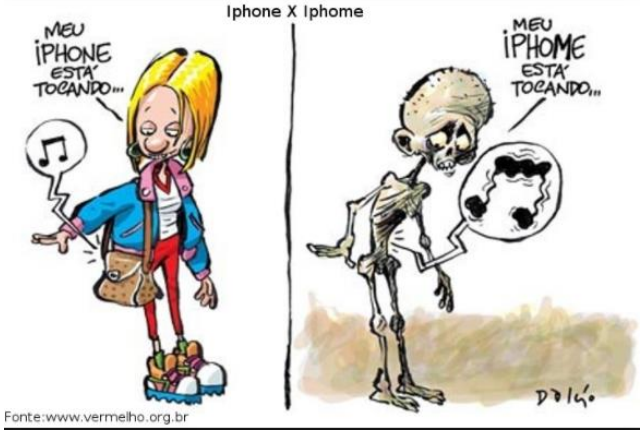
É também um corpo doente, um suporte para diferentes patologias:

> A fome é que é o elemento gerador destes terríveis males, seja nas afecções de carência, quando determina por si só lesões graves, seja predispondo o aparelho visual, pela diminuição de sua resistência, à invasão microbiana, que realizará, por sua vez, a faina destrutiva.
> Neste compêndio de patologia abundante, ilustrado ao vivo pelos retirantes da seca, ocupam largo espaço as estomatites de várias naturezas (CASTRO, 1959, p. 21).

A partir desse momento a seca ganha um corpo "físico", um rosto, uma expressão, um desenho, uma imagem. Ou seja, há um jeito, um olhar, uma forma de falar e de mostrar a seca do Nordeste. E é um modelo de visibilidade que se atualiza ao longo do tempo. Em outro conjunto de imagens (figura 24), a seguir, observa-se que essa corporeidade circula por outros suportes e textos. Nas charges, há uma forte semelhança dos corpos dos nordestinos aos corpos dos pobres brasileiros, dessa forma, é possível constatar que os corpos magros, cadavéricos e barrigudos significam corpos de homens, mulheres e crianças pobres brasileiras.

Figura 23. Conjunto de charges diversas

1.



2.

MOÇO, DÁ UMA ESMOLINHA? EU TÔ COM FOME!
PESQUISA IBGE
RENDA
AS PESQUISAS MOSTRAM QUE NÃO!
www.amarildo.com.br

3.

ACABOU A COPA CRIANÇAS!
DEVOLVAM OS UNIFORMES!!

4.

VOCÊS SÃO DE QUE PARTE DO AFEGANISTÃO?
MARANHÃO!
BIER

5.

O Berro, nov. 2000
www.oberro.net
QUE FOME O QUÊ! TU TÁ GORDINHO, FORTE, GRANDE E CORADO!
FERNANDO HENRIQUE, ME DÁ 1 REAL? EU TÔ COM FOME!
PETRÔNIO 00

6.

POSSO COMER?
RONC!
www.humortadela.com.br

7.

1. http://blogdozeca100.blogspot.com.br/2017/12/o-ibge-achou-os-milhoes-de-pobres-que.html. 2.https://saberesrebeldes.wordpress.com/2015/01/10/desigualdade-de-classes-pobres-x-ricos/. 3http://geografiaem360graus.blogspot.com.br/2011/04/charges-politicas.html.4. http://esportesemdebates.blogspot.com.br/2013/02/nao-ao-trabalho-voluntario-para-fifa.html. 5. http://augustobier.blogspot.com.br/2010/07/. 6. http://oberronet.blogspot.com.br/2011/02/o-berro-nas-antas.html. 7. http://afomecriseouescandalocolegiomotivo.blogspot.com.br/2013/06/charges-sobre-fome.html. 8. https://www.google.com.br/search?q=charges+sobre+a+fome&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=2ahUKEwiowqCUqM_dAhUDPZAKHX9DCjcQsAR6BAgGEAE&biw=1366&bih=626#imgrc=uXGbxtAnDiH9sM:

Um elemento que se destaca nas charges é a associação da figura do corpo excessivamente magro com a fome. Identificamos também os mesmos braços e pernas alongadas pela magreza e o desenho dos ossos das articulações assim como nas fotografias da seca no Ceará de 1887. É interessante considerar que todas as charges têm fontes diferentes e circulam pela internet. As charges têm uma entrada muito particular no ensino, sendo utilizada como um recurso didático para introduzir conteúdos na escola, bem como são bastante comuns ao compor os livros didáticos.

Outro elemento que chama a atenção do olhar, tanto nas primeiras imagens (dos retirantes) quanto nas charges, é a exposição do corpo nu ou seminu. Esse modo de significar é especialmente interessante porque cria um binarismo visual marcado pela posição sócio-econômica dos sujeitos, de um lado quem pode ofertar a esmola está vestido ou bem vestido, e do outro quem pede, mendiga, está nu, seminu ou com roupas aos trapos. Esses corpos nus aproximam ainda mais esses sujeitos da natureza, da sua natureza animalesca, incivilizada, e por isso podem ser capazes de qualquer coisa para matar a fome.

O corpo nu, exposto, pode indicar uma fragilidade em relação ao outro vestido, e também define uma relação hierárquica vestido-seminu. Se o corpo está nu não há mais nada

a perder, tudo que possuía foi ficando pelo caminho da pobreza e da miséria. Nesse sentido, Almeida (2010) nos ajuda a refletir sobre o corpo e

> A relação homem-animal explorada por Derrida tem início pela nudez e pela percepção da nudez no homem, que está nu, e no animal, que não está nu por não saber que está nu. Além de nomear os animais, o homem nomeia também a nudez, de si e do outro, tanto por pudor quanto por vergonha. Constatação que Derrida expõe ao relatar que encontrara-se nu sob o olhar de seu gato, que também é gata, em casa. Explica então que não há nudez "na natureza" (Ibid., p.17) e esse leve incômodo do qual não consegue escapar ao estar nu diante do animal-gato só pode existir no homem. Portanto, o homem descobre-se na nudez, no olhar do outro sobre a nudez sua, e no nomear essa nudez a partir desse olhar outro (ALMEIDA, 2010, p. 62).

Pela percepção também se significa o outro, o corpo nu, que só é nu porque há um outro vestido. Esse corpo desnudo, despido expressa pobreza, penúria, feiura, medo, nojo, sujeira, doenças, falta de pudor, porque expõe as "vergonhas" do corpo, se despe de quase tudo, inclusive da dignidade. O corpo semidesnudo está numa situação inferior daquele corpo vestido, que é atestado pela roupa dos homens em algumas charges: terno e gravata, o que pode indicar uma relação de riqueza e pobreza. Já as duas mulheres presentes nas charges são loiras, e estão também bem vestidas, e o par que se sugere é beleza-feiura.

O conflituoso par sertão-litoral ou campo-cidade ou nordeste-sudeste aqui reaparece, ou seja, de um lado estaria o sertão, o campo, o nordeste com toda a memória de uma representação social hegemônica que se reinventa e atualiza com o tempo. E do outro lado o litoral, a cidade e o sudeste sinônimo de riqueza, ostentação, modernidade, tecnologia, higiene, bons modos, elegância. Isso se dá intra-regional e inter-regionalmente. É preciso questionar essas imagens de corpos nordestinos, ou não, mas que são marcados pela magreza, pobreza e sujeira extremas: por que eles são apresentados dessa maneira? Imagens desse tipo tem uma função pedagógica muito importante que é indicar, principalmente, o lugar do outro na sociedade. O corpo é linguagem, expressa, informa e se expõe a interpretação. Assim, o corpo é social. Existe um conteúdo político-ideológico nessas imagens. É um símbolo cultural. A educação corrobora para um olhar estereotipado do Nordeste. Nesse contexto, essa região ainda é considerada primitiva e atrasada.

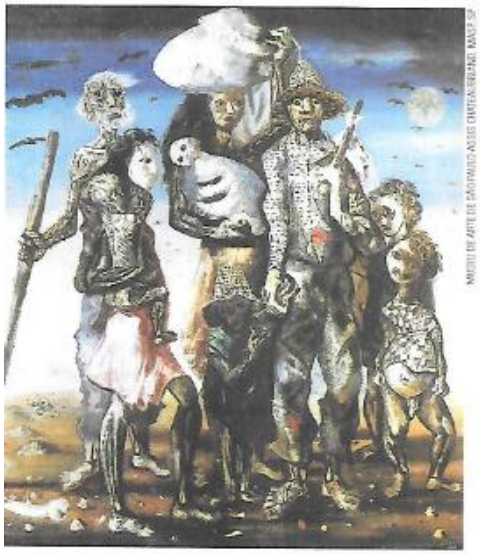
O corpo pode ser considerado uma forma de linguagem na medida em que comunica, representa, expressa e informa lugares socialmente construídos. O que cobre o corpo, como cobre e se cobre marca lugares.

A esse propósito, a questão do vestibular da Universidade Federal de Santa Maria no Rio Grande do Sul, presente no livro didático "Território e Sociedade: no mundo globalizado", mostra imagem parte de um conjunto de pinturas feitas por Cândido Portinari, em 1944, que recebe o título de "Retirantes". Essas obras de arte têm uma grande entrada no Brasil e no exterior e compõe, de diversas formas, livros didáticos utilizados em todo Brasil.

A questão do vestibular da UFSM-RS é a seguinte:

Figura 24. Questão do vestibular da UFSM-RG

11. (UFSM-RS 2012) Observe a figura:



O autor da pintura fornece pistas da região de origem dos migrantes e revela uma situação comum a muitas famílias.

O quadro sugere uma paisagem da região do(a)

a) Pampa do Sul, e a migração ocorrida é intrarregional.

b) Semiárido do Nordeste, e a migração ocorrida é o êxodo rural.

c) Agreste do Nordeste, e a migração ocorrida é a pendular.

d) Zona da Mata do Nordeste, e a migração ocorrida é a sazonal.

e) Cerrado do Centro-Oeste, e a migração ocorrida é a emigração.

Fonte: Lucci, Branco e Mendonça. Território e sociedade: no mundo globalizado. Ensino médio, 2014, p. 265.

Como se vê o enunciado da questão é muito objetivo. O estudante deve identificar a região da qual retrata a imagem e identificar o tipo de migração ocorrida. De cinco possibilidades de resposta, três indicam a região Nordeste, e mesmo que o estudante tivesse alguma dúvida em relação ao recorte Nordeste, o tipo de migração orienta de forma direta a resposta, visto que a imagem não mostra trabalhadores "formais" vestidos adequadamente ao trabalho, e ainda que fossem trabalhadores do campo/rurais não estariam portando trouxas de roupa e muitas crianças. O que a imagem sugere lembra a configuração de uma família, pai, mãe, filhos e um idoso, possivelmente avô das crianças.

Exceto o pai e mãe, que têm um olhares assustados, as outras pessoas que compõem a pintura tem o olhar triste, perdido, talvez de quem já não cultiva esperanças ou de quem tem uma fome urgente, mas sabe que não será saciada. Já os pais, talvez, tenham se dado conta de quão grave é a situação. De um lado uma das crianças com barriga d'água e do outro uma raquítica, com os ossos desenhando seu corpo. O bando de urubus parece esperar a próxima refeição. A imagem oferece a impressão de que eles estão seguindo a família a espera de qual pedaço de carne ficará pelo caminho. Os urubus espreitam a morte.

A morte e a vida também compõem o sentido da pintura. O idoso de cabelos e barbas brancas porta um cajado que o ajuda a sustentar o corpo cadavérico, o que parece lembrar a simbologia da morte. As crianças no colo, que embora estejam aparentemente fracas e desanimadas, sempre significam o começo, um novo ciclo, a continuidade da vida, apesar de que pela fragilidade do corpo, as crianças são as primeiras a morrer numa situação de pobreza extrema. Morte e vida aqui significa um par complexo.

É uma família que parte para algum lugar, parte sem perspectivas de volta porque levam tudo o que é possível o corpo carregar. A família caminha em meios pedregulhos, terra batida e ossadas de animais. Logo, o tipo de migração é o êxodo rural, a saída do campo em direção a cidade em busca de melhores condições de vida. É importante lembrar que o êxodo rural acontece em todas as regiões, e entre as regiões em direções distintas.

Esse conjunto de imagens retoma um tipo de estética e poética sobre a seca e seus fenômenos adjuntos, sejam climáticos ou não, como as epidemias, a fome, a miséria, as doenças, a degradação do corpo, figuras cadavéricas e semi-invisíveis socialmente.

E, dessa forma, o "discurso sobre" e o "discurso de" vão alinhavando uma memória do Nordeste e do nordestino compartilhada nacionalmente. No fio da história os "discursos sobre e de", convergem e se alinham construindo uma visualidade, uma corporeidade e um texto quase comum sobre/de Nordeste. Os "discursos de" marcam a literatura regionalista nordestina e essa imagem do Nordeste é levada através dos livros e

desenhos para todo o Brasil, sob a justificativa de literatura de denúncia ou literatura realista, que ajudam a forjar uma imagem de Nordeste. Na posição de quem fala os "discursos sobre", a primeira visada é de estranhamento, espanto e comoção e, em seguida, a "intenção" é de denunciar a situação que veem o Nordeste. Assim, Orlandi (1990, p. 37) explica que

> os "discursos sobre" são uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos. É no discurso "sobre" que se trabalha o conceito de polifonia. Ou seja, o "discurso sobre" é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos *de*). Assim, o discurso *sobre* o samba, o discurso *sobre* o cinema é parte integrante da arregimentação (interpretação) dos sentidos *do* discurso *do* samba, *do* cinema etc. O mesmo se passa com o discurso *sobre* o Brasil (no domínio da história). Ele organiza, disciplina a memória e a reduz.

Movimento semelhante acontece em relação ao discurso sobre o Nordeste. Os "discursos sobre" institucionalizaram uma série de sentidos que informam sobre esta região. O "discurso sobre" é um lugar que recorta, organiza e disciplina os dizeres, mas não só eles, porque organizam também, como vimos nas páginas anteriores, modos ver o Nordeste e o nordestino, ou seja, forjam uma visualidade a respeito dessa região. Embora seja importante destacar que, esses dizeres e modos de ver acerca do Nordeste e do nordestino são construídos não apenas pelos "discursos sobre", mas também pelos "discursos de" nordestinos que com suas produções artísticas, científicas e culturais produzem modos de ver, ouvir e ver esta região.

O discurso é construído nessas duas frentes: de dentro para fora e de fora para dentro da região. Contudo o que se observa nessas duas discursividades é que há um apagamento da história da construção do Nordeste. É como se o Nordeste sempre estivesse lá à espera de alguns poucos capazes de interpretá-lo. O Nordeste é tomado como um fato, uma constatação científica apenas representável pelos diversos meios e suportes. Mas, mesmo rapidamente, é preciso pontuar que os "discursos de" e "discursos sobre" não são discursividades estanques, absolutas, pelo contrário, elas se relacionam, alimentam-se e muitas vezes se sustentam.

Ainda a respeito do "discurso de" e "discurso sobre", como temos argumentado a partir das provas do vestibular da Unicamp, a década de 1980 é um importante marcador desta tese, por uma série de questões, tais como: é na década de 80 que a Unicamp realiza seu primeiro vestibular independente da Usp e há um volume maior de notícias e reportagens a respeito da região Nordeste; dentre muitas outras.

3.3 O outro lado: a denúncia social (!?)

Por outro lado, há uma série de pesquisadores que entendem que a exposição da fome, da sede, das doenças e da miséria humana provocadas pela seca no Nordeste têm um tom e uma inclinação à denúncia desses horrores, direcionando a atenção da sociedade para o problema do flagelo humano. Na literatura, por exemplo, a partir do movimento literário regionalista, um conjunto de romances descreviam com riqueza de detalhes os chamados horrores da seca. Alguns desses romances, como "O Quinze" de Raquel de Queiroz, "A fome" de Rodolfo Teófilo[45], "Os Sertões" de Euclides da Cunha, e "O cabeleira" de Franklin Távora estão, inclusive, diluídos no texto da tese ancorando e sendo ancorados pelos discursos sobre o Nordeste brasileiro.

Contudo, a lista de romances da literatura regionalista inclui outros títulos e autores, como "Homens e Caranguejos" de Josué de Castro, "O sertanejo" de José de Alencar e "A bagaceira" de José Américo de Almeida, considerado, cronologicamente, o instaurador da literatura regionalista nordestina, a literatura que, dentre outros elementos, expõe os horrores da seca. "Homens e Caranguejos" de Josué de Castro, inclusive, é fonte para uma das questões analisadas no capítulo 4 desta tese, a questão 17 do ano de 1996. É importante dizer ainda que, dentre os títulos de romances citados, apenas "A fome" de Rodolfo Teófilo não foi adaptado para o cinema, isso pode ser significativo do ponto de vista da circulação do discurso.

Embora Jorge Amado também faça parte desse conjunto de autores regionalistas, observamos que ele fala de outro lugar, voltado à vida do litoral baiano, talvez, o que mais se aproxima de uma crítica social, econômica e política do Estado. Assim como Josué de Castro em "Geografia da fome" que desloca o problema da fome do viés de fenômeno natural para o social.

O que temos chamado de "literatura regionalista" é um movimento iniciado em meados do século XIX que narra às histórias das gentes e dos espaços regionais brasileiros. Esse tipo de literatura ficou conhecida pela "valorização" da cultura rural local, seja ela carioca, gaúcha ou nordestina.

[45] "A fome" foi publicado um pouco antes, em 1890, ainda no período naturalista da literatura brasileira, mas este livro nos ajuda a compor o cenário trágico da seca do Nordeste.

Para Miguel-Pereira (1973) para ser considerado regionalista

> as obras cujo fim primordial for a fixação de tipos, costumes e linguagem locais, cujo conteúdo perderia a significação sem esses elementos exteriores, e que se passem em ambientes onde os hábitos e estilos de vida se diferenciem dos que imprime a civilização niveladora. [...] O regionalista entende o indivíduo apenas como síntese do meio a que pertence, e na medida em que se desintegra da humanidade. (MIGUEL-PEREIRA, 1973, p. 179-180).

É uma literatura que se volta para a vida que acontece na região, potencializando as relações homem e natureza (o homem em sua relação íntima com a terra, um como extensão do outro, constituindo-se mutuamente), e, por isso, produz e compartilha símbolos da identidade regional e nacional e pela qualidade da descrição dá um status de verossimilhança, realismo e de verdade ao que é narrado. Nesse "regionalismo puro, autêntico, que retrata com maior fidelidade o ambiente que pretende descrever" (ALMEIDA, 1985, p. 16). No caso da literatura nordestina, a narratividade construída, de certa forma, opunha-se aos hábitos culturais da cidade; o sertanejo cultivava outros valores, diferentes do citadino, como o apego pelos animais, pela natureza, pela terra, pela família, o desapego pelo dinheiro, à honestidade exacerbada, a simplicidade, a rudeza e até a masculinidade.

Rosidelma Fraga (2012) explica que para o crítico Antônio Cândido

> [...] 1930 foi a extensão das literaturas regionais e sua transformação (...) cujo âmbito e significação se tornaram nacionais (...). O romance do nordeste (...) com uma liberdade de narração e linguagem antes desconhecida (...); todo o país tomou consciência de uma parte vital, o Nordeste, representado na sua realidade viva pela literatura (CANDIDO, 1987, p.187 apud FRAGA, 2012, p. 04)

Embora, como vimos anteriormente, o Nordeste já fosse bastante conhecido no Brasil pelos jornais de circulação nacional, os autores nordestinos, a partir da literatura de 30, colocam esses textos em circulação por outros espaços-tempos, forjando uma imagem e discurso que viriam se tornar dominantes no imaginário social regional e nacional brasileiro. Críticos, pesquisadores e professores em literatura, como Fábio Lucas, dirão que a literatura regionalista nordestina apresenta os problemas sociais, ou seja, expõe os problemas mais difíceis e mais cruéis da vida, como a fome e a miséria, coisa que até então, dizem os críticos, ainda não tinham chegado à literatura.

Contudo, se é ou não uma literatura de denúncia, não parece ser esse o debate principal. Para esta pesquisa não interessa saber se a literatura regionalista continha um tom de denúncia ou não, o que interessa ao discurso é que essa literatura produziu efeitos de

sentido e olhares sobre a região nordeste, sua cultura, suas gentes, seu espaço, sua natureza, suas terras e sua forma de fazer política, que se atualiza ainda com bastante força ao longo da história.

Que as narratividades expressam de alguma forma uma realidade, disso não se tem dúvidas. É uma realidade dura, agonizante e cruel que se pauta na fome, na sede, nas doenças, na prostituição, nas faltas. Para que se cumpra os ciclos da produção agropecuária, a água é fundamental – para comunidades que vivem a estiagem prologada, sem a possibilidade de armazenamento, a vida é muito cruel. Às vezes, de fato, a única possibilidade é migrar e deixar para trás o trabalho, os animais e a terra de toda uma vida, indo em busca de melhores condições de sobrevivência, normalmente na cidade, o que exige desse migrante se adaptar rapidamente a vida e ao trabalho na cidade, bem diferentes ao do campo. A história do migrante nordestino, do refugiado, preenche páginas e páginas dos romances, tramas e tramas do cinema nacional, letras e letras de músicas, telas e telas de pinturas.

Como não reconhecer a força e potência nos trabalhos de artistas como Luiz Gonzaga, Elomar, Josué de Castro, Franklin Távola e tantos outros nordestinos? Como não reconhecer que, em certa medida, fazem uma crítica social ou refletem uma realidade que vivem ou veem? Mas, como, por outro lado, não reconhecer que os horrores da seca são decorrentes do abandono político e econômico dos espaços mais sensíveis? Nesse sentido, utilizando os termos formulados por Orlandi (1990) os "discursos de" e "discursos sobre"[46], na maioria dos casos, não se contrapõem, mas pelo contrário, complementam-se corroborando para formar uma ideia dominante de que o clima é a fonte principal dos problemas decorrentes da seca.

Esta constatação do ponto de vista social e econômico é frustrante e desastrosa, na medida em que se direciona os problemas para o clima, o qual, humanamente, não é possível controlar ou prever com um grande intervalo de tempo e intervir, já que o clima é um sistema com suas próprias ordens, como questionar da natureza, o grau de pobreza dessa região? Como cobrar do clima, a chuva? Há como cobrar alguma coisa do clima?

Esse entendimento para o conjunto político e para os Estados e municípios é conveniente e lucrativo, porque quase os desresponsabiliza de pensar em planos de distribuição de emprego e renda e de investimentos em conhecimento e tecnologia eficientes de convivência com a seca, já que como fenômeno natural, não é possível combatê-la. Por isso, talvez, seja tão comum pedir a Deus para que a chuva caia. A chuva e a seca são temas

[46] Discursos de: discursos de nordestinos sobre o Nordeste. Discursos sobre: discursos de não nordestinos sobre o Nordeste. Essa discussão foi melhor desenvolvida no subitem ligeiramente anterior a este.

muito comuns entre as novenas[47], trezenas e festas de santo no Nordeste e também presentes na literatura nordestina.

A fome e a miséria são problemas mundiais. No Brasil, a fome e a miséria atingem todas as regiões, embora, em função das condições de produção do próprio Nordeste, esta região ser mais sensível, não apenas, em função de seu clima ser um dos mais complexos do mundo, mais por conta de uma elite política e econômica que se assegura de manter o *status quo* da pobreza. Não falta saúde, educação e alimentação para quem pode pagar seja no sertão nordestino ou no centro da capital paulistana.

Os poderes políticos são tão eficientes na manutenção da riqueza que, segundo dados do IBGE e da Fundação Getúlio Vargas, cidades do interior do Rio de Janeiro, do corredor da produção de petróleo, vivem com menos de meio salário mínimo e, por isso, estão no mapa da fome e da miséria do Brasil. Entendemos que, proporcionalmente, existe sim uma concentração da miséria nas regiões Norte e Nordeste, por uma série de condições geográficas, históricas, econômicas, políticas, sociais e culturais, já amplamente discutidas nesta tese.

Mas, se tomarmos exclusivamente a falta d'água como mediadora das justificativas da miséria nordestina, o Norte seria uma região fora do mapa da fome e da miséria no Brasil, visto que existe água em abundância. As condições da pobreza são diferentes e complexas e todas elas circulam em torno do emprego e da renda, enfim, do dinheiro. É disso que estamos falando aqui, que os poderes municipais, estaduais e federais precisam gerar nesses espaços de vulnerabilidade, emprego, distribuição e circulação da renda.

De toda forma, a literatura regionalista, também considerada de denúncia, pouco conseguiu mobilizar os poderes públicos a produzirem tecnologias e planos de convivência capazes de amenizar os problemas ocasionados pela estiagem prolongada, assim como, a efetivar políticas públicas eficazes no cuidado com as populações atingidas pela seca. Inegável é a repercussão que essa literatura teve e ainda tem na sociedade, estando, inclusive, em listas de leituras obrigatórias nos programas dos vestibulares do Brasil. A literatura regionalista, por outro lado, pode ter sido utilizada por esses poderes para legitimar a captação de recursos públicos que pouco, muito pouco ou nem chegaram àqueles que precisavam. A

[47] Espaço em que as pessoas se reúnem para rezar, na novena são nove dias ininterruptos de encontros de orações. Já na trezena são treze dias ininterruptos de orações. As novenas e trezenas podem acontecer tanto na igreja como em casa, e sempre se remetem a um santo ou santa, podendo ser Santo Antônio ou Santa Rita de Cássia ou outros santos, ou seja, é um rito devocional da igreja católica. É uma prática muito comum no Nordeste brasileiro.

imagem discursiva do Nordeste, da seca e das suas gentes criada por essa literatura pode inclusive ser fonte e justificativa para canalizar verbas públicas para amenizar a seca. Contudo, essas verbas não tem se revertido em possibilidades concretas de melhora na qualidade e dignidade de vida do nordestino sertanejo.

É preciso esclarecer que não se nega aqui que a seca, a fome, a sede, a desnutrição, a miséria, as doenças, a morte, a prostituição, o subtrabalho, a exploração, a falta de trabalho, e que a falta não existam em parte considerável do Nordeste. Como não se nega que a literatura regionalista nordestina continha, em certa medida, uma reflexão crítica sobre o Nordeste. Mas é importante pensar/refletir como esse discurso é produzido ao longo do tempo, marcando uma memória e uma identidade regional e nacional e construindo um cartel político. O discurso dominante sobre o Nordeste brasileiro no jogo próprio das formações discursivas e ideológicas silencia e torna invisível vários outros discursos. Entendemos que a fome e a sede não podem ser politicamente negociáveis.

O clima isoladamente não pode ser considerado o "vilão", ou a causa primeira e única do subdesenvolvimento, porque a natureza, inclusive, precede a ocupação humana. Desde o período colonial existem registros da seca no Nordeste e outros países, como o vizinho Argentina e os Estados Unidos que também possuem faixas consideráveis de seu território cobertas pelo clima semiárido.

É fato que existe fome, sede e miséria no Nordeste e as imagens a esse respeito são pedagógicas, mesmo no sentido avesso do termo, primeiro porque informa a respeito de uma vida no campo, uma vida de pobreza e, segundo, porque desvaloriza o trabalho braçal, do campo, do rural na medida em que o desqualifica em relação ao trabalho na cidade. Uma frase que se reproduz para valorizar o estudo e que está facilmente disponível na internet, desqualifica e desvaloriza completamente o trabalho no agricultor. E este, segundo o discurso hegemônico, está concentrado na região Nordeste do Brasil, a saber:

Figura 25. Estude, pois a caneta é mais leve que a pá!

Fonte[48]:

Segundo o imaginário coletivo o agricultor nordestino está marcado por uma prática arcaica e simplória. Fica evidente nas reportagens que o boia-fria "paulista", um trabalhador quase típico do Estado de São Paulo, que também usa equipamentos de trabalho semelhante ao do agricultor, é originário de várias cidades do nordeste, ou seja, é, quase sempre, o trabalhador nordestino quem corta a cana-de-açúcar no interior do Estado de São Paulo. Para quem a qualidade do trabalho é tão precária quando àquela do Nordeste brasileiro. E por que os nordestinos vão cortar cana? Porque, às vezes, é a única possibilidade de trabalho. Não é uma questão de escolha, mas de necessidade.

Essa mesma desvalorização não acontece, por exemplo, quando esse trabalhador cultiva produtos orgânicos, porque o público consumidor de produtos orgânicos se resume a uma elite intelectual e econômica, via de regra, moradora da cidade. Logo, todo o trabalho do agricultor nordestino é apagado, o que não acontece com o agricultor de orgânicos, que se respeita e valoriza o seu trabalho e o tempo da natureza. Esse assunto será melhor analisado no capítulo 4, das análises.

Não obstante, em uma relação rápida, poderíamos ponderar que a situação do trabalhador do campo e do morador do interior da região Sul do Brasil, também sofra com as mudanças da natureza, é sabido que as geadas também destroem plantações, em algumas cidades a água congela e o frio é intenso.

---

48 https://www.google.com.br/search?q=estude+a+caneta+%C3%A9+mais+leve+que+a+p%C3%A1&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjklczD4vbcAhUGPJAKHakcCqoQ_AUICigB&biw=1366&bih=631#imgdii=zNuxyckLx79ypM:&imgrc=IYJGBfi1cMHu8M: Acesso em 19.04.2018.

https://www.google.com.br/search?q=estude+a+caneta+%C3%A9+mais+leve+que+a+p%C3%A1&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjklczD4vbcAhUGPJAKHakcCqoQ_AUICigB&biw=1366&bih=631#imgdii=zNuxyckLx79ypM:&imgrc=IYJGBfi1cMHu8M:

Os animais também são sensíveis ao frio prolongado. Mas, essa situação não ganha tanto prestígio, comoção e publicização pelos meios de comunicação do país, não está presente no livro didático, nem tem quase que diariamente uma menção no quadro de previsão do tempo dos jornais televisivos. Se considerarmos o mapa do risco de geadas no Rio Grande Sul, observaremos que quase toda a região, exceto algumas áreas do litoral, é atingida por esse fenômeno climático.

Se observarmos as matérias do jornal "O Estado de São Paulo", datadas da mesma época das matérias sobre a seca do Nordeste explicitadas neste mesmo capítulo, identificaremos que a linguagem utilizada para noticiar as perdas e prejuízos oferece outra conotação, veja a seguir:

Figura 26. Matérias do Jornal "O Estado de São Paulo" sobre as geadas na região Sul do Brasil

O ESTADO DE S. PAULO

ATINGIDAS PELA MAIOR GEADA VERIFICADA DESDE 1918 AS LAVOURAS DE CAFÉ DE S. PAULO E NORTE DO PARANÁ

Os efeitos calamitosos da geada

Massa de gelo polar causa o declinio

CALCULADOS EM 70 % OS DANOS SOFRIDOS PELOS CAFEZAIS DO ESTADO VIZINHO E EM 30 % OS PREJUIZOS HAVIDOS NAS CULTURAS PAULISTAS

Informações oficiais

Disponível em:https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19530707-23973-nac-0032-999-32-not. Acesso em 30.04.2018.

O ESTADO DE S. PAULO

Exame dos prejuizos sofridos pelos cafezais e estudo das providencias a serem tomadas

A GEADA E A POSIÇÃO ESTATISTICA DO CAFÉ

Inferiores aos propalados os danos no Norte do Paraná

DECLARAÇÕES DO GOVERNADOR MUNHOZ

ACERTO DE CONTAS ENTRE O BRASIL E A INGLATERRA

Facilidades para a venda do algodão de tipos inferiores

ELEVADA PARA 30 % A QUOTA DESTINADA AOS PRODUTOS GRAVOSOS NO MERCADO DE CAMBIO LIVRE

PROIBIDA A IMPORTAÇÃO DE AUTOMOVEIS

POETA BRASILEIRO INTIMADO A DEIXAR A ESPANHA

Disponível em:https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19530709-23975-nac-0040-999-40-not. Acesso em 30.04.2018.

O ESTADO DE S. PAULO

Os efeitos da onda de frio nos municipios do Interior

Duramente castigados pela geada os cafezais do Norte do Paraná

Pessimistas as primeiras noticias da região atingida

Disponível em:https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19550802-24613-nac-0040-999-40-not. Acesso em 30.04.2018.

É possível observar que também existe uma temporalidade das geadas, segundo a primeira reportagem, aquele ano teve a maior geada desde 1918. A periodicidade é uma marca de quão cíclica as secas são e as geadas, desse ponto de vista, aparecem como um fenômeno que também se repete com certa frequência. Essas matérias são representativas na medida em que retiram de evidência o humano. As pessoas não são colocadas como sofredoras ou castigadas pelas geadas. E quando aparecem as palavras prejuízo, sofrido e castigado, elas se referem aos cafezais e não aos sulistas.

As geadas causam grandes prejuízos à agropecuária, mas isso é pouco explorado do ponto de vista discursivo, estando a geada, de forma geral, associada ao belo, ao deslumbrante, a perfeição da natureza, talvez porque rememore uma paisagem europeia. Nesse jogo de linguagem, fica explícito que existe uma divisão do sentido dos fenômenos naturais no espaço brasileiro.

A respeito dos usos e dos sentidos oferecidos à natureza e ao clima, Castro (2001, p.103) pondera da seguinte forma:

> Visões particulares da natureza sempre alimentaram concepções políticas e as correntes deterministas da geografia deram importante contribuição aos seus discursos. Na filosofia a interpretação de Montesquieu da relação entre as leis da natureza e as leis colocadas pelo poder político em seu *Livro Décimo Quarto do Espírito* das leis indica as vantagens encontradas nos homens dos climas frios e consequentemente para o processo civilizatório por eles realizado. Apesar da superação, na geografia, de um determinismo que buscava estabelecer leis de comportamento e qualidades humanas em função das qualidades do *habitat*, o determinismo não abandonou de todo o imaginário de algumas sociedades. Pelo contrário, revisitado recentemente por David Landes (1998) como possibilidade explicativa para as persistentes disparidades de desenvolvimento no mundo, o peso da natureza se atualiza e resgata um discurso reducionista e simplista, mas que ainda guarda seus adeptos.

Mas, porque as condições de vida, de tempo, de clima, de trabalho do Nordeste são tão amplamente discutidas, divulgadas e retomadas? Por que ainda é tão interessante e comovente falar sobre a seca e os migrantes nordestinos? Talvez, porque além de produzir matérias e documentários de comoção regional e nacional, ainda é um assunto muito comercial e serve muito bem as mídias e aos poderes regionais, prospectando recursos e votos.

A denúncia, como apresentação de um problema social à sociedade sem o compromisso ou a perspectiva de uma mudança, figura-se como um registro das tragédias sociais. E como registro, não deixa de ser importante porque demarca a história e dá visibilidade às tragédias humanas. Mas, o mostrar repetidamente pode, inclusive, naturalizar o que é mostrado/denunciado. Esse parece ser o funcionamento de consolidação dos discursos

sobre as tragédias do Nordeste, um esvaziamento do ponto de vista da denúncia, na medida em que as autoridades competentes não são mobilizadas pelo que é apresentado/denunciado. A naturalização da pobreza, da fome, da sede e da miséria como problemas "crônicos" do nordestino sustenta preconceitos, clichês e estereótipos negativos, por isso merecem ampla reflexão. Afinal, como haver denúncia sem implicar os poderes? Não se nega a fome, a sede e todos os horrores da seca. O que se questiona é a falta de responsabilização do poder público, a omissão, o descaso, o abandono e o apagamento dos governos nas pautas sobre a seca do nordeste.

CAPÍTULO 4

ANÁLISES DAS QUESTÕES DE GEOGRAFIA DO VESTIBULAR DA UNICAMP (1987-2016)

AS ANÁLISES: DISCURSOS SOBRE O CLIMA DO NORDESTE

Neste capítulo se inicia as análises discursivas das questões de Geografia de segunda fase do vestibular da Unicamp. As análises, como descrito no *corpus*, estão organizadas por temas. Ou seja, as questões analisadas a seguir, embora tenham uma cronologia temporal linear, formam conjuntos temáticos, não seguindo cronologicamente os anos das questões. Esse critério se estabelece na medida em que se identifica uma repetição dos temas das questões. É importante dizer para o leitor que as questões do vestibular são o mote que estruturam esta tese. Elas estarão postas em relação a outras textualidades/materialidades, sendo possível, através desse procedimento analítico, contemplar a formulação, constituição e circulação dos discursos.

Contudo, é importante deixar explícito que essa configuração das questões e, por consequência, das análises por temas só é possível para fins didáticos e de organização do texto da tese, porque todas as questões perpassam pelos temas aqui elencados.

Trazemos para análise um conjunto de nove (9) questões, aplicadas em um intervalo de tempo que variou entre os anos de 1987 a 2016. A primeira análise é composta por duas (2) questões: a de número 16 do ano de 2003 e a 06 do ano de 2011 cujo tema é "Faz calor e é seco: clima e vegetação do Nordeste brasileiro". A segunda consta de uma (1) questão: a de número 29 do ano de 1993 e tem como título: "Corpos resistentes: por uma estética do corpo nordestino". A terceira é composta por cinco (5) questões: a de número 30 do ano de 1990, a 21 do ano de 2006, a 29 do ano de 1991, a 17 do ano de 1996 e a 08 do ano de 1997 e o título é "Na esquina: A seca do Nordeste". A quarta e última análise tem uma (1) questão: a 13 do ano de 2009, sob o tema "O outono, o Nordeste e o trabalho".

Todas as questões analisadas a seguir fazem parte dos cadernos de provas de Geografia de segunda fase do vestibular[49] da Unicamp, elaborados, discutidos, avaliados e aplicados pela Comvest.

É preciso considerar que todo discurso demanda um sujeito, e a medida que se produz um discurso se produz também, sujeito. Esse sujeito é localizado no tempo e no espaço e as suas possibilidades de leituras se apoiam nas condições de produção organizadas num dado momento histórico. A leitura que o sujeito faz das suas condições de existência e do

[49] Todas as questões da segunda fase do vestibular da Unicamp estão disponíveis em: http://www.comvest.Unicamp.br/.

mundo é mediada pela ideológica, isso quer dizer que todo sujeito é ideológico, como dissemos anteriormente.

A esse respeito Orlandi (1994) explica: “se pensamos o discurso como efeito de sentidos entre locutores, temos de pensar a linguagem de uma maneira muito particular: aquela que implica considerá-la necessariamente em relação à constituição dos sujeitos e à produção dos sentidos” (ORLANDI, 1994, p. 52).

Este é um capítulo que condensa condições de produção, ideologia, história, linguagem, geografia, efeito leitor e sentido. É a história que dá significado a língua, por isso, quando nominamos/falamos/identificamos o nordeste é preciso considerá-lo na sua historicidade. Ele só faz sentido porque existe uma memória e um imaginário social que o constitui e o significa.

O leitor das provas da Unicamp e dos discursos que elas apresentam não é um leitor descomprometido, pelo contrário, é um leitor atento e concentrado que obrigatoriamente já tem uma experiência de escolaridade e que considera o vestibular com responsabilidade, porque a partir desse momento sua trajetória de vida pode mudar, ou seja, o vestibular também é um espaço simbólico, na medida em que está carregado de significações pelos seus leitores e de seus professores organizadores, que têm nos vestibulandos seus principais interlocutores.

O vestibular como espaço simbólico e espaço de interlocução tem uma relação espaço-temporal bastante complexa. Primeiro as questões transitam por temas que têm certa mobilidade pela história e Geografia, podendo, ora sendo chamados às provas, ora excluídos. Segundo, o tempo e espaço de preparo das questões e o tempo de formação do professor elaborador, e terceiro, o tempo e os espaços de preparação do vestibulando e o tempo-espaço que condensa todos os outros tempos, que é o momento de efetivamente responder as questões nos dias reservados ao exame. O vestibular da Unicamp, por ser nacional, tem um leitor bastante variado, tanto do ponto de vista espacial/regional, quanto do social, já que o vestibular ainda é a única possibilidade de acesso ao ensino universitário. É dentre esse conjunto variado de estudantes que a Unicamp pretende selecionar, através do vestibular, aqueles que mais se aproximam do seu perfil de universidade.

4.1 ANÁLISE 1: Faz calor e é seco: Clima e vegetação do nordeste brasileiro

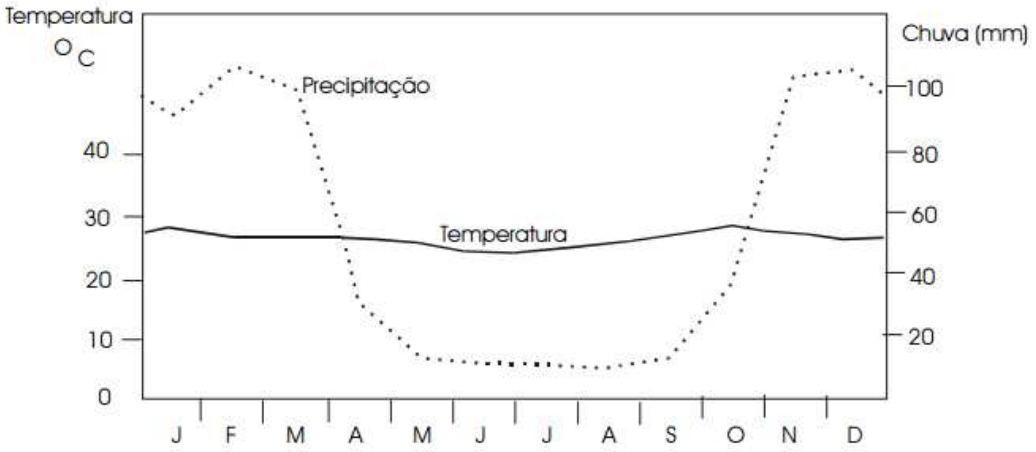
> Agora, ao Chico Bento, como único recurso, só restava arribar. Sem legume, sem serviço, sem meios de nenhuma espécie, não havia de ficar morrendo de fome, enquanto a seca durasse.
> Depois, o mundo é grande e no Amazonas sempre há borracha....
> Alta noite, na camarinha fechada que uma lamparina moribunda alumiava mal, combinou com a mulher o plano de partida. (QUEIROZ, 1999, p. 26).

Neste tópico analisaremos duas (2) questões: a 16 do ano de 2003 e a 06 do ano de 2011. Elas têm o clima e a vegetação do Nordeste como tema principal. Na figura 28, questão 16, observa-se uma questão clássica dos livros didáticos de Geografia. A questão apresenta a imagem de um climograma. É importante explicar que climograma é um gráfico que apresenta os níveis de temperatura e pluviosidade de uma determinada área e/ou de uma cidade, por exemplo. É a partir do cruzamento dos dados de temperatura e pluviosidade e das suas distribuições ao longo de um ano, de janeiro a dezembro, que é possível identificar os tipos de clima ou a sua predominância.

Para além das explicações climatológicas, o climograma é aqui considerado como discursividade, isso quer dizer que ele produz efeitos de sentidos que podem mudar a partir das condições de produção em que sua leitura é solicitada. Por exemplo, o climograma em um relatório climatológico produz efeitos de sentidos diferentes que o mesmo climograma colocado em uma prova de vestibular. Os sujeitos que demandam a leitura, a relação do gráfico com os outros gráficos e textos do mesmo material produzem relações diferentes. A partir desse entendimento observemos a imagem 28 a seguir:

Figura 27. Questão 16 da prova de Geografia da 2ª fase do ano de 2003 da Unicamp

16. O gráfico abaixo retrata a distribuição das temperaturas e precipitações médias mensais de Barra (BA).



Barra (BA) - precipitação anual - 692,0 mm
temperatura média anual - 26,2° C
altitude - 408 metros

Fonte: E. Nimer. "Climatologia da Região Nordeste do Brasil: introdução à climatologia dinâmica". *Revista Brasileira de Geografia.* Rio de Janeiro, IBGE, 34(2), 1972, p.46.

a) Qual é o tipo climático representado e sua principal área de ocorrência?

b) Descreva os principais aspectos térmicos e pluviométricos do tipo climático representado.

c) Qual é a formação vegetal que aparece associada a este tipo climático?

Fonte: http://www.comvest.Unicamp.br/vest_anteriores/2003/download/fisgeo.pdf. Acesso em 20.04.2018.

A imagem da figura 28 apresenta o gráfico da distribuição de temperatura e de chuva ao longo de um ano na cidade de Barra, no Estado da Bahia. Essa cidade não é a mais conhecida da Bahia em nível nacional, mas, se o vestibulando considerar o Estado da Bahia, e se lembrar da sua localização em relação aos paralelos (Linha do Equador, por exemplo), terá noção, mesmo de modo superficial, da temperatura local - embora, ao contrário do que é apresentado no climograma da cidade de Barra, exista cidades no Estado da Bahia com médias de temperatura em torno de 20°C, como em Vitória da Conquista, no sudoeste, e de 19.1°C, em Piatã, na chapada Diamantina[50].

Essas informações colocam em cheque, inclusive, a discurso hegemônico e estabilizado de que regiões que estariam próximas à linha do Equador têm altas médias de temperaturas, mesmo porque existem outros elementos que interferem na variação térmica, como a altitude, por exemplo.

[50] Dados do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA. Disponível em http://www.inema.ba.gov.br/. Acesso em 05 de dezembro de 2016.

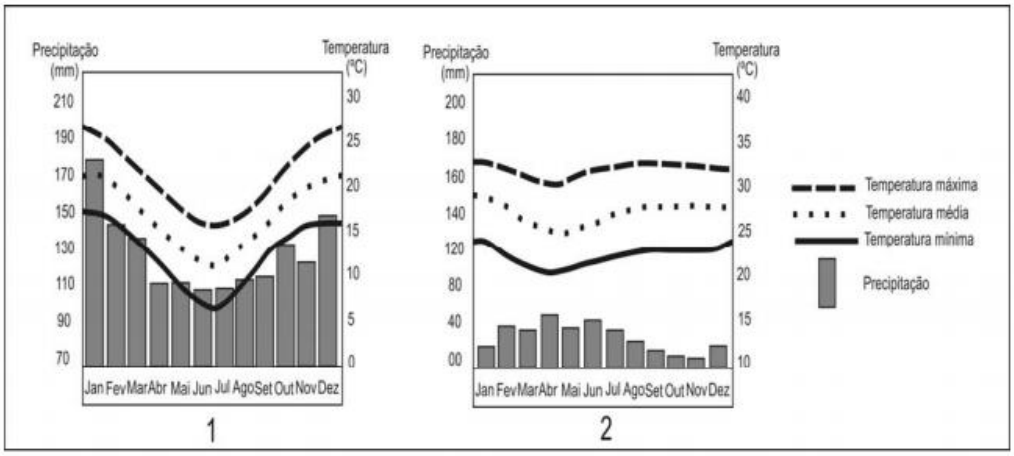
É importante sublinhar que não é o clima em si mesmo que se coloca em pauta, porque a climatologia trabalha sim com grandes representações climáticas e espaciais, o que se coloca aqui é a produção de sentido oferecida pelas nomeações climáticas, como, por exemplo, quais significantes circulam em torno do clima semiárido? O efeito de homogeneidade, discutido a seguir, inclusive, faz parte dos modelos climáticos produzidos pela climatologia através de seus métodos e procedimentos científicos, e isso é próprio do funcionamento desse tipo de discurso. Os saberes produzidos pelas ciências, muitas vezes, implicam efeitos de homogeneidade e contradição, e isso não é uma crítica, mas uma constatação.

O discurso científico oferece ao climograma e a localização geográfica do clima um efeito de homogeneidade em que as regiões aparecem como grandes blocos climáticos, apagando as especificidades locais, onde uma parte é tomada pelo todo e vice-versa. Talvez seja necessário, já no início da primeira análise e nesse momento de exercício de descrição e interpretação, dizer que nesta tese não trabalharemos com a noção de certo ou errado. O que nos interessa aqui são os funcionamentos discursivos que produzem efeitos de sentidos compartilhados socialmente.

O gráfico – aqui considerado como discurso - é tomado socialmente como um efeito de evidência científica e, por isso mesmo, não passível de questionamentos. Ouve-se dizer com frequência "os gráficos representam a realidade, os dados são precisos, irrefutáveis". O efeito de evidência do gráfico cola-se a uma imagem que ele representa e, desse funcionamento, tem-se uma "verdade" estabelecida. A relação evidência e "verdade" produz um efeito de equivalência que acontece como se a primeira estivesse diretamente ligada à segunda, como um amálgama. Reflexão semelhante é possível fazer a respeito da questão 06 do ano de 2011, figura 29:

Figura 28. Questão 06 da prova de Geografia da 2ª fase do ano de 2011 da Unicamp

6. Os climogramas abaixo representam dois tipos climáticos que ocorrem em território brasileiro. Observe-os e responda:



(Adaptado de http://www.climabrasileiro.hpg.ig.com.br)

a) A que tipos climáticos se referem as figuras 1 e 2, respectivamente?

b) Qual a vegetação característica das respectivas regiões?

Fonte: http://www.comvest.Unicamp.br/vest2011/F2/provas/ciening.pdf. Acesso em 20.04.2018.

O climograma participa de dois movimentos ideológicos, o primeiro é que ele expressa uma ideologia dominante, através do discurso da ciência e o segundo é que produz efeitos ideológicos a partir das leituras que dele se faz. Isso quer dizer que a imparcialidade, a cientificidade e a objetividade tradicionalmente associada ao climograma são efeitos ideológicos produzidos pelo discurso científico.

É pelo efeito ideológico, também, que os climogramas aparecem como evidência científica amparados pelo discurso científico que se apresenta como distanciado da política, imparcial e confiável.

Dessa forma, tomando essas condições de produção, através do jogo parafrástico, climograma pode ser substituído por:

Climograma
Dado
Evidência
Ciência
Verdade
Credibilidade
Confiabilidade
Técnica
Amostra
Razão
Experimentação
Pesquisa

É possível perceber que essas paráfrases estão de acordo com os enunciados das questões que dizem o seguinte, questão 16: "O gráfico abaixo **retrata** a distribuição das temperaturas e precipitações médias mensais de Barra (BA)." O verbo **retratar,** na sintaxe da frase, indica que existe uma forte correspondência entre o gráfico e a cidade de Barra, no Nordeste do Brasil. E esta cidade, por sua vez, retrataria o clima dessa região. Produz-se uma relação encandeada pelo efeito de sequência (gráfico - cidade de Barra - clima do nordeste). O verbo **retratar** produz um efeito de exatidão, de verossimilhança entre gráfico e clima, entre gráfico e cidade, entre cidade e clima.

Já na questão 06, o enunciado diz o seguinte: "Os climogramas abaixo **representam dois** tipos climáticos que ocorrem em **território brasileiro**. Observe-os e responda:" É possível dizer que o uso do verbo **representar**, assim como **retratar**, utilizado na questão 16, produz um efeito de sentido de semelhança entre imagem e realidade. Cola-se os desenhos dos gráficos a regiões do Brasil. É possível ponderar também que **representar** e **retratar** podem ser postos como sinônimos, já que convergem para um mesmo lugar de significação.

O efeito de contradição é produzido pelos gráficos das duas questões, embora em situações diferentes, o primeiro gráfico, questão 16, apresenta dois eixos, um de temperatura e o outro de precipitação, que estariam postos em relação pelo efeito de contradição, a imagem oferece esse efeito na medida em que os eixos se contrapõem na imagem, o eixo da temperatura não acompanha o eixo da pluviosidade (a temperatura pode aumentar e a pluviosidade diminuir ou não existir, por exemplo). Nesse jogo os eixos oferecem ainda um efeito de não-linearidade e disparidade entre os dois elementos naturais: temperatura e chuva. O efeito de não-linearidade é marcado pelo olhar, pela visualidade porque no discurso científico a temperatura e a precipitação são produzidos justamente pelo efeito de linearidade e correspondência.

Na questão 06, o efeito de contradição é produzido também pela visualidade, na medida em que são apresentados dois climogramas que representam dois tipos climáticos diferentes e, pelo efeito de equivalência, duas regiões diferentes. É criado um efeito de divisão: dois climogramas – dois tipos climáticos – duas regiões. É possível observar ainda, que os dois climogramas não estão separados, eles estão no mesmo retângulo, distintos apenas pelos números de ordem (1, 2) e pelos limites dos eixos, o que produz um sentido de limite entre as regiões de um mesmo país. Nos climogramas da questão 06, o efeito de homogeneidade e generalização são reiterados: gráfico e tipo climático são colados pelo efeito de correspondência e talvez por isso não se associou o climograma a nenhuma cidade ou região.

Observando os climogramas é possível perceber ainda que as perguntas, tanto da questão 16, quanto da 06, são iguais, ou seja, se referem aos tipos climáticos e à sua vegetação característica. Embora os gráficos apresentem as mesmas variáveis (temperatura e precipitação), visto que ambos são climogramas, a leitura tanto de um quanto do outro demanda um olhar diferente, seja pela resolução do gráfico, pela mudança dos eixos de temperatura e precipitação, seja pelo intervalo das unidades de medida das variações de temperatura e precipitação, escala, forma do desenho, pelas informações sobre temperatura, enfim; os gráficos, apesar de apresentarem tipos climáticos, não são iguais, e, por isso, não possibilitam iguais leituras. Uma nota é necessária, não foi possível acessar os climogramas da questão 06 no seu lugar de origem, a fonte indicada encaminha para a página principal do *site* do portal *IG*.

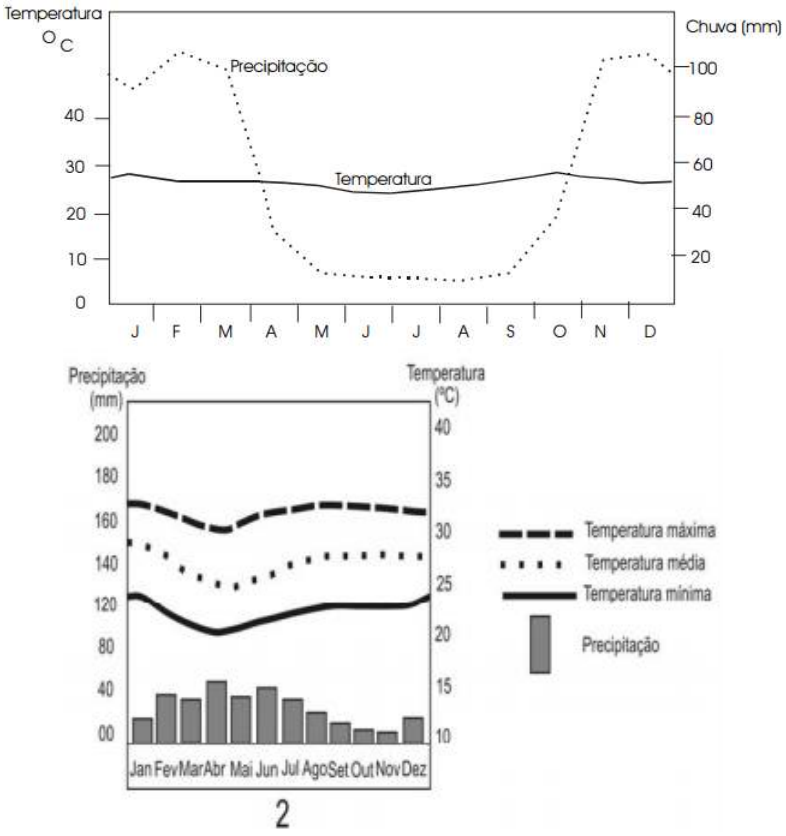
Os dois climogramas da questão 06, a fonte do gráfico parece não ser tão importante visto que ela está fora do retângulo e não tem boa resolução, também não apresentam dados complementares, como a indicação da altitude tal qual na questão 16. Se

observamos apenas o desenho das barras, já teríamos uma outra possibilidade de leitura dos gráficos. É ainda importante destacar que os intervalos das unidades de medidas entre os dois gráficos da questão 06 são diferentes - o que produz um efeito visual diferente em relação à distribuição das temperaturas e precipitações, ou ainda, talvez, o que poderia ser considerado uma estratégia visual para marcar o efeito de diferença entre os dois gráficos da mesma questão. Posto esses elementos, o efeito de comparação proposto pela questão se dissolve, porque demandaria diferentes leituras.

O climograma da questão 16 e o 2º da questão 06 descrevem um mesmo tipo climático, semiárido, mas são particularmente diferentes entre si, o que já é um indicativo de que os tipos climáticos não são homogêneos como se quer fazer pensar o discurso científico, e também os discursos acadêmicos e escolares. Um mesmo tipo climático pode ter diferentes variações e, por isso, suscitar distintas "representações" de temperatura e precipitação.

Por outro lado é importante ponderar que os climogramas são muito úteis para identificar e estabelecer padrões de umidade e calor das diferentes regiões do globo. Na agricultura, por exemplo, ajudam a definir planos de manejo de culturas e épocas em que a irrigação não pode deixar de ser feita. Dentro de certos limites, uma mesma região geográfica pode apresentar variações, sim, mas os padrões se repetem de maneira quase monótona, ano após ano, exatamente porque as variáveis envolvidas possuem idêntico comportamento. Por isso é tão importante considerar a importância das condições de leitura e interpretação dos climogramas ou qualquer outra representação gráfica, seus usos e funções demandam leituras e práticas diferentes. Como dito anteriormente, um climograma em um estudo sobre agricultura, climatologia ou geomorfologia demanda leituras diferentes, produzem, por assim dizer, sentidos outros.

Figura 29. Recortes dos climogramas da questão 16 e 06 das provas de Geografia da Comvest



Ao colocar os dois gráficos em relação (figura 30) é possível observar como as suas apresentações visuais permitem leituras diferentes. Na distribuição da precipitação, por exemplo, o 2º gráfico induz o olhar a perceber que existe um volume consideravelmente alto de precipitação durante o ano, ao contrário com relação ao 1º gráfico, o qual permite entender que existe uma quantidade baixíssima de precipitação na maior parte do ano. Se considerarmos, ainda, a unidade de medida da precipitação, intervalos de 20 milímetros no 1º gráfico e de 40 milímetros no 2º, a diferença é confirmada, o que indica que há sim uma maior precipitação registrada pelo 2º gráfico. Há também uma diferença significativa na distribuição das chuvas ao longo do ano. Observamos que, no 1º gráfico, entre novembro e abril, existe maior precipitação; já no 2º gráfico, a concentração das chuvas se dá entre os meses de fevereiro e agosto.

Com a linha da temperatura, a diferença em relação à precipitação é bem menor. De forma geral, a temperatura aparece em ambos gráficos com certa estabilidade. No 1º gráfico, quase não há variação, a temperatura gira em torno dos 25-30 graus Celsius. A numeração dos gráficos em 1 e 2 pode produzir um efeito de hierarquia no conjunto do território que se denomina Brasil, 1, primeiro o clima subtropical e toda sua representação

histórica e discursiva e o 2, segundo o clima semiárido também tomado de memória e história. Numa relação parafrástica[51], esses sintagmas se organizariam mais ou menos assim:

Clima subtropical
Desenvolvido
Moderno
Rico
Produtivo
Frio
Úmido
Belo
Elegante
Clima semiárido
Subdesenvolvido
Pobre
Atrasado
Improdutivo
Feio
Quente
Seco
Cinza

Os climas subtropical e semiárido são comumente colocados a partir de um efeito de oposição, no qual se produziria um efeito de hierarquia, onde o subtropical estaria numa posição social e histórica dominante. É daí que provém as referências de sociedade, economia, educação, cidade e cultura. O clima semiárido é identificado com "apenas" duas estações, como se a natureza nessas condições tivesse uma anomalia. É a memória histórico-discursiva que preenche o climograma de sentido, existe um "já lá" (Paul Henry (1975) e Pêcheux (2014)) sobre o nordeste que permite que o gráfico produza efeitos de sentidos como

[51] A noção de paráfrase pode ser entendida como repetição histórica-discursiva de dizeres que partem de uma mesma matriz de sentido. Para Pêcheux (2014, p. 169) a paráfrase pode ser entendida "para marcar a inscrição necessária dos funcionamentos parafrásticos em uma formação discursiva historicamente dada." Segundo este mesmo autor, existem dois funcionamentos: o mesmo, que é o "da identidade, da repetição, assegurando a estabilidade da forma lógica do enunciado"; e a alteridade, que é o "da diferença discursiva, da alteração do sentido induzido pelos efeitos de espelhamento e de deriva" (PÊCHEUX; LÉON, 2011 [1982], p. 172).

estes, descritos acima, e não outros. Em outras condições, por exemplo, o clima frio e úmido poderia ser considerado improdutivo e o clima quente e seco necessário a alguns cultivos. Algumas cidades do Nordeste já foram consideradas terapêuticas, justamente por conta da qualidade de seu clima (a cidade de Feira de Santana, no interior da Bahia é um exemplo).

Nos dois gráficos da questão 06, há um efeito de contradição. Parece haver uma separação, uma ruptura entre as duas regiões oferecida pela disposição dos gráficos: um mesmo país dividido entre duas regiões a partir do clima, e amparado pelo discurso científico que despolitiza o dizer. Que produz, também, efeito de contradição e homogeneidade.

Dessa forma, pode-se admitir que os gráficos e tabelas só fazem sentido quando inseridos em um contexto específico. Isso quer dizer que eles podem ser usados para diferentes fins e produzir efeitos de sentidos diversos, a depender das condições de produção do gráfico e da sua leitura, do seu uso e da sua relação com outras textualidades. Um gráfico, por exemplo, retirado do contexto que foi inicialmente concebido, significa de diferentes formas quando inseridos em outras situações, e é disso que estamos tratando aqui, não no sentido do gráfico em si mesmo, mas na sua relação com a exterioridade que o produz e da qual é constituído.

A leitura de gráficos, assim como de qualquer outro objeto discursivo, acessa memórias às quais conscientemente não temos acesso. Os gráficos têm um efeito de interpretação transparente e evidente: é justamente nessa relação que o efeito ideológico se manifesta, e nesse processo é preciso devolver a opacidade ao gráfico.

A respeito da linguagem dos gráficos, Souza (2011, p. 12) explica que

> a leitura de gráficos parece exigir não apenas a decodificação de dados compilados, mas parece solicitar um olhar que se estenda para além das evidências, um olhar que perceba que os gráficos enquanto construção humana, os quais trazem em si versões sobre fatos e assim estão carregados de ideologias e valores.

Sobre a leitura de gráficos sob o ponto de vista discursivo, Souza (2011) analisa que, para que a leitura se realize como processo de interpretação, faz-se necessário que haja uma memória discursiva inscrita através da qual o sentido se produz.

> Podemos então pensar que, ao lermos gráficos, acessamos automaticamente um conjunto de regras anônimas que produzem os efeitos da nossa leitura. Então podemos considerar os gráficos como objetos discursivos, os quais apesar de poderem manter relações com os discursos verbais, possuem suas especificidades e também a capacidade de gerar diferentes interpretações (SOUZA, 2011, p. 12).

Por outro lado, a ideia que prevalece no imaginário coletivo é a imagem clichê de que na Bahia e, por consequência, no Nordeste brasileiro, as temperaturas são sempre elevadas. Se a questão fosse uma "pegadinha", essa informação não seria importante para responder ao enunciado. O climograma da cidade de Barra, fornecido na questão, ao contrário, corrobora com a ideia clichê, uma vez que se pode observar no rodapé do gráfico a informação de que a média de temperatura anual é 26° Celsius (ver figura 28).

E mais uma vez é preciso ponderar que não é a temperatura elevada que causa a discussão, mas o que acompanha "a temperatura" como imaginário social, o que a "as altas temperaturas" produzem de significação social. Neste caso específico da Região Nordeste significados negativos de depreciação de seu espaço e de suas gentes.

É possível perceber que há uma série de elementos que são escolhidos como pontos de referência, como lugares de memória, ancoragem dos clichês e estereótipos que identificam uma região, no caso em discussão, a região Nordeste. Nessas duas questões, é diretamente associada ao clima semiárido, às altas temperaturas e à caatinga, mesmo na própria Revista Brasileira de Geografia, na mesma edição citada como fonte do gráfico da questão16 (figura 28), que introduz o tema com a seguinte constatação:

> A enorme extensão territorial da Região Nordeste (...) somado à conjugação de diferentes sistemas de circulação atmosférica, tornam a climatologia desta Região uma das mais complexas do mundo.
> Esta complexidade não se traduz em grandes diferenciações térmicas, mas reflete-se em uma extraordinária variedade climática, do ponto de vista da pluviosidade, sem igual em outras Regiões brasileiras. (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA,1972, p. 03)

Dessa forma, questionamo-nos: como deslizar, problematizar ou questionar as imagens clichês? Para Deleuze (2007), existe uma possibilidade de desviar da imagem clichê, fazendo-se

> rapidamente 'marcas livres' no interior da imagem pintada para destruir a figuração nascente e dar uma chance à Figura, que é o próprio improvável. Essas marcas são acidentais, 'ao acaso'; mas vê-se que a mesma palavra acaso de modo algum designa probabilidades, designa agora um tipo de escolha ou de ação sem probabilidade. Pode se dizer que essas marcas não são representativas, justamente porque dependem do ato ao acaso e nada exprimem que se refira à imagem visual: elas só dizem respeito à mão do pintor. Mas, por isso só servem para serem utilizadas, reutilizadas pela mão do pintor, que vai se servir delas para extrair a imagem visual do clichê nascente, para se desvencilhar da ilustração e da narração nascente. (DELEUZE, 2007, p. 97-98).

Para Deleuze, é preciso fazer furos na imagem clichê para que outras imagens-possibilidades apareçam. O problema não estaria então no clichê, mas em outras possibilidades de apresentação que ele sombreia, apaga e silencia, estabilizando uma ordem já previamente estabelecida como única verdade. Pesando assim, quais outras imagens possíveis poderiam compor o cenário climático da região Nordeste do Brasil?

A imagem clichê é uma pista interessante para pensar o climograma. Segundo a questão 16, a temperatura não varia muito, já a pluviosidade sim, apresentando uma irregular distribuição de chuvas ao longo do ano, com picos de chuvas no verão e escassez no inverno. A fonte do gráfico apresentado na questão fornece uma outra pista para sua leitura. Essa fonte indica: "Climatologia da Região Nordeste do Brasil", ou seja, há um recorte espacial, histórico, imagético e climatológico, pois se trata do clima da região Nordeste do Brasil, na qual a Bahia está inserida. Os elaboradores utilizaram uma revista de circulação nacional como fonte do gráfico: a Revista Brasileira de Geografia. Se ainda considerarmos o processo histórico, identificaremos que o Nordeste tem sua construção imagético-discursiva que insere o seu clima como principal característica da região.

Se considerarmos, ainda, que essas imagens fazem parte de uma prática ritualizada imagético-discursiva, um diálogo com Pêcheux nos parece adequado, pois para ele:

> E através destas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um acontecimento histórico, rompendo o círculo da repetição (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

Com isso, o autor indica que para romper o ciclo da repetição é necessário quebrar com os rituais que reproduzem a repetição do dizer, pois nesse círculo muitos outros discursos são impedidos de emergir. Por isso, a quebra, a falha, a rachadura são necessárias para que discursos outros irrompam. Por outro Lado, o mesmo Pêcheux nos explica que todo ritual é passível de falhas, fissuras por onde as transgressões passeiam.

Outra ideia potente para que se possa pensar o clichê são as imagens canônicas. Na esteira de Saliba (1999), Molina (2016, p. 225) explica que as imagens canônicas assim se constituiriam, ou seja:

> (...) seriam aquelas imagens-padrão ligadas a conceitos-chaves de nossa vida social e intelectual, onde, tais imagens constituem pontos de referência inconscientes, sendo, portanto, decisivas em seus efeitos subliminares de identificação coletiva. [Assim, são] (...) imagens de tal forma incorporadas em nosso imaginário coletivo que as identificamos rapidamente. (...) Os livros didáticos são, quase que infinitamente ilustrados com imagens canônicas (SALIBA, 1999, p. 437).

As imagens canônicas são pontos de referências, pontos de ancoragem que dão identidade à memória discursiva, que está para uma memória coletiva em sua natureza constitutiva. Essas imagens são construídas coletivamente no jogo seletivo do que deve ser lembrado como imagens identitárias de uma região, um povo, de uma coletividade e o que deve ser esquecido pelas sociedades. As imagens clichês e as imagens canônicas fazem parte um mesmo conjunto de imagens estabilizadas que apresentam e representam uma sociedade, como, por exemplo, as imagens que são construídas dos nordestinos, pelos próprios nordestinos e pelos não nordestinos. Existem variados suportes verbais e não-verbais que se ocupam de construir imagens de um Nordeste.

As imagens canônicas e as imagens clichês são pontos imagens-âncoras/normativas que apoiam, amparam, alicerçam, suportam e sustentam as memórias discursivas. São pontos de apoio, pontos de descanso da memória discursiva, que não podem ser tomados fora do contexto constitutivo. São pontos porque são imagens pontuais, limitadas como representação, mas que fazem parte de um conjunto discursivo muito maior e mais estruturado. As imagens âncoras precisam de tempo para circular pelo imaginário social, precisam de tempo para serem esquecidas e espaço-tempo para serem acessadas, como nesse caso, no momento da realização das provas do vestibular. Essas imagens são reguladas, ajustadas, manipuladas e agenciadas pelos mecanismos de memórias e esquecimentos. Nessa disputa de forças, alguns dizeres são legitimados, outros são silenciados.

Molina (2016, p. 225) ainda explica que

> tais fragmentos de memórias encarnados em suportes visuais implicam em seleções, esquecimentos, reafirmações de determinados grupos, ideias ou histórias decalcadas em um circuito de produção, circulação, apropriação ou adequação de linguagens visuais e textuais de dado recorte historiográfico e histórico.

Acrescentaríamos ainda que estes fragmentos de memórias, para além do recorte historiográfico e histórico, é também geográfico e, portanto, espacial. São memórias que se movimentam no espaço-tempo da política, economia, cultura... enfim, da vida.

Medeiros (2009) aponta ainda que

> Se, em suas formas heterogêneas, a linguagem é lugar de significação, um dos componentes teóricos cruciais para que a interpretação da imagem tenha sustentação na teoria discursiva de Pêcheux, é a noção de simbólico. Segundo o autor, não há sentido sem articulação do simbólico ao político, no sentido de que o simbólico não é uma etiqueta que representa um determinado objeto cuja ordenação, categorização, interpretação preexiste à significação e político no sentido de que é um embate por poder.

No sentido colocado por Medeiros (2009), enquanto objeto simbólico, a imagem na AD ganha dimensão de ser significada na relação com o interlocutor, do mesmo modo em que as imagens também fazem parte do jogo político pelo poder de forças que as fazem hegemônicas ou não. O significado das imagens são, assim, construções históricas, políticas e discursivas. Por exemplo, as imagens que circulam como predominantes do Nordeste brasileiro, parte das quais estão nas epígrafes que iniciam subtítulos desta tese.

As interpretações possíveis para as leituras dos climogramas da questão 16 e 06 reforçam o clichê e as imagens canônicas construídos da região Nordeste, que são caracterizados (pelas mídias diversas: revistas, jornais, tevê e pela arte, música, literatura, ciência e pelos livros didáticos de Geografia) por um clima semiárido e com vegetação de caatinga. O Nordeste é quente e seco. Essa é a imagem colada ao Nordeste. Mas quantos Nordestes cabem num mesmo Nordeste? E quantas imagens podem ser decorrentes desses Nordestes? Quantos tipos climáticos são possíveis identificar nesta região que é tão extensa do ponto de vista espacial?

Como é possível ver na imagem da figura 28, da questão 16, o climograma apresenta variações de temperatura e precipitação. No rodapé do gráfico há a indicação da cidade, sua precipitação, temperatura e altitude. Mesmo que o vestibulando não soubesse qual a localização da cidade de Barra, a fonte já sinaliza de que recorte espacial a questão trata. Apesar do gráfico ajudar a pensar sobre que tipo climático o item “a” solicita, em função da grande diferença de precipitação e baixa variação de temperatura (item “b”), a informação que define a questão está na fonte do climograma, visto que já existe uma ideia pré-estabelecida de qual tipo climático caracteriza a região Nordeste. Dessa forma, qualquer cidade do

Nordeste teria a mesma resposta: clima semiárido. Esta resposta é atualizada e reforçada pelo climograma da questão 06 do ano de 2011.

No *site* da Comvest, na aba que trata das questões comentadas pela banca elaboradora, no caderno de questões da segunda fase do vestibular do ano de 2003 e 2011, foram definidas as respostas esperadas pela banca, as respostas dos vestibulandos acima e abaixo da média e comentários da questão.

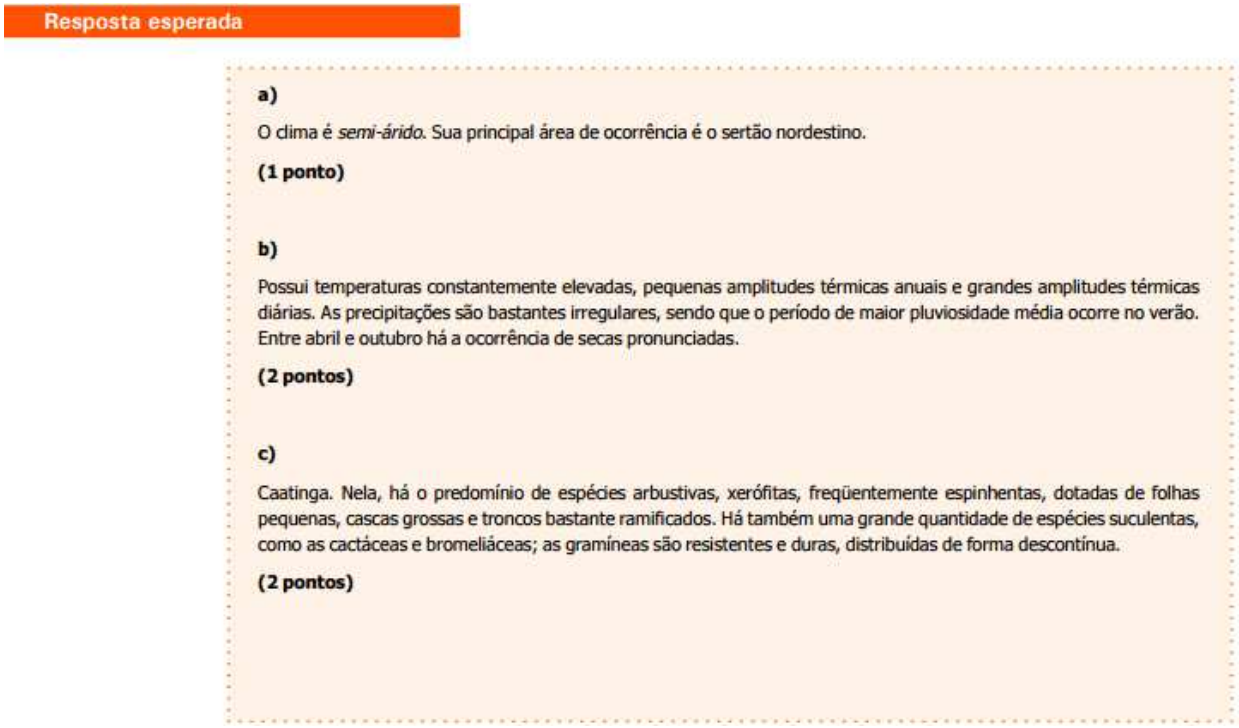
Na resposta esperada pela banca da questão 16, do item "a) Qual é o tipo climático representado e sua principal área de ocorrência?", a banca responde: "O clima é semiárido. Sua principal área de ocorrência é o sertão nordestino." Uma informação importante a ser destacada é que a resposta não define o sertão nordestino como única área de ocorrência do clima semiárido, mas também, não indica qual seria essa(s) outra(s) área(s) de abrangência, como, por exemplo, o norte do Estado de Minas Gerais. Qual vestibulando associaria o clima semiárido a outra região que não o semiárido nordestino ou ao próprio Nordeste brasileiro? Quanto ao item "b) Descreva os principais aspectos térmicos e pluviométricos do tipo climático representado", resposta da banca: "Possui temperaturas constantemente elevadas, pequenas amplitudes térmicas anuais e grandes amplitudes térmicas diárias. As precipitações são bastantes irregulares, sendo que o período de maior pluviosidade média ocorre no verão. Entre abril e outubro há a ocorrência de secas pronunciadas". Mas, se olharmos o climograma com mais cuidado observaremos que não há como identificar a existência de grandes amplitudes térmicas diárias, visto que esse registro não consta no gráfico apresentado na questão. Esse é um gráfico anual, que mede as temperaturas e chuvas ao longo dos meses e não dos dias. Logo, essa é uma outra imagem clichê de que em todo o sertão nordestino há uma grande amplitude térmica ao longo de um dia, ou de 24 horas.

Já a respeito do item "c) Qual é a formação vegetal que aparece associada a este tipo climático?" A resposta da banca é: "Caatinga. Nela, há o predomínio de espécies arbustivas, xerófitas, frequentemente espinhentas, dotadas de folhas pequenas, cascas grossas e troncos bastante ramificados. Há também uma grande quantidade de espécies de suculentas, como as cactáceas e bromeliáceas; as gramíneas são resistentes e duras, distribuídas de forma descontínua". Essas características estão, seja no livro didático, seja nas imagens da internet, associadas a vegetação de caatinga, como a espinhenta, de cascas grossas e duras, e sua maior representação é o cacto. É possível ainda relacionar essas características da caatinga, oferecida pela banca, à famosa frase "o sertanejo é, antes de tudo, um forte" de Euclides da Cunha presente em seu mais conhecido livro: "Os sertões"; ser forte é resistir às intempéries

da natureza e, para isso, é preciso manter a dureza para permanecer em meio à seca, à fome e à pobreza.

Abaixo, figura 31, as respostas esperadas pela banca elaboradora das questões do vestibular da prova de Geografia de 2003:

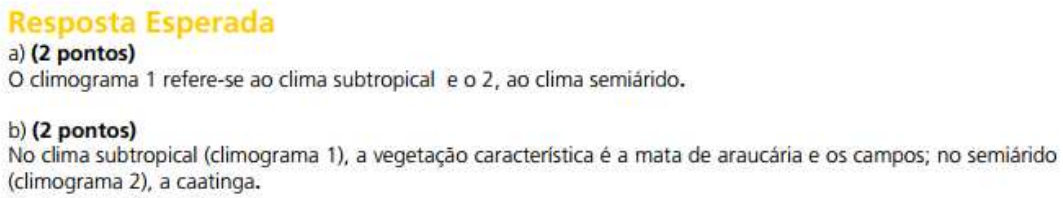
Figura 30. Respostas esperadas pela banca, 2003



Fonte: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/2003/download/comentadas/Geografia.pdf. Acesso em 20.05.2018.

Situação semelhante acontece com a questão 06 de 2011, nas respostas esperadas pela banca elaboradora a respeito do item "a) A que tipos climáticos se referem as figuras 1 e 2, respectivamente?" é a seguinte: O climograma 1 refere-se ao clima tropical e o 2, ao clima semiárido. Já no item "b) Qual a vegetação característica das respectivas regiões?" e a sua resposta: "No clima subtropical (climograma 1), a vegetação característica é a mata de araucária e os campos; no semiárido (climograma 2), a caatinga". Ao comparar as perguntas e respostas das questões 16 e 06 é possível identificar que as perguntas e respostas são semelhantes, clima semiárido e vegetação de caatinga. A seguir, figura 32, as respostas esperadas pela banca:

Figura 31. Respostas esperadas pela banca, 2011



Resposta Esperada

a) **(2 pontos)**
O climograma 1 refere-se ao clima subtropical e o 2, ao clima semiárido.

b) **(2 pontos)**
No clima subtropical (climograma 1), a vegetação característica é a mata de araucária e os campos; no semiárido (climograma 2), a caatinga.

Fonte: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/2011/download/comentadas/cha.pdf. Acesso em 20.04.2018.

No conjunto das respostas, a banca seleciona um exemplo que estaria acima da média das respostas totais. Na figura 33, abaixo, está o exemplo escolhido pela banca para a questão 16.

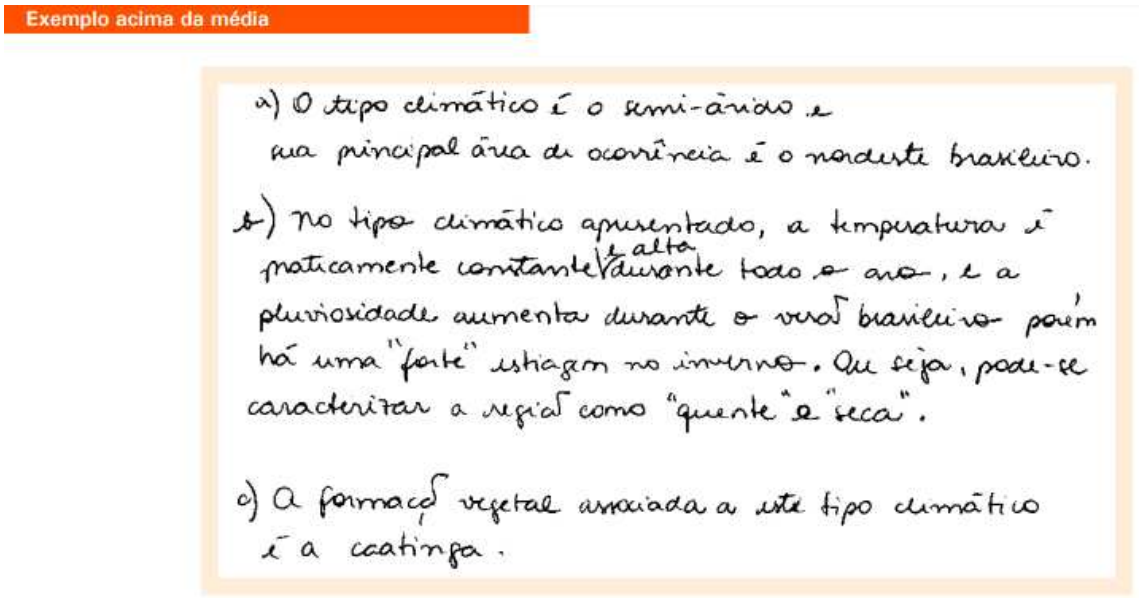
Quanto a questão "a)" o vestibulando escreve: "O tipo climático é semiárido e sua principal área de ocorrência é o Nordeste brasileiro". Observemos que mesmo o vestibulando identificando uma área tão extensa como o Nordeste Brasileiro e a caracterizando como tendo um clima semiárido a resposta foi selecionada como acima da média.

Na questão "b)" a resposta do vestibulando é a seguinte: "No tipo climático apresentado, a temperatura é praticamente constante e alta durante todo o ano, e a pluviosidade aumenta durante o verão brasileiro porém há uma "forte" estiagem no inverno. Ou seja, pode-se caracterizar a região como "quente" e "seca"". É possível observar, a partir da resposta, que o vestibulando preocupou-se na leitura do gráfico. Há marcas textuais na resposta que indicam essa preocupação na leitura e descrição das curvas de temperatura e pluviosidade apresentadas no gráfico, como temperatura praticamente constante e pluviosidade durante o verão.

Outro clichê apresentado é a de que a região Nordeste é caracterizada como quente e seca. Já vimos que dados do INEMA comprovam que existem cidades, na Bahia, por exemplo, com temperaturas mais amenas que a de Barra. A própria resposta do vestibulando mostra que existe um aumento de pluviosidade durante o ano, principalmente no verão, e estiagem durante o inverno, dessa forma questionamos: é possível caracterizar essa região como seca? E mais, quais os parâmetros de temperatura definem se uma região é quente ou fria, seca ou úmida?

Na questão "c)" o vestibulando responde: "a formação vegetal associada a este tipo climático é a caatinga". O vestibulando não especificou a vegetação de caatinga, talvez força da representação imagética da caatinga na memória coletiva.

Figura 32. Exemplo de resposta acima da média



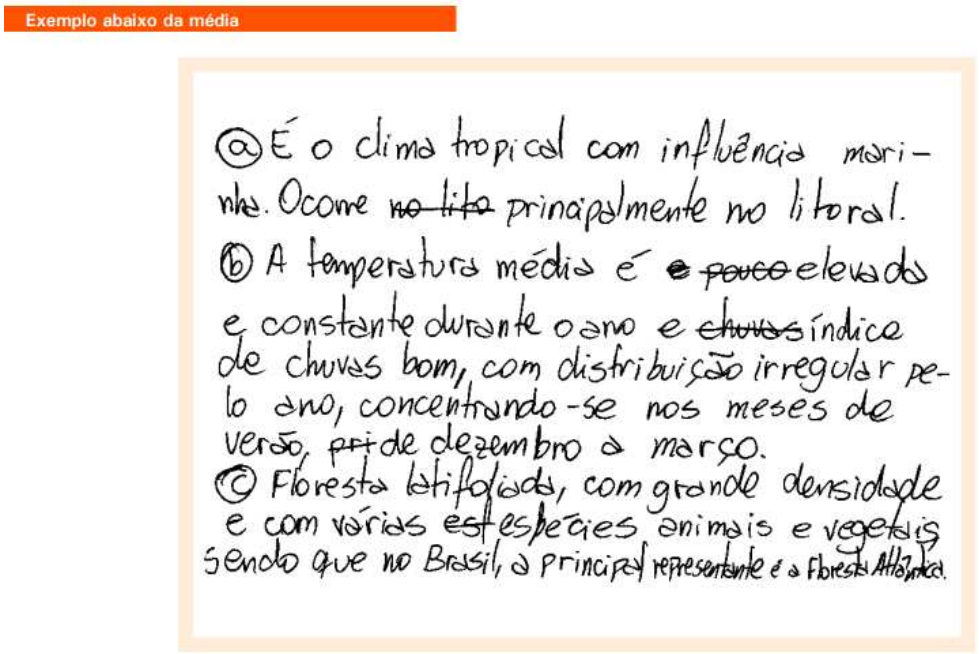
Fonte: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/2003/download/comentadas/Geografia.pdf. Acesso em 20.04.2018.

A banca também selecionou um exemplo de respostas que estariam abaixo da média. Nessas o vestibulando escreve a respeito da questão: "a) É o clima tropical com influência marinha. Ocorre principalmente no litoral". Se considerarmos os climas existentes na região Nordeste do Brasil, o clima tropical não seria um erro. Embora, o clima tropical se subdivida em variáveis das quais: tropical continental, tropical úmido, tropical de altitude e outros. O clima tropical, de forma genérica, se define por estar entre os trópicos de câncer e capricórnio, o que traz a necessidade de especificação em função da grande área de abrangência, aí temos outra referência de espaço, o espaço mundial.

Mas, que elementos o gráfico dispôs para o vestibulando identificar a influência marinha? Embora, a resposta dele não corresponda ao gráfico, ainda assim ele é coerente com a própria resposta, identificando o litoral como área de ocorrência. Na resposta ao item "b)" o vestibulando responde: "A temperatura média é elevada e constante durante o ano e índice de chuvas bom, com distribuição irregular pelo ano, concentrando-se nos meses de verão, de dezembro a março". Apesar dessa resposta estar no conjunto das respostas abaixo da média, observamos que a resposta tem certa relação com o gráfico apresentado na questão. Nas marcas textuais indicam temperatura média elevada e constante, e distribuição irregular das chuvas durante o ano. O destaque fica com a marca "índice de chuvas bom", que não define o que significaria essa qualificação para a chuva. É possível qualificar a chuva?

Quanto a questão “c)” escreve o vestibulando: “Floresta latifoliada, com grande densidade e com várias espécies animais e vegetais, sendo que no Brasil, a principal representante é a floresta atlântica.” Se na questão anterior o mesmo vestibulando entende que existe uma distribuição irregular de chuvas ao longo do ano e que as chuvas são concentradas, logo a floresta latifoliada não seria compatível com esse tipo de variação pluviométrica, ainda mais com grande densidade. Mas, não sendo compatível com o climograma apresentado, o vestibulando é coerente com sua própria resposta ao associar a floresta latifoliada a atlântica.

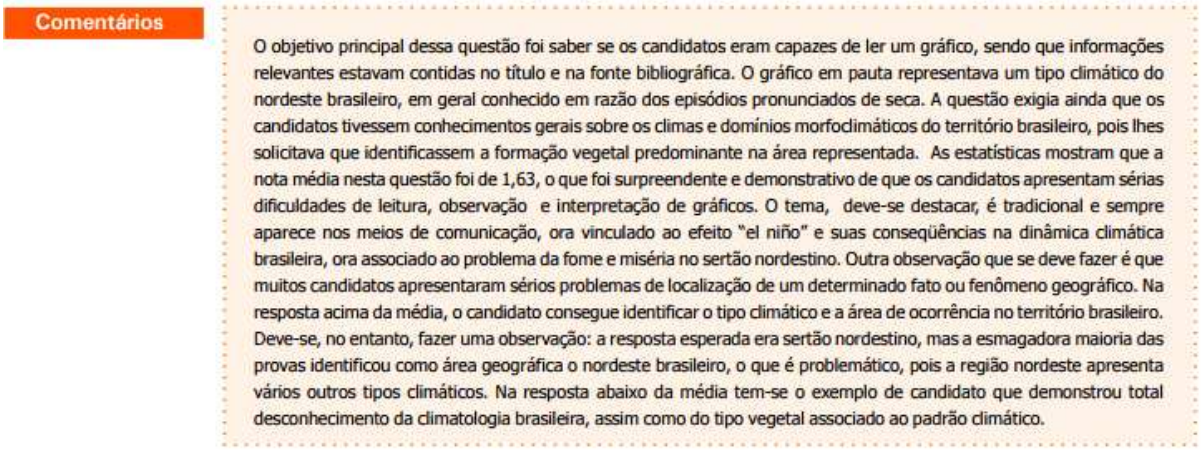
Figura 33. Exemplo de resposta abaixo da média



Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/2003/download/comentadas/Geografia.pdf. Acesso em 20.04.2018.

Além da banca publicar as respostas esperadas acima e abaixo da média, ao final de cada questão a banca tece comentários mais gerais sobre a questão. A respeito da questão analisada a banca diz o seguinte:

Figura 34. Comentários da banca elaboradora da prova de Geografia do ano de 2003



Comentários

O objetivo principal dessa questão foi saber se os candidatos eram capazes de ler um gráfico, sendo que informações relevantes estavam contidas no título e na fonte bibliográfica. O gráfico em pauta representava um tipo climático do nordeste brasileiro, em geral conhecido em razão dos episódios pronunciados de seca. A questão exigia ainda que os candidatos tivessem conhecimentos gerais sobre os climas e domínios morfoclimáticos do território brasileiro, pois lhes solicitava que identificassem a formação vegetal predominante na área representada. As estatísticas mostram que a nota média nesta questão foi de 1,63, o que foi surpreendente e demonstrativo de que os candidatos apresentam sérias dificuldades de leitura, observação e interpretação de gráficos. O tema, deve-se destacar, é tradicional e sempre aparece nos meios de comunicação, ora vinculado ao efeito "el niño" e suas conseqüências na dinâmica climática brasileira, ora associado ao problema da fome e miséria no sertão nordestino. Outra observação que se deve fazer é que muitos candidatos apresentaram sérios problemas de localização de um determinado fato ou fenômeno geográfico. Na resposta acima da média, o candidato consegue identificar o tipo climático e a área de ocorrência no território brasileiro. Deve-se, no entanto, fazer uma observação: a resposta esperada era sertão nordestino, mas a esmagadora maioria das provas identificou como área geográfica o nordeste brasileiro, o que é problemático, pois a região nordeste apresenta vários outros tipos climáticos. Na resposta abaixo da média tem-se o exemplo de candidato que demonstrou total desconhecimento da climatologia brasileira, assim como do tipo vegetal associado ao padrão climático.

Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/2003/download/comentadas/Geografia.pdf. Acesso em 20.04.2018.

A primeira frase do comentário da banca tem a seguinte afirmação: "O objetivo principal dessa questão foi saber se os candidatos eram capazes de ler um gráfico, sendo que informações relevantes estavam contidas no título e na fonte bibliográfica". A respeito da leitura de gráficos, Souza (2011, p. 12) pondera que

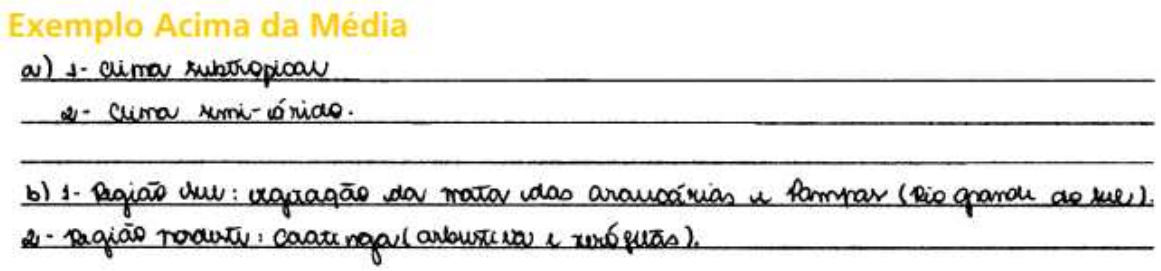
> Perceber como se processa a formulação de uma versão sobre um fenômeno a partir da escolha de determinada opção dentre outras possibilidades, observar como é construída uma argumentação que sustente tal escolha, sem perder de vista que este processo, apesar de ser intencional, ocorre de forma inconsciente, pode ser um exercício importante para compreensão do papel da linguagem gráfica na significação de discursos sobre determinado tema.

Segundo Souza (2011), os gráficos têm a capacidade de representar alguns fenômenos que não seriam representáveis se não fossem por meio dos próprios gráficos. Isso significa que a escolha do uso dos gráficos é uma opção dentre várias possibilidades de linguagens gráficas ou visuais, como: fotografia, desenho, gravura, dentre outras. Souza (2011) entende que para fazer leitura de gráficos, além dos conhecimentos específicos exigidos pelo conteúdo contido no gráfico, é preciso uma série de procedimentos próprios para leitura da linguagem gráfica. É preciso, ainda, preocupar-se com o a inserção do gráfico no contexto da própria questão. Logo, a leitura de gráficos é um procedimento bastante complexo e interdisciplinar. Ou seja, a leitura de gráficos não é uma relação de codificação e decodificação dos elementos contidos na representação imagética, sua leitura e interpretação está para além dessa relação direta e binária.

Para Souza (2009), para ler gráficos é preciso ir além das evidências, relacionar aos fatos e conteúdos, entender que o gráfico não é apenas uma versão sobre um fenômeno ou fato, não é transparência das imagens, da memória discursiva. É preciso uma série de condições para ler os gráficos. Há uma relação do sujeito com a memória discursiva.

Para a questão 06 da prova do vestibular de 2011, a banca elaboradora escolheu a seguinte resposta para exemplo acima da média:

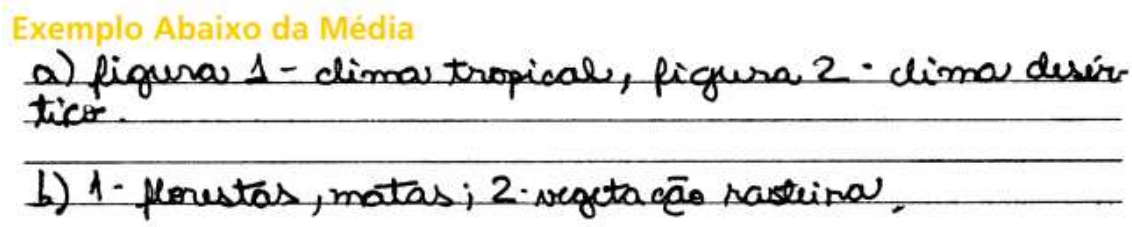
Figura 35. Exemplo de resposta acima da média



Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/2011/download/comentadas/cha.pdf. Acesso em 20.04.2018.

A resposta do vestibulando é semelhante à resposta esperada e publicada pela banca, sem tensões, apenas consensos. Já a resposta abaixo da média traz as seguintes descrições climáticas:

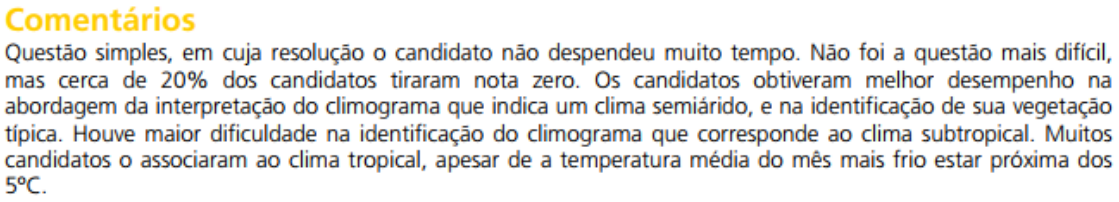
Figura 36. Exemplo de resposta abaixo da média



Disponível em http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/2011/download/comentadas/cha.pdf. Acesso em 20.04.2018.

Embora definidas pela banca como abaixo da média, se observa que não existe um sentido de contradição nas respostas. A banca define como resposta correta para o item a) o clima subtropical e o semiárido.

Figura 37. Comentários da Banca elaboradora do vestibular



Comentários

Questão simples, em cuja resolução o candidato não despendeu muito tempo. Não foi a questão mais difícil, mas cerca de 20% dos candidatos tiraram nota zero. Os candidatos obtiveram melhor desempenho na abordagem da interpretação do climograma que indica um clima semiárido, e na identificação de sua vegetação típica. Houve maior dificuldade na identificação do climograma que corresponde ao clima subtropical. Muitos candidatos o associaram ao clima tropical, apesar de a temperatura média do mês mais frio estar próxima dos 5ºC.

Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/2011/download/comentadas/cha.pdf. Acesso em 20.04.2018.

De acordo com os comentários da banca, a questão 06 de 2011, é considerada de simples resolução. Embora, a banca avalie que não foi a questão mais difícil da prova, aponta de 20% dos candidatos tiraram nota zero. Se considerarmos o número de inscritos no vestibular e o número de questões das provas de segunda fase, podemos constatar que 20% de notas zero em uma única questão é um valor significativo. Mas, nesse comentário uma informação é central para a discussão desenvolvida por esta tese.

A banca diz que o melhor desempenho dos vestibulandos foi no climograma 02, aquele que indica o clima semiárido e a vegetação de caatinga. Esse desempenho pode ser justificado pela produção e circulação de imagens e informações sobre o semiárido brasileiro. Existe uma construção histórica de um olhar a respeito do Nordeste, uma memória imagético-discursiva que se atualiza, ancorando os dizeres sobre esta região. A memória desse Nordeste semiárido e de vegetação de caatinga é hegemônica e domina decisivamente os modos de ver e sentir essa região. É ainda preciso dizer que esta memória marcadamente ideológica ancora e é ancorada pelos discursos científicos, escolares, acadêmicos e midiáticos produzindo discursividades e textualizações diversas.

Não podemos deixar de destacar a dificuldade, a complexidade e a responsabilidade na elaboração e correção das provas do vestibular, sobretudo, nas questões discursivas que envolvem leitura e interpretação. Principalmente no que se refere a definir um conjunto aceitável de interpretações possíveis. Essa é uma dificuldade legítima do vestibular como sistema de seleção.

A imagem do climograma que caracteriza o clima semiárido está fortemente presente no livro didático, em materiais produzidos por escolas, cursos pré-vestibulares e *sites* voltados ao ensino médio pela internet. É uma imagem estabilizada, cristalizada, compartilhada, instituída e esquecida-lembrada pela memória discursiva, assim como nos ensina Molina (2016), através de Saliba: está é uma imagem-padrão.

E, por fim, conforme a banca, houve maior dificuldade dos vestibulandos na identificação do clima subtropical, que foi confundido com o clima tropical. Destaca apenas a temperatura como importante elemento de caracterização do clima subtropical, o que pode indicar que existem informações, dados e conceitos colados a caracterizações climáticas, como, por exemplo, temperaturas próximas a 5ºC, que caracterizariam os climas subtropicais, assim, cabe problematizar, primeiro, se apenas a temperatura é suficiente para determinar um tipo climático e segundo, se os climas subtropicais são considerados aqueles que estão abaixo da linha dos trópicos de câncer e capricórnio, são proporções planetárias, como representar uma área tão extensa apenas por um único tipo de clima? O Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas a Agricultura da Unicamp (CEPAGRI), por exemplo, de acordo com a classificação de Koeppen, classifica sete[52] tipos climáticos, apenas para o Estado de São Paulo, dentre eles: tropical, tropical de altitude, tropical chuvoso, entre outros. Já o clima de Campinas é definido pelo CEPAGRI como clima temperado úmido, com inverno seco e verão quente.

Com base nos comentários da banca avaliadora, é possível perceber qual o leitor virtual idealizado, expressões como "questão simples, candidato não despendeu muito tempo" informam que o leitor esperado para esta questão saberia identificar os climogramas e os relacionar aos climas. Informa também que o funcionamento da memória e da ideologia se realiza no "melhor desempenho dos estudantes na interpretação dos climogramas que indicam um clima semiárido".

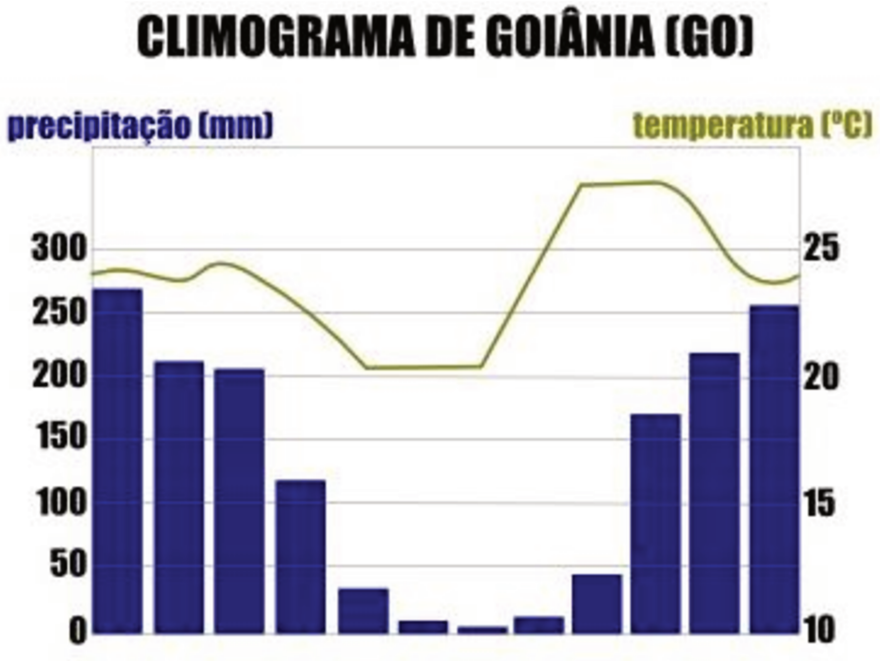
Do efeito leitor, esse mecanismo de antecipações imaginárias, os vestibulandos são afetados pelas mídias, pelos livros e pelas provas pelas quais se constituem e definem suas posições-sujeito. Para Pêcheux (2014, p.60) para que o efeito-leitor se realize "é necessário que as condições de existência desse efeito sejam dissimuladas para o próprio sujeito", ou seja, o sujeito tem a necessária ilusão de ser fonte do seu dizer. Dessa forma, o que aparece para os vestibulandos como uma questão complexa que eles precisam responder, como as questões acima, faz parte de um funcionamento discursivo que diz antecipadamente qual deve ser o olhar direcionado ao Nordeste do Brasil, já que a própria banca explica que as pistas para responder as questões estão na questão.

[52] Dados disponíveis em http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima-dos-municipios-paulistas.html. Acesso em 26.12.2017.

A partir desses comentários da banca examinadora, fica explícito que tipo de leitor ela exige para suas provas e qual o sentido de Nordeste deve ser mobilizado para responder as questões. O leitor projetado pela banca deve, além de outros elementos, associar o Nordeste diretamente a seca, a estiagem e a caatinga. A banca exige que o leitor tenha o mesmo alinhamento ideológico do conjunto de professores que produzem as questões, isso seria um problema se a temática trouxesse discussões contraditórias, mas como existe uma discursividade dominante, a contradição é dissolvida e é possível associar o gráfico ao clima semiárido nordestino.

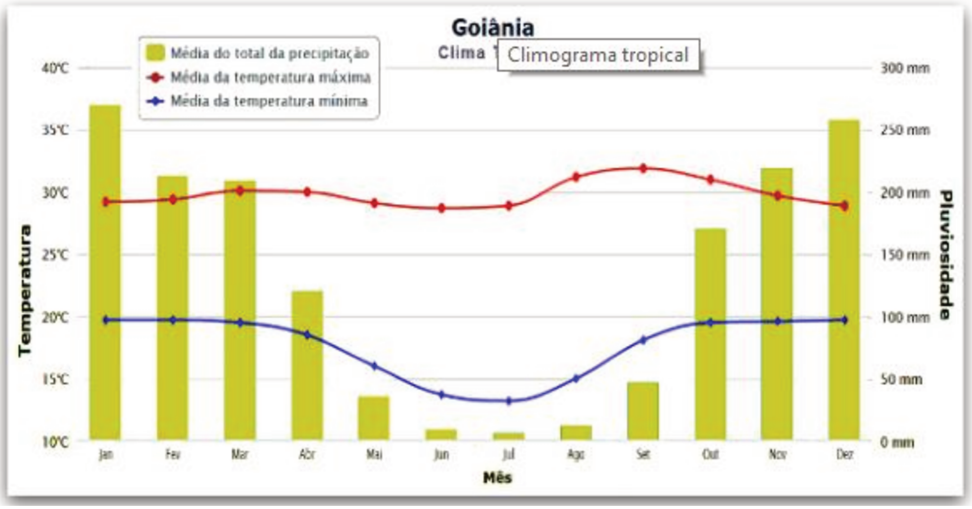
É importante considerar que a leitura do climograma só faz sentido se ele é tomado como gráfico, e tomado na sua diversidade de leituras possíveis, porque os climogramas que se remetem a determinados tipos climáticos são diferentes entre si. Isso quer dizer que um mesmo tipo climático pode ter diferentes climogramas, ou seja, diferentes representações gráficas. Para este momento da discussão talvez seja explicativo mostrar dois climogramas de um mesmo tipo climático, trazemos o clima tropical, foco na análise acima. E ainda, em um mesmo tipo climático existem subdivisões, como o tropical úmido, seco e de altitude. Na figura 33, dois climogramas de clima tropical de um mesmo lugar, a cidade de Goiânia em Goiás. Esses gráficos são facilmente encontrados na internet, sobretudo nas páginas voltadas a estudantes de ensino médio e preparatórios para o vestibular e Enem, como é o caso dos dois gráficos abaixo.

Figura 38. Climograma de Goiânia



Disponívelem:https://www.google.com/search?q=climograma+goi%C3%A2nia&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjv5L-g-tLhAhXpDrkGHSpmBqoQ_AUIDigB&biw=1366&bih=625#imgrc=MOnWZNHJaKpe7M:. Acesso em 02.06.2018.

Figura 39. Climogramas da cidade de Goiânia em Goiás, Brasil



Disponível em: http://brasilescola.uol.com.br/geografia/clima-tropical.htm e http://exercicios.mundoeducacao.bol.uol.com.br/exercicios-geografia-brasil/exercicios-sobre-climas-brasil.htm. Acesso em 02.06.2018.

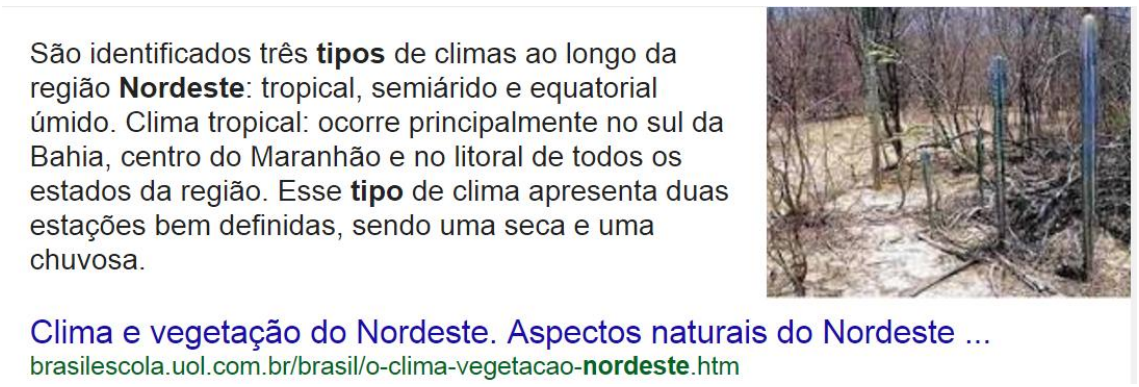
Observe que os dois climogramas (figuras 39 e 40), embora de uma mesma cidade, não são iguais, assim como os climogramas das questões do vestibular da Unicamp,

analisados nesta tese. A representação gráfica induz a leituras diferentes, produzindo diferentes efeitos de sentidos. O destaque dessa questão é a marcante diferença de temperatura entre os dois gráficos apresentados.

O que se propõe é que um climograma de determinado clima não tenha apenas um único e mesmo sentido, porque clima e representação gráfica não são coincidentes. Essa é uma contradição fundante tanto da produção do climograma como da sua leitura. Isso indica que o climograma deve ser lido na sua especificidade de linguagem gráfica. Como considerar essa complexidade de sentidos e, dessa forma, de respostas nos exames vestibulares? É uma reflexão que merece investimento teórico-prático.

A respeito dos tipos climáticos do Nordeste, o *site* de buscas Google indica 319.000 mil resultados. No primeiro resultado (ver figura 41) aparecem os três tipos climáticos do Nordeste: tropical, semiárido e equatorial úmido, à direita uma imagem que provavelmente deve caracterizar a vegetação da região Nordeste: terra seca e cinzenta, quase branca, árvores espaçadas, de caules finos e secos e alguns mandacarus.

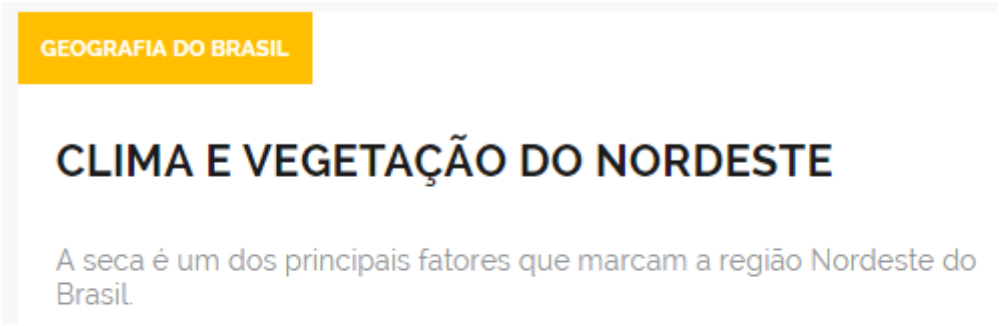
Figura 40. Tipos climáticos do Nordeste



Disponível em: http://brasilescola.uol.com.br/brasil/o-clima-vegetacao-nordeste.htm. Acesso em 28.06.2018.

Em consulta à primeira página que aparece no buscador do *google,* sobre tipos climáticos do Nordeste (figura 41), observamos que é uma matéria do *site* do UOL assinada pelo geógrafo Eduardo de Freitas. A matéria está na seção "Brasil escola" e tem como título "Clima e vegetação do Nordeste". Ela traz informações que nos fazem refletir sobre possíveis sentidos que são produzidos em função da memória discursiva construída sobre a região Nordeste do Brasil.

Figura 41. Matéria sobre Clima e Vegetação do Nordeste


GEOGRAFIA DO BRASIL

CLIMA E VEGETAÇÃO DO NORDESTE

A seca é um dos principais fatores que marcam a região Nordeste do Brasil.

A região Nordeste é caracterizada pela seca, provocada por diversos fatores, dentre eles, a localização geográfica. A região está localizada na zona intertropical da Terra, portanto, por causa da quantidade de luz que incide na superfície do local, a temperatura é muito elevada durante o ano todo. Nessa região, as chuvas não são bem distribuídas no decorrer do ano. São identificados três tipos de climas ao longo da região Nordeste: tropical, semiárido e equatorial úmido.

Fonte: http://brasilescola.uol.com.br/brasil/o-clima-vegetacao-nordeste.htm. Acesso em 28.06.2018.

O autor informa, já no início da matéria, que a região Nordeste é caracterizada pela seca. Essa é a primeira marca importante de uma memória discursiva que está colada à região Nordeste. No desenvolvimento do texto o autor se utiliza de argumentos relacionados à eventos físicos que seriam responsáveis pela seca nessa região brasileira, tais como: a localização geográfica, a quantidade de luz, a temperatura e a má distribuição das chuvas. Todos esses condicionantes também se constituem em marcas de uma memória discursiva que eclipsa eventos sociais e políticos que podem ser apontados como fatores que também contribuem para o surgimento da seca. As questões sociais, políticas e econômicas são silenciadas. Não há sequer um indício no texto que possibilite relacionar características climáticas às ações sociais, o efeito do clima na sociedade, ou vice-versa.

Freitas dá continuidade ao texto classificando a região Nordeste em três tipos climáticos: tropical, semiárido e equatorial úmido. No texto não há qualquer referência a autores da Geografia e/ou da Climatologia. O que denota que existe uma estabilidade do sentido oferecido ao clima.

Freitas confirma uma regularidade também identificada nas provas elaboradas pela Comvest, a associação dos tipos climáticos ou do clima à vegetação. Embora Freitas associe a seca a região Nordeste para classificar a vegetação, ele explica que a cobertura vegetal da região apresenta várias configurações e classifica a vegetação de acordo com a localização geográfica. Por exemplo,

> Ao longo das áreas litorâneas, são encontrados mangues, vegetação de dunas etc. Em locais que ocorre o clima tropical, como no centro-oeste da região, é encontrado o Cerrado. Nas regiões onde prevalece o clima semiárido encontra-se a Caatinga. No extremo oeste da região Nordeste, onde o clima é o equatorial, a vegetação encontrada é a floresta Amazônica, além da ocorrência de Mata dos Cocais (FREITAS, 2016).

Dessa forma, existe uma variedade de vegetação na região Nordeste (figura 36), com paisagens que variam desde a caatinga até a floresta amazônica. Embora não esteja explícito, não esteja dito de forma direta, se existe diversos tipos de vegetação com características tão diferentes entre elas, porque existe também uma variação climática que propicia essas mudanças de tipos de vegetação.

Figura 42. Matéria sobre Clima e Vegetação do Nordeste

Clima semiárido: abrange especialmente a região central do Nordeste, onde as temperaturas são elevadas durante o ano todo, as chuvas são irregulares e há ocorrência de prolongada estiagem.

Clima equatorial úmido: é identificado em uma restrita área da região localizada a oeste do Maranhão, que sofre influência do clima equatorial, com temperaturas elevadas e chuvas abundantes.

Quanto à cobertura vegetal, a região apresenta várias configurações. Ao longo das áreas litorâneas, são encontrados mangues, vegetação de dunas etc. Em locais que ocorre o clima tropical, como no centro-oeste da região, é encontrado o Cerrado. Nas regiões onde prevalece o clima semiárido encontra-se a Caatinga. No extremo oeste da região Nordeste, onde o clima é o equatorial, a vegetação encontrada é a floresta Amazônica, além da ocorrência de Mata dos Cocais.

Por Eduardo de Freitas
Graduado em Geografia

Disponível em: http://brasilescola.uol.com.br/brasil/o-clima-vegetacao-nordeste.htm. Acesso em 02.06.2018.

Já o livro didático de ensino médio "Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização", escrito por Eustáquio de Sene e João Carlos Moreira, no capítulo intitulado "Cobertura Vegetal", traz o climograma da cidade de Barra, na Bahia. Vale dizer que essa é a mesma cidade da questão em análise e a imagem utilizada no livro coincide com a apresentada pela matéria do *site* do UOL, como mostra a figura 44, abaixo.

Figura 43. Vegetação da cidade de Barra, Bahia

COBERTURA VEGETAL

No mundo há climas secos, úmidos e alternadamente úmidos e secos ao longo do ano, que interagem com climas quentes, frios e alternadamente quentes e frios. Esses diferentes climas interferem na cobertura vegetal, definindo a altura das plantas, a forma das folhas, a espessura dos caules, a fisionomia geral da vegetação, etc. Eles servem de base para a seguinte classificação de plantas:

- **perenes** (do latim *perenne*, 'perpétuo, imperecível'): plantas que apresentam folhas durante o ano todo;

Fabio Colombini/Acervo do fotógrafo

Interior da Mata Atlântica em Ribeirão Grande (SP), em 2010.

- **caducifólias**, **decíduas** (do latim *deciduus*, 'que cai, caduco') ou **estacionais**: plantas que perdem as folhas em épocas muito frias ou secas do ano;

Ricardo Teles/Pulsar Imagens

Cerrado na estação seca, no município de Barra (BA), em 2011.

- **esclerófilas** (do grego *sklerós*, 'duro, seco, difícil'): plantas com folhas duras, que têm consistência de couro (coriáceas);

Minden Pictures/Latinstock

Hala, planta de clima tropical. Austrália, 2009.

- **xerófilas** (do grego *xérós*, 'seco, descarnado, magro'): plantas adaptadas à aridez;

Cecoffman/Shutterstock/Glow Images

Cactos no deserto do Arizona (Estados Unidos), em 2007.

BIOMAS E FORMAÇÕES VEGETAIS: CLASSIFICAÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL 193

Fonte: Sene e Moreira. Geografia Geral e do Brasil, 2016, p. 193

Na figura 44 a vegetação de Barra aparece como cerrado, na legenda os autores indicam que aquela é a vegetação durante o período da estação seca. Na imagem, a terra é seca, cinza e empoeirada, sentido produzido pela presença do carro na estrada de terra. A terra é tão cinza que quase embranquece. As árvores estão muito secas, os galhos se sobressaem

formando um túnel de galhos secos. Teoricamente, a imagem presente no livro didático da cidade de Barra responde ao terceiro item da questão da prova da Unicamp. No item "c)" a seguinte pergunta: "Qual é a formação vegetal que aparece associada a este tipo climático?" No livro didático, Barra é caracterizada como cerrado, no caderno de respostas do vestibular da Unicamp é caracterizada como caatinga. Podemos inferir a partir disso que existe uma memória discursiva hegemônica e, por isso mesmo predominante a respeito do clima e da vegetação da região Nordeste do Brasil.

A imagem de Barra, presente no livro didático, em relação às outras coberturas vegetais da mesma página, chama atenção pela cor cinza, pela aridez do solo, pelas árvores secas. O sentido de lugar inóspito, desconfortável e com certa feiura predomina.

Molina (2016, p. 235-236) ao discutir as paisagens do Estado do Paraná nos livros didáticos, compreende que a

> (...) A representação é a construção de uma visão de mundo. O espaço não é sítio, mas lugar. É em Bachelard que encontro a noção de que o espaço é o sítio povoado por afetividade, habitado por intimidades, no qual moram desejos, medos e sonhos. Todos já devem ter experimentado a sensação de estranhamento quando, adultos, retorna-se a lugares vividos na infância. O espaço parece ter diminuído. Não. Decididamente, a memória dele é que o guardou como maior. Essa confusão se dá pelas dimensões do espaço na relação com as dimensões do observador. Quando criança é-se pequeno e os lugares são muito mais vastos. Porém, a palavra "vasto" contém significados que extrapolam as noções geométricas e lógicas do espaço. A vastidão é uma espacialidade interior que só o devaneio pode compreender. (VIEIRA, 2006, p. 5)

Pelo olhar de Molina proposto por Vieira, a representação é uma visão de mundo, é como um outro concebe, constrói e representa um espaço, esse espaço pode ser uma rua, cidade, Estado ou região. O espaço só é lugar porque é construído por afetividades, por sentimentos de pertença, de identidade, por reconhecimento de si no outro e no lugar. E as imagens fazem um trabalho de identificação contínua que atravessa suportes e espaços-tempos. Aqui poderíamos dizer também que a representação produzida pela fotografia, pelo desenho, pelo gráfico já é um gesto de interpretação do mundo e das coisas, porque selecionar o que será dado a ver já diz do olhar de quem escolhe, seleciona e propõe.

O lugar não é apenas geométrico, físico, preciso, matemático. Ele é construído pelas relações entre pessoas e é isso que lhe confere o *status* de lugar, e aí transita identidades constituídas e constituintes. Se observarmos as imagens do livro didático presente nesse texto, observamos que não há imagens de pessoas, como se o espaço por si mesmo se bastasse. Não

são espaços desabitados, a imagem cria esse efeito de despovoamento, desumanização de distanciamento físico e afetivo.

Assim, pudemos observar que o efeito de verossimilhança produzido pelos climogramas analisados nesta análise oferece uma impressão de que cada clima tem seu desenho gráfico colado a uma cidade, um local, uma região. Os climogramas, nesse sentido, aparecem como retratos do clima, representações fiéis de um fenômeno da natureza. Os dois climogramas analisados têm representações gráficas diferentes, mas as perguntas que se referem a eles são iguais (tipo de clima e tipo de vegetação), se deseja saber o mesmo sempre. Isso pode indicar que eles significam mais pelo que provocam na memória do estudante-vestibulando como catalizadores de sentido, e menos pelo que representam graficamente. Ou dito de outra forma: o climograma produz diferentes efeitos de sentidos, definidos a partir da sua circulação e das condições de produção de leitura a que é submetido no tempo e no espaço.

4.2 ANÁLISE 2: Corpos resistentes: por uma estética do corpo nordestino

Neste tópico analisaremos uma (01) questão, a qual dentro do escopo das questões que envolvem o clima da região Nordeste. A questão 29[53], do ano de 1993, chama a atenção pela imagem. O primeiro ponto que prende o olhar é o desenho, e, só num segundo momento, o enunciado escrito. Embora, de uma forma geral, o texto imagético não esteja com boa visualização, ainda assim, é possível relacionar o texto verbal ao imagético e refletir sobre os efeitos de sentido que produzem. O enunciado da questão consta de dois elementos linguísticos (água...terra...) que pelo efeito de sequência aparece no enunciado da questão como água e terra, produzindo um efeito de linearidade.

Na esteira de Orlandi (1997, p. 34), um fato a ser considerado é o enunciado ser construído por junção, coordenação ("e"): terra e água. É sabido que a água e a terra são questões sensíveis em qualquer das regiões brasileiras, de Norte a Sul, mas o que significa a inscrição do sintagma "água e terra" nos discursos produzidos e feitos circular sobre o Nordeste brasileiro? Considerando a memória discursiva/coletiva/social a respeito do Nordeste quais sentidos são preenchidos pela coordenação ("e")?

Essa relação de junção, oferecida pela coordenação, expressa o sentido que deve ser lido, visto que a terra foi ligada a água formando uma sequência, onde um estaria para o outro como dois lados de uma mesma moeda. E aí podemos observar um triplo apagamento: o primeiro diz respeito aos processos históricos de construção do Nordeste, o segundo refere-se à politização de fenômenos naturais e, finalmente, o terceiro, o apagamento do sistema econômico nas relações sociais. Logo, a ligação pelo "e" em terra e água aparece como um efeito da memória, que não está explicitamente dito, mas suposto e que sustenta e ancora outros dizeres a respeito dessa região. Nesse sentido, Orlandi (1997, p. 35) explica que pelo fato de se "construir como junção (coordenação), como veremos, estão absolutamente conformes, intrinsecamente ligados na significação: produz o efeito generalizador como se já tivesse se fixado como verdade eterna, irrefutável, sempre e em todo lugar. Não tem o caráter da asserção, não predica, significando de modo ao mesmo tempo vago e absoluto".

[53] Nesta questão não traremos as respostas acima e abaixo da média e os comentários da banca, visto que esse modelo se inicia em 1998.

29.

(Extraído de: 13 de Maio – Núcleo de Educação Popular)

"Água... e terra..." – explique por que, na problemática regional nordestina, estes dois elementos possuem grande importância.

É, dessa forma, que se preenche e satura os sentidos de água e terra na referida questão. Um é colocado ligado ao outro na sua significação e postos como verdade que daria conta de explicar as problemáticas da região. O efeito generalizador é importante para entender que a formulação é tão profundamente saturada de sentido, que se torna vaga e genérica, o que caberia dentro da expressão água - terra? É a memória que preenche de significados historicamente construídos e compartilhados coletivamente pela sociedade brasileira. Água e terra significam de modo particular quando se referem ao Nordeste.

Há uma ordem na formulação, primeiro água, depois terra. A água precede a terra e não o contrário. Assim, os dois elementos são colocados hierarquicamente. É a água que irriga a terra, é a água que possibilita a produção e o cultivo da terra, sem a água a terra não produz. Historicamente, a água é um elemento de extrema importância para o Nordeste e o nordestino, justamente porque ela que é significada pela falta, pela escassez ou pela má distribuição.

É um discurso naturalizado onde terra e água são inseparáveis nas questões sobre o Nordeste brasileiro. Segundo o imaginário coletivo, e a imagem da questão em análise, a água e a terra são necessidades prementes dos nordestinos: é pelo seu acesso que eles lutam. O que está suposto nesse enunciado?

O discurso da água e da terra sustenta os discursos todos ou quase todos sobre o Nordeste e o nordestino, seja nas questões de vestibular, na literatura, na ciência, na política. É a partir deles que outros discursos são produzidos, é sob esses discursos que se assenta políticas de permanência de um mecanismo desigual e combinado, que na engrenagem da economia, sustenta esta região. Água e terra tem um funcionamento marcado na relação política e econômica. Os discursos políticos, científicos, literatos e econômicos sustentam uma construção do Nordeste brasileiro: se é natural, é inegável, que está no domínio do que se apresenta como óbvio, e embora preenchido pela memória, a água e terra são termos vagos, que permitem ser preenchidos com diversos outros sentidos.

Como dissemos anteriormente, a memória discursiva sobre o Nordeste é historicamente marcada num tempo e espaço definidos. Ou seja, existe uma construção imagético-discursiva do que hoje se nomeia Nordeste brasileiro. Nesse percurso histórico, a água e a terra significam essa região de modo muito particular. Provocando minimante a memória, é possível, através da paráfrase, substituir a água por:

Água
Seca
Sede
Doenças
Desnutrição

Já a terra por:

Terra
Fome
Pobreza
Miséria
Trabalho

Água e terra são dois movimentos de um mesmo processo, talvez por isso os dois elementos linguísticos estão colocados em um efeito de sequência. Tanto a água, quanto a terra, nessas condições, significam a falta e a imagem corrobora para essa direção de sentido.

Embora esses sentidos estejam estabilizados na memória e no imaginário coletivo, em outras condições de produção o sintagma abre espaço para o deslize, a falha, o outro. Para Pêcheux (2015, p. 53) o equívoco é constitutivo da língua, dessa forma todo enunciado é "suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de sentido para derivar para um outro". Por exemplo, para os latifundiários, produtores de fruticultura do sertão nordestino, não é a falta que caracteriza as relações. É, ao contrário, o excesso de água e terra, e esses dois elementos produzem outros significados:

Água
Fertilidade
Fartura
Abundância
Dinheiro
Tecnologia

Terra
Produtividade
Lucro
Riqueza
Poder
Política

Como é possível perceber, as palavras não tem sentido em si mesmas. Elas mudam de sentido a partir das condições de produção e da matriz de sentido em que são empregadas, como nos indica Pêcheux (2014, p. 160) "as palavras, expressões, proposições... mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é em relação às formações ideológicas" (PÊCHEUX, 2014, p. 160). Isso também nos induz a pensar que palavras são criadas, apagadas, articuladas, desligadas, mudam de sentido, são juntadas, afastadas, substituídas... A língua, estrutura com suas próprias ordens, está completamente envolvida na história, porque dela participa, inscrita como base dos processos discursivos-ideológicos, ou dito de outra forma: a língua faz sentido na sua relação com a história.

Já a materialidade da imagem é emblemática não apenas porque toca nesses dois grandes símbolos nacionais da região. Na memória imagético-discursiva sobre o Nordeste, esses dois elementos estão diretamente associados à seca, a falta de água, a falta de terra, ou a falta de condições de cultivo da terra. A falta está presente no efeito de sentido oferecido pela imagem. A falta, nesse sentido, se apresenta como um efeito de sentido produzido através da imagem.

A imagem da questão 29, extraída do 13 de Maio – Núcleo de Educação Popular, causa certo estranhamento, pelo fato de constar num documento voltado a este tipo de educação. De acordo com Silva (2008, p. 13), o 13 de Maio NEP

> é uma entidade construída no bojo do ressurgimento dos movimentos sociais, no início dos anos oitenta, ainda na ditadura militar, quem vem desenvolvendo o trabalho de formação política, com viés anticapitalista, inicialmente em São Paulo e posteriormente em vários pontos do Brasil, por meio de centenas de educadores por ela formados.

Mas, como nos ensina Pêcheux (2014), o sistema linguístico é sujeito ao equívoco. O sentido das palavras, e aqui acrescentamos o sentido das imagens, sempre pode ser outro, sempre desliza, escapa, desvia e, por isso, sempre é marcado pela metáfora. Dessa forma, a língua, e acrescentamos mais uma vez a imagem, "constitui o lugar material onde se realizam os efeitos de sentidos" (PÊCHEUX e FUCHS, 2014, p. 172).

No enunciado da questão "Água e Terra... – explique por que, na problemática regional nordestina, estes dois elementos possuem grande importância". É um enunciado resumido, talvez pela presença da imagem que compõem o conjunto da questão. Um termo chama a atenção "problemática regional nordestina". De início essa combinação sugere que a região Nordeste seja uma região problema, ou ainda que dentro do conjunto das regiões brasileiras ela é a problemática. Existe uma afirmação, e não um questionamento, mas uma afirmação, de que a região Nordeste é um problema, possivelmente por conta da falta da água e da terra e da presença dos trabalhadores braçais que usam pouca tecnologia. A natureza é invocada de forma muito simplista, ingênua. Dá a entender que é a natureza quem retira do Nordeste e dos nordestinos a água e a terra. O clima é considerado um fenômeno dado, posto. E talvez caiba perguntar quem retira dos nordestinos a água e a terra? Desde o início da regionalização brasileira, em 1940, a região Nordeste adquiriu esse sentido, de região problema, o que o torna um sentido instituído.

Na materialidade do desenho, dois corpos indicam, pela estrutura física, as figuras de dois homens. Eles se arrastam pela terra, pelo chão em busca de alguma coisa, que é revelada pelos balões de diálogo: "água, água, água", "terra, terra, terra". Eles se rastejam por longo espaço, interpretação possível pelos desenhos formados por seus corpos no chão. Eles estão no chão, o que produz um efeito de inferioridade e de fragilidade. Na hierarquia do trabalho e da dignidade humana, estão na base e não no topo.

De acordo com Albuquerque Júnior (2017), Rodolfo Teófilo no livro "A Fome[54]" descreve a figura da besta humana "o encontro com ela é narrado como tendo sido vivido pelos próprios personagens da trama*:* um homem a andar de gatinhas, a farejar migalhas, que roía as unhas e as escamas que se desprendiam de sua pele, as narinas dilatadas, que farejavam as carnes de Carolina, com o desejo de devorá-la". (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2017, p. 246). O homem, de que fala Teófilo, ensaia comer a si mesmo e fareja carne humana numa desesperada tentativa de matar a própria fome. O homem não é mais apenas homem, na medida em que anda de gatinhas, fareja e tem narinas dilatadas pelo desejo por comida, é um homem-bicho.

Semelhante situação vive os homens da imagem da questão 29, andando de gatinhas pelo chão, farejando migalhas de terra e água. Ou ainda, seria essa figura abaixo a representação desse homem? Ou melhor, da besta humana?

Figura 44. Capa do filme "Morte e vida Severina" de 1977

Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=capa+do+filme+morte+e+vida+severina&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwiN7oja8ZnYAhUDxpAKHZjMDPQQsAQIJg&biw=1366&bih=637#imgdii=2WtPuykKexPFyM:&imgrc=-dPLCWu82-SDgM: Acesso em 15.07.2018.

[54] A Fome é um romance publicado originalmente em 1890 escrito pelo nordestino nascido em Salvador, embora autodeclarado cearense Rodolfo Teófilo. É um clássico da literatura das secas.

Na figura 45, capa do filme "Morte e vida Severina", se vê que homem e animal se misturam. A cabeça do homem se confunde com a cabeça do boi, é um homem-boi, um boi-homem, não se sabe. A mesma coisa acontece com o corpo: não dá para identificar qual a perna e pé são de homem e de bicho, há pernas de homem e de bicho, assim como os pés. O homem é tornado bicho ou o bicho se torna homem? Nesse jogo imagético-discursivo a noção de natureza reaparece com força: se inicialmente o homem era também natureza, um objeto do espaço natural, agora é outra natureza a do homem-animal. Assim há a objetificação e a bichetificação do homem nordestino. Foi com essa capa de homem-bicho que a imagem do homem retirante nordestino circulou pelo Brasil e por outros países através do filme "Morte e vida Severina", produzindo um efeito de animalização do homem nordestino. Manuel Bandeira, em seu poema "O Bicho" deixa evidente essa relação do homem ao bicho animal, "vi ontem um bicho/ na imundice do pátio/ catando comida entre os detritos./ Quando achava alguma coisa,/ não examinava nem cheirava:/ engolia com voracidade./ O bicho não era um cão,/ não era um gato,/ não era um rato./ O bicho, meu Deus, era um homem" (1974, p. 203).

Ainda a respeito dessa transferência do homem-bicho, uma passagem do texto de Silva (2010) nos ajuda a compreender a atualização desse discurso:

> Por exemplo, seria uma falácia afirmar que o dizer do governador de Sergipe em 1983, João Alves, para quem a miséria do Nordeste estaria promovendo o aparecimento de uma sub-raça, "com homens inferiores pela própria constituição" (*Veja*, 17/08/1983, p.66) – tom de que *Veja* se utiliza para fundamentar a idéia de um lento genocídio que estaria acontecendo na região – seja equivalente ao questionamento de Graciliano Ramos, em *Vidas Secas*, se Fabiano seria um homem: "Não, provavelmente não seria homem: seria aquilo mesmo a vida inteira, cabra, governado pelos brancos, quase uma rês[55] na fazenda alheia" (Ramos, 1977[1938]:26) (SILVA, 2010, p. 18).

Neste trecho, a objetificação do homem é associada a uma rês, ou seja, ao gado. Ele é apenas um objeto do espaço, e talvez por isso o genocídio não cause tanto espanto, já que a fome mata os animais, pode matar também os quase-animais[56]. Na medida em que é quase uma rês da fazenda, ele se torna um animal como outro qualquer de posse do seu dono. Compartilha, inclusive, o mesmo espaço com bois, vacas, cabras... regressa a raça de bicho, decerto por isso seja considerado uma sub-raça em relação ao dono da fazenda, porque estaria numa raça de transição entre homem e bicho. Essa relação produz um efeito de naturalidade,

[55] A expressão rês significa qualquer animal quadrúpede que pode ser abatido. No Nordeste é muito conhecida pelos comerciantes de animais. Uma rês pode ser um boi, uma vaca, um carneiro, uma cabra.

[56] A esse respeito é possível citar ainda o romance, "Homens e caranguejos" de Josué de Castro, no qual o autor narra a trajetória de uma família de migrantes do sertão em direção ao litoral para trabalhar nos manguezais de Recife em Pernambuco. Aqui homem-caranguejo-homem se integram de maneira íntima à lama que sustenta o homem-caranguejo e a sua família, esse romance será mais explorado na análise da questão 17 do ano de 1996.

ligando o homem ao animal, em uma relação de equivalência. Outro efeito pode ser produzido: de que o homem nordestino não é apenas homem, é um homem-bicho, homem-animal, homem-canibal, homem-selvagem, uma besta humana. Farejar carne de outro homem não parece se constituir em uma aberração para o homem nordestino.

Na questão 29, sabe-se que os dois homens rastejantes buscam desesperadamente água e terra. Pelo efeito metonímico, é possível dizer que eles são representantes de um conjunto social regional: a sociedade regional nordestina rasteja por água e terra. Há a produção de um efeito de generalização, na medida em que todo o Nordeste, uma região ampla e complexa, é representado pela falta de água e terra. E são dois homens, justamente porque, nesse contexto, cabe à mulher o cuidado com a casa, os filhos, a alimentação e o cultivo de pequenas porções de terra para abastecer a casa e a família, mas isso não quer dizer que a mulher, muitas vezes, não maneje a enxada, pelo contrário, mas aqui estamos discutindo representações sociais hegemônicas, e o lugar historicamente destinado à mulher são os trabalhos com a casa e família.

Na figura 42, abaixo, é possível ver, dentre outros aspectos, a relação do corpo do trabalhador com a enxada. Existe uma performance corporal que permite adequar a enxada ao corpo e o corpo a enxada. A enxada inscreve no corpo do trabalhador uma memória corporal e social. Nesse sentido, Lagazzi (2013) ao analisar o corpo do catador de lixo, no filme "Boca do lixo", explica que

> abrir o olhar e entrecruzar os planos na imagem do corpo fletido do catador em meio ao lixo, para poder compreender a tensão entre os sentidos de trabalho e não-trabalho em disputa na formulação visual. A imagem do corpo fletido que afirmava a memória do sentido do trabalho braçal, e a imagem do lixo que negava ao catador a possibilidade do sentido de trabalho em uma sociedade significada pela saúde, pela higiene e pelo capitalismo. Imagens em contradição. Na remissão do intradiscurso - o corpo fletido em meio ao lixo significado como fora do lugar - ao interdiscurso - a memória do corpo legitimado em posição de trabalho -, a contradição entre corpo fletido e lixo se fez visível e me permitiu compreender o processo discursivo. Uma mesma formulação visual se desdobrando em diferentes imagens do corpo e do social (LAGAZZI, 2013, p. 104-105).

Assim, a análise de Lagazzi (2013) se concentra na formulação visual do corpo do catador que fletido, flexionado, curvado produz sentidos de trabalho e não-trabalho, ou seja, é a posição do corpo do catador que provoca a memória da autora e a memória coletiva. Nesse contexto, o corpo tomado como objeto simbólico se institui e se afirma como processo discursivo, inscrito de história, memória e sentidos.

É possível ver também (figura 46) a relação das mulheres ao trabalho da casa e família, visto que do conjunto de mulheres que aparecem na fotografia, apenas uma descansa a enxada em seus ombros, as outras carregam bacias na cabeça e crianças no colo ou na corcunda[57]. Essa fotografia é especialmente importante, porque embora silenciado e encoberto, existiram e ainda existem trabalhadores do campo em São Paulo, de modo que essa fotografia datada de fins do século XIX, vista pelo olhar estereotipado sobre o Nordeste, a direciona para esse lugar, poderia ser de qualquer outra região, inclusive em São Paulo, região também estereotipada, mas noutro sentido.

Figura 45. Foto do *site* Brasiliana Fotográfica – Colheita do café, Vale do Paraíba

Fonte: http://brasilianafotografica.bn.br/?p=1499. Acesso em 15.07.2018.

Existe uma performance corporal, uma educação do corpo, para portar alguns equipamentos de trabalho. O corpo é solicitado a se adequar em função das ferramentas ou das roupas e acessórios específicos do trabalho no campo. Existe, dessa forma, uma estética do trabalhador do campo ou rural[58]. O corpo é assim lugar de memória, política e espaço. Memória, política e espaço estão articulados através da memória social e individual construída ao longo do tempo, memórias inseridas num quadro de referências que possuem uma espacialidade específica e uma temporalidade espiralada, em transformação contínua. Por performance, Tylor (2003) entende o restaurado, o reiterado e aqui se aproxima da concepção de performance de Schechner (2003), o qual a define como o repertório reiterado de condutas repetidas.

Tylor (2003) explica ainda que a performance se apoia sempre em um contexto específico para seu significado e funciona como um sistema histórico e culturalmente

[57] Forma que algumas mulheres carregam as crianças entre a barriga e as costas.
[58] Na Geografia, existe um tradicional debate teórico e político em torno do conceito de campo e rural; é preciso dizer que eles não são sinônimos e que nesta tese são considerados em sua relação com a terra.

codificado, e isso é o que lhe permite a leitura. As imagens articuladas adquirem seu sentido só em um contexto cultural, histórico, espacial e discursivo específico.

Essas noções extrapolam a ideia de performance ligada as artes e a insere no ir e vir da vida cotidiana, como rituais diários. As performances, nesta perspectiva, afirmam identidades, curvam o tempo, remodelam e adornam corpos, contam histórias. No caso do corpo nordestino, por exemplo, as imagens exibidas sobre os seus corpos identificam um recorte histórico, espacial e discursivo bem definido. Corpos que portam enxadas modelam o corpo, assim como a fome e a doença. A imagem do corpo nordestino curva o tempo na medida em que atualiza uma imagem de corpo sofrido, vista desde o século XIX, (ver conjunto de charges e imagens da revista Besouro, anteriormente citadas). E ainda, considerando esse conjunto de imagens, há, explicitamente, uma estética do corpo nordestino que se atualiza com o tempo e cuida de informar uma história quase natural a respeito do Nordeste, que não pode e não deve ser esquecida, porque através da memória visual também se educa. O efeito de naturalidade (o Nordeste é assim mesmo), produzido também por uma natureza que "castiga e maltrata" apaga todo um processo histórico, político e ideológico que sustenta esse dizer.

Para Martins (2003), a memória do *corpus* cultural é instituída na e pela performance ritual, por meio das técnicas e procedimentos performáticos veiculados pelo corpo. Dessa afirmação podemos depreender que o corpo se constitui como um instrumento de divulgação da cultura. Através do corpo as pessoas seriam inseridas num contexto cultural, em que a performance representaria a memória e também se constituiria como prática educativa e transmissora de conhecimento. Enfim, a memória se inscreve no corpo em performance.

Martins (2003) estuda a performance atrelada a ideia de memória social e afirma que, a memória é um fenômeno do presente que coloca em cena um evento que tem suas raízes no passado. Dessa forma, a performance é um veículo de transmissão da memória coletiva ou social. O corpo do nordestino trabalhador rural, do nordestino retirante, é um arquivo de memória na medida em que informa em que posição social o sujeito está e em que tipo de trabalho e cultura se insere. Há marcas no corpo que informam de que lugar social esse sujeito fala, por exemplo, o manejo com a enxada exige que a pele das mãos seja enrijecida para suportar as horas de uso e o peso da ferramenta, isso quer dizer também que o corpo produz sentidos.

De acordo com Schechner (2003) as ações diárias se constituem em performance, dada as repetições dos movimentos, aos pedaços de comportamentos rearranjados e modelados de modo a construir uma ação ou outra. Honrar o que é ordinário é observar quão ritualística é a vida diária, e o quanto esta é constituída de repetições. Não há, segundo o autor, nenhuma ação humana que possa ser classificada como um comportamento exercido uma única vez. Há uma ordem ritualística, e aqui, aceitamos que há também uma ordem discursiva reiterada nas performances do corpo nordestino.

É importante destacar que as relações do corpo com a Cultura, com a História, com a Política, com a Geografia e como objeto de estudo discursivo é relativamente recente. Sargentini (2014) na apresentação do livro "Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos" de Jean-Jacques Courtine, explica que Courtine ao observar o que ocorreu em torno do corpo na década de 1960

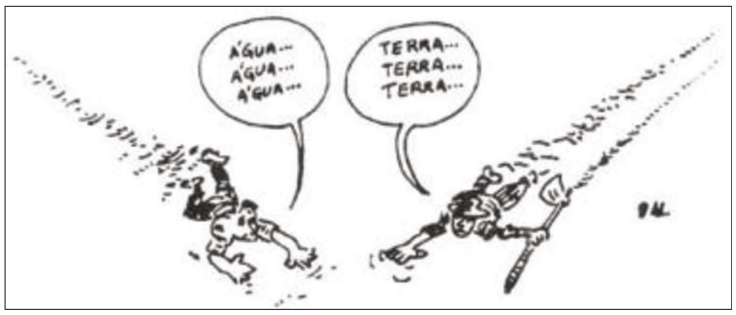
> identifica tanto seu recalcamento teórico, promovido pelo *linguistic turn* estruturalista, quanto sua posterior restituição, impulsionada sobretudo pelo movimentos das minorias feministas, homossexuais, étnicas e estudantis, que se contrapunham às hierarquias culturais, sociais e políticas legadas por um passado autoritário e discriminatório. O corpo era então concebido como um lugar privilegiado de refúgio e resistência aos poderes opressores. (...) Desde então, o corpo carrega consigo marcas de gênero, e de geração, de classe e de etnia, de ambiente e de subjetividade (SARGENTINI, 2014, p. 12-13).

Dito isso, é possível depreender que o corpo é experiência social, é lugar de práticas ritualizadas, repetidas, é lugar de consenso, mas também de resistência. O corpo é linguagem que pulsa, informa, confunde, contradiz e se faz fortemente presente. O corpo produz sentidos e, por isso, podemos dizer que o corpo do homem nordestino resiste ao trabalho na roça, ao manejo da enxada, a fome, ao forte calor, as doenças, a magreza e a transformação de homem em bicho.

Nesse sentido, se considerarmos a imagem da questão 29, a foto do *site* Brasiliana Fotográfica e cenas do filme "Morte e vida Severina", pelo efeito metonímico é possível dizer que não é apenas a imagem do trabalhador nordestino que está presente nesses suportes, é o trabalhador brasileiro, pobre, mal remunerado, precarizado, sem o respaldo das leis do trabalho formal, sem carteira assinada, sem escolaridade, sem formação escolar, ou analfabeto, que a imagem evoca. E as condições desse trabalhador independem da sua localização espacial, regional, visto que trabalhador do campo tem, basicamente, as mesmas condições de trabalho em qualquer lugar do Brasil.

No conjunto de imagens a seguir, é possível ver a semelhança entre os trabalhadores do campo que utilizam a enxada como principal instrumento de trabalho. O ofício de manejar a terra também evoca o sentido de preguiça, lentidão, moleza, morosidade, porque o tempo do labor é outro, não é o da empresa ou indústria. Há espera. O tempo da natureza precisa ser respeitado. Por conta desse tempo, que não é medido pelos ponteiros do relógio ou pela sirene, a preguiça e a lentidão são sentidos atribuídos ao trabalhador do campo.

Figura 46. Recortes



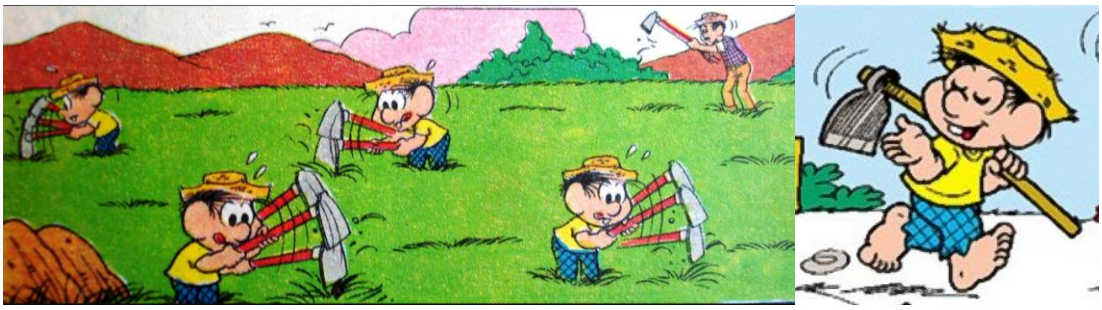
1

2

3

4

5



6

Lá diz o povo: "Mais vale uma mão inchada, que uma enxada na mão". Blog José Simões http://derterrorist.blogs.sapo.pt/2341291.html

1. Questão 29 da prova do vestibular da Unicamp; 2. Cena do filme "Morte e Vida Severina"; 3. Cena de desenho animado inspirado no filme "Morte e vida Severina"; 4. Fotografia do *site* Brasiliana Fotográfica, trabalhadores do Vale do Paraíba; 5. Recorte da história em quadrinho da turma do Xaxado. Xaxado é um personagem nordestino. 6. Recorte de Chico Bento. Importante dizer que a personagem Chico Bento da turma da Mônica, criado por Maurício de Souza, é inspirado em um trabalhador do Vale do Paraíba em São Paulo.

Na materialidade da imagem da questão 29, o homem que clama por terra carrega em sua mão uma enxada, grande símbolo das questões ligadas ao campo, como é possível notar na montagem acima (figura 47). A enxada não representa apenas o cultivo da terra, mas toda representação social que circula pelo imaginário do trabalhador do campo brasileiro e, em particular, o nordestino. Este trabalhador que tem a terra como seu lugar de trabalho e a enxada como principal ferramenta, é associado também a falta: falta de recursos que o impediu de estudar, falta de oportunidades, falta de inteligência, falta de racionalidade porque acredita que a natureza é controlada pela religiosidade.

O homem que segura a enxada é o mesmo que protege a cabeça do sol com um chapéu, e não um boné. O trabalho no campo, na roça é socialmente desvalorizado em relação ao trabalho da cidade, ao industrial, intelectual, tanto é que estes trabalhos são divididos em, o primeiro, trabalho braçal, o segundo, trabalho intelectual, produzido por um efeito de hierarquia: o trabalho intelectual é visto como mais importante que o braçal, que carrega um efeito de sentido que retira o uso do intelecto, para o trabalhador braçal o corpo é quem trabalha, é um trabalhador-corpo.

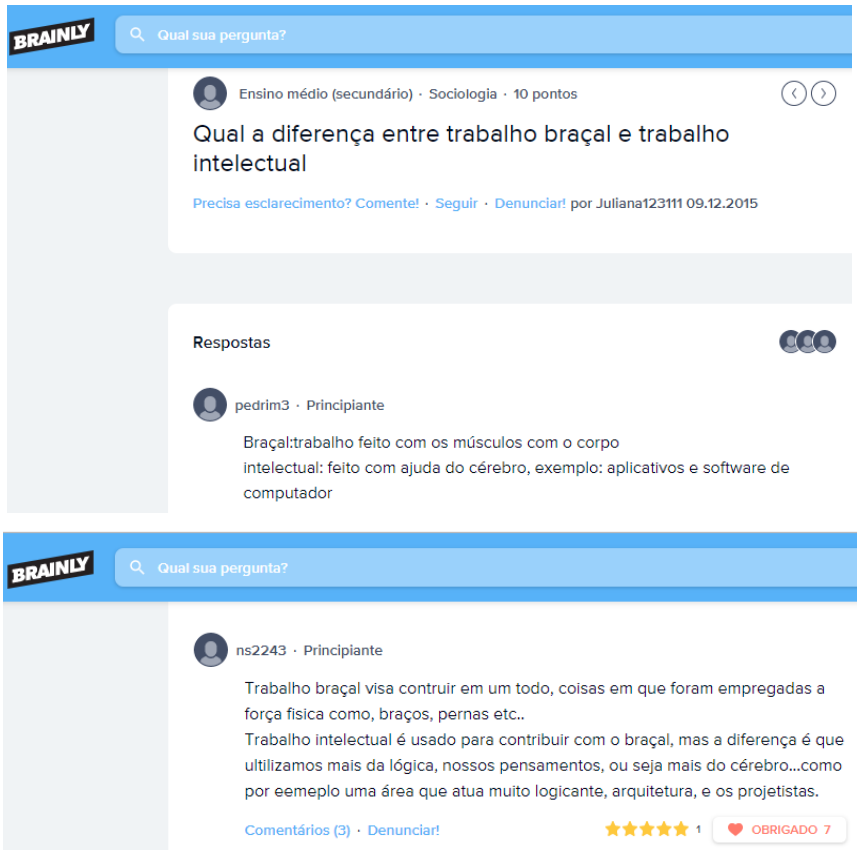
O efeito produzido por esse corpo é de que ele é sujo, fede, usa roupas velhas e rasgadas, toma sol durante todo o dia e por isso tem a pele duramente marcada pela ação da passagem do tempo, fala com muitos erros de gramática e é pacato, submisso ao ritmo da natureza, consternado, não tem grandes ambições na vida. Esses são homens que entendem a natureza, que leem seus sinais mais sutis. O *wikdicionário,* o dicionário livre na internet, reforça esse sentido e o trabalho braçal é definido como "trabalho que exige principalmente força muscular". A respeito da relação do trabalho braçal e as repercussões do rastejamento pela fome, no romance de Teófilo, os retirantes "indo, alguns deles, terminar nos abarracamentos precários dos campos de concentração[59], tendo que realizar trabalhos braçais, como carregar pedras da pedreira de Mucuripe, em troca da parca e insuficiente ração diária (Teófilo, 2011, p.279)" ALBUQUERQUE JÚNIOR (2017, p. 241).

A ideia de trabalhador intelectual cria efeitos de sentidos de um sujeito bem-sucedido, de alta valorização econômica, daquele que supera a si e aos outros. Há um charme, um encanto por aquele que resolve as grandes questões, que utiliza a racionalidade da ciência e a criatividade. É um trabalhador que não se expõe ao sol, está vestido com roupas limpas e novas ou seminovas, no seu ambiente de trabalho não cabe roupas sujas, velhas, tem preocupação com a sua fala, e tem grandes ambições de ascensão na carreira e na vida. Estes são homens que estudam e colocam a natureza dentro de um padrão científico.

Em outra página na internet, voltada para estudantes do ensino médio, a diferença entre o trabalho braçal e o intelectual é a seguinte:

[59] Em 1915 e 1932, o governo do Ceará construiu um campo de concentração para colocar os retirantes e flagelados da seca. A intenção era remover os retirantes do centro da cidade e isolá-los num lugar destinado, evitando saques e invasões a casas comerciais.

Figura 47. Diferença entre o trabalho braçal e intelectual



Fonte: https://brainly.com.br/tarefa/4075870[60]

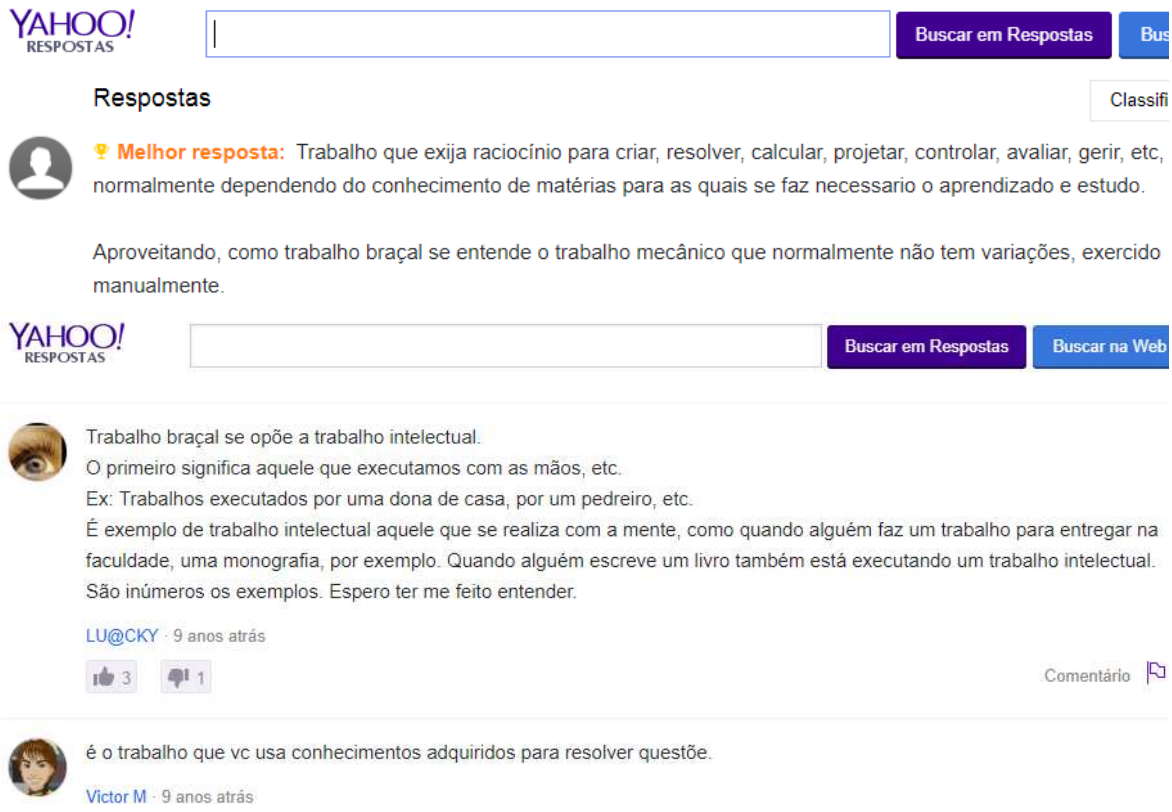
É possível observar já no cabeçalho que a pergunta e as respostas estão na área de sociologia, e nas duas respostas existe uma clara separação, entre o trabalho realizado pelo corpo e pelo cérebro, e há também, marcadamente, um efeito de hierarquia. Na primeira resposta, o braçal está relacionado aos músculos, e o intelectual ao cérebro. Inexistem exemplos para o primeiro, mas já no segundo, os exemplos são aplicativos e softwares de computador, um trabalho que sugere bastante elaboração intelectual, acessível apenas a poucos. Observe que esses são trabalhos mais recentes, desenvolver aplicativos é uma atividade que acontece no Brasil, há três, talvez quatro décadas. O que pode indicar que os efeitos de sentido para o trabalho intelectual esteja ligado à modernidade, atualização, vanguarda e tecnologia.

[60] O Brainly é uma empresa de tecnologia em educação que atua em diversos países. É um sistema de perguntas e respostas colaborativo, onde todos que acessam o *site* por meio de *login* e senha podem perguntar e responder, o que gera um sistema de pontuação para os participantes mais ativos. A plataforma virtual conta com mais de 40 milhões de usuários em um único mês. Nós sabemos que este é um *site* aberto para que estudantes perguntem e respondam de uma forma livre, de acordo com seus conhecimentos, mas trazemos para a discussão em função justamente da sua entrada no universo da educação escolar, principalmente para estudantes do ensino médio que têm nesse *site* uma possibilidade de trocas de informações.

Já na segunda resposta a força física é associada ao braçal, como assim na primeira resposta, mas aí o intelectual aparece como um contribuinte do braçal. O sujeito que responde se coloca diretamente na posição de trabalhador intelectual, na medida em que utiliza a terceira pessoa do plural para explicar que o uso da lógica, do pensamento e do cérebro, como, por exemplo, os arquitetos e projetistas. Observe que os dois exemplos de trabalhos intelectuais estão ligados às ciências exatas, mesmo localizados na área de sociologia. A partir dessas respostas é possível inferir que o trabalho braçal e o intelectual têm sentidos diferentes do ponto de vista da qualificação e estão em posições sociais bastante desiguais.

No *yahoo* respostas, uma outra plataforma virtual de perguntas e respostas muito acessada por estudantes, o sentido atribuído ao trabalho intelectual e braçal é bastante semelhante à discussão desenvolvida nos parágrafos anteriores, a saber:

Figura 48. Sobre o trabalho braçal e intelectual no *yahoo* respostas

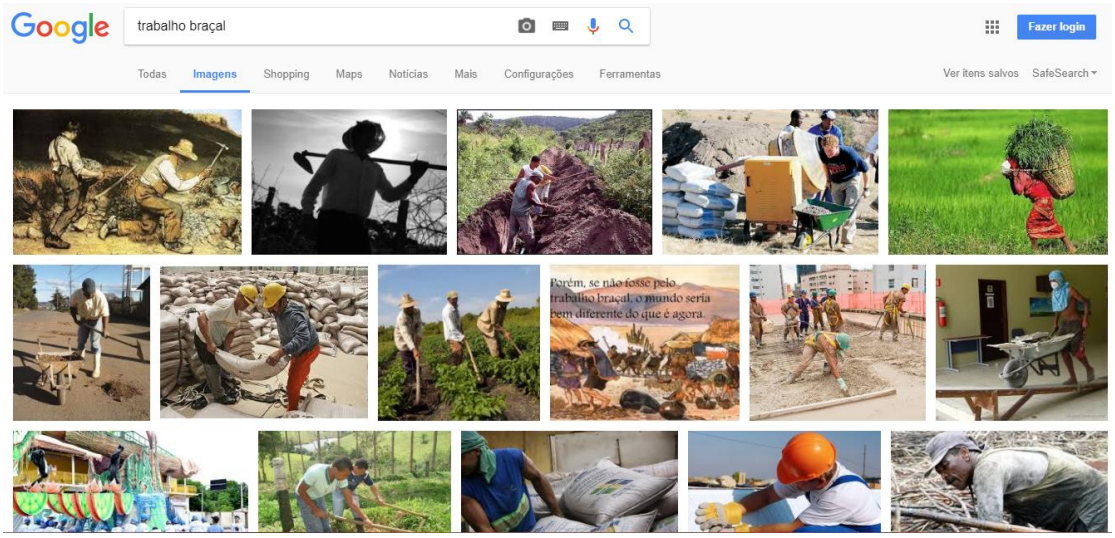


Disponível em: https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20090219231815AASD9qc. Acesso em 30.07.2018.

Essa posição inferior do trabalho braçal está reafirmado na imagem da questão 29, na medida em que os homens se rastejam pelo chão em busca de água e terra. É uma situação de constrangimento, submissão, dependência, pobreza extrema, é um trabalhador-corpo que se arrasta. Não seria possível pensar essa mesma imagem reproduzida com um trabalhador intelectual como nos exemplos acima – um arquiteto, projetista ou desenvolvedor de softwares, afinal, pelo quê esses trabalhadores se rastejariam? A água e a terra não tem o mesmo significado para quem mora no campo/rural/roça e na cidade/urbano, aí também se divide o trabalho. A água e a terra dividem dois pares de espaço, que só estão em contradição por convenção, mas que, ao contrário, são constitutivos entre si: espaço rural/urbano e espaço nordestino (espaço da ignorância, atraso, incivilizado)/sudestino (espaço da razão, progresso, futuro, modernidade). E, dessa forma, uma divisão espacial dos sentidos se estabelece.

Numa rápida busca pelo *site* do *google,* sobre o trabalho braçal, três ferramentas são preponderantes, a pá, o carro de mão e a enxada, conforme imagem abaixo:

Figura 49. Imagens do trabalho braçal



Fonte: https://www.google.com.br/search?q=trabalho+bra%C3%A7al&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwj-nMajzMPWAhVGfpAKHUyjDCgQsAQIUA&biw=1366&bih=637#imgrc=TTom3ZlrfEuPxM: Acesso em 15.07.2018.

Não é admissível, a princípio, identificar onde cada um desses trabalhadores estão. Pode ser em qualquer região brasileira, porque o trabalho com a com a pá, o carro de mão e a enxada implicam ao corpo o performar, independentemente do lugar. Se o trabalhador braçal trabalha com seu corpo e ferramentas simples, o trabalhador intelectual trabalha com as ideias, com a palavra, com ferramentas complexas, como o computador,

máquinas industriais, com a resolução de grandes problemas sociais, inclusive com as questões do campo, do rural e da natureza. Essas ferramentas simples criam o sentido de trabalho desprovido de tecnologias, do “moderno”, em que é tomado como atrasado, arcaico, ultrapassado.

Esse é um discurso que se atualiza ao longo do tempo e no espaço, se considerarmos que na Antiguidade Greco-romana o trabalho braçal era visto como degradante, humilhante e destinado a inferiores ou povos dominados, e aos cidadãos era proibido o trabalho braçal, visto que estes deveriam dedicar-se ao trabalho intelectual da reflexão. Nessa conjuntura não só o trabalho é hierarquizado, mas os espaços também o são, visto que o cidadão está associado a cidade, a reflexão, e o trabalhador braçal ao campo, à roça.

Na divisão da história da indústria no Brasil, por exemplo, a região Nordeste é, tradicionalmente, ligada ao manejo e cultivo da terra ou ainda fornecedora de produtos agropecuários para o sudeste, região predominantemente industrial. Essa divisão espacial do trabalho se reflete na divisão social do trabalho e sua valorização no contexto nacional, que é também uma divisão das classes sociais.

Na Geografia um dos conteúdos que está presente tanto no ensino fundamental quanto no médio é a regionalização brasileira, essa divisão espacial do trabalho é tema recorrente. No recorte do livro didático (figura 51), a seguir, temos um exemplo emblemático dessa recorrência e atualização do tema:

Figura 50. Recorte do livro didático Território e sociedade: no mundo globalizado

Composição etária e impactos sociais

Os padrões demográficos gerais de um país ou região (natalidade, mortalidade, migrações) determinam a estruturação da população em faixas etárias. Ao mesmo tempo em que resulta do estágio de desenvolvimento socioeconômico, a distribuição da população em faixas etárias causa impacto na economia e na divisão dos recursos em saúde, educação, formação profissional e outros.

Não existe um critério único para a distribuição da população por faixa etária. O mais adotado (inclusive pelo IBGE, atualmente) divide a população em jovens (0-14 anos), adultos (15-65 anos) e idosos (acima de 65 anos). Essa distribuição tem como referência a população ligada ao mercado de trabalho (pessoas de 15 a 65 anos, aproximadamente), empregada ou não, e as pessoas consideradas fora desse mercado (com menos de 15 anos ou mais de 65 anos, aproximadamente).

É evidente que esse critério não corresponde plenamente à realidade de diversos países – inclusive o Brasil – em que, entre as camadas sociais pobres, o trabalho infantil ainda persiste e muitos idosos são obrigados a trabalhar até morrer ou serem incapacitados por motivo de doença.

Marcos Michael/JC Imagem

De acordo com dados do IBGE (Pnad 2008), em 2007 cerca de 1,2 milhão de crianças e jovens brasileiros entre 5 e 13 anos trabalhava. Mais da metade dessas crianças e jovens faz uso de produtos químicos, máquinas e ferramentas perigosas, que colocam em risco sua saúde e até mesmo sua vida. Na fotografia, crianças trabalham em plantação de feijão em Caetés (PE), 2006.

Fonte: Lucci, Branco e Mendonça. Território e sociedade: no mundo globalizado. Ensino médio, 2014, p. 147.

A figura dessas duas crianças mexendo a terra não está localizada no livro didático numa parte destinada às discussões sobre a região Nordeste, mas basta olhar a legenda para identificar a cidade e o Estado, isto é, a origem das crianças: Caetés, Pernambuco, ou seja, Nordeste do Brasil. Essa imagem se aproxima da imagem colocada no enunciado da questão 29. Embora, sejam corpos jovens ainda em um movimento de mudança mais intenso, é preciso desde cedo educar o corpo para o trabalho na terra, na roça. Se aprende cedo a utilizar a enxada, tão cedo que a enxada em pé é maior que o próprio corpo que a carrega e maneja.

Outra questão que se levanta, é o fato de que existe, para além de uma divisão geográfica cidade-campo intra-regional, uma divisão inter-regional. O campo, o rural, a roça são divisões geográficas nas quais está circunscrita a região Nordeste, já a cidade, o progresso, a modernidade estaria reservada a região Sudeste do país. Há um apagamento imagético-discursivo de que na região mais desenvolvida do país também existem roças,

trabalhadores rurais e pequenos agricultores. Por isso que o exemplo do livro é significativo, porque as crianças-trabalhadoras são nordestinas.

Em buscas na internet observamos que o trabalho infantil na região Sudeste está associado ao trabalho na cidade, como os vendedores de toda espécie de produtos no semáforo, no trem, no metrô, ao trabalho na rua. E sequer estamos discutindo a cultura do trabalho infantil no Brasil. Cultura instituída e que se apresenta como um desafio para os próximos anos, romper com esse ciclo, porque seria necessário mexer na estrutura de divisão de renda, coluna vertebral de sustentação política, social, cultural e econômica brasileira.

A maioria das imagens de trabalho com a terra, ou de trabalho infantil, está localizada na região Nordeste, talvez pelo forte discurso e apelo à natureza e agricultura estarem associados a esta região. Com certa dificuldade, mas com insistência conseguimos encontrar uma reportagem do jornal "Gazeta Regional" sobre um recente estudo que aborda o trabalho infantil. A imagem abaixo compõe o texto de título "Estudo mostra evolução do trabalho infantil em São Paulo":

Figura 51. Imagem da matéria sobre trabalho infantil do jornal Gazeta Regional

O resultado da pesquisa foi apresentado hoje (26) durante o Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

Disponível em Fonte: http://www.leiaogazeta.com.br/estudo-mostra-evolucao-do-trabalho-infantil-em-sao-paulo/. Acesso em 09.03.2018.

No *site* da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) foi possível ter contato com outro estudo, fruto de pesquisa de três pesquisadoras com experiência na área de sociologia. A pesquisa tem como tema central: "Desenvolvimento e trabalho decente: desafios para romper a cultura do trabalho infantil". A imagem que compõe a descrição do estudo é a seguinte:

Figura 52. Imagem do site da Fespsp sobre trabalho infantil

Disponível em Fonte: http://www.fespsp.org.br/noticia/estudo_expoe_a_cultura_do_trabalho_infantil. Acesso em 09.03.2018.

As imagens 52 e 53, acima, que de algum modo se articulam aos estudos sobre o trabalho infantil em São Paulo, retratam o trabalho ligado a terra, ao chão, e são particularmente muito parecidas com as imagens acima analisadas, seja as dos recortes das imagens da internet, ou ainda do livro didático. É possível identificar, inclusive, a forte semelhança com as personagens do filme "Morte e vida Severina" e a personagem, da conhecida história em quadrinhos, de Chico Bento[61]. Talvez, as crianças das fotos sejam um pouco deles. Na imagem abaixo é possível ver a semelhança entre Chico Bento e as crianças-trabalhadoras, sobretudo a primeira, figura 52.

[61] É importante dizer que desde a sua criação em 1961, Chico Bento passou por diversas reformulações, a exemplo, o fato de ser um aluno pouco interessado nos estudos, o uso de palavras escritas fora do português formal e as caçadas aos animais.

Figura 53. Chico Bento no episódio "O sabe tudo".

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0QJV4mXGL6w. Acesso em 15.03.2018.

O Chico Bento é uma personagem tipicamente ligada a terra, ao campo, a natureza. Ele fala com muitos erros de português, além de não ter muitos modos – arrota sem preocupação, por exemplo. Sua descrição no *site*[62] da turma da Mônica diz que ele é o típico caipira que anda de pé no chão, usa um chapéu de palha e toca modas de viola. Diz ainda que não é muito chegado aos estudos e tem um carinho enorme pelos animais do seu sítio, como a galinha Giselda, o porquinho Torresmo e a vaca Malhada. Nesta descrição, é possível identificar uma divisão regional do trabalho (trabalho na roça/no escritório) ocasionada também pelo desinteresse nos estudos e uma divisão social de classes (pobreza roça/riqueza cidade) e o apego aos animais que indicam uma simplicidade, uma ingenuidade quase boba, ou uma identificação maior com a natureza do que com as pessoas. Chico Bento coincidentemente é o nome de uma das personagens do "Quinze" de Raquel de Queiroz, retirante da seca nordestina, que vê seus filhos morrerem de fome ou ficarem subnutridos como sua mulher no percurso migratório em busca de uma vida melhor para sua família.

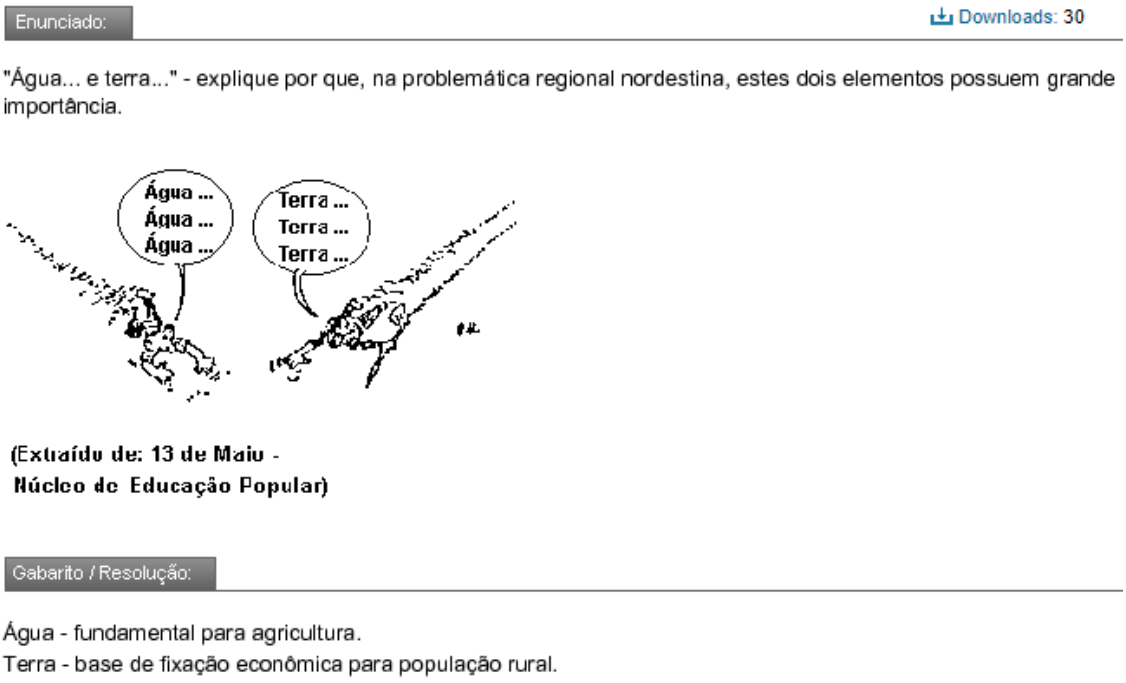
O que se observa é que para além da localização geográfica, a enxada e o carro de mão são símbolos da simplicidade, da pobreza, do trabalho precarizado e insalubre; e estes são os mesmos em qualquer lugar, independente da região. As crianças e jovens pobres aprendem desde cedo que o trabalho com o corpo, ou aquele que utiliza o corpo de forma

[62] http://turmadamonica.uol.com.br/personagem/chico-bento/

mais intensa e ativa, são destinados a eles. Como construção social, a performance educa os corpos, assim como educada a visualidade seja para o trabalho, seja para vida.

Considerando essa possibilidade de educar pela memória e pela visualidade, o leitor da questão em análise precisa compartilhar de uma série de sentidos atribuídos ao Nordeste, que lhe permita responder o desejado pela banca examinadora. A esse respeito, como dissemos anteriormente, as respostas e comentários da banca elaboradora do vestibular da Unicamp só tenham sido publicadas no site a partir de 1998, procuramos em outras plataformas virtuais de questões de vestibulares respostas que podiam subsidiar esta análise. No site "Super Professor", um banco de dados virtual de mais de 145.900 questões de vestibulares de diversas universidades brasileiras, encontramos a questão em análise, bem como sua resposta sugerida, vejamos a seguir:

Figura 54. Exemplo de resposta para a questão 29 de 1993, proposta pelo *site "Super Professor".*



Disponível em: https://www.sprweb.com.br/mod_app/index.php. Acesso em 15.08.2018.

Observemos que apesar da complexidade da imagem, e do enunciado da questão solicitar do vestibulando uma explicação para a problemática da questão nordestina considerando a água e a terra, como principais elementos da reflexão, a resposta oferecida pelo site é bastante simplificada e objetiva. A resposta do site, inclusive, não relaciona a água e a terra e vice-versa. É colocado como se fossem separados e estanques e as respostas para um e outro parecem não se relacionar, criando um efeito de separação, justamente o contrário

do que acontece no enunciado da questão, que sugere a junção, a ligação. O site indica, como descrito na figura acima, que a água é fundamental para a agricultura e a terra como base de fixação econômica para a população rural. É possível sugerir que a água também pode ser considerada base de fixação para a população, visto que sem ela a produção não se realiza.

A resposta do *site* "Super professor" inclusive, contrasta com as respostas esperadas pela banca elaboradora do vestibular que solicita do vestibulando, segundo a resolução da própria Unicamp, discutida em capítulo anterior, que os estudantes sejam capazes, dentre outras habilidades, de estabelecer relações e que tenham capacidade para interpretar dados e fatos.

As respostas são genéricas, não se constituindo em uma dificuldade para o vestibulando, visto que a água é fundamental para agricultura, independentemente do tipo de cultura produzida, da extensão da terra e de onde essa agricultura seja desenvolvida. Desse modo, seja no Nordeste ou no Sudeste a água é fundamental para as agriculturas.

Quanto a terra o "Super professor" diz que é a base de fixação econômica para população rural. Nessa, a memória discursiva, tanto do vestibulando quanto dos profissionais que responderam essa questão, funciona de uma forma mais efetiva, na medida em que a fixação no campo pela população do campo é a resolução do êxodo rural, o qual faz parte da memória discursiva sobre o Nordeste. O êxodo rural é uma das questões mais conhecidas e mais sensíveis sobre o Nordeste, tema de muitos filmes, como o já citado, "Morte e vida Severina" e de muitos romances e contos, como os também já citados, "O quinze" e "A fome", e presente em algumas obras de Cândido Portinari, também presente em capítulo anterior. Como tema presente em matérias de jornais televisivos, o êxodo rural e os meios para sua contenção não demandariam uma dificuldade para o vestibulando.

Embora o uso do substantivo "fixação" na sintaxe da frase produza um efeito de prisão à terra, o que mais uma vez confirma a hipótese de que é sobre o êxodo rural que se trata e não de como criar possibilidades de manutenção e produção para o trabalhador no campo, o substantivo "fixação", apaga a necessidade da criação de condições de se produzir em situações de estiagem prolongada, visto que as famílias só migram em situações extremas, onde não há mais condições de manutenção mínima da vida. Apaga também o viés político da questão da terra, em que tradicionalmente os latifúndios marcam a desigual distribuição da terra no Brasil.

Esta é uma questão complexa, do ponto de vista político e social. A resposta oferecida pelo *site* é bastante genérica e transita por uma memória do Nordeste bastante conhecida. Entendemos que esta é uma questão que não demandaria do vestibulando grandes dificuldades de resposta, justamente por ela enfocar elementos tradicionalmente ligados ao Nordeste como a água, a terra e a luta por esses dois bens sociais.

4.3 ANÁLISE 3: Na esquina[63]: a seca do nordeste

> A peste e a fome matam mais de 400 por dia! O que te afirmo é que, durante o tempo em que estive parado em uma esquina, vi passar 20 cadáveres: e como seguem para a vala! Faz horror! (...) E as crianças que morrem nos abarracamentos, como são conduzidas! Pela manhã os encarregados de sepultá-las vão recolhendo-as em um grande saco: e, ensacados os cadáveres, é atado aquele sudário de grossa estopa a um pau e conduzido para a sepultura (TEÓFILO, 1980, p. 37)

Neste tópico analisaremos cinco questões, dentre as quais, a 30 do ano de 1990, a 21 de 2006, a 29 de 1991, a 17 de 1996 e a 08 de 1997 exatamente nessa sequência. Como dissemos anteriormente, as análises das questões não seguirão uma ordem cronológica, a ordem definida a partir do estudo e leitura do *corpus* se dá pela afinidade temática das questões. Todas elas gravitam em torno do tema: seca (esta palavra é muitas vezes também substituída por estiagem ou ainda, escassez).

A seca no Nordeste do Brasil não é um fenômeno recente. Ao contrário, é muito antigo e fontes historiográficas identificam relatos e narrativas sobre a seca desde o início da colonização, em meados do século XVI. Mas o que faz da seca e de suas consequências episódios tão assustadores na História e na Geografia do Nordeste e do Brasil?

Passa os anos, mas as notícias sobre a seca do Nordeste estão presentes nos jornais. Tema frequente no quadro da previsão do tempo associada a palavras como castigo, desolação, sofrimento, morte. A apresentadora desse quadro, normalmente, inicia sua fala com a seguinte frase: “E a seca castiga mais uma vez o Nordeste”. Em outro momento a seca e suas notícias estão associadas à fome, miséria, subnutrição, sede, escassez e falta de quase tudo. Como se o Nordeste assistisse passivo as agressões, hostilidades, ataques e mau humor da natureza. Como dissemos anteriormente, a seca é um elemento fortemente presente na memória imagético-discursiva sobre o Nordeste.

A seca também é tema frequente nos exames vestibulares de todo Brasil. Nas provas de Geografia do vestibular da Unicamp é tema recorrente. Das nove (9) questões analisadas nesta tese, cinco (5) estão relacionadas à seca do Nordeste brasileiro.

Na questão de número 30 da prova do vestibular de 1990 (ver figura 56, abaixo), podemos dizer que há um reflexo do número de notícias veiculadas pela mídia impressa,

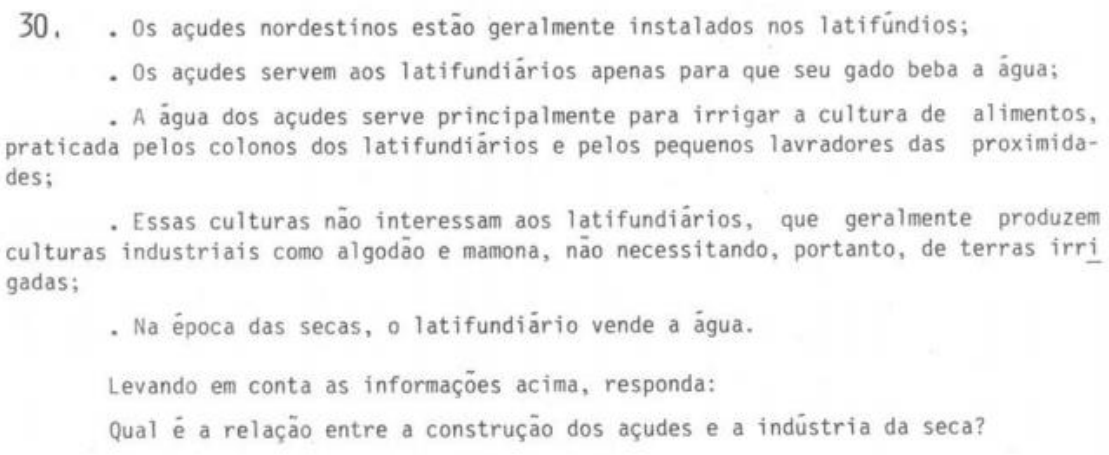
---

[63] Inspirado no texto publicado no *site* do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1214:reportagens-materias&Itemid=39. Acesso em: 06.03.2018.

conforme gráfico de ocorrência do jornal "O Estado de São Paulo" (figura 02), na década de 1980 sobre a seca.

A questão 30 enfoca a relação tensa e contraditória que existe entre o latifundiário e os colonos[64]/meeiros e pequenos agricultores. Então, temos dois tipos de trabalhadores na questão: o meeiro, que não cultiva a própria terra e o pequeno agricultor que embora cultive a própria terra, ou terra arrendada, produz gêneros para abastecer a si mesmo ou para venda em pequenas quantidades. Logo, a menção à indústria da seca, que a questão faz, insere esses pequenos agricultores a margem desse processo, embora sejam eles a base de sustentação dessa indústria.

Figura 55. Questão 30 da prova de Geografia da 2ª fase do ano de 1990 da Unicamp



30. . Os açudes nordestinos estão geralmente instalados nos latifúndios;

. Os açudes servem aos latifundiários apenas para que seu gado beba a água;

. A água dos açudes serve principalmente para irrigar a cultura de alimentos, praticada pelos colonos dos latifundiários e pelos pequenos lavradores das proximidades;

. Essas culturas não interessam aos latifundiários, que geralmente produzem culturas industriais como algodão e mamona, não necessitando, portanto, de terras irrigadas;

. Na época das secas, o latifundiário vende a água.

Levando em conta as informações acima, responda:

Qual é a relação entre a construção dos açudes e a indústria da seca?

Fonte: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/1990/download/FIS_GEO.pdf. Acesso em 21.03.2018.

A questão toca em outro elemento historicamente central na discussão das secas, os açudes. O enunciado sugere a divisão social de forma muito precisa: são duas posições sociais que são definidas pelo uso, função e importância oferecida ao açude. De um lado, os latifundiários que utilizam o açude para, apenas, alimentar o gado e do outro lado os colonos e pequenos agricultores que usam a água para plantio. Dessa forma, a relação estabelecida com o açude está diretamente ligada às condições econômicas de cada uma dessas posições. A agricultura praticada por esses dois sujeitos é bastante diferente, em que um foca no mercado nacional ou para exportação no grande mercado, e o outro na produção de subsistência, na venda do excedente, no mercado local. Isso fica claro pelo tipo de produto (algodão e mamona) e pela utilização da água descrita no enunciado (água para irrigar a cultura).

[64] Embora o sentido de colono seja diverso, o empregado no enunciado da questão deve se referir ao trabalhador da terra que trabalha por meação, ou seja, o trabalhador divide com o dono da terra a produção da colheita.

Para o latifundiário, o açude é o reservatório onde o gado bebe água e uma possibilidade de manter o poder local com a venda de água no período de seca, porque não é dessa venda que ele tira o seu sustento, já que sua produção serve para atender ao grande mercado. O açude se configura também como uma forma de controle econômico e social. O historiador José Weyne de Freitas Sousa (2009) explica que era comum que açudes fossem construídos com dinheiro público em propriedades privadas dificultando acesso a água pela maioria pobre. O que se constitui em uma explícita contradição já que a função primeira dos açudes é justamente disponibilizar água nos períodos de estiagem prolongada.

A perspectiva de construção dos açudes para amenizar os problemas de estiagem decorrentes da seca datam do período colonial. Segundo dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a primeira obra pública de vulto no país e o primeiro açude nordestino foi construído em Quixadá, no sertão cearense. Quixadá é também uma localidade significativa no livro o "Quinze" de Raquel de Queiroz, o qual está presente nesta tese de diferentes formas, entre o texto e em algumas epígrafes nas aberturas de capítulos.

O açude que Quixadá, data de meados do século XIX e aparece como resposta a grande seca, já citada anteriormente, ocorrida no Ceará entre 1887-1889. Esta seca não teve apenas repercussão nacional, mas internacional e, dessa forma, o imperador Dom Pedro II determinou que houvesse um conjunto de medidas minimizadoras do efeito violento da seca, e dentre essas medidas estava a construção de açudes.

O reservatório de Quixadá, empreendimento planejando por força de ato imperial, só começou a ser construído por volta de 1884 e terminou em 1906, levando 22 anos para ser concluído e, segundo fontes historiográficas, pouco significou como ação efetiva para a seca nos anos seguintes. Mas não parece difícil perceber que o açude em nada resolveu os problemas de falta de d'água ocasionados pela má distribuição das chuvas no Nordeste. Hoje, século XXI, Quixadá ainda passa por problemas semelhantes de falta d'água em decorrência de anos de estiagem.

O enunciado da questão 30 busca orientar a pergunta que finaliza a questão: "Qual é a relação entre a construção dos açudes e a indústria da seca?". O termo "indústria da seca", é muito presente no Brasil, através, sobretudo de livros científicos que tratam diretamente do tema, de livros didáticos e de matérias de jornais, principalmente os impressos. Ou seja, é um tema que circula por diferentes espaços e tempos. Embora, bastante presente, o termo não é novo, usado publicamente em fins da década de 1950 e início de 1960, pelo jornalista, romancista e dramaturgo brasileiro Antônio Callado, em seu texto para o jornal carioca Correio da Manhã "Os industriais da seca".

Em 1958, o Jornal “O Estado de São Paulo”, publica matéria (figura 12 e 13, p. 93 e 94) em que já é possível identificar o termo, assim como é possível perceber nos subtítulos a associação da seca à desnutrição, inanição, assistência, socorro, ameaça, desespero, saúde e doença.

Matérias como essas recheiam historicamente as páginas dos jornais brasileiros. Ao mesmo tempo que são solicitados ou informados sobre as campanhas de distribuição de produtos diversos e, sobretudo, alimentares para os nordestinos, também é explicitado todas as mazelas decorrentes da seca e da fome. Em alguns casos, como o da matéria acima citada, se apresenta as condições inversas às questões naturais, neste caso as políticas, como a indústria da seca.

Nesse outro recorte de jornal, figura 57, a seguir, a indústria da seca é colocada como temática de reflexão do dia em uma sessão em que os leitores possam participar, opinar, escrever ao jornal. Esta matéria é do ano de 1993 e chama atenção para a possibilidade de convivência com a seca, já no início do texto. O leitor-autor reconhece que o clima é um elemento importante, mas direciona a reflexão para outro lugar. E que lugar é este? É justamente o político, porque reconhece que os recursos públicos beneficiam um pequeno grupo político-econômico. Destaca dois caminhos como possíveis para desorganizar o mecanismo: a educação e a reforma agrária.

Em outro trecho de texto, escrito por outro leitor-autor, se vê que a estrutura política se reproduz ao longo do tempo. São citados dois importantes e conhecidos políticos nordestinos, Ciro Gomes e Antônio Carlos Magalhães, os quais representam ou representaram, o Nordeste em nível nacional e que, de alguma forma, mantêm-se na cena política até hoje. No caso do primeiro, foi candidato a presidência da república em 2018 e no segundo, seu neto, Antônio Carlos Magalhães Neto, é prefeito de Salvador e assumiu, em 2018, a presidência nacional do partido Democratas. Uma questão interessante desse segundo texto é que o leitor-autor chama atenção para os tubos doados pelo exército americano para amenizar os efeitos da seca, ao passo que indica que existem mecanismos semelhantes no sudeste, quando também aponta a construção da ponte sobre o rio Tietê como captadora e prospectora de votos e de dinheiro público.

Dois leitores-autores pedem providências ao então presidente da república, Itamar Franco, e juntamente sugerem medidas para administrar os períodos de seca. Uma delas diz respeito a meios e técnicas de produção e aproveitamento da mão de obra nordestina, e a outra visa proibir os políticos nordestinos de administrar os recursos públicos para o Nordeste, e ceder esta competência a iniciativa privada de paulistas, catarinenses, paranaenses e gaúchos.

Observe que há um deslocamento de São Paulo para a região sul, visto que, dos estados citados São Paulo é o único fora dessa região. Os políticos dessa nova "região" se distinguem dos nordestinos por não serem corruptos e/ou incompetentes. O leitor-autor faz uma retrospectiva dos dois últimos presidentes nordestinos, José Sarney e Fernando Collor de Mello, que no congresso, tem maioria de nordestinos, mas relembra que a miséria continua. O último recorte chama atenção a invisibilidade dos miseráveis famintos nordestinos. Talvez tenham uma visibilidade oportuna. Como se percebe, houve poucas mudanças significativas na estrutura educacional agrária e política do Nordeste e do Brasil.

Figura 56. Recortes do Jornal O Estado de São Paulo de 1990 sobre a indústria da seca segundo os leitores-autores

TEMA DE HOJE: INDÚSTRIA DA SECA

Salvador da Pátria

A questão da seca no Nordeste tem vários aspectos. O mais óbvio é o clima adverso, embora pesquisas revelem ser possível conviver com ele. O fator político também é essencial, pois a elite nordestina é uma das mais beneficiadas com as verbas federais. Ainda existe por parte da população uma visão messiânica de que a seca será resolvida por um salvador da Pátria. A educação e uma reforma agrária são alternativas para solucionar o problema da seca. Mudar a estrutura agrária não é tarefa fácil, mas se houver vontade política, é possível. **Júlio César de Freixo Lobo**, Rio de Janeiro

Esquecer o passado

Existem condições de se frear a in-

E os tubos?

Há muito tempo escrevo ao **Estadão** e aos governadores Ciro Gomes (CE) e Antônio Carlos Magalhães (BA) — os reais representantes do Nordeste, que estão aptos a responder: onde se encontram os tubos que o Exército americano doou para amenizar os efeitos da seca? Quando os tubos chegaram ao porto de Santos, a imprensa deu a notícia, enfatizando que ajudariam a acabar com a seca. Essa doação atrapalhou os componentes da indústria da seca: "Tira esse bicho daí, se não acabará a mamata!" Aqui, na região de Araçatuba, ocorreu fato semelhante com a ponte sobre o Rio Tietê, que elegeu muitos deputados e governadores. Até hoje, infelizmente, não obtive resposta. **João Gomes Guimarães Filho**, Araçatuba

Esquecer o passado

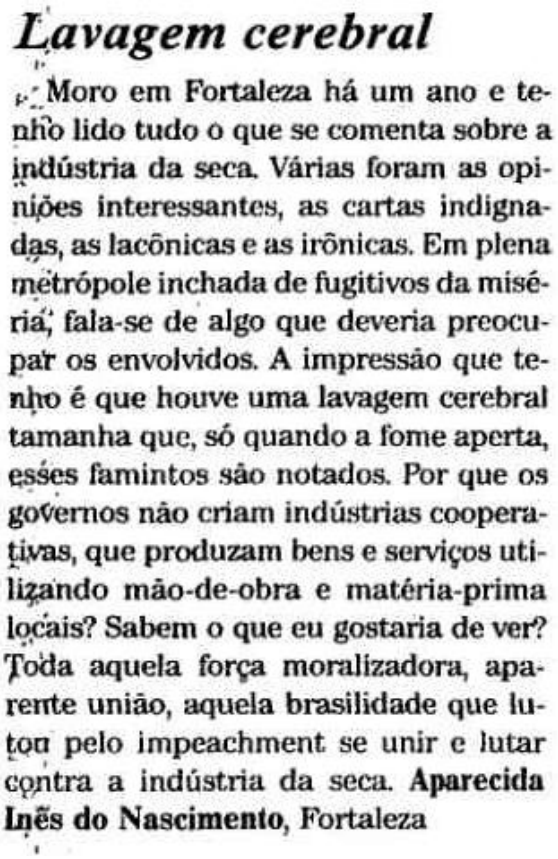
Existem condições de se frear a indústria da seca, reduzir a miséria e fazer cumprir as leis. Basta os bons políticos aparecerem e repudiarem os maus companheiros. Só a mídia combate realmente o corrupto. O povo reage, pinta a cara, mas nas eleições esquece o passado e o cobre de votos. **Genésio M. Seixas**, Jales

Providências

O presidente Itamar precisa tomar providências enérgicas para acabar com a corrupção no Nordeste, onde todo o dinheiro enviado para lá não dá em nada, a não ser transformar políticos em milionários. São poços não perfurados, mas pagos pelo governo. São açudes consumindo vultosas quantias que não saíram do projeto... **Benedito Hernélio dos Santos**, Bebedouro

Iniciativa privada

Só nos últimos sete anos, tivemos dois presidentes nordestinos. A bancada nordestina é majoritária no Congresso. A Sudene, desde a sua criação, vem sendo comandada por nordestinos. E a miséria continua. Diante de tamanha incompetência, não seria o caso de entregar a solução do problema à iniciativa privada de paulistas, catarinenses, paranaenses e gaúchos? Que tal proibir os políticos — em especial os nordestinos — de administrar os recursos destinados ao Nordeste? **João Bosco Petroni**, Capital.



Lavagem cerebral

Moro em Fortaleza há um ano e tenho lido tudo o que se comenta sobre a indústria da seca. Várias foram as opiniões interessantes, as cartas indignadas, as lacônicas e as irônicas. Em plena metrópole inchada de fugitivos da miséria, fala-se de algo que deveria preocupar os envolvidos. A impressão que tenho é que houve uma lavagem cerebral tamanha que, só quando a fome aperta, esses famintos são notados. Por que os governos não criam indústrias cooperativas, que produzam bens e serviços utilizando mão-de-obra e matéria-prima locais? Sabem o que eu gostaria de ver? Toda aquela força moralizadora, aparente união, aquela brasilidade que lutou pelo impeachment se unir e lutar contra a indústria da seca. **Aparecida Inês do Nascimento**, Fortaleza

Disponível em: http://acervo.estadao.com.br/publicados/1993/09/16/g/19930916-36492-nac-0002-opi-a2-not-aggxhke.jpg. Acesso em 27.08.2018.

Se a unidade de significação é indústria, por definição, percebe-se que há uma engrenagem que movimenta a seca e a desloca incontornavelmente para o campo político, econômico e social. Assim, a natureza tem seu peso ponderado. Há um mecanismo que se desloca da cidade e opera em espaços rurais. A indústria, de modo simplificado, transforma matéria prima em mercadoria, ou seja, institui valores de trocas a objetos. Partindo desse raciocínio é possível perguntar: O que a indústria da seca transformaria em objetos de valor de troca? E com quais mecanismos? A água e todos os equipamentos e construções rurais que gravitam entorno dela: açudes, barragens, represas, cisternas, áreas irrigáveis, plantação, carros-pipas e sistemas de captação das águas da chuva e dos rios. É na barganha da natureza que ela se transforma em mercadoria de muito valor e mergulha de cabeça no âmbito político-econômico.

E o que a indústria da seca produz? Dependência política, ideológica, econômica, fome, miséria, doenças, quase tudo que se atribui a natureza ao fim é uma produção política. Quando um político, um latifundiário, um empresário negocia recursos públicos em decorrência da escassez das chuvas que institui situação de emergência a vários Estados nordestinos-brasileiros e esses recursos públicos são direcionados aos privilégios dessa elite

política e econômica passando ao largo de investimento em geração de renda nas localidades, saúde, alimentação e educação esse mecanismo produz pobreza e miséria tão necessários a manutenção desse círculo perverso de produzir grandes riquezas. A indústria da seca produz num mesmo movimento riqueza e pobreza. É através da calamidade pública, das situações extremas, das mazelas expostas que os governadores, deputados e prefeitos conseguem auferir verbas do governo federal para promover um mínimo de desenvolvimento ou para ser mais explícita ajuda humanitária. A figura do "desenvolvimento", às vezes, é o carro-pipa e não a geração de emprego e renda para a cidade e para a região.

A indústria se movimenta para que o dinheiro circule e haja lucros e com a indústria da seca a função é semelhante. O latifundiário, o político, o comerciante, que, via de regra, é o mesmo sujeito, e que se conhece genericamente como elite nordestina, cria um círculo vicioso de dependência, subserviência, carência e patriarcado. A fábrica faz mercadorias e as troca por dinheiro, e do mesmo modo, essa elite faz com a seca e com os açudes, trocas por votos, por dinheiro, por dívidas morais, por dívidas sentimentais. Numa relação quase fantasiosa com os "donos" dos açudes. A estiagem, nesse sistema, é grande aliada dos poderosos latifundiários que, sob o pretexto de uma força natural, mantém dependentes um número sem fim de homens, mulheres e crianças nordestinas pobres.

Indústria tem um significado econômico, político e social. O açude do cedro, aquele de Quixadá, pode ser considerado como uma obra ineficaz e inserida já nessa lógica de indústria da seca, mesmo que o termo só tenha sido cunhado em 1960 por Antônio Callado, jornalista do jornal Correio da Manhã no Rio de Janeiro.

O estudante-vestibulando que lê esta questão consegue entender que a seca é um pretexto político, uma barganha política para que haja uma relação mediada pelo dinheiro e poder. O estudante logo percebe que a água contida no açude é uma importante mercadoria, uma poderosa moeda de trocas, porque não há alternativas quando se trata de sede, só a água. O tempo da sede, assim como o tempo da fome, é o tempo da urgência. Como não há, pelo menos, o que os materiais da pesquisa têm apontado, vontade política de pensar em políticas públicas efetivas de convivência com a estiagem prolongada, a engrenagem da indústria da seca funciona a todo vapor, gerando lucros, enriquecendo e mantendo o *status quo* de políticos, empresário, latifundiários e comerciantes.

No livro didático "Território e Sociedade" de Lucci, Branco e Mendonça, no capítulo sobre os complexos regionais eles trazem a seguinte reflexão sobre a indústria da seca:

Figura 57. Recorte do livro didático "Território e sociedade"

Leitura complementar

Indústria da seca

A seca é um fenômeno natural, que ocorre periodicamente no semiárido nordestino, em decorrência da irregularidade das chuvas, fenômeno característico do clima do Sertão. A estiagem pode se estender por alguns meses. No entanto, as péssimas condições de vida de parcela considerável da população dessa sub-região não podem ser creditadas a esse fenômeno. São várias as conquistas tecnológicas neste início de século XXI – irrigação, retirada de água subterrânea, técnicas de armazenagem de água, conhecimentos das especificidades do bioma Caatinga – que é inadmissível culpar a seca pela pobreza no Sertão nordestino.

Se os recursos financeiros e a aplicação das técnicas disponíveis tivessem de fato favorecido os pequenos agricultores e a população de baixa renda do Sertão, o quadro social nessa sub-região já teria apresentado melhora. Mesmo porque diversas soluções não requerem investimentos vultosos, como mostram os exemplos das cisternas, das perfurações de poços e dos pequenos açudes.

Diversos estudos, como os desenvolvidos pela Fundação Joaquim Nabuco, demonstram que o problema não está na falta de água, mas na falta de um aproveitamento racional e na falta de ampliação da capacidade de armazenagem.

Casa em Juazeiro, sertão da Bahia, 2008, com cisterna construída através do Projeto Cisternas, fruto de parceria entre poder público, empresas privadas e universidades do Nordeste.

Com efeito, a situação de pobreza no Sertão e as secas prolongadas sempre possibilitaram o enriquecimento dos grandes proprietários rurais e dos políticos, que, historicamente, se beneficiaram dos recursos financeiros que o governo federal encaminhou para a região – daí a expressão indústria da seca.

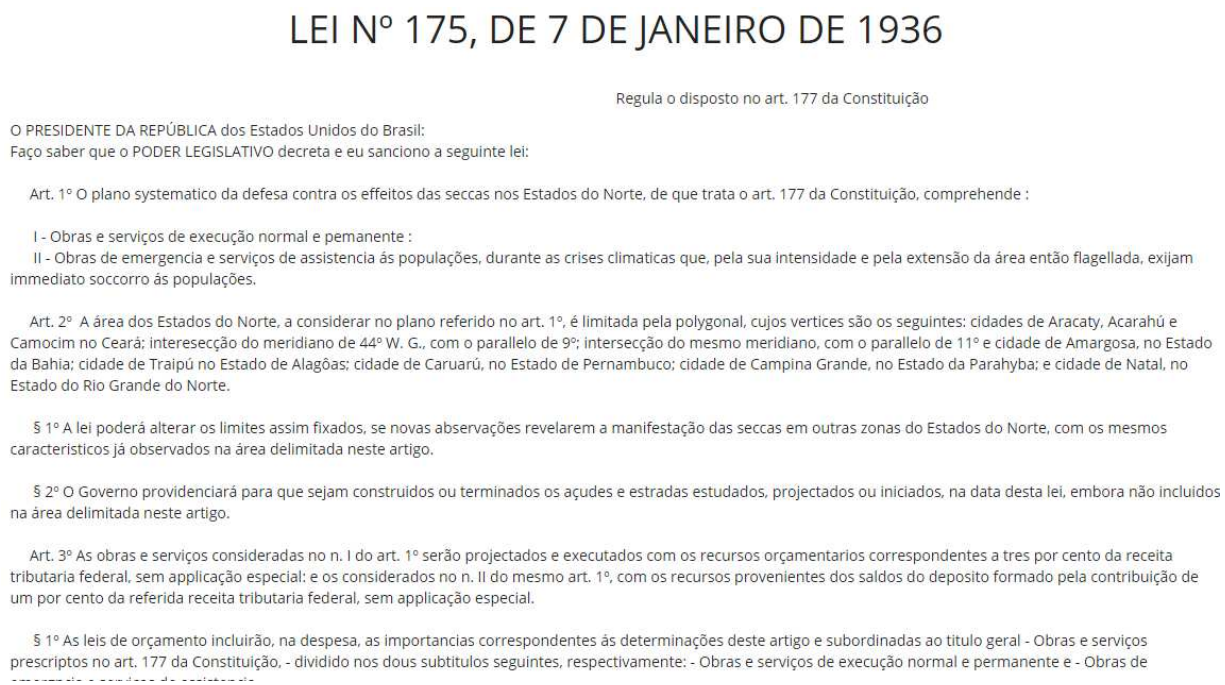
Desse modo, desenvolver projetos agropecuários que beneficiem os pequenos proprietários e promovam a reforma agrária, estimular a criação de pequenas indústrias processadoras dos produtos típicos da agricultura e da pecuária do semiárido e melhorar o nível educacional da população no Sertão são, entre outros, fatores imprescindíveis para a solução do problema da pobreza nessa sub-região.

Fonte: Lucci, Branco e Mendonça. Território e sociedade: no mundo globalizado. Ensino médio, 2014, p. 266.

Pesquisadores e políticos não discutem quanto a presença de longos períodos de estiagem. A semiaridez como fenômeno climático é uma realidade da região, e as formas de olhar para ele que muitas vezes são distintas.

Nessa perspectiva das secas e da indústria da seca, talvez a área mais importante e sensível do ponto de vista climático e social seja o conhecido polígono das secas. O que se convencionou chamar de polígono é uma delimitação territorial interestadual definida pelo clima semiárido. A definição, basicamente, é feita pelo índice pluviométrico, ou seja, é uma área em que há repetição de longos períodos de estiagem. Essa delimitação espacial foi realizada pelo governo federal para que se pudesse monitorar e desenvolver ações de defesa contra os efeitos das secas, como descreve a própria lei que, dentre outros decretos, estabelece pela primeira vez a delimitação do polígono em 1936:

Figura 58. Lei nº 175 que estabelece a primeira delimitação do polígono das secas em 1936



LEI Nº 175, DE 7 DE JANEIRO DE 1936

Regula o disposto no art. 177 da Constituição

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA dos Estados Unidos do Brasil:
Faço saber que o PODER LEGISLATIVO decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O plano systematico da defesa contra os effeitos das seccas nos Estados do Norte, de que trata o art. 177 da Constituição, comprehende :

I - Obras e serviços de execução normal e pemanente :
II - Obras de emergencia e serviços de assistencia ás populações, durante as crises climaticas que, pela sua intensidade e pela extensão da área então flagellada, exijam immediato soccorro ás populações.

Art. 2º A área dos Estados do Norte, a considerar no plano referido no art. 1º, é limitada pela polygonal, cujos vertices são os seguintes: cidades de Aracaty, Acarahú e Camocim no Ceará; interesecção do meridiano de 44º W. G., com o parallelo de 9º; intersecção do mesmo meridiano, com o parallelo de 11º e cidade de Amargosa, no Estado da Bahia; cidade de Traipú no Estado de Alagôas; cidade de Caruarú, no Estado de Pernambuco; cidade de Campina Grande, no Estado da Parahyba; e cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

§ 1º A lei poderá alterar os limites assim fixados, se novas observações revelarem a manifestação das seccas em outras zonas do Estados do Norte, com os mesmos caracteristicos já observados na área delimitada neste artigo.

§ 2º O Governo providenciará para que sejam construidos ou terminados os açudes e estradas estudados, projectados ou iniciados, na data desta lei, embora não incluidos na área delimitada neste artigo.

Art. 3º As obras e serviços consideradas no n. I do art. 1º serão projectados e executados com os recursos orçamentarios correspondentes a tres por cento da receita tributaria federal, sem applicação especial: e os considerados no n. II do mesmo art. 1º, com os recursos provenientes dos saldos do deposito formado pela contribuição de um por cento da referida receita tributaria federal, sem applicação especial.

§ 1º As leis de orçamento incluirão, na despesa, as importancias correspondentes ás determinações deste artigo e subordinadas ao titulo geral - Obras e serviços prescriptos no art. 177 da Constituição, - dividido nos dous subtitulos seguintes, respectivamente: - Obras e serviços de execução normal e permanente e - Obras de

Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-175-7-janeiro-1936-505857-publicacaooriginal-76071-pl.html. Acesso em 27.08.2018.

Como se vê no texto da lei, o termo utilizado para definir os Estados que serão as referências à delimitação estão nomeados como Estados do Norte e ainda não como os Estados do Nordeste, como se conhece hoje. Inclusive essa delimitação acontece concomitantemente à construção imagético-discursiva-espacial do Nordeste, como discutimos nos capítulos anteriores. A lei prevê a construção de açudes e estradas como também a revisão dos limites da demarcação podendo ampliar a área conforme a recorrência das secas. Justamente o que aconteceu mais tarde, essa área foi algumas vezes revista e ampliada.

A respeito do polígono das secas, a questão 21 do vestibular da Unicamp de 2006 traz o seguinte texto e imagem:

Figura 59. Questão 21 da prova de Geografia da 2ª fase do ano de 2006 da Unicamp

21. Leia o trecho a seguir e responda:

A transposição do rio São Francisco é discutida desde o tempo do Império. Um dos registros mais antigos da idéia remonta a 1847, quando o intendente do Crato (CE), deputado Marcos Antonio de Macedo, propôs o mesmo que se debate hoje: lançar as águas do *Velho Chico* no rio Jaguaribe. Na obra *Contrastes e Confrontos*, Euclides da Cunha ressuscitou a idéia do intendente cearense e a incluiu entre as grandes intervenções civilizadoras de que carecia a região, como açudes, barragens, arborização, estradas de ferro e poços artesianos. (Adaptado de Marcelo Leite, *Folha de S. Paulo*, 09/10/2005.)

a) Por que o rio São Francisco é chamado de "o rio da unidade nacional"?

b) Aponte e explique um argumento contra e um a favor da transposição do rio São Francisco.

c) A precipitação pluviométrica anual média no semi-árido nordestino é de cerca de 700 milímetros/ano, superior a algumas regiões agrícolas da Europa. Quais são os principais problemas de ordem natural que expõem grande parte do território, em especial o chamado Polígono da Secas, a uma situação de vulnerabilidade?

Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest2006/F2/provas/fis-geo.pdf. Acesso em 27.08.2018.

Como se vê na questão 21 e como discutido anteriormente, as ações para minimizar os efeitos da seca são de longa data, tanto a construção dos açudes, quanto o projeto de transposição do rio São Francisco datam do período imperial. Isso denota que os regimes de seca, assim como as tecnologias de convivência não são recentes. São séculos de identificação, estudos, planejamento e poucas ações efetivas para amenizar a convivência com a estiagem prolongada.

A transposição do rio São Francisco é motivo de acirrados debates entre Estados e Estados, Estado e políticos e Estado e pesquisadores, talvez por isso o item "b)" da questão solicite do estudante um argumento contra e outro a favor e sua explicação a respeito da transposição.

Como em outras questões, a 21 dispõe de um texto para orientar as perguntas e as respostas dos vestibulandos, e também tem divulgados comentários[65] da banca elaboradora e as respostas acima e abaixo da média dos vestibulandos. Esse texto, inclusive, é adaptado do jornal Folha de São Paulo de 2005, como indica a fonte. Nele a noção de tempo e mudança é bastante interessante e nos ajuda a alinhavar a discussão que fazemos aqui; o autor indica que de 1847 a 2005, discute-se a mesma questão: a transposição de parte das águas do rio São Francisco para o rio Jaguaribe no Estado do Ceará[66].

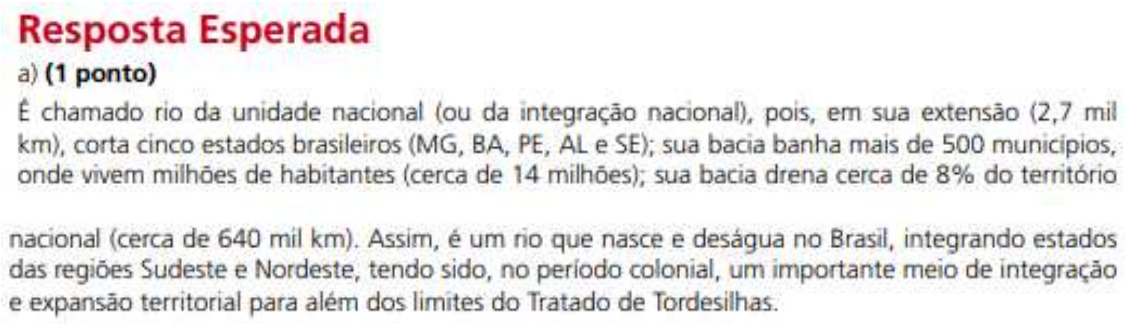
[65] Como dissemos anteriormente, apenas a partir de 1998, a Unicamp divulga em sua página na *internet*, comentários da banca elaboradora do vestibular, respostas acima e abaixo da média dos vestibulandos a respeitos das questões, por esse motivo, apenas questões posteriores a este ano tem esse material para análise.
[66] Na literatura pesquisada o Ceará é um dos Estados mais sensíveis com os regimes de seca.

Mas, é o trecho a seguir que mais chama a atenção do ponto de vista imagético-discursivo-ideológico sobre o Nordeste, e especialmente o Ceará: "Na obra *Contrastes* e *Confrontos*, Euclides da Cunha ressuscitou a idéia do intendente cearense e a incluiu entre as grandes intervenções civilizadoras de que carecia a região, como açudes, barragens, arborização, estradas de ferro e poços artesianos". Como se vê a água e os empreendimentos ligados a ela são símbolos de civilização. Os sentidos atribuídos à água são muito mais diversos e complexos que aqueles ligados tradicionalmente às necessidades fisiológicas do corpo, como a sede.

A água, nesse contexto, significa a chegada da modernidade, da civilização, das intervenções que colocariam essa região no mapa das redes social e de transportes, através das estradas de ferro, porque por elas as sociabilidades acontecem com mais frequência e rapidez, as estradas movimentam pessoas, mercadorias, ideias, conhecimento, tecnologias. A água daria movimento econômico, social e cultural a região, a qual é possível inferir, vive em uma conjuntura de incivilização, improgresso e atraso. A presença/ausência da água retorna ao par civilização/incivilização – sertão/litoral – cidade/campo.

Na primeira pergunta, item "a)" Por que o rio São Francisco é chamado de "o rio da unidade nacional"? o vestibulando precisaria muito mais da imagem que do texto que compõe a questão. O mapa, embora não esteja de excelente qualidade visual, dá indícios do porque o rio ser considerado de integração nacional. A linha que representa o rio atravessa pelo menos cinco estados, passa por duas regiões e nasce e deságua no Brasil. Por isso, a resposta esperada pela banca examinadora do exame é:

Figura 60. Resposta esperada pela banca examinadora do vestibular 2006



Resposta Esperada

a) **(1 ponto)**

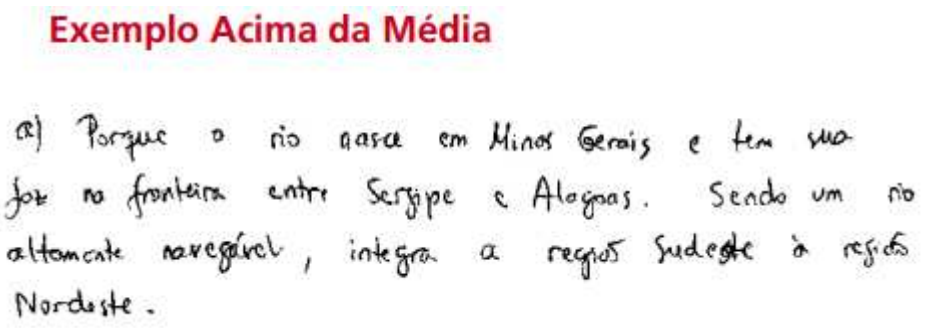
É chamado rio da unidade nacional (ou da integração nacional), pois, em sua extensão (2,7 mil km), corta cinco estados brasileiros (MG, BA, PE, AL e SE); sua bacia banha mais de 500 municípios, onde vivem milhões de habitantes (cerca de 14 milhões); sua bacia drena cerca de 8% do território nacional (cerca de 640 mil km). Assim, é um rio que nasce e deságua no Brasil, integrando estados das regiões Sudeste e Nordeste, tendo sido, no período colonial, um importante meio de integração e expansão territorial para além dos limites do Tratado de Tordesilhas.

Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/2006/download/comentadas/geografia.pdf. Acesso em 27.08.2018.

Para responder a essa pergunta o vestibulando precisava fazer a leitura da imagem e identificar as regiões e Estados minimamente desenhados no mapa. A banca explica que para além dos Estados que o rio corta, nasce e desagua em território brasileiro, é considerado de integração nacional porque já no período colonial foi um importante meio de integração e expansão territorial do Brasil.

Como referência de resposta acima da média, a banca selecionou a seguinte:

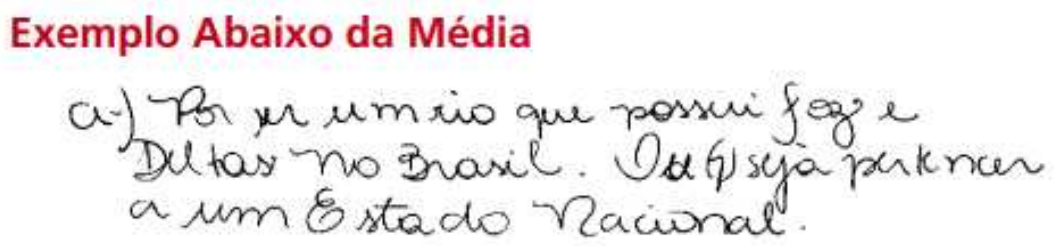
Figura 61. Exemplo de resposta acima da média



Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/2006/download/comentadas/geografia.pdf. Acesso em 27.08.2018.

Observa-se que a resposta do vestibulando é objetiva e indica os Estados que o rio corta e as duas regiões que ele integra. Já no exemplo abaixo da média, a banca selecionou esta resposta:

Figura 62. Exemplo de resposta abaixo da média



Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/2006/download/comentadas/geografia.pdf. Acesso em 27.08.2018.

Do ponto de vista da produção do sentido a resposta sugere um sentido de nacional, de pertencer a um território maior, que neste caso seria o Brasil, embora não esteja explícito em que medida o rio integra o território nacional. Porque, em tese, todos os rios que estão em solo brasileiro são nacionais.

Já no item “b)” a banca solicita aos vestibulandos um argumento contra e um a favor da transposição do rio São Francisco, a expectativa de resposta da banca é esta:

Figura 63. Resposta esperada pela banca examinadora

b) **(2 pontos)**

O projeto de transposição das águas prevê a construção de dois canais, o eixo Norte e o eixo Leste, que somarão 622Km de extensão e levarão água para as bacias de rios temporários no semi-árido nordestino. Dessas bacias, a água seguirá para açudes e reservatórios em cidades, de onde sairá para o consumo humano e uso agropecuário. Por um lado, podem ser apontados como elementos favoráveis à transposição: 1) o aumento da área de irrigação das pequenas propriedades na região do Polígono das Secas; 2) a possibilidade de tornar perenes alguns rios temporários do Sertão; 3) a possibilidade de captação de açudes e de perenizar rios do Nordeste seco Setentrional; 4) o uso social da água para consumo da população; 5) o fato de que o custo do projeto (cerca de 4,5 bilhões de reais) pode ser compensado pela economia obtida pelos efeitos da seca. Por outro lado, os argumentos contrários à transposição apontam para: 1) a geração de déficit hídrico; 2) o aumento do assoreamento, principalmente na foz; 3) o fato de se tratar de mais uma obra de engenharia hidráulica que não ataca o problema da pobreza na estrutura sócio-econômica e política, a real causa do atraso e miséria do Nordeste; 4) o controle das águas nas mãos dos governadores, propiciando o seu uso político; 5) o alto custo da água, beneficiando os proprietários mais ricos; 6) a interferência na geração de energia elétrica, já que o rio São Francisco é responsável por grande parte da sua geração no Nordeste.

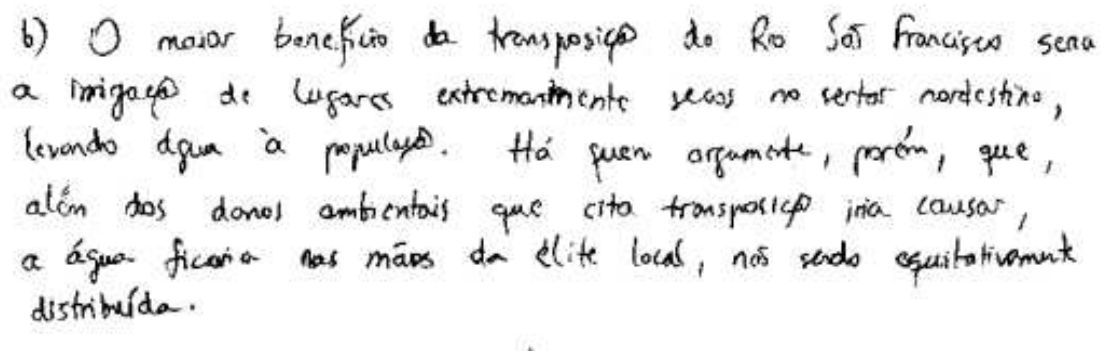
Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/2006/download/comentadas/geografia.pdf. Acesso em 30.08.2018.

A banca traz algumas possibilidades de resposta associando a água a irrigação do polígono das secas, alimentar alguns rios temporários, açudes, para consumo da população e o gasto se reveste em investimento para minimizar os efeitos da seca. Já a respeito dos argumentos contrários à transposição a banca elenca: déficit hídrico, assoreamento, mais uma obra de engenharia para amenizar os efeitos, sem mudar a estrutura social, econômica e política, controle político das águas, alto custo da água e interferência na geração de energia elétrica.

É possível ainda observar que existem palavras que remetem a sentidos estabilizados sobre a região Nordeste que atravessam todo o texto da tese e que é rememorado através desses comentários da banca, são elas: água, semiárido, consumo humano, sede, seca, açudes, reservatórios, projeto, efeitos da seca, pobreza, atraso, miséria... Essas palavras estão coladas à região, oferecendo sentidos que, juntos, formam um conjunto discursivo potente ao Nordeste.

Na resposta ao item “b)” a banca escolheu como exemplo acima da média:

Figura 64. Exemplo de resposta acima da média

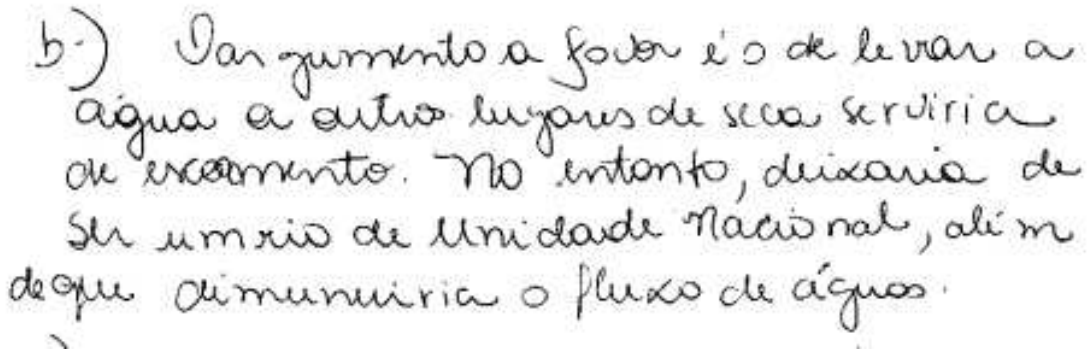

b) O maior benefício da transposição do Rio São Francisco seria a irrigação de lugares extremamente secos no sertão nordestino, levando água à população. Há quem argumente, porém, que, além dos danos ambientais que cita transposição iria causar, a água ficaria nas mãos da elite local, não sendo equitativamente distribuída.

Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/2006/download/comentadas/geografia.pdf. Acesso em 27.08.2018.

A resposta do vestibulando é muito semelhante à resposta esperada pela banca, talvez por isso ela tenha sido escolhida para compor o caderno de respostas como exemplo acima da média. O vestibulando indica que a transposição pode chegar a lugares extremamente secos do sertão nordestino, e possivelmente aqui ele se refere ao polígono das secas, e além dos problemas ambientais se refere à questão política da água, "a água ficaria nas mãos da elite local".

Já no exemplo abaixo da média a banca traz este:

Figura 65. Exemplo de resposta abaixo da média


b) Um argumento a favor é o de levar a água a outros lugares de seca serviria de escoamento. No entanto, deixaria de ser um rio de Unidade Nacional, além de que diminuiria o fluxo de águas.

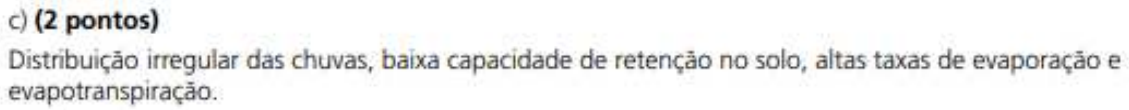
Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/2006/download/comentadas/geografia.pdf. Acesso em 27.08.2018.

O primeiro argumento não parece tão distante do desejado pela banca, visto que a ideia da transposição do rio é levar água para os lugares mais sensíveis à seca, como o polígono. Talvez o sentido de escoamento sugerido pelo vestibulando fosse fazer correr ou escorrer a água do rio. Mas, possivelmente, foi à segunda parte da resposta que a destinou aos exemplos abaixo da média, visto que o vestibulando diz que com a transposição o rio São

Francisco deixaria de ser de unidade nacional, o que não aconteceria mesmo com a transposição.

A respeito da última pergunta questão 21, item "c)" a banca faz uma provocação ao estudante, e mesmo de forma implícita e sobre o pretexto natural, indica que existe uma questão política que sustenta toda rede da seca, na medida em que compara a precipitação média do semiárido nordestino a algumas regiões agrícolas da Europa. Logo sugere que a questão não está na quantidade de chuvas, mas noutro lugar. A resposta esperada pela banca é a seguinte:

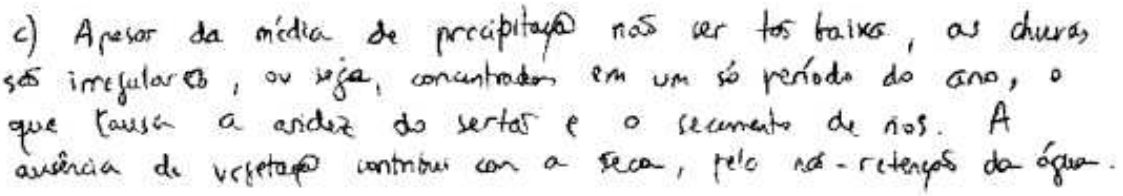
Figura 66. Resposta esperada pela banca


c) **(2 pontos)**
Distribuição irregular das chuvas, baixa capacidade de retenção no solo, altas taxas de evaporação e evapotranspiração.

Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/2006/download/comentadas/geografia.pdf. Acesso em 27.08.2018.

Mas, a banca, como se vê na figura 67, não inclui a discussão política, econômica e social na resposta e se volta diretamente às questões ligadas ao clima, ao solo, enfim, as questões ligadas estritamente à natureza. Quanto a resposta acima da média, esta é a escolhida:

Figura 67. Exemplo de resposta acima da média


c) Apesar da média de precipitação não ser tão baixa, as chuvas são irregulares, ou seja, concentradas em um só período do ano, o que causa a aridez do sertão e o ressecamento de rios. A ausência de vegetação contribui com a seca, pela não-retenção da água.

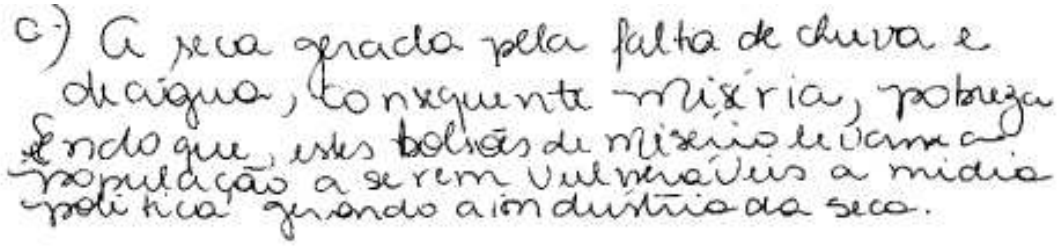
Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/2006/download/comentadas/geografia.pdf. Acesso em 27.08.2018.

Essa resposta, assim como a anterior é muito semelhante ao esperado pela banca. O vestibulando identifica o problema, que não está exatamente na média de precipitação, mas na irregularidade das chuvas, e a consequência desse ciclo seria a aridez no sertão nordestino. Aponta também a falta de vegetação como responsável pela não retenção de água no solo, contribuindo para a seca. Aqui podemos então considerar que se o solo não tem tanta capacidade de retenção, é preciso criar meios que possam reter a água das chuvas,

armazenando para uso posterior. Em proporções diferentes, os açudes, as cisternas seriam um exemplo de armazenamento de água para diferentes usos pela população.

Já a resposta abaixo da média foi:

Figura 68. Exemplo de resposta abaixo da média

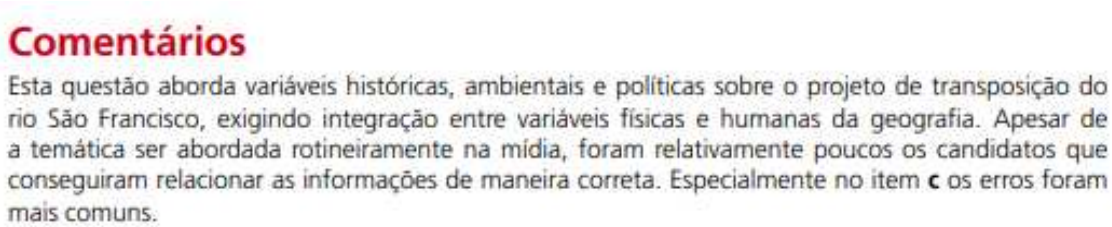


Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/2006/download/comentadas/geografia.pdf. Acesso em 27.08.2018.

Esta resposta é especialmente emblemática, não por estar abaixo da média, porque ela desvia da pergunta solicitada pela banca, mas porque revela uma memória discursiva do Nordeste compartilhada nacionalmente, e pelo vestibulando encadear as ideias e os sentidos como se fossem consequentes, quase numa relação de causa-efeito. Nesta resposta o discurso sobre a região Nordeste aparece com força, pontuando sentidos tradicionalmente referentes a esta região, tais como: falta de chuva e água, miséria, pobreza, bolsões de miséria, vulnerabilidade, política e indústria da seca.

A respeito dessa questão os comentários finais da banca são:

Figura 69. Comentários da banca elaboradora da prova



Comentários

Esta questão aborda variáveis históricas, ambientais e políticas sobre o projeto de transposição do rio São Francisco, exigindo integração entre variáveis físicas e humanas da geografia. Apesar de a temática ser abordada rotineiramente na mídia, foram relativamente poucos os candidatos que conseguiram relacionar as informações de maneira correta. Especialmente no item **c** os erros foram mais comuns.

Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/2006/download/comentadas/geografia.pdf. Acesso em 27.08.2018.

Como se pode identificar a discussão sobre o polígono das secas, assim como o acesso a água relaciona diretamente clima e política, não sendo possível analisar um em detrimento do outro, porque, embora distintos, complementam-se na análise do contexto das secas.

Exceto pela primeira pergunta, na qual a imagem dá pistas da resposta, a questão não explora nem o texto, nem a imagem que compõem o conjunto. Tanto para o item "b)" quanto para o "c)", o texto e a imagem seriam desnecessários, principalmente a imagem que fica em segundo plano. Isso fica registado pelo enunciado da questão: "Leia o trecho a seguir e responda:". Nem este enunciado, nem o próprio trecho se referem à imagem de alguma forma. Nesse sentido, a imagem aparece apenas para compor visualmente a questão. Mais uma vez, exceto o item "a)", o trecho também não corrobora para a resposta dos outros itens, visto que o trecho enfoca o sentido simbólico, "metafórico", da água e das intervenções para civilizar o nordeste e os demais itens solicitam, basicamente, questões de ordem natural. O sentido de natural, de forma geral nas provas do vestibular da Unicamp, tem a conotação de objetividade, especificidade, cientificidade e técnica, o que, ao que tudo indica, contraporia-se ao simbólico, metafórico.

Mas, a imagem da questão 21, do ano de 2006, é forte como visualidade porque ela se reproduz em diversos meios. Também é uma imagem clássica tanto em questões do vestibular, quanto em livros didáticos e imagens na internet. O recorte dos municípios e regiões que o mapa apresenta, bem como a delimitação no Nordeste e parte do norte de Minas Gerais do polígono das secas. Uma questão que aparece com o desenho do mapa, mas fica silenciado nesta questão, assim como em outras questões e discussões de forma geral, é a presença ou o prolongamento da seca e do polígono das secas no norte de Minas. Parte do caminho percorrido pelo rio São Francisco é também o caminho do polígono das secas e o mapa mostra que esse percurso é coincidente em alguns espaços.

A respeito dos regimes de secas e das grandes áreas climáticas do Nordeste a questão de número 29[67] do vestibular de 1991 traz uma imagem que se aproxima da imagem da questão 21 do ano de 2006, tanto visualmente, quanto acerca do conteúdo descrito em ambas. Vejamos:

[67] Como está questão é anterior ao ano de 1998, logo não há respostas da banca, nem exemplos de respostas acima e abaixo da média.

Figura 70. Questão 29 da prova de Geografia da 2ª fase do ano de 1991 da Unicamp

29.

a) identifique através dos números existentes no cartograma acima, a região do semi-árido nordestino;

b) as famosas "grandes secas" dessa área decorrem de um processo em que há a junção de dois regimes de seca (a exemplo do que ocorreu em 1958, 1970, 1979-1984). Caracterize esses dois regimes que explicam as "grandes secas".

Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/1991/download/FIS_GEO.pdf. Acesso em 08.09.2018.

A questão 29 apresenta o mapa das quatro sub-regiões do Nordeste. É também uma imagem clássica, presente em livros didáticos e em outros diversos meios de acesso de estudantes de ensino médio. Ao contrário da questão analisada anteriormente, a imagem é o próprio enunciado, estando ou devendo estar em uma posição de destaque na questão. A premissa é de que, se a imagem é o enunciado, é necessário mobilizar uma série de conhecimentos para fazer sua leitura e interpretação, e esses dois movimentos, na AD, realizam-se através das relações em que é submetido o "objeto" da leitura. Se fizéssemos, por exemplo, a sobreposição desse mapa ao anterior, da questão 21, veríamos que o recorte espacial de número 3 coincide, com pequenas diferenças, à mancha no mapa, que dá destaque ao polígono das secas.

Na imagem abaixo vemos a forte semelhante entre os dois mapas:

Figura 71. Recortes dos mapas das questões 21 e 29 do vestibular da Unicamp

É possível identificar nas imagens que, embora o desenho da região Nordeste esteja com baixa qualidade, na imagem à esquerda os números que identificam as sub-regiões foram escritos à mão livre, e ainda assim, vemos que o número três é o espaço recortado pelo polígono das secas.

Essas duas imagens remetem a um par espacial, cultural e econômico que já viemos tratando desde o início da tese: o sertão e o litoral. Aqui não consideramos esses dois espaços em contraposição, são espaços que conservam as suas alteridades, mas nos quais um atravessa o outro, recorrentemente. A esse respeito o PCN de Geografia explica:

> É importante lembrar que essas diferentes relações com a propriedade, com a natureza e com o trabalho não estão colocadas lado a lado de forma estanque, mas interagem. Pequenos produtores e comunidades indígenas cada vez mais perdem a possibilidade de se determinarem no interior dos grandes sistemas. Pode-se pensar e explicar para os alunos que nas cidades ainda se reproduzem relações de trabalho e de mercado em que o novo e o antigo interagem. As feiras públicas, heranças do passado, convivem com os elegantes e abarrotados hipermercados. Formas artesanais de produção em fábricas domésticas, lembrando o período medieval, coexistem nas cidades com poderosas e automatizadas indústrias modernas (BRASIL, 1998, p. 65-66).

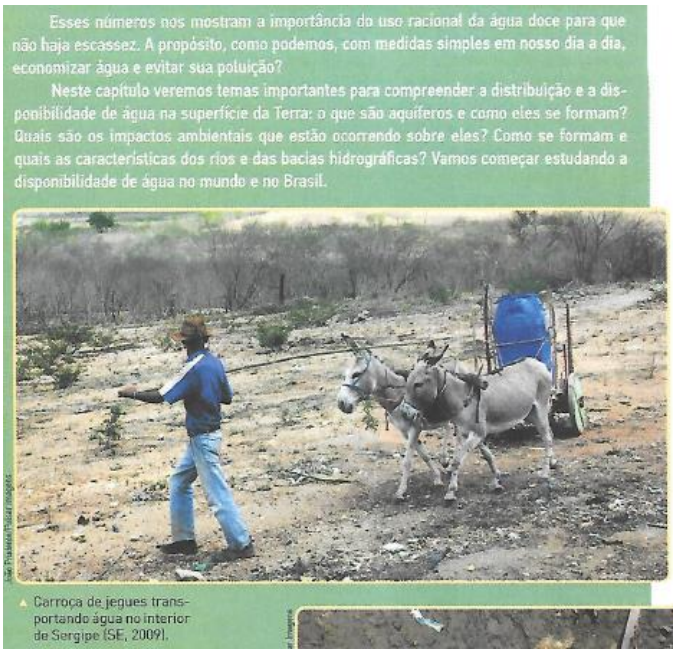
A citação retoma a ideia de que tanto no campo quanto na cidade existem relações diferentes com a propriedade, a natureza e o trabalho. Isso quer dizer que há uma relação diversa com o espaço. O PCN sugere que se deve explicar para os alunos que nas cidades ainda existem relações de trabalho antigas ou tradicionais, e exemplifica com as feiras-livres nas grandes cidades. É importante que fique claro que, embora diferentes, essas relações de trabalho não podem ser colocadas de forma hierárquica. Ou seja, o funcionário do supermercado não deve ser considerado “melhor” que o vendedor de frutas que vende na rua,

pois essas são formas de relações com o espaço e com o trabalho intrinsecamente diferentes, discussão realizada anteriormente. Sertão-litoral, campo-cidade fazem parte de conjuntos regionais que, para além dos critérios administrativos e institucionais, são definidos pelas subjetividades. A cidade está no campo e vice-versa, o sertão está no litoral e vice-versa.

O campo, a roça, o rural, assim como a carroça e o jegue são reservados ao Nordeste e isso fica explícito no livro didático quando o lugar social do Nordeste é marcadamente "incivilizado" e aí temos dois níveis de preconceito, o primeiro, de associar o Nordeste quase exclusivamente ao rural e o segundo, e vincular o rural ao "incivilizado", anacrônico e arcaico.

Nesse ponto de vista, observamos abaixo, figura 73, a seguinte situação: um homem conduz dois animais que puxam uma carroça (no último caso, a carroça serve ao transporte de água). Pela memória discursiva compartilhada, não há dúvidas de que esta imagem é um "retrato" da região nordeste do Brasil.

Figura 72. Imagem do livro didático


Esses números nos mostram a importância do uso racional da água doce para que não haja escassez. A propósito, como podemos, com medidas simples em nosso dia a dia, economizar água e evitar sua poluição?

Neste capítulo veremos temas importantes para compreender a distribuição e a disponibilidade de água na superfície da Terra: o que são aquíferos e como eles se formam? Quais são os impactos ambientais que estão ocorrendo sobre eles? Como se formam e quais as características dos rios e das bacias hidrográficas? Vamos começar estudando a disponibilidade de água no mundo e no Brasil.

▲ Carroça de jegues transportando água no interior de Sergipe (SE, 2009).

Fonte: Sene, Moreira. Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização, 2010, p. 157.

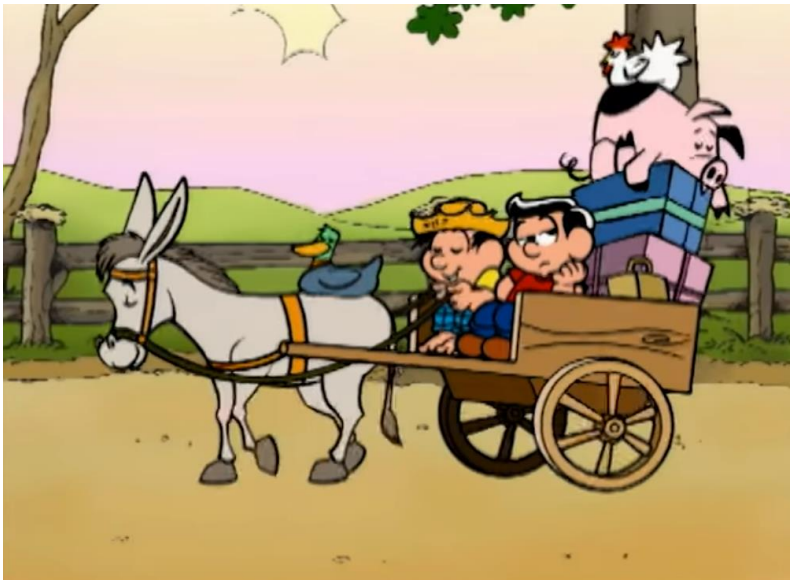
Contudo, é importante considerar o texto ligeiramente acima da foto. O texto informa que o capítulo tratará da disponibilidade da água na superfície da Terra e no Brasil; é simbólico e histórico justamente por isso, porque de todos os lugares do Brasil que se poderia discutir sobre a disponibilidade de água, o Nordeste é o que possui um conjunto histórico-imagético-discursivo-geográfico que permite dizer que aí a água é uma questão importante, ou

um problema. A legenda da fotografia (figura 73) apenas informa o que os olhos educados a olhar já haviam enquadrado:

Carroça de jegues transportando água no interior de Sergipe (SE, 2009).

Na história em quadrinhos da Turma do Chico Bento, o episódio "Na roça é diferente" é representativo dessa relação ora harmoniosa, ora conflituosa entre as carroças e as pessoas. No episódio, Chico Bento utiliza a carroça para buscar o seu primo citadino numa estação de trem. O primo, por sua vez, acostumado com a rapidez da cidade, perde a paciência com a lentidão do transporte oferecido pelo Chico Bento; o animal, um burrico, ouvindo todo o diálogo se ofende e revolve parar no meio do caminho; empacado, só volta a marchar quando firma um acordo com Chico Bento. A moeda de troca são cinco (5) cenouras.

Figura 73. Recorte da HQ de Chico Bento. Na roça é diferente.



Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Bfx_E3zvnjc. Acesso em 20.09.2018.

Para além do sentido lúdico da relação de afeto e respeito entre Chico Bento e o burrico, a carroça, nesse contexto, é associada à roça ou ao espaço rural, ou ao campo, e os sentidos são construídos de forma "negativa" como, por exemplo, a "ingenuidade" de Chico ao negociar com o burrico, ao atraso nos meios de transporte, a lentidão de um tempo que se "perde" no trajeto até chegar em casa. O espaço da roça, lugar-maior da carroça, é de fato tomado como atrasado.

O mesmo não acontece quando a carroça é considerada ou significada em outros contextos, como em passeios turísticos, por exemplo, em cidades como Petrópolis e Paraty no Rio de Janeiro, Poços de Caldas em Minas Gerais, no Central Park em Nova Iorque, em Londres na Inglaterra. Nesses lugares, a carroça ganha outros nomes (nos três primeiros é charrete e no último, carruagem). O lugar social de onde se fala é importante, mas de onde se vê é tão importante que a carroça, a charrete e a carruagem são definidas pelo dicionário online de português Aurélio, assim:

Figura 74. Definições do Aurélio

Significado de Carroça
substantivo feminino Transporte puxado por um animal, geralmente cavalo ou boi.
[Brasil] Pop. Veículo de marcha vagarosa. Pessoa que retarda o pagamento dos seus débitos.

Significado de Charrete
substantivo feminino Carruagem leve, puxada geralmente por um só cavalo. As charretes eram um meio de transporte muito usado antes da invenção do automóvel. Havia, então, muitos tipos de charretes.

Significado de Carruagem
substantivo feminino Veículo com quatro rodas, puxado a cavalo e usado no transporte de pessoas.
Saiba mais:
As carruagens foram um aperfeiçoamento das lentas e pesadas carroças e dos coches destinados a transportar passageiros, seu desenvolvimento data do início do séc. XVIII.

Disponível em: https://www.dicio.com.br/carruagem/. Acesso em 20.09.2018.

Em teoria, não existe diferença significativa entre esses três termos, em todos eles está descrito: uma estrutura com rodas puxada por animal. O sentido muda porque cada termo é usado em lugares sociais diferentes. No sentido objetivo, prático, a famosa princesa da Disney, a Cinderela, por exemplo, teria chegado e saído do baile de carroça ou de carruagem. E uma das tradições do Reino Unido é que os recém-casados da família real passeiem entre o público de carroça ou carruagem, como alguns vão preferir.

Já no item “a)” da questão 29, em análise, a pergunta é a seguinte: “Identifique através dos números existentes no cartograma acima, a região do semi-árido nordestino”. O vestibulando precisa identificar quais das quatro sub-regiões possui um clima semiárido. Se considerarmos o mapa do polígono das secas, saberíamos que a resposta esperada pela banca é o número três, mas desconsiderando o mapa, o vestibulando poderia ter analisado que a região Nordeste é conhecida e reconhecida pelo clima semiárido, logo, este deveria se manifestar em uma área significativamente extensa e mais uma vez o número três aparece, já que cobre a maior parte do território nordestino.

O vestibulando poderia fazer uma outra reflexão. À direita do mapa, fica o oceano Atlântico, à esquerda já há indícios da floresta amazônica, e dessa forma o semiárido, como clima que sugere baixa pluviosidade, estaria na faixa intermediaria a esses dois domínios (mata atlântica e floresta amazônica). Cabe destacar que existem duas áreas de transição no mapa, a primeira é o agreste, transição entre a zona da mata e o sertão e o meio-norte, transição entre o sertão e a floresta amazônica. Dessa forma, o número um é a zona da mata, o dois é o agreste, o três o sertão e o quatro o meio-norte nordestino. É importante dizer que essas sub-regiões foram definidas a partir de critérios naturais e fisiográficos. O mapa da questão 29 remete a esse outro do livro didático de Geografia, no qual as sub-regiões ficam melhor identificadas:

Figura 75. Recorte de livro didático: As sub-regiões do Nordeste

Fonte: Lucci, Branco e Mendonça. Território e sociedade: no mundo globalizado. Ensino médio, 2014, p. 242.

Observamos no mapa que o sertão, definido pelo item “a)” da questão 29, como “região do semi-árido nordestino”, se expande até o norte de Minas Gerais. O norte de Minas assim como os Estados do semiárido nordestino, é completamente afetado pelos fenômenos da seca, as situações de emergência e a má distribuição das chuvas, e os dados pluviométricos são semelhantes nesta região. Aceitamos a ideia de que a seca e seus efeitos e fenômenos são

uma realidade nordestina, e a sede, a fome, a miséria são realidades vividas por milhares de nordestinos há séculos. Mas, considerando as secas em outras regiões do Brasil e do mundo, isso nos leva a pensar que há um desejo e uma necessidade de mostrar, de apresentar, de representar, de expressar, catalogar para não esquecer e dar sentido à região Nordeste pela e através das secas e de suas repercussões climáticas e sociais.

No *site* do Brasil Escola do *UOL,* na sessão Geografia do Brasil, no subtema "as sub-regiões do Nordeste", esse mapa aparece assim:

Figura 76. Mapa das Sub-regiões do Nordeste do *site* Brasil Escola

As sub-regiões do Nordeste Verde – Meio-norte; vermelho – Sertão; roxo – Agreste; amarelo – Zona da Mata

Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/brasil/as-subregioes-nordeste.htm

Os mapas mostram, mesmo de forma genérica, que existe uma diversidade climática na região Nordeste e que esta certamente se reverbera em diferenças na vegetação e no solo. Talvez, este poderia ter sido o mote para uma discussão mais plural e diversa sobre esta região, mas a pergunta do item "b)" da questão 29, ao contrário, retoma a ideia hegemônica sobre a seca e solicita do vestibulando que "Caracterize esses dois regimes que explicam as "grandes secas"". E, neste caso, caberia ao vestibulando informar em sua resposta que há baixa pluviosidade nos períodos descritos na pergunta da questão, maior evapotranspiração, em função também da escassez, e intermitência das chuvas e, por isso, houve dois importantes regimes de seca entre 1958, 1970 e 1979-84.

É importante dizer que não conseguimos encontrar mapas semelhantes a este das outras grandes regiões brasileiras: Sudestes, Sul, Centro-Oeste e Norte.

Já o livro didático citado acima, utiliza o mapa das sub-regiões do Nordeste para fazer furos nesse discurso hegemônico. Os autores não se referem a seca, e os professores e estudantes são estimulados a saírem do lugar do comum suscitando outras reflexões. Os autores utilizam um mapa semelhante ao da questão 29, mas deslocam o sentido dessas sub-regiões para mostrar o quão potente e diverso pode ser o Nordeste, citam exemplos de destaques nacionais na produção agropecuária, de cidades importantes para as economias regionais e das culturas irrigadas de parte do sertão, como no Vale do São Francisco:

Figura 77. Recorte de livro didático. Breve descrição das sub-regiões do Nordeste

Fonte: GARCIA, Carlos. *O que é Nordeste Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 6.

O cultivo da cana-de-açúcar é, desde o período colonial, uma importante atividade econômica da região. O produto é cultivado praticamente em todos os estados do litoral oriental, com destaque para os estados de Pernambuco e de Alagoas, na **Zona da Mata**.

Pernambuco ocupa o segundo lugar na produção brasileira de açúcar e álcool, superado apenas pelo estado de São Paulo. No entanto, como visto, a estrutura agrária da região, que se mantém até hoje, é controlada pelo poder político regional, ocasionando grandes desigualdades na distribuição de terras.

No **Agreste**, área de transição entre a Zona da Mata e o Sertão, estruturaram-se diversas cidades importantes, como Campina Grande, na Paraíba, Caruaru, em Pernambuco, Arapiraca, em Alagoas, e **Feira de Santana e Vitória da Conquista**, na Bahia. É também um centro abastecedor de diversos produtos agropecuários para os grandes centros da Zona da Mata, em razão da existência de pequenas e médias propriedades, onde se praticam a policultura e a pecuária leiteira.

No **Sertão** praticam-se a pecuária extensiva e, em vários trechos, a agricultura, inclusive irrigada, sobretudo no Vale do Rio São Francisco e no Vale do Rio Açu, região de Mossoró, interior do Rio Grande do Norte.

Fonte: Lucci, Branco e Mendonça. Território e sociedade: no mundo globalizado. Ensino médio, 2014, p. 242.

Os autores escrevem sobre a expansão da agricultura modernizada, sobretudo da produção de soja, algodão, milho e café no Maranhão e Piauí. Outro ponto para o qual chamam atenção se refere ao turismo como potencializador de importante fonte de renda para essas regiões, especialmente, nas cidades de Salvador, Fortaleza, Natal, Recife e Porto Seguro, embora chamem atenção para a necessidade de qualificação de obra para atender a essa função.

Já no *site* “Super pro”, essa questão é respondida da seguinte maneira:

Figura 78. Exemplo de resposta para a questão 29 de 1991, proposta pelo site "Super Professor".

Enunciado: Downloads: 252 | Comentar

a) Identifique através dos números existentes no cartograma a seguir, a região do semiárido nordestino.

b) As famosas "grandes secas" dessa área decorrem de um processo em que há a junção de dois regimes de seca (a exemplo do que ocorreu em 1958, 1970, 1979-1984). Caracterize esses dois regimes que explicam as "grandes secas".

Gabarito / Resolução:

a) Nº 3.
b) Retenção de umidade oceânica pelo relevo de chapadas a leste; ausência de uma massa de ar dominante sobre a região.

Disponível em: https://www.sprweb.com.br/mod_app/index.php. Acesso em 03.10.2018.

O item a) é respondido pelo número 3, o qual representa no mapa o sertão nordestino. Essa é uma questão que solicita apenas do estudante a identificação no mapa da região semiárido, discutida anteriormente. Já no item b) o vestibulando teria que caracterizar os regimes que explicariam as grandes secas; a resposta oferecida pelo "Super pro" é: retenção de umidade oceânica pelo relevo de chapadas a leste; ausência de uma massa de ar dominante sobre a região".

Observamos que essa resposta além de incompleta poderia confundir o vestibulando. Para além das questões políticas que estão ausentes, na continuidade da resposta há apenas "ausência de massa ar de dominante", mas não diz qual. Era necessário dizer qual tipo de massa de ar deveria estar presente, ou pelo menos, denominar aquela região representada no mapa. Existe uma explicação física, meteorológica para o fenômeno das secas e talvez a primeira delas seja o reconhecimento de que a seca é, de fato, um fenômeno natural, que ocorre com relativa regularidade ocasionando atraso ou má distribuição das chuvas. Embora, seja importante dizer que a seca não é exclusiva da região Nordeste, pode acontecer em regiões como a Sudeste e Sul e em outros países como Ásia, Austrália e América do Norte.

De acordo com dados da Fundação Joaquim Nabuco a seca decorre da interação de uma série de fatores e fenômenos, dos quais:

> alguns externos à região (como o processo de circulação dos ventos e as correntes marinhas, que se relacionam com o movimento atmosférico, impedindo a formação de chuvas em determinados locais), e de outros internos (como a vegetação pouco robusta, a topografia e a alta refletividade do solo).
> Muitas têm sido as causas apontadas, tais como o desflorestamento, temperatura da região, quantidade de chuvas, relevo topográfico e manchas solares. Ressalte-se, ainda, o fenômeno *"El Niño"*, que consiste no aumento da temperatura das águas do Oceano Pacífico, ao largo do litoral do Peru e do Equador (GASPAR, 2009)[68].

Seria ingênuo e perverso desconsiderar a seca e seus fenômenos adjuntos e decorrentes. A seca é uma realidade para muitos nordestinos, mas não para todos. A seca tem uma localização geográfica que nos permite dizer que parte considerável do Nordeste brasileiro é abraçado ou é afetado em diferentes níveis pela combinação de fatores que provocam as secas. Há sim famílias migrando, famílias passando sede e fome, crianças desnutridas e doentes, animais sendo mortos pelo contexto das secas.

Mas o que se questiona ou, pelo menos, a discussão que se propõe nesta tese, é primeiro: a depreciativa produção imagético-discursiva, gerando modos de ver, padrões de figurabilidade e de visualidade do Nordeste e do nordestino; segundo: refletir a partir desses padrões e modos de ver preconceituosos, separatistas e desqualificadores; terceiro: observar a seca e seus fenômenos apenas pelo ponto de vista eminentemente climático-natural, deixando de lado o aspecto político, econômico, histórico, geográfico e social; e quarto: a excessiva generalização de representar, apresentar uma região por um único elemento.

Na penúltima questão que analisaremos neste subtópico de tema: "Na esquina, a seca do Nordeste", temos justamente todos esses elementos descritos no parágrafo acima como delineadores da região Nordeste. A seguir a questão 17 do vestibular da Unicamp do ano de 1996:

---

[68] Informações disponíveis no *site* da fundação Joaquin Nabuco: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=418&Itemid=1

Figura 79. Questão 17 da prova de Geografia da 2ª fase do ano de 1996 da Unicamp

17. A narrativa a seguir reconstitui uma paisagem tipica do Brasil.

"Criei-me nos mangues lamacentos do Capibaribe cujas águas fluindo diante dos meus olhos ávidos de criança, pareciam estar sempre a me contar uma longa história. O romance das longas aventuras de suas águas descendo pelas diferentes regiões do Nordeste: pelas terras cinzentas do sertão seco, onde nasceu meu pai e de onde emigrou na seca de 77 com toda a família, e pelas terras verdes dos canaviais da zona da mata, onde nasceu minha mãe, filha de senhor de engenho. Essa era a história que me sussurava o rio com a linguagem doce de suas águas passando assustadas pelo mar de cinza do sertão, caudalosas pelo mar verde dos canaviais infindáveis e remançosas pelo mar de lama dos mangues, até cair nos braços do mar de mar.

(...) Foi assim que eu vi e senti formigar dentro de mim, a terrível descoberta da fome. Da fome de uma população inteira escravizada à angústia de encontrar o que comer". (Josué de Castro, *Homens e Caranguejos*, Ed. Brasiliense, p.18-19, 1967).

a) Descreva essa paisagem, a partir dos elementos contidos no texto.

b) Como podemos explicar a problemática da fome no Nordeste?

Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/1996/download/GEO.PDF. Acesso em 03.10.2018.

A questão 17 nos chama atenção pelo extenso recorte de texto que compõe o seu enunciado. O tamanho, o estilo da fonte (itálico) e as aspas dão destaque ao recorte, quase deixa invisível o enunciado propriamente dito e as perguntas, divididas em a) e b). Isso nos leva a considerar que o recorte de texto retirado do romance "Homens e caranguejos" de Josué de Castro tem grande importância para a questão, isso pode ser mais uma vez confirmado pela descrição quase completa da fonte, faltando apenas o local de publicação. A edição utilizada pela banca elaboradora, de 1967, primeira e possivelmente única, é a mesma a qual tivemos acesso, não temos notícias de outras edições desse mesmo romance.

O romance "Homens e caranguejos" é publicado na década de 1960 e descreve com riqueza de detalhes a situação de abandono pelo qual passavam as famílias que migravam do sertão para o litoral de Recife, Pernambuco. Josué de Castro narra a história de uma família de retirantes que migraram do interior do Estado para o litoral, e encontram como única possibilidade de sobrevivência catar caranguejo na lama do mangue e viver nas palafitas sobre parte do mangue, parte do mar.

A década de 60 para a região Nordeste é especialmente importante porque é justamente o período em que a industrialização desta região se fortalece, amplia-se e movimenta a economia regional com mais pujança. Enquanto, de um lado, o Nordeste experimentava o avanço tecnológico e econômico, de outro ainda ostentava o título de região da fome, da miséria, das doenças. A região problema do país.

É preciso pontuar que este não é o romance mais conhecido de Josué de Castro, publicado no ano de 1946 "Geografia da fome" é nacionalmente conhecido, citado, estudado, analisado e, inclusive, citado em alguns discursos políticos. "Geografia da fome", ao contrário de "Homens e caranguejos" foi editado dezenas de vezes e publicado em vários idiomas.

O enunciado da questão diz que a "narrativa a seguir reconstitui uma paisagem típica do Brasil", mas a paisagem descrita deixa explícito que é uma paisagem de litoral, visto que só é possível a existência do mangue em áreas que tenham mar, e o litoral do espaço brasileiro é geograficamente e matematicamente muito menor que o sertão[69] brasileiro. Esse pode ser um indicativo do que discutimos anteriormente (no capítulo 3 da tese) de que existe uma divisão geográfica do sentido no Brasil e, sobretudo no espaço nordestino. Mas as cidades litorâneas produzem discursos dominantes e são mais valorizadas do ponto de vista econômico, social, político e cultural.

No conto "O ciclo do caranguejo" de 1937[70], Josué de Castro diz que corria pelo sertão a notícia de que havia trabalho, dinheiro e comida na cidade:

> Nesse tempo espalharam pelo interior o boato que o governo tinha criado um Ministério para defender os interesses do trabalhador e que, com os fiscais da lei, a vida na cidade estava uma beleza, trabalhador ganhando tanto que dava para comer até matar a fome. A família Silva ouviu esta história, acreditou piamente e resolveu descer para a cidade, para gozar das vantagens que o governo bom oferecia aos pobres (CASTRO, 1937, p. 25).

Essa mesma notícia é descrita por Raquel de Queiroz em seu romance o "Quinze", a cidade de Fortaleza foi destino de Chico Bento, Cordulina sua mulher e seus três filhos Josias, Pedro e Manuel quando foram obrigados a migrar do sertão para o litoral em uma fuga desesperada da seca. É possível reafirmar através desses romances que existe uma Geografia dos sentidos da cidade em relação ao sertão, ou ainda do litoral em relação ao sertão. A cidade representava e ainda representa a perspectiva do trabalho, do dinheiro, de melhores condições de vida. Mas, a família de Zé Luís da Silva e a família de Chico Bento, quando chegaram à cidade, viram que aquela notícia estava longe de se realizar. A respeito da chegada de Zé Luís da Silva e sua família à cidade de Recife, narra Castro (1937, p. 23):

[69] Aqui tomamos por base uma noção simples de litoral e sertão: toda porção de terra que é banhada pelo mar é considerada litoral e toda a parte não banhada é sertão. O sertão está associado a interiorização do território brasileiro, isso em uma visão do colonizador.

[70] O conto "O ciclo do caranguejo" foi originalmente publicado em 1930 e em 1937 se juntou a outros textos no livro "Documentários do Nordeste" do mesmo autor, edição da qual tivemos acesso.

> Logo de chegada a família ouviu que a coisa era outra. Não havia dúvida que a cidade era bonita, com tanto palácio e as ruas fervilhando de automóveis. Mas a vida do operário, apertada como sempre. Muita coisa pros olhos, pouca coisa pra barriga.
> O caboclo Zé Luís da Silva não quis desanimar. Adaptou-se: "Quem não tem remédio, remediado está." Entrou na luta da cidade com todas as forças de que dispunha, mas as forças dele não rendiam que desse para a família viver com casa, roupa e comida. Casa só de 80 mil réis para cima, para comida uns 150 e os salários sem passarem de 5 mil réis por dia.
> Começou o arrôcho. Só havia uma maneira de desapertar: era cair no mangue. No mangue não se paga casa, come-se caranguejo e anda-se quase nu. O mangue é um paraíso. Sem o cor-de-rosa e o azul do paraíso celeste, mas com as cores negras da lama, paraíso dos caranguejos.

O litoral ainda representa o discurso da modernidade, do centro gravitacional do Estado; é assim com Recife, Salvador, Maceió, Fortaleza e tantas outras cidades litorâneas nordestinas. Essa divisão espacial, como dissemos anteriormente, configura-se pelo litoral moderno e sertão atrasado, e colado a esta divisão espacial está a divisão social. Castro diz que o seu pai é nascido nas terras cinzas do sertão e de lá migrou pela seca, já sua mãe é filha de senhor de engenho e nasceu nas terras verdes dos canaviais da zona da mata. O autor deixa bem evidente no seu texto essa marca social pela descrição que não faz da origem de seu pai, e que faz de sua mãe e de como esses lugares sociais estão ligados ao lugares geográficos. O não-dito aqui é preenchido pela memória coletiva, memória imagético-discursiva. Repare que o pai não tem pai, ou seja, o pai não tem uma posição de destaque na sociedade pernambucana, por isso não precisa ser mencionado porque já está localizado socialmente no não-dito, através da memória discursiva que se tem do sertão pernambucano.

A respeito do não-dito, Orlandi (1998, p 10) esclarece que

> O princípio dessas práticas de leitura consistiria em se levar em conta a relação do que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando "escutar" a presença do não-dito no que é dito: presença produzida por uma ausência necessária. Como só uma parte do dizível é acessível ao sujeito, com essa escuta, o analista poderá ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de "suas" palavras.

O não-dito significa tanto quanto o dito. E o discurso é preenchido de ditos e não-ditos que constituem o sentido. O jeito que é dito, as palavras escolhidas, direcionam o sentido numa ou noutra direção. O não-dito produz sentido e é por isso que Orlandi (1998) explica que as práticas de leituras precisam levar em conta o que não é dito, ausência preenchida de significados.

A narrativa que está abaixo do enunciado, mas que ao mesmo tempo faz parte dele é um texto bastante forte, e traz diversos elementos significantes do discurso. O que inclusive é solicitado como resposta à questão "a) Descreva essa paisagem, a partir dos elementos

contidos no texto"; observem que o item a) solicita do vestibulando justamente a descrição da descrição. O estudante-vestibulando teria que reconstruir a narrativa a partir da narrativa de Josué de Castro. Possivelmente, os vestibulandos escolheram os elementos que mais lhes chamaram atenção no recorte de texto e a partir deles reconstruíram a paisagem "típica" do Brasil.

Na expressão "típica" cabe o discurso-comum, o discurso clichê, aquele que se repete com frequência e força, e mais uma vez temos a divisão espacial do sentido. O texto que denota uma paisagem típica do Brasil se remete claramente ao Nordeste brasileiro, ou seja, aquela é uma paisagem típica do Brasil-Nordeste, onde a fome e a população escravizada são tipicamente nordestinas. A divisão geográfica do sentido se dá justamente dessa relação Nordeste – faminto, atrasado, subdesenvolvido e Sudeste – farto, moderno, desenvolvido. Isso ainda pode ser observado na imagem a seguir:

Figura 80. Recorte de livro didático: as desigualdades sociais no espaço brasileiro

Fonte: Giardino, et al. Geografia nos dias de hoje. Ensino Fundamental 2, 2017, p. 96.

A legenda à esquerda informa que a foto um é do parque em Caetano do Sul, em Paulo (2013), e a foto dois é de uma rua sem pavimentação, em Melgaço, Pará (2012). Essa imagem inicia o subcapítulo "As desigualdades sociais no espaço brasileiro" do livro didático "Geografia nos dias de hoje". Embora o Pará não se localize na região Nordeste, a região Norte compartilha de sentidos muitos parecidos ao Nordeste, como já dissemos no capítulo 3 da tese. Observe que a exposição das desigualdades sociais não se dão dentro da própria

região ou na comparação a situações semelhantes em regiões diferentes, há uma comparação de lugares e situações muito diferentes, criando um sentido de que no Sudeste não teriam ruas sem pavimentação, espaços de lazer e acesso a serviços públicos. O sentido dominante inscreve o Norte e o Nordeste (e as vezes, Norte e Nordeste são apenas Norte e, outras vezes, são apenas Nordeste) numa cadeia de sentidos que os colocam como lugares pouco desenvolvidos, precários de infraestrutura para viver, já o Sudeste é justamente o oposto disso, é, dessa forma, circulando por diversos suportes e mídias que se estabelece uma Geografia do sentido no espaço geográfico brasileiro.

Na palavra "típica", pode caber também que a fome descrita é uma questão nacional e não apenas regional, embora a menção ao Nordeste esteja explícita, ou seja, há uma identificação daquela paisagem a uma região. E mais, o que seria uma paisagem típica do Brasil? Um país tão diverso do ponto de vista físico, histórico, geográfico, climatológico, geomorfológico e cultural? Quais elementos de uma paisagem representariam o Brasil? O mar? O carnaval? A fome? A miséria? De qualquer sorte, se é uma paisagem típica brasileira, pode significar que todos os cidadão brasileiros independentes da região são responsáveis pela situação de miséria descrita no texto de Josué de Castro.

No item a) podemos identificar que a banca solicita do vestibulando justamente um exercício parafrástico a partir de uma formação discursiva e ideológica explicitada pelo recorte do romance. Nesta citação de Josué de Castro não há espaço para dúvida, para o questionamento, para a ruptura. O sentido aponta para uma direção dominante, hegemônica e legitimada. Para Orlandi (1998) um autor, que aqui pode ser considerado o elaborador das questões do vestibular da Unicamp, que é uma posição sujeito, formula um enunciado que está na ordem do repetível e por isso é interpretável, "ele o faz de forma particular instaurando um lugar de interpretação no meio de outros" (ORLANDI, 1998, p. 13). Isso quer dizer que o professor-elaborador das questões define um lugar de interpretação, no qual o estudante-vestibulando deve ocupar e é desse lugar que se espera uma resposta e não outra qualquer.

A respeito das repetições, Orlandi (1998, p. 13-14) distingue três modos:

> a. Repetição empírica: exercício mnemônico que não historiciza o dizer;
> b. Repetição formal: técnica de produzir frases, exercício gramatical que também não historiciza, só organiza;
> c. Repetição histórica: formulação que produz um dizer no meio dos outros, inscrevendo o que se diz na memória constitutiva.

Orlandi (1998), contudo, chama atenção para o trânsito que existe entre esses modos de repetição, o discurso passeia entre eles, um gesto de leitura só é possível porque a repetição sustenta a interpretação. Dito isso, a questão 17 do ano de 1996 representa de forma mais forte a repetição empírica e a formal, mas todas as questões analisadas anteriormente também fazem parte desses modos de repetição. São questões que não consideram as condições históricas de constituição do Nordeste, ao contrário, apagam as condições de produção e naturaliza os sentidos a respeito do Nordeste e do nordestino. A repetição constitui os discursos, e todo discurso contém um outro. Esse suporte discursivo é oferecido pela memória discursiva, é ela quem nos permite interpretar e formular. Dessa forma, as formulações dos professores elaboradores das questões são sustentadas pela memória discursiva e pela formação discursiva da qual participam e que lhes permitem formular de um jeito e não de outro. E é dessa mesma formação discursiva que se exige a interpretação.

A respeito da repetição, Orlandi (1998) explica que na escola o "efeito papagaio" se sobressai, uma repetição mnemônica que pouco sentido faz para o aluno:

> A repetição empírica é a que produz a repetição que na Escola chamamos efeito papagaio: o aluno repete sem saber o que está repetindo. Esquece logo depois pois o que diz não lhe faz sentido. A repetição formal já é uma elaboração da forma abstrata da língua, e temos nesse caso o que em geral é considerado o bom aluno: ele repete com outras palavras. No entanto, como não há historicização, o dizer não sai do lugar (ORLANDI, 1998, p. 14)

Desse texto, duas reflexões parecem interessantes: a primeira é a repetição que, embora o aluno esqueça em seguida ao seu uso, mas de alguma forma alimenta a memória e, a partir disso, os imaginários também serão alimentados de palavras, imagens, sons, sentidos que constituíram um dizer; a segunda é o que é considerado como bom aluno, aquele que repete o que o professor quer ouvir, com outras palavras. Essas reflexões são muito emblemáticas quando se trata da região Nordeste, porque existe um repertório enorme que informa o que é, ou como o Nordeste deve ser visto, estudado, descrito, interpretado. Já existe um sentido pronto para o Nordeste, basta o aluno repetir com outras palavras, justamente como solicita o item a) da questão em análise.

Ainda acerca do item a), na relação de paráfrase[71] que provoca, destacamos os seguintes elementos contidos no texto: terras cinzentas – sertão seco – emigração – seca –

[71] Em linhas gerais, de acordo com Orlandi (1998) em termos discursivos a paráfrase é a reiteração do mesmo (sentido) e a polissemia a produção da diferença (o sentido outro suscitado pela deriva, pelo deslizamento, pelas falhas no próprio discurso). "Assim, o que funciona no jogo entre o mesmo e o diferente é o imaginário na constituição dos sentidos, é a historicidade na formação da memória" (ORLANDI, 1988, p. 15). Para Orlandi a paráfrase e a polissemia constituem o discurso, o mesmo e o diferente, a repetição e a deriva.

assustada – mar de cinza; Terras verdes – canavial - zona da mata – mar verde; Fome – população escravizada. Ou seja, a terra cinza é sertão, a terra verde é litoral. Essa relação nos encaminha para regiões de sentidos diferentes e para uma divisão intraregional do sentido, visto que o verde historicamente não significa a fome, a miséria, a seca; o verde está associado à fartura, a fertilidade, a produtividade e a fecundidade. Entretanto, no mesmo romance "Homens e caranguejos", esse sentido é fraturado porque no litoral, na terra verde, nos manguezais, a fome, a miséria, as doenças também se fazem presentes. O único alento para a fome são os caranguejos catados no mangue. Segundo Castro, eles eram os irmãos dos homens, suas fontes de alimento e sustento.

Na lama dos mangues do Recife,

> fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejos, pensando e sentindo como caranguejos. (...) seres anfíbios - habitantes da terra e da água, meio homens e meio bichos. Alimentados na infância com caldo de caranguejo: este leite de lama. Seres humanos que se faziam assim irmãos de leite dos caranguejos. Que aprendiam a engatinhar e a andar com os caranguejos da lama e que depois de terem bebido na infância este leite de lama, de se terem enlambuzado com o caldo grosso da lama dos mangues, de se terem impregnado do seu cheiro de terra podre e de maresia, nunca mais se podiam libertar dessa crosta de lama que os tornava tão parecidos com os caranguejos, seus irmãos. (CASTRO, 1967, p. 12)

A partir dessa descrição é fácil entender porque Castro chamou esse livro de "memórias do ciclo do caranguejo". As pessoas nasciam na lama, sobreviviam da lama e morriam na lama, num ciclo. A ideia de repetição continuada de uma vida miserável nos incomoda; como romper com esse ciclo de pobreza? Se o Estado não intervém através de políticas públicas, o ciclo, de fato, só se repete.

É importante considerar, contudo, que Josué de Castro, não viveu essa realidade, como poderia fazer pensar o trecho utilizado na questão: "Criei-me nos mangues lamacentos do Capibaribe", embora ele fale no romance que ia ao mangue para brincar, quando criança, não era do mangue que ele ou sua família tirava o sustento, como não morava nas palafitas sobre o mangue, ele era um espectador atento e privilegiado que observava curiosamente a vida naquele ambiente que lhe parecia estranho e familiar ao mesmo tempo.

Entretanto, para mostrar sua autoridade para falar sobre o tema, Castro tenta se distanciar dos pesquisadores institucionais e recorrer às suas memórias de criança para autorizar o seu dizer e é incisivo na afirmação de seu lugar de escritor:

> Procuro mostrar neste livro de ficção que não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia, que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade de Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejos (CASTRO, 1967, p. 12).

O autor se depara com o fenômeno da fome quando criança, ao observar como viviam as famílias no mangue. O trecho do romance que compõe a questão 17 deixa claro que é a fome que se apresenta "aos olhos ávidos de criança" do autor. É importante dizer ainda que embora no romance "Homens e Caranguejos" Castro se distancie dos autores de instituição, ele era ligado a instituições de ensino universitário e à política formal, ou seja, ele era ligado à universidade e a política[72].

A presença das crianças, inclusive, é marcante quando o assunto é a seca do Nordeste, a miséria e a fome. Josué de Castro era uma criança que observava de fora o sofrimento dos moradores do mangue, o contrário das personagens dos romances, das charges, dos livros didáticos, das revistas de circulação nacional. No "Quinze" de Queiroz, só para citar um romance, crianças morrem de fome e de suas complicações no trajeto de flagelo em direção ao litoral do Ceará, talvez porque o corpo da criança ainda seja mais vulnerável a privação de comida e bebida e assim mais suscetível a doenças; para quem foge da seca, a morte é sempre uma iminência. As imagens das crianças também estão presentes no conjunto de fotografias publicadas pela revista Besouro, figuras 15, 16, 17 e 18, e no conjunto de charges da figura 20, ambos no capítulo 3. A estas acrescentamos as imagens das capas da revista Veja, de 1998, 2002 e 2018 respectivamente, cujas reportagens centrais são sobre a fome e a miséria no seu espaço privilegiado: o Nordeste brasileiro, mas não apenas nele:

[72] Josué de Castro foi fundador do Instituto de Nutrição e professor de Geografia Humana na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro e Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco.

Figura 81. Capas da revista Veja

Fonte: https://www.google.com.br/search?tbm=isch&sa=1&ei=nr-rW7nXPIuVwASl_qioBg&q=capas+da+revista+veja+sobre+a+fome&oq=capas+da+revista+veja+sobre+a+fome&gs_l=img.3...3619450.3626208.0.3626558.0.0.0.0.0.0.0.0..0.0....0...1c.1.64.img..0.0.0....0.dzFrpbn0Nzg#imgrc=XciHbEOY-IVguM: Acesso em 15.10.2018.

Corpos que resistem à fome, a sede. Há falta de forças até para brincar. Inicialmente impressiona a semelhança das duas primeiras capas, da esquerda para a direita, com o conjunto de charges e fotografias do capítulo 3: corpos magérrimos, contornados pelos desenhos dos ossos e olhar de tristeza e desalento. Não há dúvidas de que a miséria encanta. A terceira capa é uma das pinturas de Cândido Portinari, da série "Retirantes" (citada no capítulo 3) e expressa a necessidade e a dor das famílias que precisam deixar para trás toda uma vida em busca de trabalho, comida e água, nesse percurso crianças morrem de inanição e ficam pelo caminho como testemunhas de uma vida que se foi e outra que pode vir.

Já o item b), da referida questão em análise, solicita ao estudante-vestibulando que explique "a problemática da fome no Nordeste". Este item, em especial, traz algumas palavras que poderiam deslizar o sentido colocado na memória sobre o Nordeste. A primeira é explicar. Explicar sugere algo mais complexo do que descrever ou identificar. Para explicar é necessário considerar um conjunto de elementos heterogêneos que se relacionam em torno de um objeto, um fenômeno. Por exemplo, a fome pode ser perfeitamente explicada pelo ponto de vista biológico e apontar as possíveis patologias dela decorrente.

Mas, se quisermos considerar a fome no contexto político, social e cultural, a explicação da biologia é limitada, e a ela é preciso adicionar outros condicionantes históricos. Relação semelhante é possível fazer ao termo "problemática", a ideia que normalmente se remete a esta palavra está ligada a um contexto, a uma situação ou, para a AD, às condições de produção de um discurso. Uma problemática também se remete a um conjunto de

elementos que constroem uma situação. A problemática coloca um objeto na relação com suas condições de produção imediatas ou aquelas mais amplas. Mas, quando se trata do Nordeste o termo problemática tem o sentido de região problema do país. É possível observar ainda que este mesmo termo é utilizado na questão 29 do ano de 1993, deste mesmo capítulo.

Esses dois termos poderiam ter sido utilizados para desconstruir ou pelo menos questionar um discurso dominante se não fosse o item a) e o recorte do romance da questão, que apontam justamente para o sentido hegemônico, dominante e autoritário sobre o Nordeste. A problemática da fome no Nordeste é complexa, histórica e política, impossível de ser explicada apenas pelo viés climático e pela tradicional definição sertão (faminto), litoral (alimentado).

Inusitadamente, encontramos na internet uma revista em quadrinhos destinada ao público infantojuvenil, criada pelo paulista José Francisco Pelegrino Xavier, conhecido como Chicolam, na qual o personagem principal é um menino caranguejo. A revista hoje é desenvolvida por seu autor em Joinville, Santa Catarina, e agora em 2018 ganhou uma edição especial em capa dura em comemoração aos 10 anos de existência do "menino caranguejo". De todas as capas que tivemos acesso, as seguintes são as que mais nos chamou atenção, sobretudo na relação de paráfrase e polissemia.

Figura 82. Capas da revista "Menino caranguejo"

Fonte: https://www.google.com.br/search?q=revista+menino+caranguejo&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwif8L66rs3dAhXJPpAKHf9VD6kQ_AUICigB&biw=1366&bih=626#imgrc=pijwMFm8MQA_pM: Acesso em 28.10.2018.

Embora nas capas se preserve elementos gráficos que, inclusive, dão identidade à revista, observamos que a primeira, da esquerda para a direita, enfoca elementos do mangue, como a lama, a vegetação, os caranguejos, a posição do menino em relação ao solo; já as três

últimas capas trazem elementos de símbolos distantes desse ambiente, como o menino caranguejo vestido de agricultor, olhando admirado para um pé de tomates, vestido de índio e simulando um ritual indígena e o mais representativo para esta tese, manejando uma enxada. A ferramenta de trabalho no mangue é o próprio corpo do catador-trabalhador. As três últimas capas se descolam do ambiente de mangue e, embora apresentem elementos presentes na cultura brasileira, sentidos tradicionalmente construídos rompem com o sentido historicamente atribuído aos catadores de caranguejos.

A fome atinge a uma classe social muito específica, que está no espaço rural, afastados da cidade, ou perambula por ela, talvez por isso não seja uma forte preocupação da sociedade. A pobreza e a miséria não parecem temas imprescindíveis para quem não é atravessado por elas. O Brasil como Estado e como sociedade não consegue ver na fome e na miséria questões sensíveis que precisam ser encaradas como políticas públicas de acesso a uma vida minimamente digna, independentemente do lugar, da cidade e da região em que a fome e a miséria fazem pouso.

Às vezes, o Estado faz justamente o contrário. Assim como em "Capitães da areia" de Jorge Amado, em "Homens e caranguejos" de Josué de Castro, João Paulo, filho de Maria e Zé Luiz, é morto supostamente pela polícia, e embora as motivações sejam diferentes em um e noutro romance, é o Estado quem mata, quando não mata de fome, mata de arma de fogo; e por vezes, o descaso e a omissão matam tanto quanto a violência explícita. O corpo de João Paulo, supostamente desaparecido nas águas e na lama do mangue, vira alimento para caranguejos e siris que servirão de alimento e trabalho para os catadores do mangue e assim se reproduz o ciclo do caranguejo.

É preciso sublinhar que não se nega a importância de Josué de Castro para a sociedade brasileira, principalmente com seus profundos estudos sobre a fome no Brasil, colocando a questão como um problema público, político e social. Os seus estudos sobre a fome, o trabalho e as doenças foram referências para projetos sociais de combate à fome, como a implantação do salário mínimo, dos restaurantes populares, dentre outros. Inspirou também movimentos artísticos como a banda "Nação Zumbi" liderada inicialmente por Chico Science e o movimento "Manguebeat" que gerou o "Manifesto caranguejos com cérebro" na cidade de Recife, Pernambuco (a banda é conhecida nacionalmente pela sua música forte).

A última questão analisada neste conjunto de tema central, a seca do Nordeste, tem a proposta de comparar a disponibilidade das águas superficiais a partir da noção de carência entre o Sudeste e o Nordeste brasileiro. Para isso, os elaboradores da prova utilizam como enunciado um texto adaptado do livro "A luta pela água nas bacias dos rios Piracicaba e Capivari", publicado em 1993. A seguir a questão 08[73] do vestibular da Unicamp de 1997:

Figura 83. Questão 08 da prova de Geografia da 2ª fase do ano de 1997 da Unicamp

8. No Brasil, a disponibilidade de recursos hídricos em superfície é caracterizada pela desigualdade regional. Considerando essa disponibilidade por habitante, verifica-se que a região sudeste é tão carente quanto a região das bacias costeiras do nordeste (com exceção da Bacia do Rio São Francisco). (Adaptado do Prefácio de Feldmann, F., em Monticeli, J. J. e Martins, J. P. S., A Luta pela Água nas Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari, 1993).

a) Com base no trecho apresentado, porque podemos dizer que o sudeste brasileiro tem mais escassez de água do que o nordeste?
b) Por que a ocupação das áreas de mananciais pode agravar ainda mais esta situação?

Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/1997/download/GEO97.pdf. Acesso em 01.11.2018.

O primeiro estranhamento oferecido por essa questão é pelo uso do adjetivo **carente** se referir a região Sudeste, o que em um rápido gesto de leitura nos induz a pensar em uma equivalência entre as duas regiões, ou ainda que esta questão estaria inscrita em uma outra matriz de sentido que não aquela "conservadora". No fragmento do prefácio utilizado como enunciado é dito que "**verifica-se** que a região sudeste é tão **carente** quanto a região das bacias costeiras do nordeste", o uso do verbo verificar já implica o leitor a compreender que aquela afirmação é produzida pelo discurso científico. Em um exercício inicial de sintaxe, poderíamos perguntar ao verbo: quem verifica? Quem possui os instrumentos para a verificação? Não é qualquer pessoa que pode verificar, constatar. Nesse sentido, fazendo uma relação de paráfrase, é possível dizer:

[73] Como já dissemos em outros momentos da tese, esta questão também não consta das respostas acima e abaixo da média dos vestibulandos, visto que essas respostas são publicadas no site da Comvest\Unicamp a partir de 1998.

Verifica-se que a região sudeste é tão carente quanto a região das bacias costeiras do Nordeste	Os pesquisadores produtores de ciência verificam, através de pesquisa científica, que na região Sudeste há tanta estiagem quanto à região Nordeste
	Os pesquisadores através de procedimentos técnicos chegaram à conclusão de que o Sudeste é tão carente quanto o Nordeste
	Os cientistas constatam que a região Sudeste é carente assim como o Nordeste
	Os estudiosos da hidrologia verificam que a região sudeste é carente tanto quanto a nordeste

São os cientistas, de posse dos instrumentos de pesquisa, os autorizados a dizer que há uma carência de água no Sudeste quando comparado ao Nordeste brasileiro. É o discurso científico que sustenta esse dizer, oferecendo ao leitor um efeito de verdade e de evidência científica. É justamente no discurso científico que o efeito de evidência se realiza com mais força, por isso dele não se deve questionar, já que ele se cerca de dados, comprovações, constatações, verificações que amparam os seus dizeres.

A respeito da produção da ciência Pêcheux explica que não há ciência desprovida de ideologia e o real da ciência está sob a necessidade-pensada que produz o concreto-figurado, nas palavras do autor:

> Todo "ponto de vista" é o ponto de vista de um sujeito; uma ciência não poderia, pois, ser o ponto de vista sobre o real, uma visão ou uma construção que representasse o real (um "modelo" do real): uma ciência é o real sob a modalidade de sua necessidade-pensada, de modo que o real que tratam as ciências não é senão o real que produz o concreto-figurado que se impõe ao sujeito na necessidade "cega" da ideologia (PÊCHEUX, 2014, p. 168).

O enunciado da questão: “No Brasil, a disponibilidade dos **recursos hídricos** em superfície é caracterizada pela desigualdade regional.” **Recursos hídricos** aparece como um bem social, desigual no que se refere a sua distribuição no espaço; este sema condensa uma série de outros sentidos que o coloca na sua relação com o econômico, presente inclusive pela nomeação **recursos**. Pelo jogo de paráfrase é possível descrever:

Recursos hídricos
Dinheiro
Mercadoria
Riqueza
Gestão
Política
Natureza
Abundância

De acordo com o prefácio utilizado como enunciado da questão, o seu autor Fábio Feldmann explica que

> a expressão *recursos hídricos* é usualmente associada à parcela da água existente no globo terrestre, passível de ser utilizada pelos seres humanos. Teoricamente, toda a água da Terra o poderia, mas para tanto, seria preciso retirar os sais dissolvidos nas águas dos oceanos e outros depósitos de água salgada, e a tecnologia atualmente disponível para a dessalinização das águas é intensiva em energia e, consequentemente, muito cara (FELDMANN, 1993, p. 13).

O autor esclarece que os recursos hídricos são todas as formas de água presentes na Terra, sejam águas doces, salgadas, de superfície, subterrâneas ou congeladas. E que as águas doces disponíveis para consumo humano somam um pouco mais que cinco milésimos do total de 2% da água no planeta, talvez por isso e pela necessidade humana de consumo a água se constitua como um bem social. Para que a água salgada seja acessível é necessário grande investimento em dinheiro e tecnologia. Os dados numéricos e estatísticos produzem um efeito de generalização tão forte, que refletir sobre a sua significação na relação com o cotidiano é tarefa difícil. O que significaria para os brasileiros os 2%, ou ainda os cinco milésimos, da água doce do planeta? Pelo efeito de generalização poderíamos dizer que o planeta Terra é tão **carente** de recursos hídricos quanto o Nordeste brasileiro? Esses dados indicam uma escassez desse recurso, mas escassez para quem?

O **carente**, historicamente associado à região Nordeste, principalmente, quando colocado na relação com a água, agora aparece ligado à região Sudeste, há um deslocamento e um compartilhamento de sentido entre as duas regiões possível pelo uso de **carente**. Podemos pensar ainda que as **carências** de uma e outra região são ao mesmo tempo iguais e diferentes como em jogo de paráfrase e polissemia que o igual e o diferente fazem parte de um mesmo processo discursivo. As carências são iguais entre as duas regiões quando se observa que a água é uma questão importante e que a sua escassez é presente. Por outro lado, são diferentes, na medida em que a escassez é manifesta pelas diferentes e desiguais formas de acesso a água. O carente é, inclusive, recorrentemente adjetivado para identificar o Nordeste e o nordestino.

A **carência,** destacada no enunciado da questão, refere-se à relação da distribuição das águas superficiais e a sua disponibilidade por habitante. Dessa forma, a carência pode não se realizar pela falta, mas pelo excesso de habitantes, e, nesse caso, o Sudeste tem maior número de habitantes por metro quadrado, porque a história nos explica que as condições econômicas, políticas, culturais e sociais oportunizaram ao Sudeste implantar e desenvolver a industrialização de forma mais efetiva, se constituindo um polo de atração de diferentes necessidades de mão-de obra. Mas essa industrialização não se realiza sem o subsídio das outras regiões como fornecedoras de matérias-primas, abastecedoras de alimentos, ou ainda, fornecedoras de mão-de-obra.

Isso quer dizer que não é a falta de água que torna a região Sudeste carente, mas o excesso de habitantes. O sentido de **carente** quando referido ao Sudeste está preenchido de excessos: não é que falta água, é que sobra habitante. É de uso corrente no cotidiano o termo carente para adjetivar espaços públicos, como cidades, bairros, regiões, mas talvez seja importante refletir que o espaço físico em si mesmo, não seja carente; carente são as pessoas que demandam mais estruturas desses lugares para facilitar suas vidas. Por exemplo, quando se diz que um bairro é carente, normalmente se quer dizer que eles necessitam de saneamento básico, asfaltamento, iluminação, arborização, serviço de transporte público, ou seja, são as pessoas que demandam essas necessidades.

Então, quando se diz que uma região é carente por conta da distribuição da sua água de superfície na relação com o número de habitantes, quer dizer que existe uma parcela considerável da população que não tem acesso de forma plena a água e seus serviços; e não é qualquer parcela da população que não tem esse acesso, são exatamente as pessoas cujo poder econômico é pequeno, muito pequeno ou inexistente. Então a água está em relação com o dinheiro. Mas o que significa ser carente no Sudeste?

De certo, a miséria, as doenças, a fome, a sede são comuns em qualquer região. As condições de mudança é que variam de lugar para lugar. Mesmo que não se encontre com facilidade informações de movimentos migratórios significativos do Sudeste em direção a outras regiões do Brasil. Não se fala em retirante, flagelado e migrante do Sudeste. Essas são palavras que só fazem sentido se remetidas ao Nordeste. Logo, se produz um sentido de que a carência da população do Sudeste se realiza em outro lugar social, e talvez a percepção da miséria seja sim diferente no tempo e no espaço.

Nesse jogo simbólico de falta e excesso de água, e agora também de habitantes e sua divisão entre as regiões brasileiras, o Nordeste continua como o espaço da falta, se considerarmos o enunciado da questão 08 do vestibular da Unicamp veremos que esse sentido retorna, reaparece, é reiterado, mas isso só é identificado aprofundando o gesto de leitura. O Nordeste continua sendo produzido discursivamente como uma região com uma má distribuição de águas, as superficiais, inclusive. Porque o Nordeste é carente pela falta de água, não pelo excesso de habitantes. Ele tem menos habitantes que a região Sudeste e menor disponibilidade de água, logo é carente pela falta d'água. E embora o elemento linguístico **carente** desloque o sentido historicamente atribuído à região Sudeste, identifica-se que se fala da mesma formação discursiva em que direciona o Nordeste para um lugar menor, inferior ao Sudeste.

Segundo informações da Agência Nacional de Águas (ANA), o Brasil possui cerca de 12% (dos cinco milésimos) da disponibilidade de água doce do planeta, mas a sua distribuição no espaço é marcada pela desigualdade. Por exemplo, a região Norte concentra cerca de 80% da quantidade de água disponível, mas representa apenas 5% da população do país. Isso quer dizer que existe uma grande quantidade de água por habitante, diferente do que acontece no Nordeste que tem uma menor quantidade de água por habitante, e diferente também do que acontece na região Sudeste que embora haja uma significativa quantidade de água, tem também uma grande concentração de habitantes. Isso nos permite ponderar que as regiões brasileiras têm suas especificidades naturais, sociais e econômicas e, por isso, cada uma delas deve ser considerada na sua particularidade, a partir de seus processos históricos, que lhes deram origem, forma e conteúdo.

Esse efeito de confiabilidade e de generalidade oferecida pelos dados matemáticos pode ser revisto, relativizado ou mesmo questionado, quando a lupa da ciência é aproximada do cotidiano, do dia-a-dia, da vida ordinária. A região Norte segundo dados e estudos da própria ANA, descritos acima, tem maior disponibilidade de água por habitante, tendo a maior disponibilidade de água de todo país, mas o acesso dessa população aos serviços que

circulam em torno da água, é precário. O efeito de contradição pode agora ser pensado de forma contrária, existe uma grande disponibilidade de água, mas o seu acesso é seletivo.

Logo, esse efeito de homogeneidade e generalidade produzido pelos dados é dissolvido quando consideramos o acesso à água. Este, por sua vez, é desigual e está diretamente ligado as condições econômicas imediatas da população consumidora. A região Norte, notadamente, a região com maior disponibilidade de água por habitante, é também a menos povoada. Logo pelo efeito produzido pelo enunciado da questão em análise, não haveria escassez de água, e a população teria amplo acesso a ela. Mas não é isso que acontece, pois parte significativa da população do Amazonas, apenas para citar uma sub-região, não tem acesso à água tratada, coleta e tratamento de esgoto e saneamento básico.

Segundo um amplo estudo da ANA, publicado no atlas "esgotos no Estado do Amazonas", 77, 02% da população não tem acesso a coleta e tratamento de esgoto. Já a taxa de tratamento não ultrapassa os 19%. A coleta e o tratamento de esgoto está diretamente associado às condições econômicas de uma população, as pessoas de menor poder aquisitivo e que moram em bairros mais precários e de infraestrutura básica são a parcela atingida pela falta do sistema de esgoto, o que provoca uma série de doenças decorrentes da ausência de tratamento sanitário. No Nordeste, no Estado do Ceará, 81% da população não tem coleta nem tratamento de esgoto, com apenas 16,43% da população contando com esse serviço. No Estado de São Paulo a relação é inversa 76,11% da população tem coleta e tratamento de esgoto e 13,30% da população não tem coleta, nem tratamento.

Permitindo que esses dados se relacionem com o conjunto de sentidos que são comumente atribuídos a essas três regiões brasileiras, Norte, Nordeste e Sudeste, e que agora se ligam pelo sema **carente,** poderíamos sugerir as seguintes paráfrases:

Sudeste	Nordeste	Norte
Excesso	Escassez	Excesso
Riqueza	Pobreza	Pobreza
Indústria	Miséria	Doenças
Emprego	Água	Miséria
Rio	Escolaridade	Subdesenvolvimento
Consumo	Seca	Atraso
Cidade	Denúncia	Escolaridade

A partir dessas ponderações poderíamos responder as perguntas colocadas no início da análise: Pelo efeito de generalização poderíamos dizer que o planeta Terra é tão **carente** de recursos hídricos quanto o Nordeste brasileiro? Os dados para uma escassez desse recurso, mas escassez para quem? Se o sentido por sequência oferecido pela questão nos

induz a aceitar que existe uma relação em que o Nordeste possui reduzidos recursos hídricos e maior número de habitantes, poderíamos aceitar, pelo efeito de similaridade, que a Terra é tão carente quanto o Nordeste brasileiro. E que a escassez da água é uma questão política e econômica e seu acesso está ligado aos padrões de consumo de uma sociedade.

O efeito de contradição oferecido pelo enunciado da questão (distribuição da água por habitante), assim como o efeito de similaridade (como se as duas regiões passassem pelo mesmo processo) apagam os elementos econômicos que estão na base da questão. Expressões como faminto, flagelado, miserável e retirante tradicionalmente não fazem parte do conjunto de expressões utilizadas para identificar populações em situação de vulnerabilidade que vivem no Sudeste. No imaginário social do brasileiro, não faz sentido nomear um sujeito do Sudeste ou Sul do país como flagelado, pois há uma construção histórica, discursiva, ideológica e espacial que encaminha essas expressões para o Nordeste, afinal é neste lugar que a natureza maltrata, a fome mata e a miséria é crônica. Esses são sentidos estabilizados no imaginário social e é o que Paul Henry (1975) e Pêcheux (2014) assinalam como o "sempre já lá", neste caso sobre o Nordeste brasileiro.

O "sempre já-lá" é o espaço da interpelação ideológica, da memória, do repetível, do pré-construído que dá ao sujeito a aparência de autonomia no dizer. Courtine (2007, p. 123) explica que

> O pré-construído remete assim às evidências através das quais o sujeito dá a conhecer os objetos de seu discurso: "o que cada um sabe" e simultaneamente "o que cada um pode ver" em uma situação dada. Isso equivale a dizer que se constitui no seio de uma formação discursiva, um Sujeito Universal que garante "o que cada um conhece, pode ver ou compreender.

A respeito das questões solicitadas ao vestibulando, o item a) "com base no trecho apresentado, porque podemos dizer que o sudeste brasileiro tem mais escassez de água do que o nordeste?" nos permite fazer algumas paráfrases:

O sudeste brasileiro é escasso de água
O sudeste brasileiro tem menos água que o nordeste
O nordeste tem mais água que o sudeste
O nordeste tem menor escassez de água que o sudeste

Veja que esses sentidos descritos nas paráfrases acima não são dominantes no imaginário social; o lugar-comum seria justamente o contrário:

O sudeste brasileiro tem abundância de água
O sudeste brasileiro tem mais água que o nordeste
O nordeste tem menos água que o sudeste
O nordeste tem mais escassez de água que o sudeste

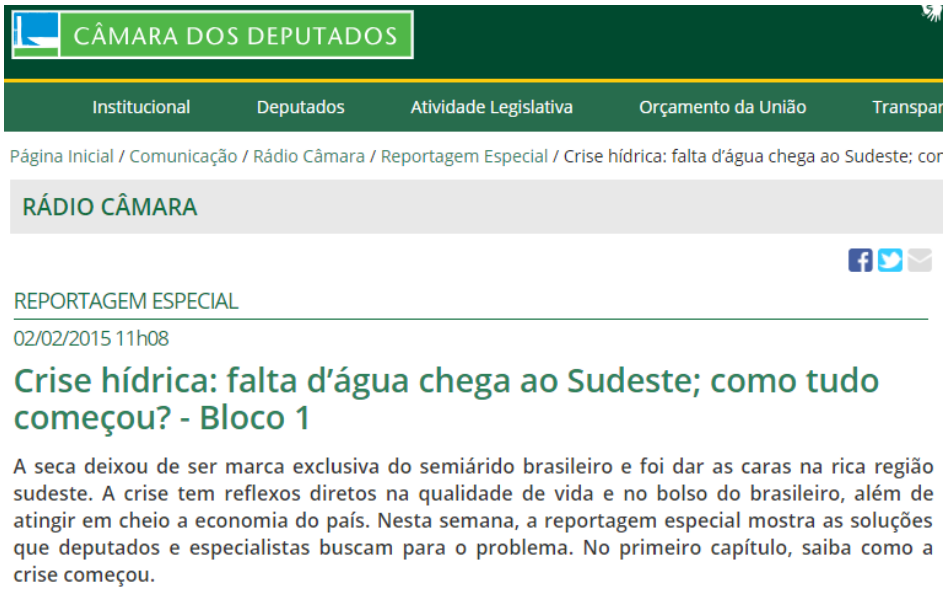
É interessante pensar como o discurso científico, e todos os outros que entorno dele orbitam como o escolar e o acadêmico, produz sentidos contrários a depender das condições em que ele é produzido e solicitado. O mesmo clima subtropical (Sudeste), com as quatro estações bem definidas e gozando de uma quantidade significativa de chuvas, conforme os climogramas analisados anteriormente, pode ter seu sentido revirado quando o foco é deslocado. Se o foco é a escassez demandada pela distribuição de água e habitantes, o Sudeste é tão escasso quanto o Nordeste.

Dessa forma, poderia o vestibulando explicar que essa escassez não se daria unicamente ao aspecto natural, mas ao social, econômico e político que direciona os fluxos migratórios para o Sudeste brasileiro. Por outro lado, a pergunta parece solicitar uma resposta objetiva, quase matemática: existem mais habitantes no Sudeste que no Nordeste, por isso aquela região necessitaria de mais água para abastecer a sua população. Logo, os seus recursos hídricos poderiam se tornar insuficientes para uma demanda populacional tão grande. Segundo dados do IBGE, a região Sudeste tem aproximadamente 80,35 milhões de habitantes, já a Nordeste tem cerca de 56 milhões de habitantes, sendo que o território nordestino tem quase o dobro do tamanho do sudeste.

Dissemos, no desenvolvimento da análise, que essa questão embora cause certo estranhamento, ainda assim leva a um lugar-comum tanto em relação ao Sudeste, quanto ao Nordeste; mas não podemos deixar de sublinhar que a organização sintática de um trecho do prefácio adaptado e da pergunta da questão, item a), desloca, temporariamente, o pensamento do estudante para uma outra lógica discursiva: “o Sudeste é tão escasso de água quanto o Nordeste brasileiro”.

Se admitimos que existe um “sempre já-lá” a respeito do Nordeste, o mesmo acontece em relação ao Sudeste. Contudo, o “já-lá” desta região produz sentidos bem diferentes, como podemos ver nesta reportagem:

Figura 84. Reportagem do *site* da Câmara dos Deputados sobre a crise hídrica no Sudeste



Fonte: http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/481135-CRISE-HIDRICA-FALTA-D%E2%80%99AGUA-CHEGA-AO-SUDESTE-COMO-TUDO-COMECOU---BLOCO-1.html. Acesso em 02.11.2018.

O discurso da modernidade, industrialização e riqueza é tão forte quando se refere ao Sudeste que esta reportagem, de 2015, trata a seca nesta região como um fenômeno recente, deixando de ser uma exclusividade apenas do Nordeste. Nesse pequeno trecho da reportagem que foi divulgada pelo *site* da Câmara dos Deputados, discurso institucionalmente legitimado por um órgão ligado ao Governo Federal, há um efeito de oposição interessante, observemos: "A seca deixou de ser marca exclusiva do semiárido brasileiro e foi dar as caras na **rica** região sudeste", se o Sudeste é região rica, o semiárido aqui significando o Nordeste pelo efeito de homogeneidade é a região pobre. Em outro trecho as marcas textuais indicam que a seca do Sudeste deve ser uma preocupação de todo Brasil: "a crise tem reflexos diretos na qualidade de vida e no bolso **do brasileiro,** além de atingir em cheio a economia **do país."** O mesmo não acontece quando o assunto é a seca do Nordeste, que é considerada um obstáculo ao desenvolvimento do país e por isso esta região deve ficar isolada. A seca no Sudeste tem um sentido de crise e palavras como maltratar e agredir não cabem para qualificar a seca nesta região.

Quanto ao item b), a questão social é retomada, mas não colocada como protagonista, porque o foco é no ambiente e não na falta de opções de quem não tem onde morar, e a formação discursiva e o pré-construído que a sustenta circulam pelo mesmo sentido. A relação oferecida pelo item b) é quase cadenciada: a ocupação da área dos

mananciais, ocupação desordenada por pessoas de baixíssimo poder aquisitivo, ocupada, via de regra, pelos migrantes[74].

A população que ocupa a área dos mananciais[75] não está aí por escolha, visto que essas áreas não contam com serviços básicos como coleta de lixo, asfaltamento e saneamento básico. Muitas vezes este é o único lugar onde podem morar, seja por falta de dinheiro para pagar uma moradia em outros lugares da cidade, seja porque essas áreas são próximas a centros de trabalho. A resposta solicitada pelo item b) apaga essas questões, que estão na agenda social e política, e enfoca nos problemas ambientais decorrentes dessa ocupação. Há um apagamento das necessidades que implicam famílias a ocuparem as áreas de mananciais. Elas são vistas muitas vezes pelo Estado ou pela "sociedade" como degradadoras do ambiente, destruidoras dos mananciais. Mas quais políticas públicas são oferecidas a essas famílias? Como oferecer subsídios para a desocupação ou mesmo para não ocupação? Os programas de habitação popular talvez sejam uma possibilidade de desocupação dessas áreas.

Neste subtópico, intitulado **Na esquina: a seca do nordeste,** se analisou conjuntamente cinco questões, todas elas atravessadas pela seca e suas manifestações. Pudemos ver como os sentidos da seca circulam em torno de um imaginário social hegemônico que silencia e apaga os processos históricos e ideológicos que produzem esta região, assim como relaciona a seca a sentidos tradicionalmente negativos: atraso, subdesenvolvimento, pobreza, doenças, miséria, fome. Todos esses sentidos e outros mais são alinhavados pelo efeito de falta, ou seja, é uma região em que falta terra, falta água, falta emprego, falta quase tudo. Sentidos sustentados pelos discursos científicos, políticos, educacionais, acadêmicos e midiáticos.

[74] Migrantes são em sua maioria nordestinos.

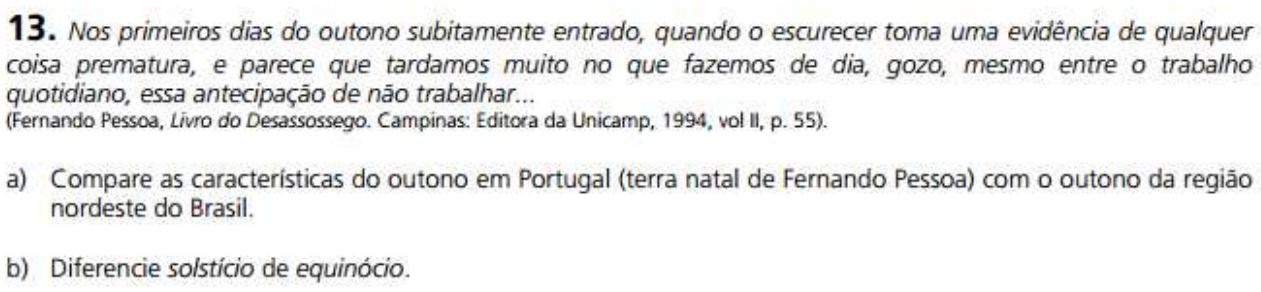
[75] De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, as áreas de mananciais são aquelas que possuem fontes de fonte de água doce superficial ou subterrânea utilizada para consumo humano ou desenvolvimento de atividades econômicas. Na ocupação dessas áreas pode ocorrer despejo de esgoto, retirada da vegetação, uso precário do uso e várias outras consequências ambientais.

4.4 ANÁLISE 4: O outono, o Nordeste e o trabalho

> O sertanejo sempre se sentiu superior ao brejeiro, tachando-o de preguiçoso, pela pequena capacidade de trabalho que ele demostra.
> A verdade é que a moleza do cabra de engenho, a sua fatigada lentidão não é um mal de raça, é um mal de fome. É a falta de combustível suficiente e adequado à sua máquina, que não lhe permite trabalhar senão num ritmo ronceiro e pouco produtivo (CASTRO, 1959, p. 130-132).

Neste tópico analisaremos a última questão que compõe o *corpus* desta tese. A questão 13 do ano de 2009 centra-se em aspectos climáticos e, a partir deles, na relação do Nordeste brasileiro com Portugal, país da Europa ocidental. Esta, inclusive, é o primeiro destaque da análise, a questão sugere a comparação de um fenômeno natural em duas localidades de escalas territoriais e políticas-administrativas bem diferentes. Queremos deixar claro que não é que não possa haver essa comparação, a natureza, inclusive, desconhece divisas territoriais políticas. Só causa um certo estranhamento, à primeira vista, ao se comparar um país a uma região, no que se refere a escala territorial na qual o Nordeste é muito maior que Portugal (o primeiro com aproximadamente 1.558.000 km² e o segundo 92.212 km²), ou seja, o país em questão é mais de dez vezes menor. A extensão geográfica de Portugal se aproximaria de apenas um único Estado nordestino, Pernambuco (que tem cerca de 98.312 km²). Vejamos a questão:

Figura 85. Questão 13 da prova de Geografia da 2ª fase do ano de 2009 da Unicamp



13. *Nos primeiros dias do outono subitamente entrado, quando o escurecer toma uma evidência de qualquer coisa prematura, e parece que tardamos muito no que fazemos de dia, gozo, mesmo entre o trabalho quotidiano, essa antecipação de não trabalhar...*
(Fernando Pessoa, *Livro do Desassossego*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, vol II, p. 55).

a) Compare as características do outono em Portugal (terra natal de Fernando Pessoa) com o outono da região nordeste do Brasil.

b) Diferencie *solstício* de *equinócio*.

Disponível em: **http://www.comvest.unicamp.br/vest2009/F2/provas/fisgeo.pdf.** Acesso em 25.07.2018.

Assim como em outras questões analisadas, nesta também há um recorte de um texto maior compondo o enunciado da questão, poderíamos até mesmo dizer que esta é uma prática reiterada nas questões de Geografia de segunda fase do vestibular da Unicamp. Um elemento que chama a atenção no recorte é o fato de que ele é retirado de um extenso livro do conhecido poeta português Fernando Pessoa, o que torna interessante observar a relação entre Literatura e Geografia.

Identificamos duas chaves de leitura que podem nos ajudar no gesto de interpretação. A primeira delas é o substantivo outono, a segunda é o verbo trabalhar. Outono, como um substantivo próprio, indica um período do ano particularizado e condensa em torno de si algumas características específicas do clima, como temperatura e precipitação, e da paisagem botânica, como mudança da vegetação, e cultural, na mudança do tipo de roupa exigida pelas variações climáticas.

O outono significa diferentemente quando posto na relação com a linha do equador (paralelo que produz o efeito de divisão entre os hemisférios norte e sul mundiais) se tomarmos uma divisão que considere apenas este paralelo, visto que existem outras divisões mundiais em que as separações são definidas por outros referenciais, como a divisão política, por exemplo, que leva em consideração, basicamente, aspectos econômicos. Nessas duas divisões o mundo é desigualmente dividido entre norte e sul, produzindo efeitos de homogeneidade que os colocam como dois grandes blocos, semelhantes internamente e dessemelhantes externamente.

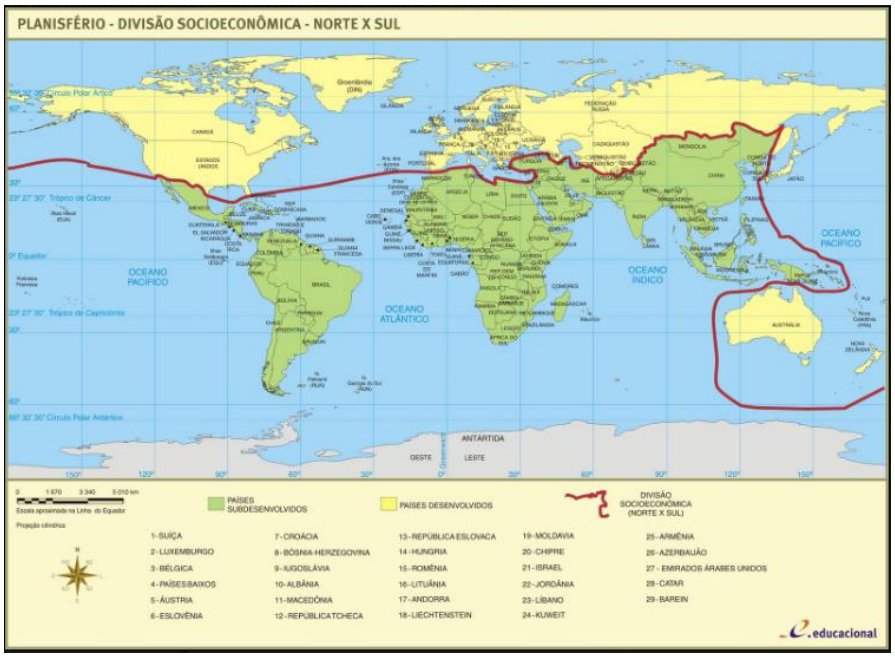
Nas imagens abaixo é possível ver a instável e cambiante linha divisória entre o norte e o sul:

Figura 86. Mapa "O mundo político"

Disponível em: http://professorfaustosimoes.blogspot.com/2012/09/planisferio-politico-de-good.html. Acesso em 25.07.2018.

Na figura 87, a divisão feita pela linha do Equador tradicionalmente produz um efeito de igualdade, na medida em que supõe que a partir dela a Terra é dividida ao meio, em partes iguais. Mas, o efeito produzido por esta linha na materialidade da imagem é justamente o oposto. É possível ver a concentração de países no hemisfério norte, oferecendo um sentido de poder, controle e domínio.

Figura 87. Planisfério: divisão socioeconômica - norte x sul



Disponível em: http://georesumos2014.blogspot.com/2014/02/divisao-norte-x-sul-o-mundo-dividido.html. Acesso em 25.07.2018.

Nesta imagem 88, o efeito de separação é definido pela linha vermelha horizontal que atravessa todo planisfério e pelas cores amarela e verde, que identificam dois blocos, ou dois grupos de países. Este efeito de separação é produzido pela materialidade visual, pelo olhar solicitado pelo mapa. No efeito produzido pelas cores, não há espaço para o entre-lugar, para a transição, para a porosidade, ou um país está em um bloco ou está em outro, e assim sugere a imagem (materialidade visual). O efeito de separação é mais uma vez reiterado pelo título do mapa: "Planisfério: - Divisão socioeconômica – norte x sul"; o "**x**" marca linguisticamente a divisão do mundo entre norte e sul. Em sentido figurado o "**x**" produz um efeito de oposição entre duas situações, nomes ou possibilidades, e neste caso o "**x**" está opondo norte e sul.

A partir dessa reflexão por meio do jogo parafrástico poderíamos propor as seguintes paráfrases para norte e sul:

Norte	Sul
Frio	Quente
Clima subtropical	Clima tropical
Colonizador	Colônia
Desenvolvido	Subdesenvolvido ou em desenvolvimento ou emergente ou em transição
Alta tecnologia	Baixa tecnologia
Poder	Dependente
Rico	Pobre
Moderno	Atrasado
Educado	Analfabeto
Culto	Cultura exótica

É através da memória ideológico-discursiva que essas paráfrases são possíveis, visto que existe uma memória que sustenta um conjunto de imaginários sociais que circulam, sobretudo, nas mídias e nos livros didáticos de Geografia. Como explica Pêcheux e Henry é o "sempre já, lá" que preenche os dizeres a respeito, e nesse caso específico, do norte e do sul mundiais. Para Pêcheux (2014, p.214) é "o sempre-já-aí da interpelação ideológica que fornece-impõe a 'realidade' e seu 'sentido' sob a forma da universalidade – 'o mundo das coisas' e articulação ou efeito-transverso [...]". É possível observar através do jogo

parafrástico como se relacionam espaço, clima, natureza e sociedade na formulação e circulação dos dizeres sobre os dois hemisférios.

Orlandi (2004, p.32), a respeito do já-dito esclarece que

> O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas "nossas" palavras. O sujeito, diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. […] O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia.

É, inclusive, por meio de uma memória marcadamente ideológica que essa questão se torna possível para os elaboradores da prova da Comvest/Unicamp.

Historicamente e, por isso mesmo, tradicionalmente, o Nordeste brasileiro é conhecido pela preguiça, pelo tardar ao trabalho. Embora com sentidos diferentes ao colocado no enunciado da questão: "Nos primeiros dias do outono **subitamente entrado**, quando o escurecer toma uma evidência de qualquer coisa **prematura**, e parece que **tardamos** muito no que fizemos de dia, **gozo**, mesmo entre o trabalho quotidiano, essa **antecipação** de **não trabalhar**..." que "climatologicamente" sugere que há uma antecipação da noite em decorrência do equinócio de outono no hemisfério norte e, portanto, em Portugal. O autor diz textualmente que goza, que se alegra pela antecipação de não trabalhar; esse sentido de gozo pelo não-trabalho não faria sentido se utilizado para se referir a região Sudeste ou mesmo ao Sul, porque na memória hegemônica esses são espaços da realização plena do trabalho, são espaços do esforço, da conquista, da realização, do progresso, da aquisição que chega pelo trabalho fastidioso, árduo, penoso e exigente.

Já o Nordeste é o contrário: é o espaço da preguiça, da morosidade, da paciência, da pouca ambição, da baixa perspectiva, do trabalho lento, devagar – uma das causas e efeito da situação de pobreza em que viveria esta região. Inclusive, essa memória é amplamente reiterada pelo discurso midiático; em campanha publicitária recente (fins de 2017), a Renault, fabricante multinacional de automóveis, diz textualmente que os nordestinos não gostam de trabalhar e que são preguiçosos. A Renault apostou em um anúncio no qual diz que o carro que vende foi feito para viajar e que viajar quebra preconceitos (essa é a frase final da peça publicitária). É importante dizer que não interessa para a AD se o fabricante teve ou não boas intenções com a propaganda, pois o que está em jogo é o que esse discurso mobiliza como memória, imagem, ideologia e como repercute, (re)produzindo discursividades.

O título da peça é “Os nordestinos são preguiçosos”, na imagem a seguir, é possível vê-lo no vídeo publicitário que, após críticas, foi retirado do ar pela própria empresa.

Figura 88. Peça publicitária da Renault "Os nordestinos são preguiçosos"

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VOYU0qxcrtU. Acesso em 01.08.2018.

“Os nordestinos são preguiçosos” não é um texto qualquer, desprovido de um sentido que não seja apenas o cômico. É um discurso imagético-ideológico, fortemente estruturado historicamente, que destina o Nordeste e os nordestinos a um lugar social menor, menos valorizado e a margem da sociedade trabalhadora, letrada e afortunada do Sudeste.

O conhecido economista brasileiro Celso Furtado em seu livro “Formação econômica do Brasil”, explica que a estrutura econômica brasileira se funda na produção agraria, escravista e de grande concentração de terras, sociologicamente, resumida na figura do coronel: “compreende-se, portanto, que os antigos empresários hajam involuído numa classe de rentistas ociosos, fechados num pequeno ambiente rural, cuja expressão final será o patriarca bonachão que tanto espaço ocupa nos ensaios dos sociólogos nordestinos do século XX” (FURTADO, 2005, p. 117). Embora o “ocioso” fosse o patriarca bonachão, latifundiário, dono da terra, o sentido de preguiçoso estava associado, entre o século XVI e o XVIII, a índios e negros. Ainda de acordo com Eduardo Galeano, jornalista e escritor uruguaio, é através do mito da preguiça que se prova que índios e negros são inferiores, ou seja, para além do trabalho, tratava-se de uma questão econômica, política e ideológica que justificava o domínio de um grupo sobre outro e, principalmente, a obrigação compulsória ao trabalho extenuante e o uso da violência.

Josué de Castro, em "Geografia da fome", a partir de inquéritos realizados a respeito da qualidade da alimentação brasileira, indica que na região "bagaceira[76]" do Nordeste a alimentação era precária, acarretando em rápida fadiga do corpo exposto ao menor esforço pelo trabalho. Segundo o autor:

> De alimentação tão precária resultam graves consequências para as populações nordestinas: umas específicas, prêsas em relação de causa e efeito às diferentes carências que a dieta acarreta: outras inespecíficas, refletindo, porém, a miséria orgânica a que o meio social reduziu o homem da bagaceira. As primeiras manifestações diretas da deficiência alimentar são as que resultam de sua insuficiência calórica, de sua pobreza energética. Por sua conta decorre, em grande parte, a reduzida capacidade de trabalho dessa gente que se cansa ao menor esforço, que não é capaz de acompanhar o ritmo muscular do trabalhador das regiões de melhor alimentação do sul do país. Ou mesmo dos habitantes da zona do sertão. O sertanejo sempre se sentiu superior ao brejeiro tachando-o de preguiçoso, pela pequena capacidade de trabalho que ele demonstra (CASTRO, 1959, p. 130).

Neste caso, a preguiça do nordestino, não seria propriamente uma preguiça, mas cansaço, fadiga e fraqueza pela insuficiência calórica; comendo menos calorias e com uma alimentação pobre em proteínas, o nordestino da região "bagaceira" não teria forças para o duro trabalho nos engenhos de açúcar. Raciocínio semelhante Castro utiliza para descrever a alimentação do nordestino, segundo o autor, rica em carboidratos como farinha, feijão e milho e pobre em proteínas, o que acarretava em picos energéticos e depois forte fadiga, pela ausência de aminoácidos, sais minerais, frutas e verduras.

> Quando o senhor fornecia ao negro uma dieta mais abundante de feijão, farinha, milho ou toucinho, não melhorava seu regime alimentar, senão num único aspecto: no de abastecê-lo de maior potencial energético sem minorar nenhuma das suas deficiências qualitativas, agravando mesmo algumas delas, como demostraremos oportunamente. Dava-lhe maiores quantidades de combustível, sem nenhum cuidado pelos reparos necessários na máquina de combustão. É certo que essa maior carga de carvão fazia com que a máquina enquanto não caísse minada pelas avitaminoses, pela tuberculose e por tantos outros males habituais, fosse um bom animal de trabalho, com um rendimento compensador de tantos gastos feitos com feijão, milho e farinha de mandioca (CASTRO, 1959, p. 131).

Para o trabalhador rural da zona açucareira, em função dos baixos salários, a carne, o leite e os ovos eram inacessíveis, e para os negros escravos eram inacessíveis pela relação de custo-benefício para o senhor de engenho, para quem a lógica do lucro é produzir mais com baixos custos. Se observa nos trechos do livro, citados acima, que a natureza

[76] Bagaceira é como ficou conhecida a região do Nordeste produtora de cana de açúcar, a conhecida zona açucareira. O termo bagaceira vem do bagaço da cana depois de extraído todo o seu caldo. "A Bagaceira" é o título do livro de José Américo de Almeida, citado no capítulo 2 desta tese.

humana era completamente desconsiderada pelos senhores de engenho. Se observa também que a chave de leitura para pensar a preguiça é outra, é a falta ou a insuficiência de alimentação de qualidade que sustenta o corpo para o trabalho.

O que queremos chamar atenção é que a preguiça, a lentidão e o não-trabalho não se referem a qualquer espaço, mas sim ao espaço do rural, da roça, do campo. Modos de trabalho bem diferentes daqueles possíveis após a industrialização brasileira, do início do século XX. Embora, segundo Furtado (2005), a indústria brasileira seja anterior à industrialização do Sudeste efetivada por volta da década de 1930, do século passado. As grandes áreas produtoras de açúcar e algodão do Nordeste, que durante quase quatro séculos foram as grandes áreas produtoras do Brasil, mesmo que de forma primária, utilizavam de instrumentos técnicos para a transformação da matéria prima em produto de consumo, como o açúcar, por exemplo, sendo necessário importar da Europa equipamentos e conhecimentos específicos para produzir.

A industrialização do Sudeste é possível justamente pela movimentação econômica mundial, que provoca a decadência, no Brasil, de antigos modos de produzir e antigas culturas. O café ganha destaque mundial e oportuniza a classe produtiva do Sudeste, já experiente e com vontade de se manter no poder a investir no novo modo de produzir. Na indústria, aliada a essas condições o Estado investe na modernização do país, isso quer dizer que o Sudeste, no início do século XX, reuniu as condições de produção necessárias para que a industrialização moderna fosse estabelecida no Brasil.

Nessa conjuntura o sentido de trabalho é ressignificado e o trabalho, que exige e explora do cidadão seu tempo e sua energia, é o trabalho na indústria, na cidade, e por oposição o trabalho no rural é tomado como não-trabalho, um trabalho menor, menos importante, menos valorizado. Dessa forma, temos uma divisão do trabalho no território brasileiro e, por consequência, uma divisão do sentido de trabalho, no Sudeste a realização do trabalho, e Nordeste o não-trabalho.

A pesquisadora Elisete Zanlorenzi, em trabalho mais recente que o de Celso Furtado, explica que a associação do nordestino à preguiça começa com as intensas migrações para o Sudeste e Sul do país. Os nordestinos recém chegados, ainda sem emprego ou moradia, iam se alojando onde era possível, em cortiços e favelas. “Estas condições contribuíram para que o termo baiano fosse associado a outros como sujo, desorganizado, não produtivo e, finalmente, preguiçoso” (ZANLORENZI, 1998, p.20).

De acordo com boletim de 1998, da Usp, em sua tese, Elisete menciona outros quatro motivos para a formação do mito da preguiça baiana: a industrialização tardia de Salvador, a indústria do turismo, que mostra somente o aspecto divertido, da festa, o discurso da imprensa, que transmite apenas o lado trágico das migrações, e a indústria da seca, que forjou uma imagem do nordeste ligada à incapacidade profissional para justificar a necessidade de investimentos na região.

Com base em Furtado (2005) poderíamos questionar o sentido da preguiça atribuído a industrialização tardia de Salvador, mas não apenas de Salvador, mas de todo Nordeste, visto que este só se industrializa, a partir dos novos modos de produção, na década de 60 com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene[77]). Ou seja, 30 anos depois do Sudeste. Contudo, como nos informa Furtado (2005), o Brasil, como colônia portuguesa, industrializa-se tardiamente, em 1808, mais de um século depois dos Estados Unidos, colônia inglesa, que já estava com sua indústria têxtil consolidada. Por efeito de comparação, neste caso, o Brasil poderia ser considerado preguiçoso?

Outro dado importante que nos faz refletir sobre a ideia de trabalho associada ao Nordeste é discutido por Iná de Castro (1991, p.54):

> Comparando a evolução da PEA nas diferentes regiões brasileiras, a Região Nordeste manteve, entre 1940 e 1980, a posição de maior proporção de população economicamente ativa no setor primário (79,1% em 1940 e 49,8 % em 1980). Com relação à PEA do setor secundário, no mesmo período a Região perdeu sua posição para a Região Sul, passando do 4º lugar em 1940 (com 6,9%) para o 5º em 1980 (com 13,0%). Não há qualquer originalidade nestas informações, apenas queremos ressaltar que, mesmo perdendo posição para outras regiões, o Nordeste acompanhou as transformações do País, transformando seu parque industrial e incorporando-lhe população ativa.

Dessa forma, pelo efeito metonímico, a palavra "baiano" representa um conjunto social que se associa inicialmente a nordestinos e, em seguida, aos moradores pobres das grandes e médias cidades. Os termos "baiano", em São Paulo, e "paraíba", no Rio de janeiro, representam nordestinos pobres e pobres urbanos de baixa escolaridade, pretos e pardos, moradores de periferia urbana e trabalhadores informais ou de postos de trabalhos de menor poder aquisitivo, que vivem no eixo São Paulo-Rio de janeiro. É o sentido de trabalhador

[77] A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) é uma autarquia vinculada ao Governo Federal que tem por objetivo, segundo *site* da própria instituição: promover o desenvolvimento includente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional. A área de atuação da Sudene abrange integralmente todos os Estados do Nordeste e parcialmente os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

urbano-industrial (trabalho) / trabalhador rural ou informal (não trabalho) que está em jogo nessas expressões.

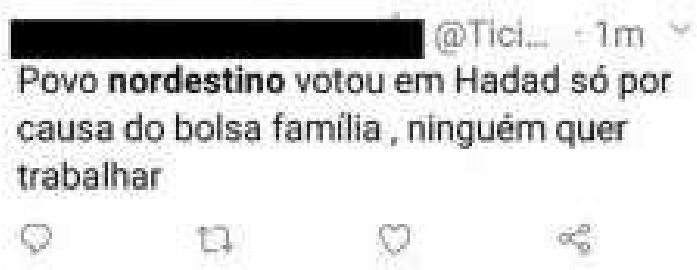
Aquela separação dos hemisférios norte-sul a partir da linha vermelha horizontal, produzindo um efeito de disjunção, pode ser comparada a proposta de separação do Brasil em dois brasis. Na imagem abaixo, a linha vermelha, que também não é uma reta, propõe que o Norte e o Nordeste formem um bloco e que o Centro-Oeste, Sudeste e Sul formem outro, mas essa divisão se realiza pelas intenções de voto em um partido político, que não excluí os sentidos de trabalho e não-trabalho postos anteriormente, pelo contrário, reafirma-se. Em última instância, é uma divisão política:

Disponível em: https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/deputado-propoe-separacao-de-sao-paulo-e-ex-secretario-fala-em-construcao-de-muro/. Acesso em 10.08.2018.

Esse mapa circulou pelas mídias no ano de 2014, ao fim das eleições da então candidata eleita à presidência da república, Dilma Rousseff. Em 2018, essa proposta de divisão voltou a circular com força por conta dos empates políticos partidários entre dois candidatos à presidência, sendo que um deles tinha ampla maioria de votos no Nordeste. O fio da história e da memória permite que formulações como esta possam ser ditas[78] nas eleições de 2018:

[78] Permite também piadas como a que consta no anexo desta tese.

Figura 89. Mensagem virtual sobre os nordestinos nas eleições 2018



Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/brasil/nordestinos-sao-atacados-nas-redes-socias-apos-resultado-do-primeiro-turno-23138104.html. Acesso em 10.08.2018.

O nordestino não quer trabalhar, e em razão disso, vota no candidato Fernando Haddad para garantir a permanência do programa social: bolsa família.

Nessas condições de produção, pelo jogo de paráfrases, norte e sul têm outros sentidos, vejamos:

Norte (Norte e Nordeste brasileiros)	Sul (Sul, Sudeste e centro Oeste-brasileiros)
Preguiça	Trabalho
Não-trabalho	Trabalho valorizado
Negros e índios	Europeus
Doenças	Saúde
Pobreza	Riqueza
Feiura	Beleza
Calor	Frio
Subdesenvolvimento	Desenvolvimento
Baixo avanço tecnológico	Tecnologia de ponta
Dependência	Autonomia

Veja que expressões como Norte e Sul mudam de sentido conforme a situação em que são empregadas. Quando se referem ao contexto mundial, têm um sentido e quando se referem ao nacional, outro. Neste último caso é possível perceber que o sentido de Norte mundial se aproximaria do sentido de Sul no Brasil. Há uma vontade do Brasil em se assemelhar aos países desenvolvidos do Norte, como Estados Unidos e Europa. Nesse sentido, Pêcheux (2009, p. 146) nos ensina que

> o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

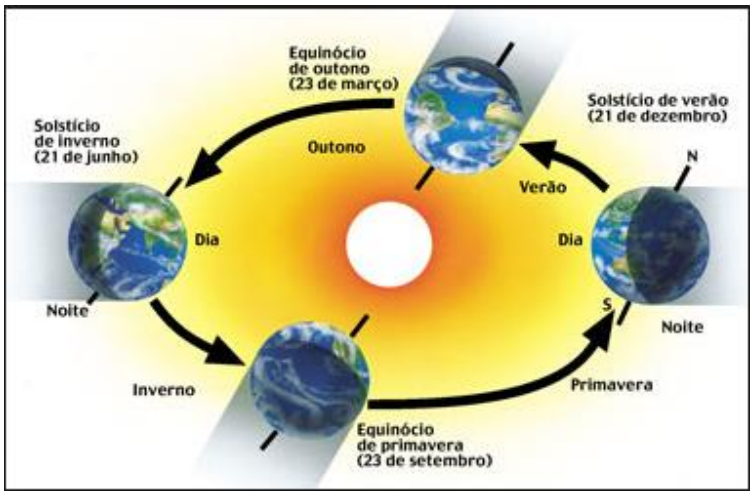
Assim, Pêcheux (2009) nos informa que o sentido das palavras não estão em si mesmas, que não há uma relação de transparência, correspondência ou literalidade entre uma palavra e o seu significante. O sentido das palavras decorre da sua relação com a história, a memória, a ideologia e as posições das quais os dizeres são possíveis.

A respeito desse espelhamento entre Brasil e, Europa, sobretudo, o economista Plínio de Arruda Sampaio Júnior (2005)[79] revela que, em suas pesquisas, Celso Furtado associa "a gênese do subdesenvolvimento ao pesado legado do período colonial, e a sua continuidade à presença de classes dominantes aculturadas e obcecadas em imitar os estilos de vida e de consumo das economias centrais". As classes dominantes no Brasil concentram terra, renda e poder político.

Quando a questão aqui analisada pede ao estudante que compare as características entre o Nordeste e Portugal cria um efeito de separação, um deslocamento do Nordeste em relação ao Brasil, dando a impressão de um lugar outro. Por outro lado, pelo efeito metonímico, o Nordeste, nesse contexto climatológico de mudanças das estações do ano, representaria o Brasil e todo território do hemisfério sul, visto que não existe equinócio em uma região brasileira e em outra não, em um país da América do Sul e em outro não, e o mesmo acontece em relação a Portugal. Os equinócios e os solstícios são noções produzidas pelo discurso científico que consideram o eixo de inclinação da Terra e o seu movimento de translação ao redor do sol. No equinócio a luz solar incide de igual forma nos hemisférios Norte e Sul, já no solstício a luz solar incide em intensidade diferente nos hemisférios como é possível ver na figura abaixo:

[79] O economista Plínio de Arruda Sampaio Júnior, escreve o prefácio do livro "Formação econômica do Brasil" de Celso Furtado.

Figura 90. Solstício e equinócio



Disponível em: http://geografianewtonalmeida.blogspot.com/2014/04/exercicio-de-geografia-as-estacoes-do.html. Acesso em 10.08.2018.

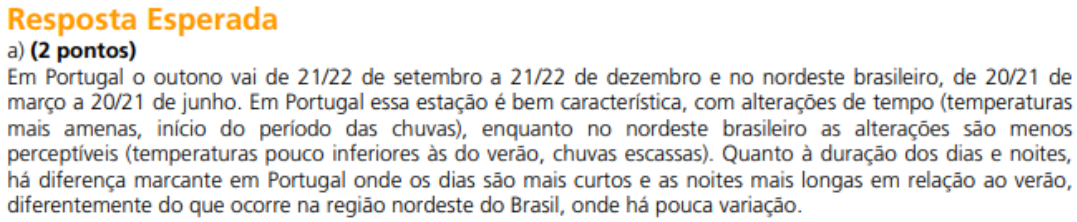
Na figura se vê que equinócio e solstício produzem um efeito de oposição entre os hemisférios norte e sul e, como vimos anteriormente, essa não é apenas climatológica, mas social, educacional, cultural, econômica e tecnológica.

O efeito de regularidade é oferecido pela noção de repetição cronológica; não há sempre verão, como não há sempre inverno. Existe um efeito de repetição sequenciada: primavera-verão-outono-inverno, entre os meses do ano, onde não é possível burlar essa sequência, mesmo que os padrões de temperatura e precipitação indiquem que o verão se expanda no outono, por exemplo.

O estranhamento inicial de se comparar uma região brasileira a um país europeu é retomado quando a resposta ao item "a)" solicita diferenciar os solstícios e equinócios. Para diferenciar, é preciso saber minimamente a que se refere cada um dos fenômenos. Esses dois fenômenos naturais, decorrentes do movimento da Terra em torno do sol ao longo de um ano, produzem um efeito de regularidade e homogeneidade muito fortes. O discurso científico os define da seguinte forma: solstício é a época do ano em que o sol incide com maior intensidade em um dos dois hemisférios (norte ou sul). Observe que no centro da definição está também um efeito de oposição, visto que a incidência maior do sol só é possível em uma época do ano por hemisfério, por exemplo, se for verão no hemisfério norte, por oposição será inverno no hemisfério sul.

Nesse item "a)" a resposta esperada pela banca é a seguinte:

Figura 91. Resposta esperada pela banca avaliadora do vestibular



Resposta Esperada

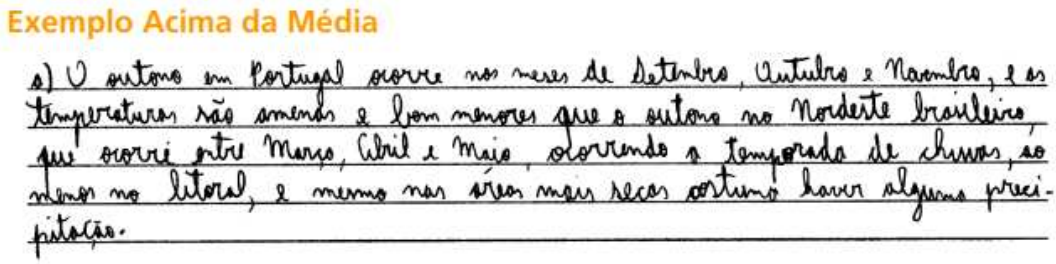
a) **(2 pontos)**

Em Portugal o outono vai de 21/22 de setembro a 21/22 de dezembro e no nordeste brasileiro, de 20/21 de março a 20/21 de junho. Em Portugal essa estação é bem característica, com alterações de tempo (temperaturas mais amenas, início do período das chuvas), enquanto no nordeste brasileiro as alterações são menos perceptíveis (temperaturas pouco inferiores às do verão, chuvas escassas). Quanto à duração dos dias e noites, há diferença marcante em Portugal onde os dias são mais curtos e as noites mais longas em relação ao verão, diferentemente do que ocorre na região nordeste do Brasil, onde há pouca variação.

Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/2009/download/comentadas/geografia.pdf. Acesso em 18.08.2018.

Já a resposta selecionada pela banca avaliadora como acima da média é:

Figura 92. Exemplo de resposta acima da média



Exemplo Acima da Média

a) O outono em Portugal ocorre nos meses de Setembro, Outubro e Novembro, e as temperaturas são amenas e bem menores que o outono no Nordeste brasileiro que ocorre entre Março, Abril e Maio, ocorrendo a temporada de chuvas, ao menos no litoral, e mesmo nas áreas mais secas ocorrem haver alguma precipitação.

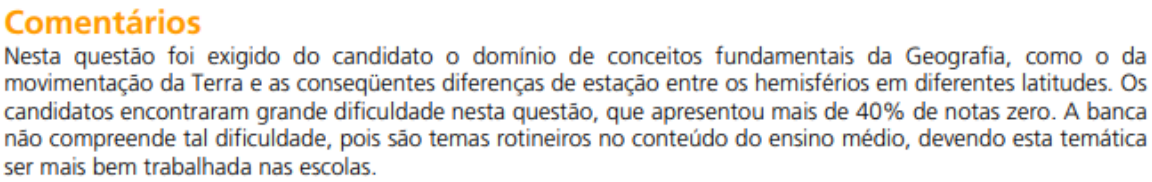
Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/2009/download/comentadas/geografia.pdf. Acesso em 18.08.2018.

Observe que de forma geral o marcador que diferencia o Nordeste de Portugal é a diferença de temperatura, que segundo a banca quase não varia no Nordeste Brasileiro. A banca espera do vestibulando que ele reconheça que o Nordeste tem altas temperaturas o ano inteiro, e outro elemento que marca as respostas são chuvas escassas ou alguma precipitação, como diz o vestibulando na sua resposta. Mais uma vez, a banca deseja que o leitor-vestibulando considere o Nordeste quente e seco, num gesto que contrapõe esta região às outras do país pelo efeito de oposição e pelo deslocamento criado pela própria formulação da pergunta do item "a)" que "separa" o Nordeste do Brasil. Não é apenas o Nordeste que passa pelo período de equinócio; todo Brasil sente os efeitos desse fenômeno, embora de diferentes maneiras, porque, como vimos em capítulos anteriores, muitos elementos interferem na diferença de temperatura e precipitação de uma localidade, ou de uma região, ao longo do tempo.

Já equinócio é definido como a época do ano em que o sol incide de igual maneira sobre os dois hemisférios, norte e sul, e, portanto, teríamos o outono e a primavera, também na relação de oposição, visto que se for outono no hemisfério sul, será primavera no norte e vice-versa. Durante o equinócio, dia e noite tem o mesmo número de horas, 12 cada. No equinócio de outono como descrito na questão analisada, os dias dão a impressão de que escurecem mais cedo, o outono ai é uma estação de transição entre o verão e o inverno, que se anuncia.

A respeito da questão 13 do ano de 2009 do vestibular da Unicamp, a banca faz esse comentário:

Figura 93. Comentários da banca elaboradora



Comentários

Nesta questão foi exigido do candidato o domínio de conceitos fundamentais da Geografia, como o da movimentação da Terra e as conseqüentes diferenças de estação entre os hemisférios em diferentes latitudes. Os candidatos encontraram grande dificuldade nesta questão, que apresentou mais de 40% de notas zero. A banca não compreende tal dificuldade, pois são temas rotineiros no conteúdo do ensino médio, devendo esta temática ser mais bem trabalhada nas escolas.

Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/2009/download/comentadas/geografia.pdf. Acesso em 18.08.2018.

Observe que a banca se refere aos fenômenos em uma escala planetária (hemisférios), e se sente surpresa pelo número de notas zero, 40% do total dos vestibulandos, já que este é um conteúdo tradicional nas aulas de Geografia e nos livros didáticos de todo Brasil. A banca entende que o problema não estaria na formulação da pergunta e nos efeitos que dela ressoam, mas na escola e na forma como os professores ministram esse conteúdo.

Na Geografia, temos acompanhado que, um dos seus efeitos mais fortes é a homogeneidade dos fenômenos, sejam naturais ou sociais. Nesta questão esse efeito é deslocado e o solstício e equinócio, que normalmente se referem a dois grandes blocos, o hemisfério norte e sul, mudam de sentido e colocam em comparação uma região e um país em hemisférios opostos. Essa comparação pode ter confundido os vestibulandos, porque era necessário justamente fazer o caminho inverso para chegar ao efeito de homogeneidade solicitado pela questão, ou seja, era necessário ir da parte para o todo, do Nordeste para o hemisfério sul e de Portugal ao hemisfério norte. Há também, mesmo que de forma rápida e temporária, um efeito de deslocamento do imaginário coletivo a respeito do discurso clichê e estereotipado a respeito do Nordeste; a questão cria uma ilusão de que se tratará de um outro modo de ver o Nordeste.

O efeito de homogeneidade produzido pelas definições de solstício e equinócio considera virtualmente a Terra como dois grandes blocos homogêneos, onde a incidência de luz do sol se daria de forma proporcional em um mesmo hemisfério. O próprio termo sugere uma noção de igualdade e equivalência. Dessa forma, no verão todo hemisfério sul receberia a mesma incidência de radiação solar, o que não é possível justamente pela forma elíptica da Terra. Existem algumas áreas, como aquelas próximas a linha do equador que receberão uma significativa radiação solar durante todo o ano.

O efeito de homogeneidade produzido pelo discurso científico e repercutido na questão 13, em análise, não permitiu que os estudantes-vestibulandos deslocassem o olhar, olhar historicamente construído pelo discurso escolar, para perceber que a região Nordeste estava sendo colocada como metonímia do hemisfério sul, e talvez por isso a banca avaliadora do vestibular tenha se surpreendido com o grande número de vestibulandos que tiraram nota zero nesta questão. Existe um olhar construído e reafirmado pelo discurso científico e escolar que orienta os estudantes a perceberem os fenômenos naturais como peças encaixáveis em um grande quebra-cabeças, onde espaço e fenômeno são relacionados como equivalentes, num processo que cola espaço-natureza produzindo um efeito de correspondência difícil de ser questionado, deslocado, fraturado.

Questões analisadas: um fecho possível

O efeito leitor, como dissemos anteriormente, é o leitor projetado para um texto. É aquele leitor imaginado que aparece como imagem virtual para o autor, isso não quer dizer que este leitor se realize de forma plena, talvez até o contrário, que se realize de forma marginal, temporária, incompleta ou mesmo não se realize. Todo texto solicita um leitor, demanda uma leitura, uma interpretação. O efeito leitor, assim como o efeito autor, é uma construção, são posições sujeitos que são produzidas na relação com o texto e sua leitura. O efeito leitor é construído da relação do leitor com um texto que se dá a ler, texto que pode ser verbal ou imagético. Como explica Pêcheux (2014), a constituição do efeito-leitor se dá pela ilusão necessária do sujeito como fonte de seu dizer e dos sentidos.

Dessa forma, é possível dizer que todo texto reclama interpretação e quando colocado em circulação produz um efeito-leitor. A circulação demanda e produz efeitos leitores diferentes, por exemplo: um trecho de texto retirado de um artigo de revista e colocado numa prova de vestibular demanda um leitor diferente daquele leitor da própria revista, demanda inclusive interpretações diferentes pelas condições de produção da leitura. Assim, as condições de produção da leitura e a circulação do texto supõe um efeito leitor, lugar genérico, aberto e vazio, podendo ser ocupado por diversos sujeitos em diferentes espaços-tempos.

Existe um jogo aí estabelecido entre o leitor imaginado e o leitor real que precisa provocar a sua memória para que a leitura faça sentido. A leitura previsível (leitor imaginado) é a leitura parafrástica, diz o mesmo de outras formas, ou dito de outra forma, diz o que a banca avaliadora do vestibular deseja, da forma que pode ser dito pelo estudante naquele momento. Todas as questões são aqui tomadas como texto e por isso, supõem um leitor.

Vimos em algumas questões que, segundo a banca corretora do vestibular da Comvest/Unicamp, os vestibulandos tiraram muitas notas zero ou não tiveram o desempenho esperando pela banca, isso nos releva que os professores elaboradores já imaginavam, projetavam um leitor para suas questões. Esse leitor imaginado é também um leitor ideal, aquele que compartilhará de um imaginário que se alinhe à banca. No caso específico das questões analisadas nesta tese, o leitor esperado pela Comvest/Unicamp é um leitor bastante específico. O próprio ritual do vestibular implica um leitor específico, afinal não é qualquer pessoa que faz as provas do vestibular e existe um conjunto de exigências até o candidato sentar na cadeira e abrir o caderno de questões.

O vestibulando precisa saber ler, ter uma escolaridade de no mínimo doze anos, e mesmo com essa escolaridade precisa saber a respeito dos conteúdos exigidos na prova e entender dos ritos que constituem o vestibular, como, por exemplo, escrever as respostas nas folhas destinadas para este fim. Para além disso, a Unicamp, em resolução descrita no capítulo 1 desta tese, explicita, através da classificação e dos objetivos, quais leitores deseja e, por consequência, quais estudantes-ingressos almeja, diz resumidamente a resolução: estudantes que dominem os conteúdos do ensino médio, capazes de exprimir ideias com organização e clareza, ler e interpretar dados e elaborar hipóteses. É a esse leitor que o vestibular da Comvest/Unicamp se destina.

Tomando como base esse perfil, identificamos que não é nada para além do que a educação formal solicita através de seus documentos oficiais, como o PCN, por exemplo. No PCN está descrito que

> a Geografia trabalha com imagens, recorre a diferentes linguagens na busca de informações e como forma de expressar suas interpretações, hipóteses e conceitos. Pede uma cartografia conceitual, apoiada em fusão de múltiplos tempos e em linguagem específica, que faça da localização e da espacialização uma referência da leitura das paisagens e seus movimentos. (BRASIL, 1998, p33)

Dessa forma, se pode falar em um leitor escolar, institucional construído pelo discurso e pelas experiências escolares ao longo do tempo e no espaço. Segundo José Horta Nunes (1992) a construção do sujeito-leitor brasileiro se inicia na colonização, a partir da circulação dos discursos dos viajantes e missionários franceses dos séculos XVI, XVII e XVIII. Inicialmente esses textos eram destinados aos colonizadores e seus compatriotas e, em seguida, com o ensino jesuítico os índios também tiveram acesso. É a partir desse encontro que a prática de leitura brasileira se organiza.

A colonização significa para uma colônia violência, agressão, expropriação da terra e de pessoas, sobreposição e imposição de culturas e saberes. Vimos que o ensino jesuítico[80] é a primeira experiência de leitura no Brasil e foi importantíssimo para estruturação do ensino brasileiro; poderíamos dizer ainda que o leitor escolar, institucional brasileiro, tem suas bases no ensino jesuítico que criou uma visão/olhar sobre o índio, a natureza, a terra e o novo mundo/Brasil não apenas para europeus, mas para os indígenas e novos brasileiros. José Horta Nunes analisa que "há a fixação de certas imagens do Novo Mundo, de modo a possibilitar a produção de conhecimentos de forma sistematizada sob a ótica europeia" (NUNES, 1992, p. 209). Se estabelece aí a tradição da escrita no Brasil.

[80] A respeito do ensino jesuítico na estruturação do ensino no Brasil, consultar o segundo capítulo desta tese.

Então, poderíamos mesmo dizer que as práticas de leituras institucionais no Brasil foram iniciadas a partir da relação do índio com o europeu mediada pelo ensino jesuítico. Acreditamos ser possível dizer que as primeiras impressões do leitor brasileiro sobre si mesmo são produzidas ainda sob o olhar do outro, nesse caso, dos missionários franceses; é a partir desse contato que se produz uma história sobre o Brasil e suas gentes.

É sobre o olhar de si e do outro que as posições imaginárias estão em tensão. Está em jogo a imagem que os vestibulandos fazem de si e da banca elaboradora, e a imagem que a banca faz de si e dos vestibulandos; e há nesse jogo uma disputa pela interpretação. As respostas das questões devem estar alinhadas ao pensamento da banca avaliadora, ou seja, existe uma resposta que a banca deseja, existe *uma* resposta e não uma diversidade de respostas.

As respostas dos vestibulandos devem estar em uma relação de paráfrase com a resposta esperada pela banca, no contrário disso, a resposta é eliminada e considerada inadequada ou abaixo da média estabelecida. As provas do vestibular constam de um saber socialmente hegemônico e institucionalmente legitimado, por isso estão no livro didático, nas provas do Enem e nos PCNs. Todos esses suportes estão atravessados por uma interpretação dominante que, embora existam outras, há uma que domina o sentido. As provas dos vestibulares são importantes por implicarem práticas de interpretações e atribuição de sentidos que interferem nos modos de ver da sociedade.

Vimos em muitas questões que a leitura e interpretação esperada pela Comvest se realizava de forma incompleta, isso é possível pela própria noção de efeito leitor. O leitor virtual e o leitor real podem não se encontrar no momento da prova. O leitor virtual é sempre uma imaginação que pode se realizar ou não. Já o leitor real tem uma trajetória de vida que é acessada no momento da prova. O leitor demandado pelas questões já deveria ter construído um olhar para a Geografia e para o Nordeste. Ao longo da sua experiência escolar o que estava em jogo, em nosso ponto de vista, era justamente a representação imagético-discursiva do Nordeste.

A própria Comvest desde 2015 realiza anualmente o "Encontro com professores do ensino médio" para que a própria banca elaboradora das questões possa explicar o processo de realização do vestibular e responder cada questão da prova, apontando as chaves de leitura para sua interpretação. Ou seja, há uma orientação formal de como interpretar as questões; há a produção de um olhar que deve ser reproduzido na escola construindo modos de leitura semelhantes. Há uma imposição da interpretação, de uma prática de interpretação que sobrepõe um dizer a outros, porque esta é uma relação de poder e de hierarquia. Há uma

hierarquia velada entre os saberes da academia e os saberes escolares e sob o discurso da verdade e da ciência e da academia estão numa posição superior. Mas, por outro lado, é importante dizer que esse movimento se realiza em qualquer processo discursivo e, por via de regra, em qualquer tipo de avaliação. Isso acontece no Enem, por exemplo, é um modo de funcionamento próprio do sistema escolar e dos sistemas de avaliação.

Ou seja, é de um olhar histórico que se fala aqui. Um olhar construído ao longo do tempo pelos diversos meios de que os estudantes têm acesso, mas, sobretudo, pelo discurso escolar, afinal para fazer o vestibular é necessário pelo menos doze anos de estudos na escola regular, formal. É demandada desse leitor uma linguagem que corresponda aos seus anos de escolaridade, assim como a prova é redigida a partir da possibilidade da sua leitura por estudantes com uma trajetória de formação escolar consolidada, visto que estão nos anos finais ou no ano final da escolarização formal, exigida pelo Estado. É pelo efeito leitor que a formulação das provas tem um formato e não outro.

As questões sobre o Nordeste brasileiro são representativas justamente no sentido de atribuir um lugar histórico ao leitor do qual as condições para sua leitura definem um tipo de leitor e não outro. O leitor do vestibular da Unicamp não é aquele que despretensiosamente lê uma matéria de jornal, um romance ou uma poesia em sua casa. É um leitor que sai de casa com a responsabilidade de um bom desempenho nas provas porque a família, a escola e a sociedade exigem.

A circulação dessas questões ganha uma amplitude muito grande; se em um primeiro momento elas circulam apenas nos locais de realização da prova, em um segundo elas se espraiam em diversas direções. A Comvest divulga em sua página na internet todas as questões desde o seu primeiro vestibular, e elas são replicadas nas apostilas de escolas e pré-vestibulares, nas provas em escolas públicas e privadas, em plataformas educacionais; as questões circulam por diversos espaços-tempos produzindo uma série de significações. As questões produzem um leitor que deve reiterar um discurso hegemônico e ideologicamente dominante sobre o Nordeste. O modo como os estudantes do ensino médio se relacionam com o tema Nordeste é produzido historicamente e é pelo efeito de memória que a resposta às questões se tornam possíveis.

Após todas as análises podemos dizer que parece existir uma filiação de sentido que repercute no vestibular sobre o pretexto de inserir o conteúdo “regionalização” nas provas. Esse olhar está filiado ao discurso científico, discurso acadêmico, discurso midiático e discurso escolar que constroem e se colaboram entre si a respeito de um Nordeste pobre, miserável, seco, improdutivo, doente e dispendioso para o Brasil. É por isso que podemos dizer que existe uma legitimação social a respeito dos dizeres sobre o Nordeste que, ancorando-se no discurso científico e institucional, produz leitores. Este leitor é interpelado ideologicamente por este discurso e também outros alimentados por ele.

CAPÍTULO 5

AVESSOS

5.1 Os avessos da natureza: espaço, tempo e tecnologia

> Interrogar-se sobre a existência de um real próprio às disciplinas de interpretação exige que o não logicamente-estável não seja considerado a priori como um defeito, um simples furo no real. É supor que – entendendo-se o "real" em vários sentidos – possa existir um outro tipo de real diferente dos que acabam de ser evocados, e também um outro tipo de saber, que não se reduz à ordem das "coisas a saber" ou a um tecido de tais coisas (Pêcheux, 2015, p. 43).

Propomos aqui fazer circular outros imaginários em torno do Nordeste. Os sentidos estereotipados a respeito do Nordeste são, em sua maioria, negativos, principalmente quando estão em jogo o trabalho, a tecnologia, o dinheiro, a educação e a inteligência. Os sentidos positivos estão, basicamente, ligados ao prazer, ao lazer, ao acolhimento, à diversão, à religiosidade, ou seja, sentidos afastados da racionalidade e próximos da "sensibilidade humana". Como nos explicam Albuquerque Júnior e Iná de Castro esses discursos são produzidos, reproduzidos e circulam também de dentro para fora da região.

O modo de ver, estudar, contemplar, admirar, perceber e compreender a natureza é bastante diferente. O capital a captura de diferentes formas. No contexto do turismo a natureza deixa de ser hostil, executora de catástrofes, para se tornar a natureza do belo, da contemplação, do acolhimento, promovedora de saúde e bem-estar. A noção de natureza transita por sentidos antagônicos a depender da formação discursiva na qual é inscrita, ou ainda, existem diferentes funcionamentos discursivos para o que se convencionou chamar: clima do Nordeste.

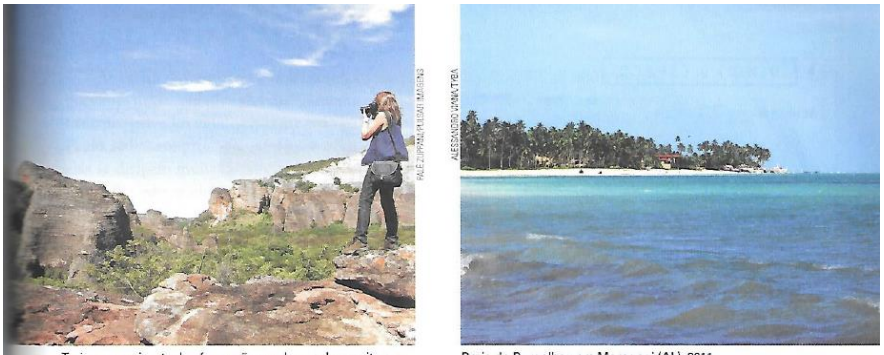
Figura 94. Recorte de livro didático: turismo no Nordeste

Turismo

O turismo é uma atividade econômica que gera milhares de empregos e uma importante fonte de renda para a região. Salvador, Fortaleza, Natal, Recife e Porto Seguro (BA) são alguns dos principais destinos turísticos do complexo regional do Nordeste. Essas cidades juntas recebem parcela expressiva dos turistas estrangeiros que visitam o Brasil.

No entanto, para que o turismo possa ser uma atividade geradora de grande quantidade de postos de trabalho no Nordeste, é necessário preparar e qualificar a mão de obra regional para exercer as diversas funções que esse setor demanda. Caso contrário, as empresas locais acabam recrutando funcionários em outras regiões.

O ecoturismo vem crescendo no Nordeste. De acordo com o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), a região abriga cerca de metade dos polos ecoturísticos existentes no Brasil.



Turismo no mirante das formações rochosas de arenito em São Raimundo Nonato (PI), 2010.

Praia de Burgalhau em Maragogi (AL), 2011.

Fonte: Lucci, Branco e Mendonça. Território e sociedade: no mundo globalizado. Ensino médio, 2014, p. 242.

Na figura 94, imagens do Estado do Piauí e Alagoas compõem o texto. São dois recortes imagéticos bastante distintos; à direita formações rochosas de arenito e a esquerda o mar, ou poderíamos dizer, fazendo uma alusão a questão 29 do vestibular de 1993, terra e água, agora num sentido inverso de abundância, beleza, vivacidade, felicidade. Embora Alagoas seja nacionalmente conhecido pelas suas praias, sendo conhecida como o Caribe brasileiro, esse Estado, sobretudo a sua capital, Maceió, no início do século XX foi considerada símbolo de progresso nacional, riqueza e tecnologia, como descreve a historiadora Mary Del Priore (2017)

> Nas décadas de 1920 e 1930, em Alagoas, por exemplo, abriram-se estradas de rodagem em direção ao norte e ao centro, e posteriormente o trecho de Atalaia a Palmeira dos índios. O sertão se aproximava da cidade e enterrava o banditismo de figuras como Lampião, cujo grupo foi extinto em 1938. Intensificavam-se as pesquisas sobre o ouro negro: o petróleo, que se tornaria o grande personagem do Estado Novo. Os primeiros edifícios de três ou quatro andares apontavam o progresso que, nos anos da Segunda Guerra, fariam de Maceió um lugar estratégico (DEL PRIORE, 2017, p. 159).

Pela descrição da autora sobre Alagoas mas também outros estados, ao contrário do que se imagina, e do que muitas vezes é publicizado, várias cidades e Estados do Norte e Nordeste foram sinônimos de modernidade, civilização, tecnologia de ponta, riqueza e requinte. Para além de Alagoas, Belém do Pará durante o ciclo da borracha até 1912

> passou por muitos avanços econômicos, graças à sua posição geográfica. A cidade abrigava o principal porto de escoamento da produção do látex da borracha. Tal sucesso incentivou também a adoção do ideário de renovação urbana. A cidade passou a funcionar socorrida por bondes, iluminou-se com gás e comunicou-se com o restante do Brasil graças à telegrafia e ao telefone. Ganhou mobiliário urbano, tubulações, blocos pré-fabricados, usinas e máquinas, tudo importado da Europa ou dos Estados Unidos. (...) Implantou, enfim, a infraestrutura desejada nas grandes cidades do Sudeste (DEL PRIORE, 2017, p. 158).

Enquanto Belém passava por importantes mudanças e equipava a cidade de aparatos e objetos urbanos já usados em várias cidades do mundo, as cidades do Sudeste ainda estavam desejantes dessa mudança e organização urbana e social.

Ainda é possível refletir sobre as comparações a que algumas cidades brasileiras são submetidas. Observamos que no Brasil quando se tem uma situação, um fenômeno ou qualquer cidade que se julgue bonita, moderna, civilizada, cosmopolita esta será compara a algum lugar de referência no mundo. Como, por exemplo, Alagoas: o Caribe brasileiro, Recife: a Veneza brasileira, Belém: a Paris brasileira, São Luís e Salvador: a Lisboa brasileira, Campos do Jordão: a Suíça brasileira, Londrina: a Londres brasileira, Holambra: a Holanda brasileira, São Paulo: a Nova Iorque brasileira... E no início do século XX, o Rio de Janeiro que também teve ares parisienses. Essas comparações são sempre num aspecto positivo e, via de regra, capturadas pelo mercado do turismo para atrair visitantes. Logo, se alguém não tem condições de conhecer Veneza na Itália, é possível contentar-se com a brasileira.

O discurso turístico é um lugar de fronteira. Muitas vezes ela define a beleza e a feiura, assim como utiliza a natureza, o clima e seus fenômenos como marcadores de excentricidades, exotismo e singularidade que precisam ser vistas. As imagens que circulam no imaginário social sobre o nordeste são tão dominantes discursivamente que o lugar privilegiado dos milionários brasileiros, Fernando de Noronha, é descolado do Nordeste, embora esteja nesta região. Aparece como um "mundo" a parte e não aparece nas propagandas do turismo "popular". Um bom exemplo de como o discurso turístico se apropria da natureza é a caatinga, vegetação característica da sub-região sertão. Em busca no *google* por turismo na caatinga brasileira o primeiro link que aparece é este:

Figura 95. Turismo na caatinga

Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=turismo+na+caatinga+brasileira&oq=turismo+na+caatinha&aqs=chrome.2.69i57j0l5.10199j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em 18.09.2018.

Essa matéria é especialmente interessante por dois motivos: o primeiro informa que o projeto é do Estado do Ceará, lugar fortemente presente na literatura regionalista como lugar dos campos de concentração de refugiados, dos flagelados da seca. Quixadá no Ceará é cenário para o romance o "Quinze" de Raquel de Queiroz e da "Fome" de Rodolfo Teófilo, das fotografias da revista Besouro e de tantos outros. Segundo, porque a caatinga nordestina está associada à beleza.

O texto destaca a caatinga pela sua originalidade, por ser exclusivamente brasileira e por contar com numerosas espécies vegetais e animais. Nesse contexto, a cantiga não maltrata, não castiga, não expulsa, não exclui. Ao contrário, mostra-se abundante, repleta de riqueza e se apresenta para ser contemplada como um patrimônio divino. Constrói-se um discurso imagético-discursivo outro, pautado em outras relações e interesses. Neste outro é a seca, a fome, a miséria, as doenças, a magreza extrema e a feiura que são silenciados.

A noção de natureza circula de maneiras diferentes e opositivas. Na caatinga só há beleza em determinadas condições de produção, em outras ela é hostil, vingativa e dificulta a vida dos seus nordestinos. A caatinga é, inclusive, tradicionalmente inspiração e cenário para diversas novelas, séries, minisséries e filmes brasileiros. A caatinga como manifestação máxima da vida, da força, da beleza, como na super série "Onde nascem os fortes[81]" de 2018 da rede Globo de televisão, que reproduziu um discurso tradicionalmente conhecido, a beleza do sertão, da caatinga e das formações rochosas foi explorado na estória.

[81] Existem outros filmes como "Entre irmãs" de 2017 produzido pela Conspiração filmes e Globo filmes.

Da caatinga também tem se produzido alta gastronomia, através do projeto "Gastrotinga" idealizado e desenvolvido pelo chef de cozinha Timóteo Domingos, de apenas 21 anos, alagoano radicado em Canindé de São Francisco, interior de Sergipe, estudante de gastronomia do sertão nordestino. A ideia do projeto é utilizar ingredientes do sertão como base de receitas diversas sejam doces ou salgadas, como brigadeiro, picolé e pizza de massa de palma, coxinha de cacto, cocactus (cocada de cactos), lasanha de quiabo e tantas outras receitas, o projeto conta com mais de cinco mil receitas.

A palma é vegetação própria do sertão e servia apenas de comida para o gado ou para pessoas comerem em situações muito críticas, de seca extrema, de miséria extrema, quando mais nada restava, só os cactos. Por isso, há ainda tantos preconceitos em relação a palma e as diversas variedades de cactos. Mas como mostram alguns estudos, a palma é amplamente consumida "em muitos países como o México, Estados Unidos e Japão a palma é considerada um alimento nobre, servida em restaurantes e hotéis de luxo" (CÂNDIDO FILHO, PEREIRA e LIMA *apud* CANTWELL, 2001)[82]. O contrário do que acontece no Brasil, em que a palma é identificada como um forte marcador de pobreza.

Para o nacionalmente conhecido chef Timóteo é preciso reconhecer na caatinga um potencial produtivo que considere a sua vegetação, a sua fauna e as suas pessoas. Timóteo pensa em sustentabilidade, uma produção que envolva agricultores locais e adequado manejo da terra e da vegetação. É um projeto ousado, mas, sobretudo, moderno, inovador e potente. O chef utiliza a vegetação da caatinga como base alimentar, ressignificando o que antes era visto como mato para tornar especiarias da alta gastronomia, como, por exemplo, as folhas do umbuzeiro ou ainda a urtiga. Para ele a caatinga se apresenta como uma abundância de cores, sabores, aromas e texturas, e é a partir delas que ele cria, recria, inventa e movimenta o sertão sergipano. É desse jeito, olhando para si mesmo, que a caatinga e os sertanejos são colocados como protagonistas dessa nova história escrita no sertão e no Nordeste Brasileiros. É o sertão sendo redescoberto pelos sertanejos e pelos brasileiros através da gastronomia local e regional.

O chef Timóteo tem ganhado fama e recentemente o jornal "El país" brasileiro publicou uma reportagem o identificando como um chef da chamada cozinha patrimonial, aquela cozinha de raiz, destaca também o lado pesquisador de Timóteo, o título da reportagem é a seguinte:

[82] Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Arquivos/03/6_Amy%20Lima.pdf

Figura 96. Matéria sobre o chef do sertão

Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/12/nordeste_vizinho/1536787877_482163.html. Acesso em 18.09.2018.

Como se vê, os cactos são ressignificados, apesar de ainda servirem de alimentação para os animais, eles agora estão na cozinha servindo de base para a alta gastronomia de raiz. Dentre estes está o picolé de xique-xique, umas dos cactos mais comuns do sertão nordestino, veja a imagem a seguir:

Figura 97. Picolé de cacto

Disponível em: http://www.dialogoscomestiveis.com.br/index.php/pratos-falantes/77-a-gastrotinga-de-timoteo-domingos. Acesso em 18.09.2018.

O projeto Gastrotinga cresceu e outros chefs de cozinha foram agregados em torno dele. O Gastrotinga ganhou um festival anual que propõe uma vivência gastronômica na caatinga. Este não é o único projeto de convivência com o semiárido. Existem dezenas de projetos com ou sem parcerias nacionais e internacionais que promovem tecnologias sociais e materiais de convivência com a seca, a caatinga, os animais, enfim, com o sertão, o semiárido e o nordeste e o nordestino. Um desses projetos de parceria internacional é o "Adapta sertão", ele está localizado no território da Bacia do Jacuípe, interior da Bahia. O "Adapta sertão" é

uma rede formada por cooperativas e organizações da sociedade civil que aposta em mudanças estruturantes de adequada convivência do agricultor com o semiárido. O "Adapta", assim como o "Gastrotinga", tem a preocupação com a geração de renda e mais, com a segurança hídrica e alimentar para as famílias que vivem na/da caatinga.

Segundo o *site* da rede "Adapta", oito eixos estruturam a ação: tecnologia do MAIS, industrialização, cooperativismo, capacitação, pesquisa, comercialização, financiamento e políticas públicas. A partir desses eixos é possível perceber que o projeto preocupa-se com todas as etapas da produção agrícola e que ao contrário do que é comumente veiculado, as tecnologias, a pesquisa e a industrialização podem se realizar no semiárido nordestino oferecendo aos agricultores qualificação, orientação e produtividade.

São iniciativas que demostram de que é possível produzir no sertão, no semiárido Nordestino. O semiárido como possibilidade de produção estendida, permanente e lucrativa para o nordestino pobre, pequeno agricultor, que já é realidade há muito tempo para os ricos latifundiários do sertão. As chamadas por Iná de Castro (2000) "Ilhas de tecnologia", mudam a paisagem e enchem os bolsos dos grandes produtores rurais. Existe um polo de produção agrícola irrigada no semiárido nordestino, onde é possível produzir o ano inteiro e além de abastecer o mercado interno, exporta para diversos países como os da Ásia, Europa e Estados Unidos; são grandes áreas de fruticultura que usam moderna tecnologia, geram divisas e repercutem no Produto Interno Bruto nacional.

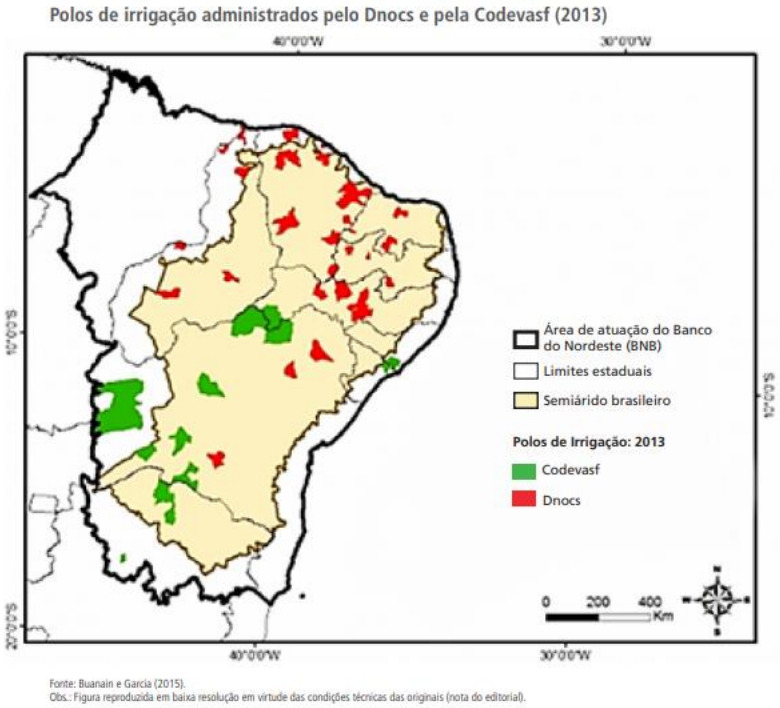
A fruticultura do polo Juazeiro-São Francisco, por exemplo, é um dos maiores produtores de banana, manga, mamão, melancia, melão e uva do Brasil. A uva, inclusive, não tem sido exportada apenas *in natura*. A região tem apontado como um forte centro produtor de sucos de uvas naturais, espumantes e vinhos de alta qualidade concorrendo com tradicionais centros produtores do Sul do país. Como segundo maior produtor de vinhos e espumantes do Brasil, epicentro da caatinga, o vale do São Francisco também vem se constituindo como uma atração turística disputada. Os números da fruticultura são grandes, de acordo a relatórios do Banco do Nordeste, as exportações de frutas somaram cerca de 669,7 milhões de dólares[83] em 2017.

Segundo estudo do IPEA, a região semiárida é, na contramão, uma das regiões mais produtivas do Nordeste, pelo mapa a seguir podemos observar a distribuição no espaço desses polos de produção agrícola:

---

[83] Essas informações estão disponíveis em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/3686680/35_Fruticultura_2018.1.pdf/b5660ef3-4ea7-7f44-090f-09b5a3c49097

Figura 98. Mapas dos polos de irrigação



Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32607:td-2369-sobre-a-agricultura-irrigada-no-semiarido-uma-analise-historica-e-atual-de-diferentes-opcoes-de-politica&catid=411:2018&directory=1. Acesso em 18.09.2018.

Essas manchas verdes e vermelhas sobre o destaque em amarelo do semiárido são os polos de produção agrícola irrigada, veja que no mapa os polos se distribuem por toda faixa semiárida (amarela) justamente nas áreas de seca, de baixa precipitação. Essa é a área considerada por muitos estudiosos, pesquisadores e políticos como improdutiva. Talvez, agora, a pergunta que caiba seja: é improdutiva para quem?

Um outro elemento a ser considerado e que coincide com a história da formação econômica do Brasil é a organização produtiva se realizar através de polos "autônomos" que não mantem relação entre si. Se voltarmos um instante no tempo, Celso Furtado, Berta Becker e Claudio Egler e tantos outros, eles nos ensinam que a produção agrícola do Brasil colonial, e até à primeira República, era organizada em arquipélagos de produção que não mantinham uma rede de relações entre eles. Eram ilhas de produção agrícola para exportação, eram também ilhas econômicas, vejam que é o mesmo funcionamento das ilhas atuais da fruticultura no semiárido nordestino que não integram o pequeno produto e não mantém relações econômicas entre si.

Já no campo da tecnologia, voltando às comparações de cidades brasileiras às mundiais, a cidade do Recife, capital de Pernambuco, aquela do ciclo do caranguejo, dos caranguejos sem cérebro, tem hoje o maior polo de tecnologia e inovação do Brasil, sendo considerada o Vale do Silício brasileiro. Isso não deveria ser causa de estranhamento se historicamente, algumas cidades do Nordeste, como aponta Mary Del Priori, foram as primeiras a se modernizar.

Abaixo, matéria da revista Exame sobre o Vale do Silício brasileiro:

Figura 99. Recife o Vale do Silício brasileiro

Disponível em: https://exame.abril.com.br/tecnologia/recife-o-vale-do-silicio-brasileiro/. Acesso em 26.09.2018.

De acordo com a revista Exame, Recife é um importante centro de inovação e tem o maior parque tecnológico do Brasil. Fazem parte do parque multinacionais como IBM, Microsoft, HP e Samsung e fizeram parte do portfólio a Coca-cola e a telefônica Vivo. A revista ainda informa que em 2014 o parque faturou um bilhão de reais.

No campo da indústria, o Nordeste tem o maior complexo industrial integrado do hemisfério Sul, localizado na Bahia. O polo petroquímico de Camaçari conta com mais de 90 empresas químicas, petroquímicas e automobilísticas. Mais o complexo industrial portuário de Suape, em Pernambuco, o complexo industrial e portuário do Pecém no Ceará e tantos outros ligados a economia regional e nacional.

A região Nordeste emerge no cenário nacional como a maior produtora de energia eólica do Brasil, concentrando 85% da produção, segundo a Associação Brasileira de Energia Eólica. Com 137 parques eólicos, o maior Estado produtor é o Rio Grande do Norte, seguido pela Bahia com 111 e o Ceará com 80. Os parques produzem energia e produzem também renda para a região.

São dezenas de projetos sociais e socioeconômicos que utilizam tecnologia para atender às especificidades do semiárido, são dezenas de projetos de convivência e cuidado ambiental que envolve agroecologia, manejo adequado do solo e da água, construção de cisternas e poços artesianos, técnica de gotejamento para cultivos locais que levam trabalho, conhecimento, tecnologia, segurança alimentar, autonomia, renda e dignidade ao nordestino sertanejo. São projetos em parcerias com universidades federais, estaduais, instituições governamentais e organizações nacionais e internacionais como o "Adapta sertão"[84], o "Projeto caatinga"[85] e a "Articulação semiárido brasileiro - ASA[86]" mais tantos outros e que são reconhecidos internacionalmente pelas transformações social e econômica que promovem.

Temos aí funcionando duas formações discursivas que consideram a natureza de maneira contraditória, a partir disso podemos pensar nas seguintes relações de paráfrase para natureza:

Natureza	Natureza
Feia	Bela
Despeja pessoas	Acolhedora
Fonte de doenças	Promotora de saúde
Maltrata	Anima
Fome	Abundância
Doença	Saúde
Morte	Vida
Desassossego	Paz
Trabalho na roça	Descanso
Improdutividade	Produtividade
Aridez	Possibilidade
Cinza	Colorido
Seca	Trabalho
Caatinga	Tecnologia

As paráfrases sobre a natureza do Nordeste são simbólica porque a natureza condensa uma série de representações e imaginários que produzem sentidos muito diferentes a

[84] Para mais informações consultar: http://www.adaptasertao.net/
[85] Para mais informações consultar: http://www.caatinga.org.br/
[86] Para mais informações consultar: http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia

partir das formações discursivas em que são empregadas. O nordeste tradicionalmente tem a sua imagem associada à alguma forma a natureza e ao seu clima. A mesma natureza que no período colonial permitiu a produção agroexportadora, em outras condições de produção e outra formação discursiva, foi culpabilizada pela pobreza nesta região. Agora, além do agronegócio, do turismo do sertão e do litoral, o movimento é por projetos de convivência com o semiárido, utilizando a agroecologia como sistema de produção agrícola e envolvendo diretamente o pequeno produtor. Não cabe mais, no século XXI, dizer que a causa e razão pelo suposto subdesenvolvimento do Nordeste é da sua natureza.

Talvez, nunca tenha cabido. Josué de Castro em "Geografia da fome", publicado pela primeira vez em 1947, afirma que no Nordeste o fenômeno da fome "é chocante porque não se pode explicá-lo à base de razões naturais. As condições tanto do solo quanto do clima regionais sempre foram as mais propícias ao cultivo certo e rendoso de uma infinidade de produtos alimentares (CASTRO, 1959, p.100)". Em outro trecho o autor diz que a potencialidade produtiva foi desconsiderada pelo colonizador português, que empenhou todos os esforços apenas na produção de cana-de-açúcar para exportação, "Infelizmente não se quis... não o quis o colonizador português. De nada valeram as grandes possibilidades naturais que foram malbaratadas e inteiramente desaproveitadas em sua capacidade de fornecer alimentos às populações regionais (CASTRO, 1959, p. 101)".

Todas essas informações nos implicam dizer que o Nordeste é sim uma região sensível e vulnerável no que se refere a sua climatologia, e do ponto de vista social é marcada por uma divisão historicamente profunda, injusta e excludente. Mas o que não se pode, ou pelo menos não se deve, é atribuir o seu suposto atraso, pobreza e subdesenvolvimento às questões climáticas. Vimos, com os trabalhos de Iná de Castro, que a seca é uma moeda lucrativa para uma classe de políticos e seus "empresários" que negociam a vida das pessoas. Antes dos clichês e estereótipos, a pergunta deve ser: de qual Nordeste você fala? Observamos também a partir da leitura de Josué de Castro que parece existir um *modus operandi* nas formas de produção do Nordeste, que se inicia no período colonial e se estende até hoje nas práticas políticas e econômicas, se reproduz concentração de renda e terras, a agricultura para exportação e a desvalorização do pequeno produtor, bem como uma reprodução na política das famílias aristocráticas e burguesas.

Considerar a natureza semiárida do Nordeste como abertura de possibilidades rompe com uma série de repetições e desestabiliza sentidos historicamente dominantes. Provoca a memória discursiva e produz novas discursividades silenciadas pelo sentido dominante, mesmo que ainda sob uma circulação tímida, abre espaços para novos dizeres, fazeres e sentires do nordeste. Ou seja, outros discursos sobre a seca e a caatinga circulam por outros espaços-tempos provocando a memória e produzindo outros sentidos sobre o Nordeste brasileiro. A seca, a caatinga, a aridez quando postas na relação religiosa e natural confundem até os nordestinos. Não é difícil ouvir falar como: "se deus quer assim..." Mas, pelo que temos visto de projetos, redes e iniciativas de convivência com a seca, a caatinga não é mais de combate, parece que deus tem deixado de querer, ou querido menos...

Decidimos não falar aqui das festas de Carnaval, São João e das manifestações religiosas como a de Iemanjá, Boa Morte e Senhor do Bonfim na Bahia e Círio de Nazaré no Pará, visto que são manifestações conhecidas nacionalmente, reconhecidamente são patrimônio cultural do Nordeste e cooptadas pelo capital, e geram, mesmo que temporariamente ou sazonalmente, trabalho e renda. O número das manifestações religiosas, artísticas e culturais como os folguedos são expressivas e são importantes lugares de memória da cultura nordestina.

Pudemos observar neste último capítulo que esse olhar outro sobre a região Nordeste faz circular uma série de discursividades que estão inscritas em outra formação discursiva, são outras implicações ideológicas que retiram o nordeste do lugar-comum, do registro de uma memória e de um imaginário de dominância para inscrevê-lo no lugar da possibilidade, da polissemia, da contingência... Se diz de um mesmo lugar físico (região Nordeste) mas se produz diversos outros sentidos, diferentes dos dominantes que aparecem problematizados nesta tese.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discursos entre espaços e tempos

Vimos ao longo desta tese que a língua é um sistema com suas próprias ordens, e considerá-la discursivamente é inscrevê-la na história e nas redes ideológicas. Não existe discurso sem ideologia porque não existe sujeito que não seja assujeitado ideologicamente. Essa, inclusive, é a noção primeira da definição de discurso: efeito de sentidos entre interlocutores, ou dito de outra forma, efeito de sentidos entre sujeitos em posições ideologicamente marcadas. Dessa definição, várias outras foram puxadas no fio do discurso aqui proposto, como: formação discursiva, formações imaginárias, formações ideológicas e memória discursiva. O fio do discurso se desenrola e se associa a outros tantos fios a partir do que propomos considerar como novelo mestre: a região Nordeste do Brasil que se enrola, se dobra e se desdobra sobre si própria.

A região Nordeste se constitui e se apresenta como um lugar complexo de reflexão. Como produção discursiva é profundamente contraditória, sendo, inclusive, constituída discursivamente mesmo antes da sua existência físico-material-espacial. Nas ciências humanas e sociais há uma produção muito significativa sobre esta região; na literatura não é diferente, portanto, podemos dizer que existe uma construção imagético-discursiva consistente e potente sobre esta região brasileira. Essa construção circula por diversos meios e espaços-tempo. No livro "A fome" de Josué de Castro, dos quatorze desenhos constantes, doze estão no capítulo sobre o Nordeste, os outros dois na Norte, a região Central e a Sul não tem desenhos que associe as suas fomes.

Pudemos refletir ao longo desta tese que a inscrição da região Nordeste e a sua seca como acontecimento discursivo instauram uma série de discursividades que produzem efeitos de sentidos que o localizam num pretenso lugar de inferioridade em relação às regiões Sul e Sudeste do Brasil. Consideramos estar claro que existe um sentido dominante, hegemônico, legitimado pelos discursos jornalístico, midiático, escolar, científico, literato, artístico, político que produz um apagamento da historicidade do Nordeste, seja como região física/natural, seja como processo imagético-discursivo implicado pela ideologia. Esse apagamento produz uma série de outros apagamentos e silenciamentos que produzem um sentido de que a região Nordeste "sempre foi assim", "é o que é": improdutiva, árida, carente, doente, pobre. Nesta formação discursiva se apaga os três séculos de franca produção, modernização e geração de divisas para o país.

Nesse contexto, pode-se dizer que o Nordeste foi construído para ser a "causa" dos problemas regionais nacionais. Na literatura vimos que muitos romancistas inauguraram uma forma de produzir a partir das mazelas regionais, ou melhor, a partir da observação das mazelas humanas, porque eles, os autores, não viveram diretamente a experiência da fome, da miséria. Foram bons expectadores de um cenário trágico. Muitos deles se destacando no cenário nacional por essa literatura chamada regionalista e que marca fortemente o olhar sobre o Nordeste até hoje. Vimos também que políticos profissionais e empresários que orbitavam em torno de medidas de curto prazo e paliativas lucram muito com o discurso, sobretudo sobre a seca. A seca e seus horrores sustentaram famílias de políticos, algumas delas presentes até hoje na cena política regional e nacional, produzindo mesmo linhas sucessórias de vereadores, deputados, governadores e senadores, especialmente aquelas ligadas ao mercado agropecuário.

Parece estar claro também que essa matriz de sentido que localiza o Nordeste em um lugar menor, inferior, subjugado, produz um sujeito, cuja posição é ideológica e historicamente marcada. Existem formas materiais de realização do discurso que informam como se deve olhar, pensar, considerar e agir sobre o Nordeste. Formulações que constam de adjetivações para o Nordeste e nordestino: miserável, faminto, flagelado, pobre, doente, ignorante, analfabeto, subdesenvolvido, atrasado, conservador, incivilizado, agrário, rústico, *sui generis,* exótico da sociedade brasileira, onde misteriosamente as pessoas "suportam" a fome e a seca. Essas são formulações que consideramos profundamente pedagógicas, educativas, formativas, porque educam uma sociedade para olhar o Nordeste e o nordestino como anomalias naturais. Trouxemos para a reflexão outros sentidos de Nordeste e do nordestino possível nas dobras das questões analisadas: belo, abundante, rico, moderno, tecnológico, agroexportador, desenvolvido, inovador.

Mas reconhecemos que há uma educação do olhar, do dizer, do sentir construído ao longo de um tempo, que cuida de produzir uma pedagogia para o Nordeste, instituindo, imprimindo e impondo que leituras sejam feitas de um jeito e não de outros, e, dessa forma, vão se controlando os gestos de leitura.

Tentamos mostrar justamente os equívocos, as dobras, as falhas, os deslizes, os não-ditos, os silenciamentos, os apagamentos possíveis nestes gestos controlados de leitura. Entendemos, contudo que eles são apenas pretensamente ou aparentemente controlados, porque há sempre espaço para o deslize, para o sentido outro e as respostas dos vestibulandos e o número expressivo de notas zero em questões consideradas fáceis pela banca elaboradora do vestibular nos encaminham para esta reflexão. O discurso dominante, hegemônico,

legitimado pelas instituições não se realiza de maneira plena, sem rupturas, tensões, contradições, questionamentos, embates. Pelo contrário, o Nordeste é o espaço da realização da contradição e da resistência.

Dois elementos se destacam no discurso outro do Nordeste: a cultura, suas festas e manifestações e a natureza "exuberante" construída pelo discurso turístico. Mas, ainda assim, embora produzindo um discurso diferente do dominante (ou outra dominância em diferentes espaços-tempos), não deixam de reproduzir e atribuir um sentido inferior a esta região, na medida em que aparecem justamente como *sui generis*, exótico, pitoresco e carnavalesco. Não são das conquistas e inovações tecnológicas, científicas, acadêmicas que se mostra o Nordeste Brasileiro.

É dessa forma que o Nordeste se reafirma como o lugar do pitoresco. Um exemplo disso é a respeito de uma substância descoberta por pesquisadores do Estado de Pernambuco capaz de bloquear o zika vírus; encontramos certa dificuldade na internet para encontrar notícias sobre esses pesquisadores, a maioria das reportagens citam pesquisas de instituições universitárias do Sudeste e quando se referem aos pesquisadores de Pernambuco, a instituição Fiocruz "ilumina" a reportagem. É desse jeito que se mantém o *status quo* de uma divisão geográfica do sentido, onde o Sul e o Sudeste, mas sobretudo o Sudeste, reúne uma produção imagético-discursiva que o coloca num lugar de superioridade em relação ao Nordeste e ao Norte brasileiros.

Se destina ao Nordeste o lugar privilegiado da cultura, mas ai também a cultura aparece com um sentido inferior, pequeno, marginal, porque sobre o pretexto da cultura, se apaga a produção científica, por exemplo. Aprendemos com a Análise de Discurso que os não-ditos podem significar mais que os ditos num discurso. Os ditos podem criar uma cortina de fumaça, desiluminando os dizeres contingentes.

Discurso é relação, isso implica dizer que uma sequência discursiva só faz sentido na relação com outras sequências de um mesmo arquivo. Esse exercício complexo de produção de sentido põe em relação jogos de forças, de posições e de ideologias. A nominação Nordeste já implica que todos esses jogos se combinam para produzir, no fio da história e do discurso, as imagens e sentidos que vão se aderir a este recorte de espaço brasileiro.

As lutas e combates contra o clima e a seca da região são inglórias. Primeiro, porque não há embates, não é uma guerra. A natureza não está duelando com os homens, mulheres e crianças que vivem nos espaços de grande estiagem, logo não há uma relação de oposição. Segundo, a natureza, como dito anteriormente, ao longo de toda discussão, tem uma

dinâmica própria que se manifesta no espaço e no tempo. Os períodos de estiagem ou seca prolongada no Nordeste brasileiro fazem parte da ordem própria da natureza dessa região.

Nos propomos questionar memórias historicamente consolidadas, deslocar sentidos, localizar no tempo as estruturas ideológicas que sustentam dizeres repetidamente clichês e estereotipados, tomados como verdades únicas sobre a região Nordeste, como, por exemplo, "nordestino é preguiçoso". Embora saibamos que esse desafio é trabalhoso, constitui-se como uma aposta ousada desta tese.

Identificamos que o sentido de falta atravessa todas as questões e que se materializa na falta de água, vegetação, alimentação, educação, emprego, inteligência, perspectiva; parece que o Nordeste está sempre carecendo de alguma coisa. Não queremos, contudo, criar uma falsa ideia de que não exista os horrores descritos pela literatura e pelas mídias. Pessoas e animais de toda espécie morrem de fome, sede e de doenças associadas. Há um número expressivo de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, mas o que defendemos aqui é que essa situação extrema é mais efeito, e menos causa, de políticas públicas ineficientes ou mesmo inexistentes que desconsideram o nordestino e seu potencial produtor seja no campo da agricultura, da ciência ou da educação. São ao contrário, projetos e ações propostas por políticos sanguessugas, que sugam o que há de mais nobre no ser humano: a sua dignidade de não ter o mínimo para manter a si e aos seus. Já não cabe pensar que a causa das mazelas do Nordeste está no seu clima, outras regiões áridas no mundo, como o Estado do Arizona nos Estados Unidos e Israel no Oriente médio, são altamente modernas e produtivas.

Há que se pensar em ações, práticas e políticas públicas sérias e efetivas planejadas com a participação popular que de fato cheguem aos espaços de clima semiárido. É preciso que as verbas públicas sejam fiscalizadas pelas comunidades locais para que não haja desvios e tampouco mau uso. É preciso transparência com o dinheiro público. Sem a participação das comunidades que vivem o cotidiano da seca e de seus efeitos, não há como projetar possibilidades de políticas eficientes; são as comunidades que devem orientar o planejamento a partir de equipes multidisciplinares e isso deve partir do Estado e de seus órgãos e instituições. Aprendemos, conhecendo projetos de convivência com o semiárido, que existem tecnologias e práticas de manejo do solo e da água eficientes e produtivas e pouco dispendiosas do ponto de vista de políticas públicas. Para além desses projetos, o agronegócio da região expresso, sobretudo, pela fruticultura para exportação produzida no epicentro do sertão nordestino.

As comunidades locais precisam ser ouvidas e suas falas consideradas no planejamento. Elas precisam ser ativas nos projetos de desenvolvimento e convivência com o clima semiárido. Ou seja, inseridas de forma ativa nos projetos de intervenção e não de maneira marginal, preconceituosa e vitimizada. É importante que a universidade através de seus pesquisadores especialistas esteja junto às equipes do governo que planejam a construção de cisternas, açudes, barragens, poços para que estes estejam localizados em áreas que realmente tenham eficiência de armazenagem de água. Se não, vão continuar como parte da engrenagem que movimenta a indústria da seca, que enriquece latifundiários, empresários e elege políticos há décadas. As informações das variações climáticas, e nestas incluímos a seca, é pauta periódica nos jornais impressos e televisivos desde a sua emergência no Brasil como imprensa e mídia.

O clima é um tema que circula por diversos meios digitais, impressos, televisivos, enfim, que circulam por diversas mídias. Assim também acontece com as áreas do conhecimento. O clima transita por várias áreas: da Climatologia às Ciências da Saúde. Em Geografia (escolar e científica), o clima aparece como conteúdo de ensino, tanto no ensino fundamental e médio, quanto no ensino universitário, e isso se reflete nas provas de seleção para o ingresso à universidade.

Na Unicamp, o clima faz parte do programa de conteúdos que os vestibulandos precisam estudar para fazer as provas de ingresso à universidade. Interessou-nos aqui o discurso produzido sobre o clima do Nordeste a partir das questões do seu vestibular postos na relação com outras textualidades e ou materialidades significantes.

É possível inferir, através das análises realizadas, que os discursos sobre clima do Nordeste do Brasil têm certa estabilidade de sentidos. E ao se comparar o clima e a vegetação da região Nordeste, essa estabilidade é novamente confirmada. Faz parte da memória discursiva que o clima do Nordeste é apenas e tão somente semiárido e que a sua vegetação se caracteriza exclusivamente pela caatinga.

As questões do vestibular da Unicamp não provocam, não propõem ao leitor um olhar sobre o nordeste diferente do lugar comum; talvez, ao contrário, aprofundem e consolidem o olhar estabilizado e estereotipado. Essa postura constrói um leitor ideal, uma leitura ideal e um sentido ideal do/sobre o Nordeste brasileiro.

A despeito do fato de entendermos que o clima semiárido recubra parte importante da região Nordeste do Brasil, argumentamos que existem outros tipos climáticos que também constituem este espaço, mas que são sombreados pela força dos discursos

construídos sobre a aridez nordestina. A memória discursiva é também uma construção social que estabelece e se reestabelece pela força do tempo, da história e das linguagens.

Consideramos que a AD deve ser pensada tal qual deve ser a escola e a universidade, ou seja, está colada à vida. É na vida que os sentidos são construídos, reconstruídos, ressignificados, rompidos, fragmentados, deslizados, esquecidos e estabilizados. Logo, pensar o discurso é também pensar as práticas políticas de seus interlocutores, o jogo da linguagem; é, sobretudo, um jogo político de esquecimentos e permanências, de rupturas e engessamentos, de verdades que falham.

O ponto de tensão presente nas questões analisadas diz respeito, sobretudo, ao uso da língua e suas relações na produção de sentido. E neste jogo das linguagens, nos sentidos produzidos, as identificações são demandadas. A língua é polissêmica e opaca, e o real da língua é a falha; o mesmo podemos acertar em relação ao espaço: ele é polissêmico, não transparente, e o seu real não é a sua totalidade, mas as fissuras que são abertas pelo movimento cambiante das relações entre natureza, história e sociedade.

É possível observar, através das análises, que a linguagem não é transparente, objetiva e autoexplicativa, mas está na fronteira, no cruzamento, no entre-lugar do dito e não dito, já que este último significa tanto quanto o primeiro. É por meio da linguagem que os argumentos são desenvolvidos e os interlocutores são envolvidos nas ideologias dominantes ou não. Os efeitos de sentido vão sendo construídos e reconstruídos, num jogo de mostrar e esconder para convencer. Nas questões analisadas o não dito está mais presente na memória discursiva que o explicitamente dito no enunciado.

A palavra “clima” carrega consigo o peso da evidência, da demonstração e comprovação. Não dá pra duvidar do que pode ser comprovado através de gráficos, mapas, tabelas que apresentam o clima. Eles se constituem como uma evidência, uma prova científica.

Já no caso das matérias, textos e artigos que destacam como exclusividades da região Nordeste a fome, a desnutrição, a inanição, as doenças, em geral, parece existir uma cortina de fumaça para esconder que são elementos fortemente presentes em outras regiões, como, por exemplo, na região mais economicamente favorecida do país.

A reflexão está posta.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre. et. al. **Papel da memória**. 4.ed. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2015.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. As imagens retirantes: a constituição da figurabilidade da seca pela literatura do final do século XIX e início do século XX. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, vol. 33, n. 61, p. 225-251, jan/abr 2017.

ALMEIDA, Aline Amsberg de. **A plasticidade do corpo nos contos de Peter Carey.** 2010. 172f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Teoria e História Literária) - Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2010.

ALTHUSSER, Louis. **Filosofia e filosofia espontânea dos cientistas**. São Paulo: Martins Fontes; Lisboa: Editorial Presença, 1979.

_____. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. São Paulo: Editora Graal, 1985.

BANDEIRA, Manuel. **Estrela da Vida Inteira.** 20ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BOLOGNINI, Carmen Zink. (Org.). **Discurso e ensino:** o cinema na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

BORGES, Luis Jorge. **Obras completas.** Tradução Carlos Nejar. São Paulo: Editoras Globo, 1999, p. 52-57.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso.** 3 ed. rev. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

Cadernos de Estudos Linguísticos. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem – Campinas, SP, 50 (2): 129-257, Jul./Dez. 2008. ISSN 0102-5767.

CASTRO, Josué de. **Homens e Caranguejos.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

CASTRO, Josué de. "O ciclo do caranguejo". In: **Documentário do Nordeste.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1937.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome.** 6 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.

CASTRO, Iná Elias. **Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste.** In: Rozendahl, Z. · Corrêa, R. L.. (Org.). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, v. , p. 103-133.

CASTRO, Iná Elias. **"Ilhas de tecnologia no Nordeste brasileiro e a reinvenção da natureza".** Revista Território, LAGET/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 9, p. 25-43, 2000.

CASTRO, Iná Elias; MAGDALENO, F. S. **O imaginário da pobreza e a implantação industrial no semi-árido nordestino**. Anuário do Instituto de Geociências/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 19, p. 21-34, 1996.

CASTRO, Iná Elias. Imaginário político e realidade econômica. O marketing da seca nordestina. Nova Economia (UFMG), Belo Horizonte, v. 2, p. 53-75, 1991.

Cadernos de Estudos Linguísticos. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem – Campinas, SP, 48 (2): 157-293, 2006. ISSN 0102-5767.
CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V. Revisitando o estatuto do texto. Revista do GELNE, v. 12, n. 2, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso.** Coordenação de tradução Fabiana Komesu. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

COMISSÃO PERMANENTE PARA OS VESTIBULARES DA UNICAMP. Vestibular Unicamp: 30 anos. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2016.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político:** o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, São Paulo: Edufscar, 2009.

_____. O Chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURKY, Freda. (Org.). Os múltiplos territórios da análise do discurso. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1999.

COURTINE, Jean-Jacques. “El concepto de formación discursiva”. In BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p. 119- 141.

DELEUZE, Gilles. **Francis Bacon:** lógica da sensação. Trad. Roberto Machado et al. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, Eni. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs.). Introdução às ciências da linguagem: Discurso e textualidade. Pontes Editores: Campinas, São Paulo, 2015. p. 37-87.

DUARTE, Regina Horta. “Com açúcar, com afeto”: impressões do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre. In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, nº 19, pp. 125-147.
ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collége de Fra pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. Retornar à História. In:_____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.** Tradução de Elise Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. Coleção Ditos e escritos Vol. II. p. 282-295.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 32. ed. São Paulo: Companhia Editora nacional. 2003.

FREITAS, Eduardo de. "Clima e vegetação do Nordeste"; *Brasil Escola*. Disponível em <http://brasilescola.uol.com.br/brasil/o-clima-vegetacao-nordeste.htm>. Acesso em 05 de dezembro de 2016.

GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.). **Por uma análise automática do discurso.** Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Trad. Bethania S. Mariani. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2014.

GASPAR, Lúcia. *Seca no Nordeste brasileiro.* **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=418>. Acesso em: 17 mar. 2018.

HAK, Françoise G. T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso.** Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Tradução de Bethania S. Mariani. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2014.

HAROCHE, C. PÊCHEUX, M. HENRY, P. A Semântica e o Corte Saussuriano: Língua, Linguagem, Discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). Análise de Discurso: Apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. 2ed. revisada e ampliada. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. 292p.

JIMENEZ, Marc. **O que é estética?** São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 1999.

JIMENEZ, Marc. **A estética como resistência.** MÉTIS: história & cultura – v. 3, n. 6, p. 11-16, jul./dez. 2004.

LAGAZZI, Suzy. Linha de Passe: a materialidade significante em análise. RUA [online]. 2010, no. 16. Volume 2 - ISSN 1413-2109 Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade http://www.labeurb.unicamp.br/rua/. Disponível em: https://www.labeurb.unicamp.br/rua/web/index.php?r=paginasartigo/viewpagina&numeroPagina=1&artigo_id=57. Acesso em: 13.07.2018.

LAGAZZI, Suzy. A imagem do corpo no foco da metáfora e da metonímia. In: REDISCO V.2. n.1, jan./jun. 2013b. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013. p.104-110.

LAGAZZI, Suzy. Recorte significante na memória. In: INDURSKY, Freda.; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina.; MITTMANN, Solange. (Org.). **O discurso na contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. São Carlos, 2009, v., p. 61-72.

LAGAZZI, S. *A equivocidade na imbricação de diferentes materialidades significantes*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 23, 2008, Goiânia, GO. Resumo expandido. Goiânia, Anpoll, 2008. p.1-3. Disponível em < http://dlm.fflch.usp.br/sites/dlm.fflch.usp.br/files/Suzy%20Lagazzi.pdf> Acesso em jul. 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso.** Tradução de Sírio Possenti. São Paulo. Parábola Editorial, 2015.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso:** (Re)Ler Michel Pêcheux hoje. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARTINS, Leda. Performances do tempo e da memória: os congados. *O Percevejo.* Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, ano 11, nº 12, p. 68-98, 2003.

MEDEIROS, Caciane Souza de. Formação Ideológica: o conceito basilar e o avanço da teoria. In: IV Seminário de Estudos em Análise do Discurso - SEAD, 2009, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Anais... Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em http://analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/CacianeSouzaDeMedeiros.pdf. Acesso em 07 de abril de 2017.

MIGUEL-PEREIRA. Lúcia. **História da literatura brasileira**: prosa de ficção – de 1870 a 1920. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1973.

MOLINA, Ana. Imagens sobre História do Paraná em livros didáticos de História: a paisagem e a memória em pequenos relicários. In MOLINA, Ana; FERREIRA, Carlos Augusto Lima. **Entre textos e contextos:** caminhos do ensino de História. Curitiba: Editora CRV, 2016.

MONTICELI, João Jerônimo; MARTINS, José Pedro Soares. **A luta pela água** - Nas bacias dos rios Piracicaba e Capivari. Capivari, São Paulo: Editora EME, 1993.

Nimer, Edmon. Climatologia da Região Nordeste do Brasil Introdução à Climatologia Dinâmica: Subsídios à Geografia Regional do Brasil. In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 34(2) : 3-51, abr. jun. 1972. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1972_v34_n2.pdf. Acesso em 06.04.2017.

NUNES, José Horta. **A construção dos leitores nos discursos dos viajantes e missionários.** 1992. 220 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1992.

ORLANDI, Eni P. **Terra à Vista!** Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo, Cortez; Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

ORLANDI, Eni. P.; LAJOLO, Marisa; IANNI, Octavio. Sociedade e linguagem. Campinas, São Paulo: Editora de Unicamp, 1997, p. 9-49.

ORLANDI, E. P. “Michel Pêcheux e a Análise de Discurso”. In: *Estudos da Língua(gem)*, n. 1, p. 9-13, 2005.

ORLANDI, E. **Interpretação:** Autoria, leitura e efeitos Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, simbólico 2004.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 12. ed. Pontes Editores, Campinas, São Paulo, 2015.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni. P. (Org.). **Gestos de leitura:** da história no discurso. 4. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2014.

ORLANDI, Eni. P. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni. P. **Discurso e Leitura.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ORLANDI, Eni P. (Org.). **A leitura e os leitores.** Campinas, São Paulo: Pontes, 1998.

ORLANDI, Eni. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem: Discurso e textualidade.** Pontes Editores: Campinas, São Paulo, 2015.

ORLANDI, Eni. Texto e Discurso. ORGNAON: Revista do Instituto de Letras da UFRGS. [on line]. Volume 9, número 23, 1995. Rio grande do Sul. Disponível em http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/issue/view/1690. Acesso em: 08.10.2017.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E.P. (org.). **Gestos de leitura:** da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, M.; C. FUCHS. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.). **Por uma análise automática do discurso.** Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Trad. Bethania S. Mariani. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução Eni P. Orlandi. 7. ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In ACHARD, Pierre. (org.). **Papel da memória.** Trad. José Horta Nunes. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M.; LÉON, J. Análise Sintática e Paráfrase Discursiva. In: ORLANDI, E. (Org.). **Análise de Discurso:** Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes, 2011. p. 163-173.

POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso:** ensaios sobre discurso e sujeito. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

POSSENTI, Sírio; BARONAS, Roberto Leiser. **Contribuições de Dominique Maingueneau para a Análise do Discurso do Brasil.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

QUEIROZ, Raquel de. **O Quinze.** 66. ed. São Paulo: Siciliano, 1993.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. Boletim Paulista de Geografia. Associação dos geógrafos brasileiros, AGB-São Paulo. Número 54. 1977. Disponível em < http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/sociedade-e-espaco-a-formacao-social-como-teoria-e-com-metodo_MiltonSantos_1977.pdf>. Acesso em 06.01.2017.

SEKI, Ariella Lúcia Sachertt; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A disciplina de instrução moral e cívica na reforma educacional de Benjamin Constant de 1890. VIII JORNADA DO HISTEDBR, 2008, São Carlos. VIII JORNADA DO HISTEDBR, 2008. v. 1. p. 1-22.

SENE, Eustáquio de.; MOREIRA, João Carlos. **Geografia Geral e do Brasil:** espaço geográfico e globalização. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2013.

SILVA, Daniel do Nascimento e. **Pragmática da violência:** o Nordeste na mídia brasileira. 2010. 185f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2010.

SCHECHNER, Richard. O que é performance? *O Percevejo*. Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, ano 11, n. 12, p. 25-50, 2003.

SOUZA, Edson Roberto de. **Leituras, limites e possibilidades de gráficos do ENEM no contexto do aquecimento global e das mudanças climáticas.** 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em História e Ensino das Ciências da Terra) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

SOUSA, José Weyne de Freitas. **Política e seca no Ceará:** um projeto de desenvolvimento para o Norte. (1869-1905). 2009. 265f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Departamento de História e da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Ensino Superior no Brasil:** análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

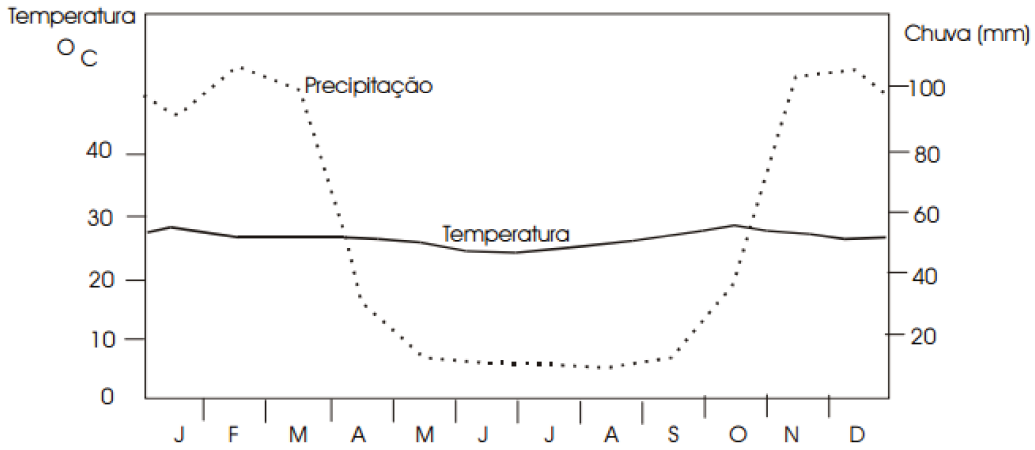
TAYLOR, Diana. *El espectáculo de la memoria:* trauma, performance y política. Disponível em <http://hemi.nyu.edu/archive/text/hijos2.html> Acesso em 20.10.2017.

ANEXOS

Questões analisadas

Questão de 2003

16. O gráfico abaixo retrata a distribuição das temperaturas e precipitações médias mensais de Barra (BA).



Barra (BA) - precipitação anual - 692,0 mm
temperatura média anual - 26,2° C
altitude - 408 metros

Fonte: E. Nimer. "Climatologia da Região Nordeste do Brasil: introdução à climatologia dinâmica". *Revista Brasileira de Geografia.* Rio de Janeiro, IBGE, 34(2), 1972, p.46.

a) Qual é o tipo climático representado e sua principal área de ocorrência?

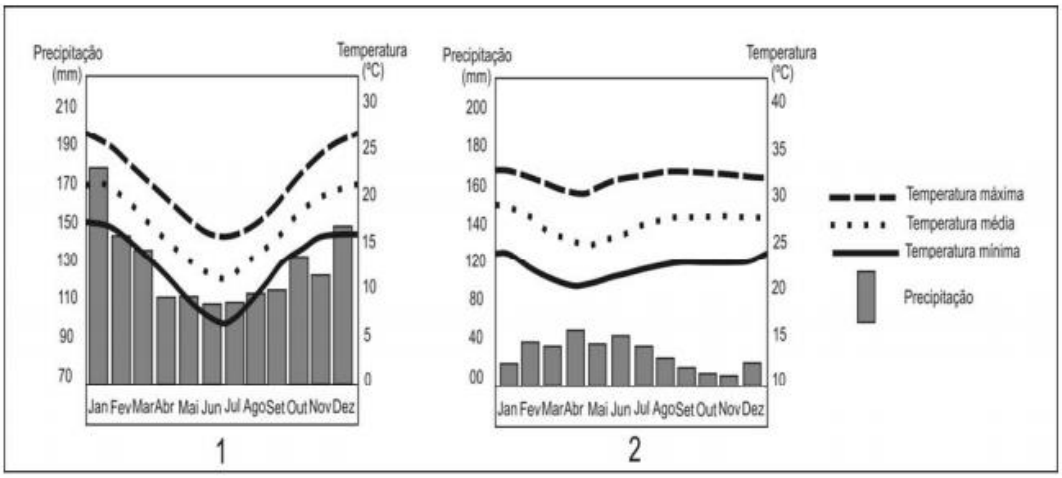
b) Descreva os principais aspectos térmicos e pluviométricos do tipo climático representado.

c) Qual é a formação vegetal que aparece associada a este tipo climático?

Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/2003/download/fisgeo.pdf

Questão de 2011

6. Os climogramas abaixo representam dois tipos climáticos que ocorrem em território brasileiro. Observe-os e responda:



(Adaptado de http://www.climabrasileiro.hpg.ig.com.br)

a) A que tipos climáticos se referem as figuras 1 e 2, respectivamente?

b) Qual a vegetação característica das respectivas regiões?

Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest2011/F2/provas/ciening.pdf

Questão de 1993

29.

(Extraído de: 13 de Maio – Núcleo de Educação Popular)

"Água... e terra..." – explique por que, na problemática regional nordestina, estes dois elementos possuem grande importância.

Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/1993/download/FIS_GEO.pdf

Questão de 1990

30. . Os açudes nordestinos estão geralmente instalados nos latifúndios;

. Os açudes servem aos latifundiários apenas para que seu gado beba a água;

. A água dos açudes serve principalmente para irrigar a cultura de alimentos, praticada pelos colonos dos latifundiários e pelos pequenos lavradores das proximidades;

. Essas culturas não interessam aos latifundiários, que geralmente produzem culturas industriais como algodão e mamona, não necessitando, portanto, de terras irrigadas;

. Na época das secas, o latifundiário vende a água.

Levando em conta as informações acima, responda:

Qual é a relação entre a construção dos açudes e a indústria da seca?

Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/1990/download/FIS_GEO.pdf

Questão de 2006

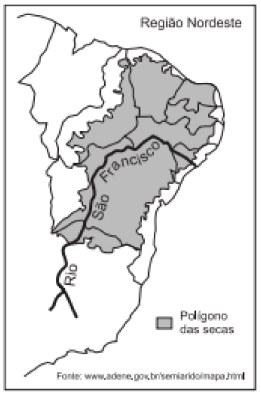
21. Leia o trecho a seguir e responda:

A transposição do rio São Francisco é discutida desde o tempo do Império. Um dos registros mais antigos da idéia remonta a 1847, quando o intendente do Crato (CE), deputado Marcos Antonio de Macedo, propôs o mesmo que se debate hoje: lançar as águas do *Velho Chico* no rio Jaguaribe. Na obra *Contrastes e Confrontos*, Euclides da Cunha ressuscitou a idéia do intendente cearense e a incluiu entre as grandes intervenções civilizadoras de que carecia a região, como açudes, barragens, arborização, estradas de ferro e poços artesianos. (Adaptado de Marcelo Leite, *Folha de S. Paulo*, 09/10/2005.)

a) Por que o rio São Francisco é chamado de "o rio da unidade nacional"?

b) Aponte e explique um argumento contra e um a favor da transposição do rio São Francisco.

c) A precipitação pluviométrica anual média no semi-árido nordestino é de cerca de 700 milímetros/ano, superior a algumas regiões agrícolas da Europa. Quais são os principais problemas de ordem natural que expõem grande parte do território, em especial o chamado Polígono da Secas, a uma situação de vulnerabilidade?



Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest2006/F2/provas/fis-geo.pdf

Questão de 1991

29.

a) identifique através dos números existentes no cartograma acima, a região do semi-árido nordestino;

b) as famosas "grandes secas" dessa área decorrem de um processo em que há a junção de dois regimes de seca (a exemplo do que ocorreu em 1958, 1970, 1979-1984). Caracterize esses dois regimes que explicam as "grandes secas".

Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/1991/download/FIS_GEO.pdf

Questão de 2009

13. *Nos primeiros dias do outono subitamente entrado, quando o escurecer toma uma evidência de qualquer coisa prematura, e parece que tardamos muito no que fazemos de dia, gozo, mesmo entre o trabalho quotidiano, essa antecipação de não trabalhar...*
(Fernando Pessoa, *Livro do Desassossego*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, vol II, p. 55).

a) Compare as características do outono em Portugal (terra natal de Fernando Pessoa) com o outono da região nordeste do Brasil.

b) Diferencie *solstício* de *equinócio*.

Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest2009/F2/provas/fisgeo.pdf

Questão de 1996

17. A narrativa a seguir reconstitui uma paisagem típica do Brasil.
"Criei-me nos mangues lamacentos do Capibaribe cujas águas fluindo diante dos meus olhos ávidos de criança, pareciam estar sempre a me contar uma longa história. O romance das longas aventuras de suas águas descendo pelas diferentes regiões do Nordeste: pelas terras cinzentas do sertão seco, onde nasceu meu pai e de onde emigrou na seca de 77 com toda a família, e pelas terras verdes dos canaviais da zona da mata, onde nasceu minha mãe, filha de senhor de engenho. Essa era a história que me sussurava o rio com a linguagem doce de suas águas passando assustadas pelo mar de cinza do sertão, caudalosas pelo mar verde dos canaviais infindáveis e remançosas pelo mar de lama dos mangues, até cair nos braços do mar de mar.
(...) Foi assim que eu vi e senti formigar dentro de mim, a terrível descoberta da fome. Da fome de uma população inteira escravizada à angústia de encontrar o que comer". (Josué de Castro, *Homens e Caranguejos*, Ed. Brasiliense, p.18-19, 1967).
a) Descreva essa paisagem, a partir dos elementos contidos no texto.
b) Como podemos explicar a problemática da fome no Nordeste?

Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/1996/download/GEO.PDF

Questão de 1997

8. No Brasil, a disponibilidade de recursos hídricos em superfície é caracterizada pela desigualdade regional. Considerando essa disponibilidade por habitante, verifica-se que a região sudeste é tão carente quanto a região das bacias costeiras do nordeste (com exceção da Bacia do Rio São Francisco). (Adaptado do Prefácio de Feldmann, F., em Monticeli, J. J. e Martins, J. P. S., A Luta pela Água nas Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari, 1993).

a) Com base no trecho apresentado, porque podemos dizer que o sudeste brasileiro tem mais escassez de água do que o nordeste?
b) Por que a ocupação das áreas de mananciais pode agravar ainda mais esta situação?

Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/1997/download/GEO97.pdf

O chapéu de Clémentis

Snímek Klementa Gottwalda z února 1948, z něhož byl odretušován ministr zahraničních věcí Vlado Clementis a fotograf Karel Hájek, je příkladem manipulované fotografie natolik známým, že nepotřebuje komentář. Je samozřejmé, že neretušovaný originál byl co nejpřísněji tajen. Zajímavostí snad je jen to, že když byl Clementis jedenáct let po své popravě rehabilitován (1963), ocitla se v klauzuře pro změnu retušovaná verze

Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=o+chap%C3%A9u+de+clementis+imagem&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiou5PQla7dAhXMGJAKHSalDqYQ_AUICigB&biw=1366&bih=631#imgrc=eBgf1W4Wif6BJM: Acesso em 09.09.2018.

Matéria de jornal sobre a seca como atração turística em 1987

Proposta de fazer da seca atração turística não agrada aos nordestinos

BRASÍLIA — A idéia do Presidente da Embratur, João Dória Júnior, de aproveitar a região semi-árida do Nordeste como atração turística, não agradou ao Ministro do Interior, Joaquim Francisco Cavalcante. O Ministro disse que, como nordestino, não pode concordar que se transforme um problema como a seca em atração para o turismo.

— Prefiro imaginar que essas declarações não existiram — disse Cavalcante.

O ex-Governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, acredita que a proposta tenha sido feita com o melhor das intenções, mas disse que a

rismo e Desporto, Barros Pinho. Ele entende que é preciso mudar a mentalidade da população do Nordeste e de outras regiões do País sobre a seca. Pinho acha que chegou a hora de se buscar a solução desse problema secular através da criatividade. Ele se disse contra a exploração da miséria dos flagelados, mas entende que ela só poderá ser erradicada a partir de investimentos do Governo e da iniciativa privada na região. Por isso, considera válido que se transforme as zonas secas em pólos de produção artesanal.

Junto ao público, a idéia de João Dória Júnior também repercutiu ne-

Turismo geral

AO PROPOR a exploração turística da seca do Nordeste, o Presidente da Embratur sugeriu também a redução dos recursos para a irrigação.

DO PONTO de vista de quem só pensa em sua área de especialização, a idéia tem lógica exemplar: se continuarem nessa insensata irrigação, um dia ainda acabam com a seca

Disponível em: https://www.google.com/search?tbm=isch&q=flagelados+da+seca&chips=q:campos+de+concentra%C3%A7%C3%A3o+no+cear%C3%A1+seca,online_chips:fome&sa=X&ved=0ahUKEwic_ODL4IHgAhUIILkGHTz0B5wQ4lYIJigA&biw=1366&bih=626&dpr=1#imgrc=a5GR5BwLKKjP1M: Acesso em: 05.11.2018.

Imagem da grande seca no Ceará de 1878

Crianças retirantes da Grande Seca na província do Ceará, em 1878

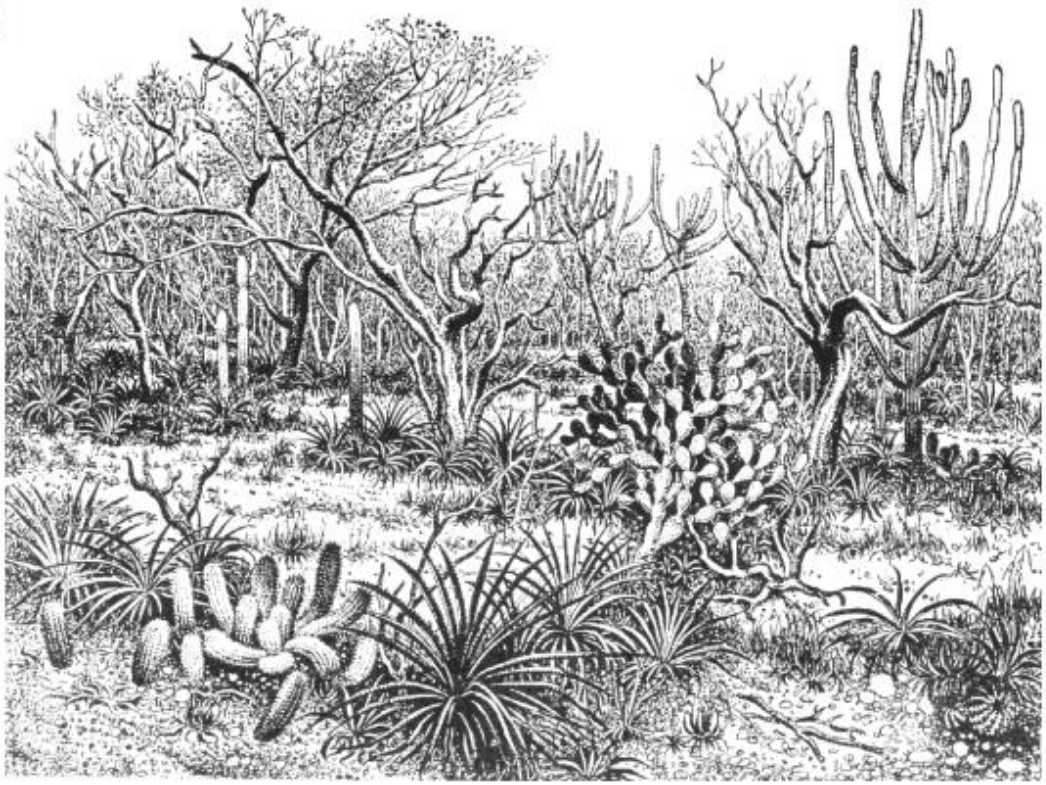
Fonte: http://www.vermelho.org.br/noticia/269277-370. Acesso em: 15.08.2017.

Imagens da grande seca de 1878 no Ceará

Fonte: https://www.google.com/search?q=flagelados+da+seca&tbm=isch&tbs=rimg:CcpKYSLX-vhwIjiLjV9Q0MlF2_1klvriw82Fy2ziBJuv3KqteW4sWXWxQUYDo4siH_1igV8TIRhJiGdn3N2Wd5A6NeMSoSCYuNX1DQyUXbEV5Ld9YQWcvfKhIJ-SW-uLDzYXIRJ63FsNh7OlMqEgnbOIEm6_1cqqxHxvCObnbwrOSoSCV5bixZdbFBREbe3pqWFp95KKhIJgOjiyIf-KBURFiOdOAoRYugqEgnxMhGEmIZ2fRExB5Fk0pdt2SoSCc3ZZ3kDo14xEQpdmLhfMP_1x&tbo=u&sa=X&ved=2ahUKEwiv1_aN1YHgAhXcLLkGHaZ6CPUQ9C96BAgBEBg&biw=1366&bih=626&dpr=1#imgdii=h9zPmrqKuYVKSM:&imgrc=ODtUYSSx9_y-FM: Acesso em: 15.08.2017.

Desenhos do livro “Geografia da fome” de Josué de Castro, 1959, feitos por Percy Lau, desenhista do IBGE

Reprodução



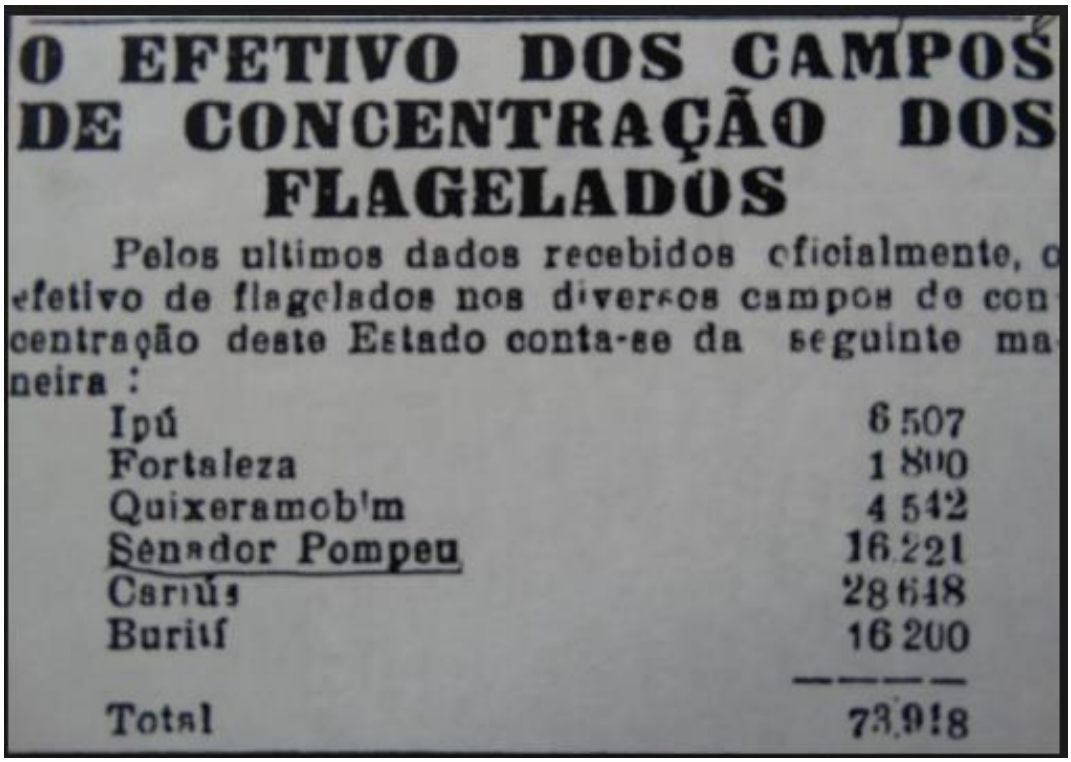
Caatingas – *Bico de pena de Percy Lau (1940)*

Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n36/v13n36a04.pdf. Acesso em: 05.06.2018.

Desenhos do livro “Geografia da fome” de Josué de Castro, 1959, feitos por Percy Lau, desenhista do IBGE

Disponível em: http://projetoseeduc.cecierj.edu.br/eja/recurso-multimidia-professor/portugues/novaeja/m4u08/2_A_seca_como_marca_de_denuncia_social.pdf. Acesso em: 05.06.2018.

Imagens do centro de concentração para refugiados da seca de 1915 no Ceará



O EFETIVO DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO DOS FLAGELADOS

Pelos ultimos dados recebidos oficialmente, o efetivo de flagelados nos diversos campos de concentração deste Estado conta-se da seguinte maneira :

Ipú	6 507
Fortaleza	1 800
Quixeramobim	4 542
Senador Pompeu	16 221
Cariús	28 648
Buriti	16 200
Total	73 918

Fonte: https://www.google.com/search?q=flagelados+da+seca&tbm=isch&tbs=rimg:Cc7KalG_1gLr0Ijj15VGHR4F-YpzGX380e6UpEHNxVvNWTLIm2nURU9JBbhQYZ3yi42LX93t22ya5dAu0bkwTWWpExioSCfXlUYdHgX5iETuexldEGaHoKhIJnMZffzR7pSkRFltt5Q8DEV4qEgkQc3FW81ZMshHsCqG_1dXwGNCoSCSbadRFT0kFuEbt-ggEzS1CfKhIJFBhnfKLjYtcRgcp31d7AMxIqEgn3e3bbJrl0CxE7nsZXRBmh6CoSCbRuTBNZakTGEcQ-gwgEcjMS&tbo=u&sa=X&ved=2ahUKEwit6Nru0YHgAhVeH7kGHW27AW4Q9C96BAgBEBg&biw=1366&bih=626&dpr=1#imgrc=ykphItf6-HCF4M: Acesso em: 22.12.2018.

Imagens do centro de concentração para refugiados da seca de 1915 no Ceará

O POVO no Campo de Concentração dos Flagelados, em Tauápe

Chegaram, à noite, mais 1349 Retirantes

O Serviço de Abastecimento - - Construção de Barracas —Cenas impressionantes

Fez hontem uma semana que chegou a Fortaleza a primeira leva de flagelados vindos do sul do Estado e já hoje se acham abrigados na antiga feira do Matadouro Modelo e nos albergues de Otavio Bomfim e Policia Marítima cerca de 3000 infelizes vitimas da sêca.

Hontem chegaram a esta capital duas composições ferroviarias trazendo retirantes. [...]

Visita ao Campo de Concentração do Matadouro

Hoje, ás 10 horas do dia, o diretor do O POVO, acompanhando o dr. Ubirajara de Negreiros, percorreu demoradamente a antiga feira do Matadouro Modelo, no Tauápe, onde se acham concentrados mais de dois mil retirantes. [...]

Jornal O Povo, Fortaleza, edição de 16/04/1932.

Fonte: https://www.google.com/search?q=flagelados+da+seca&tbm=isch&tbs=rimg:Cc7KalG_1gLr0Ijj15VGHR4F-YpzGX380e6UpEHNxVvNWTLIm2nURU9JBbhQYZ3yi42LX93t22ya5dAu0bkwTWWpExioSCfXlUYdHgX5iETuexldEGaHoKhIJnMZffzR7pSkRFltt5Q8DEV4qEgkQc3FW81ZMshHsCqG_1dXwGNCoSCSbadRFT0kFuEbt-ggEzS1CfKhIJFBhnfKLjYtcRgcp31d7AMxIqEgn3e3bbJrl0CxE7nsZXRBmh6CoSCbRuTBNZakTGEcQ-gwgEcjMS&tbo=u&sa=X&ved=2ahUKEwit6Nru0YHgAhVeH7kGHW27AW4Q9C96BAgBEBg&biw=1366&bih=626&dpr=1#imgdii=i41fUNDJRdtAzM:&imgrc=ykphItf6-HCF4M: Acesso em: 22.12.2018.

Imagens do centro de concentração para refugiados da seca de 1915 no Ceará

Fonte: https://www.google.com/search?q=flagelados+da+seca&tbm=isch&tbs=rimg:Cc7KalG_1gLr0Ijj15VGHR4F-YpzGX380e6UpEHNxVvNWTLIm2nURU9JBbhQYZ3yi42LX93t22ya5dAu0bkwTWWpExioSCfXlUYdHgX5iETuexldEGaHoKhIJnMZffzR7pSkRFltt5Q8DEV4qEgkQc3FW81ZMshHsCqG_1dXwGNCoSCSbadRFT0kFuEbt-ggEzS1CfKhIJFBhnfKLjYtcRgcp31d7AMxIqEgn3e3bbJrl0CxE7nsZXRBmh6CoSCbRuTBNZakTGEcQ-gwgEcjMS&tbo=u&sa=X&ved=2ahUKEwit6Nru0YHgAhVeH7kGHW27AW4Q9C96BAgBEBg&biw=1366&bih=626&dpr=1#imgrc=XamLn3FBONWeoM:. Acesso em: 22.12.2018.

Matéria de jornal sobre a seca de 1964

Goulart reassumiu; a conselho medico vai repousar alguns dias

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil

Choques em Orã entre OAS e forças legais

US$ 131 MILHÕES À SUDENE: ASSINATURA DO ACORDO HOJE

EUA emprestam US$ 131 milhões para combater seca no Nordeste

DO BANCO DE DADOS - O ministro das Relações Exteriores, cio foi feito após reunião com o secretário de Estado dos

Fonte: http://natalgeo.blogspot.com/2016/02/todas-as-128-secas-registradas-no.html. Acesso em: 02.07.2018.

Piada

Jesus no Bar

Estavam um carioca, um paulista e um baiano no boteco do Mercado Modelo, quando o carioca diz aos outros:

— Mermão, esse cara que entrou aí é igual a Jesus Cristo.

— Tás brincando! – dizem os outros.

— Tô te falando! A barba, a túnica, o olhar...

O carioca levanta-se, dirige-se ao homem e pergunta:

— Mermão, digo, Senhor, tu é Jesus Cristo, não é verdade?

— Eu? Que idéia!

— Eu acho que sim. Aí, tu é Jesus Cristo!

— Já disse que não! Mas fale mais baixo.

— Pô, eu sei que tu é Jesus Cristo.

E tanto insiste, que o homem lhe diz baixinho:

— Sou efetivamente Jesus Cristo, mas fale baixo e não diga a ninguém, senão isto aqui vira um pandemônio.

— Mas eu tenho uma lesão no joelho desde pequeno. Me cura aí, brother, digo, Senhor!

— Milagres não, pelo amor de Papai. Tu vais contar aos teus amigos, e eu passo a tarde fazendo milagres.

O carioca tanto insiste, que Jesus Cristo põe a mão sobre o joelho dele e o cura.

— Valeu, viu! Ficarei eternamente grato!

— Sim, sim, mas não grite! Vá embora e não conte a ninguém.

Logo em seguida chega o paulista.

— Aí, ô meu! O meu amigo disse-me que és Jesus Cristo, e que o curaste. Tenho um olho de vidro, cura-me também!

— Não sou Jesus Cristo! Mas fale baixo.

O paulista tanto insistiu, que Jesus Cristo passou-lhe a mão pelos olhos e curou-o.

— Ô lôco, meu! Obrigado mesmo!

— Agora vá embora e não conte a ninguém.

Mas Jesus Cristo bem o viu contando a história aos outros dois, e ficou à espera de ver o baiano ir ter com ele. O tempo foi passando, e nada. Mordido pela curiosidade, dirigiu-se à mesa dos três amigos, e pondo a mão sobre o ombro do baiano, perguntou:

— E tu, não queres que...

O baiano levanta-se de um salto, afastando-se dele:

— Aê, meu rei! Tira as mãozinhas de mim, que eu ainda tenho seis meses de licença médica!

Disponível em: https://www.osvigaristas.com.br/piadas/baiano/. Acesso em 13.11.2018.

Charge

Fonte: http://natalgeo.blogspot.com/2016/02/todas-as-128-secas-registradas-no.html. Acesso em 22.12.2018.